

V Conferência de
APARECIDA

AMERINDIA (Org.)

V Conferência de **APARECIDA**

Renascer de uma esperança



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

V Conferência de Aparecida : renascer de uma esperança / Ameríndia; [tradução Luís Marcos Sander]. – 1. ed. – São Paulo : Paulinas, 2008.

Título original: Aparecida: renacer de una esperanza
Vários colaboradores

Bibliografia.

ISBN 978-85-356-2183-9

1. Aparecida (SP) – História 2. Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (5. : 2007 : Aparecida, São Paulo) 3. Documento de Aparecida 4. Evangelização 5. Igreja – América Latina e Caribe 6. Missão da Igreja I. Ameríndia

07-10206

CDD-262.120981612

Índice para catálogo sistemático:

1. Conferência de Aparecida : Eclesiologia : Cristianismo

262.120981612

Título original da obra: *Aparecida: renacer de una esperanza*
© 2007 Fundación Ameríndia

Direção-geral: *Flávia Reginatto*

Editores responsáveis: *Vera Ivanise Bombonato*

Afonso M. L. Soares

Tradução: *Luís Marcos Sander*

Copidesque: *Cirano Dias Pelin*

Coordenação de revisão: *Marina Mendonça*

Revisão: *Sandra Sinzato*

Direção de arte: *Irma Cipriani*

Gerente de produção: *Felício Calegari Neto*

Capa e editoração eletrônica: *Wilson Teodoro Garcia*

Imagem da capa: pintura da Sala das Promessas na Basílica de Aparecida

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.

Ameríndia

Oficina Ejecutiva – Cerrito 327/001

CP 11000 – Montevideo – Uruguay

<http://www.amerindiaenlared.org> – amerindia@adinet.com.uy

Paulinas

Rua Pedro de Toledo, 164

04039-000 – São Paulo – SP (Brasil)

Tel.: (11) 2125-3549 – Fax: (11) 2125-3548

<http://www.paulinas.org.br> – editora@paulinas.com.br

Telemarketing e SAC: 0800-7010081

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2008



Sumário

Apresentação	7
Aparecida: valores e limites – <i>Demétrio Valentini</i>	9

CONTEXTO

Crônica do desenrolar da V Conferência – <i>Agenor Brighenti</i>	25
Aparecida à luz das Conferências do Rio, Medellín, Puebla e Santo Domingo – <i>José Oscar Beozzo</i>	34
O ir e vir do método ver-julgar-agir. A metodologia ver-julgar-agir: um ícone da teologia e da pastoral latino-americana e caribenha – <i>José Marins</i>	49

A VIDA DE NOSSOS POVOS HOJE

Aparecida: memória e novo paradigma – <i>Pablo Bonavía</i>	57
Pluralismo cultural e pluralismo religioso – <i>João Batista Libanio</i>	73
A globalização no <i>Documento de Aparecida</i> – <i>Pedro A. Ribeiro de Oliveira</i>	79

A VIDA DE JESUS CRISTO NOS DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS

Terminou a V Conferência em Aparecida. Será possível, agora, construir um novo modelo de Igreja? – <i>Pablo Richard</i>	89
--	----

O discipulado como seguimento do Jesus histórico – <i>Benedito Ferraro</i>	96
A eclesiologia de Aparecida – <i>Víctor Codina</i>	102
Aparecida: a opção preferencial pelo pobre – <i>Gustavo Gutiérrez</i>	123
V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho em Aparecida. Perspectiva indígena – <i>Eleazar López Hernández</i>	138
Leitura comunitária da Bíblia e <i>Lectio Divina</i> – <i>Ángel Mario Caputo e Lauren Fernández</i>	146
A mulher na sociedade e na Igreja – <i>Socorro Martínez Maqueo</i>	157

A VIDA DE JESUS CRISTO PARA NOSSOS POVOS

Missão, o paradigma-síntese de Aparecida – <i>Paulo Suess</i>	169
Igreja particular, paróquia e CEBs em Aparecida – <i>Roberto Oliveros M.</i>	183
Ministérios, leigos, vida consagrada e ministério teológico – <i>Olga Consuelo Vélez Caro</i>	194
Uma espiritualidade para um despertar missionário – <i>José María Arnaiz</i>	202
Liturgias, celebrações e Eucaristia – <i>Vera Ivanise Bombonato</i>	218
Iniciação cristã, catequese e comunicação – <i>Israel Nery</i>	226
A Pastoral Social em Aparecida – <i>Sergio Torres González</i>	241
Ecumenismo e diálogo inter-religioso – <i>Paulo Suess</i>	255
Conclusão: Maria de Guadalupe e de Aparecida (Religiosidade popular) – <i>Maria Cecília Domezi</i>	266

ANEXO

As mudanças no <i>Documento de Aparecida</i> – <i>Ronaldo Muñoz</i>	277
---	-----



Apresentação

Esta publicação vai ao encontro de um interesse crescente por *informações de primeira mão* sobre a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, realizada em maio de 2007, em Aparecida, Brasil. Inclui diversas *interpretações* em torno do sentido desse acontecimento, assim como a contribuição de *testemunhos* pessoais que possibilitam outro tipo de aproximação a seu significado para a vida das comunidades cristãs e de nossos povos.

Com esses elementos, o livro pretende ser, antes de mais nada, *um convite*. Os trabalhos oferecem a seus leitores não só a possibilidade de informar-se, mas também de *fazer parte* do que está sendo o “processo de Aparecida”. Porque a V Conferência não foi um fato isolado do contexto sociocultural da América Latina e do Caribe nem dos complexos e, com frequência, conflituosos dinamismos que interagem atualmente na vida de nossas sociedades e da própria Igreja. Esse contexto e esses dinamismos estiveram presentes tanto na preparação da Conferência quanto em sua realização. E incidem, de igual modo, na releitura que as Igrejas locais e suas comunidades começaram a fazer das conclusões. Trata-se de dinamismos que também perpassam, por outro lado, as controvérsias surgidas em face das mudanças que foram intro-

duzidas no texto emanado da assembléia episcopal, antes de sua transformação em documento oficial da V Conferência.

Quase todos os artigos aqui publicados foram escritos por pessoas que, além de participar das instâncias de preparação da assembléia episcopal, estiveram presentes na cidade de Aparecida durante todo o desenvolvimento do conclave. Elas fizeram parte de uma equipe de biblistas, teólogos(as), pastoralistas e cientistas sociais convocados por *Amerindia* para responder *in situ* às demandas de assessoramento feitas por diversos participantes da Conferência. Cremos que suas contribuições — unidas a muitas outras — possibilitaram que na assembléia episcopal se desocultassem algumas das realidades mais dolorosas — e também as mais esperançosas — vividas por nosso continente. E que se levassem em conta a experiência e o testemunho de fé, que às vezes chega ao ponto do martírio, de comunidades cristãs que vivem o seguimento de Jesus em seu meio.

Isso foi possível porque esse grupo de pessoas, indo além do previsível ceticismo que precedeu a V Conferência, resistiu à adoção de uma postura passiva: estavam convencidas de que a fé cristã não consiste somente em *crer no que não se vê*, mas também em *criar o que se espera*. Se Aparecida conseguiu recuperar a memória latino-americana e abrir-se aos desafios de um presente muitas vezes encoberto por enfoques com interesses descontextualizados, isso se deu graças às pessoas que, tanto dentro quanto fora da assembléia, assumiram uma atitude de compromisso crítico e, ao mesmo tempo, esperançoso.

É a esse mesmo compromisso que convocamos os leitores. Fazemos isso oferecendo trabalhos que querem ser um testemunho digno de crédito e uma interpretação consistente do que significou a V Conferência para a história presente e futura de nossos povos e de nossa Igreja.



Aparecida: valores e limites

Demétrio Valentini
(Brasil)

Nota prévia

O obscuro episódio das modificações introduzidas no texto de Aparecida lança uma sombra que acompanha agora o processo de recepção da V Conferência. O episódio precisará ser assimilado adequadamente, para que não prejudique os desdobramentos positivos de Aparecida.

Ele se inscreve no âmbito maior da caminhada da Igreja da América Latina e tem a ver com a afirmação de sua maioridade eclesial e a conseqüente superação da situação de tutela com que ainda é vista por parte de algumas instâncias eclesiais.

O impacto do episódio se explica pelo forte contraste entre as esperanças suscitadas por Aparecida e a surpresa causada por tal procedimento inesperado. Agora, a força dessas esperanças precisará enfrentar, também, este obstáculo, provando quanto elas são, de fato, consistentes.

Nesse sentido, tal percalço, que Aparecida não merecia, alarga as incumbências da Igreja da América Latina, chamada a dar testemunho de sua maturidade e instada a oferecer sua valiosa contribuição para o conjunto de toda a Igreja.

Introdução

As breves reflexões que apresento aqui partem de observações pessoais, feitas ao longo da participação na Conferência de Aparecida.

Elas se destinam a ressaltar o clima positivo, esperançoso e aberto que resultou daquele evento eclesial.

Para tanto aponto alguns fatores positivos, tanto do processo de preparação como do andamento da própria assembléia em Aparecida.

Ao mesmo tempo, acho importante ressaltar alguns limites de Aparecida, que convém levar em conta para dimensionar bem o seu alcance.

Por último, permito-me sugerir alguns desdobramentos que se inscrevem na continuidade de Aparecida, e que demandam adequadas providências para serem efetivados.

Os ares positivos de Aparecida

Fatores que influenciaram

O processo de preparação

A primeira observação a ser feita quando agora nos damos conta que já aconteceu a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho é que ela não precisava ter acontecido. Até mesmo alguns pensavam que nunca mais iria acontecer uma nova “conferência geral”, pois esse tipo de evento eclesial ter-se-ia esgotado em Santo Domingo. Lá, João Paulo II anunciou sua intenção de realizar um “sínodo continental”. Daí por diante haveria “sínodos continentais”, não haveria mais “conferências gerais”. A identidade própria da Igreja da América Latina seria absorvida no conjunto de toda a América, dentro do lema apresentado com insistência no Sínodo de 1997: “Uma só América, uma só Igreja”.

Mas o CELAM, em vista de celebrar os seus 50 anos, propôs a realização de uma nova “conferência geral”. A sugestão

foi tomando força. E finalmente se tornou decisão aprovada pelo papa.

Nisto teve mérito a presidência do CELAM, tendo à frente o cardeal Errasuriz, que recolheu as posições das conferências episcopais, que convergiam claramente para a realização de uma nova conferência, e as apresentou ao papa, que deu o seu consentimento, dado o consenso manifestado, assim, pela Igreja da América Latina.

Desse modo, esta Conferência contou, desde o início do seu processo de preparação, com a clara preocupação de comunhão eclesial, seja entre as conferências episcopais, seja em relação a Roma.

Ela foi fruto de uma iniciativa da Igreja da América Latina, ao mesmo tempo que era expressão de comunhão eclesial, dando credibilidade e segurança a todo o processo.

Outro aspecto a ser agora valorizado foi a intensa participação que esta proposta suscitou nas bases, que logo perceberam a preciosidade do novo momento eclesial que se apresentava como uma graça inesperada para a Igreja da América Latina.

A Conferência, portanto, começou bem, já na maneira de ser decidida e ser preparada. Isso conferiu credibilidade a todo o processo de encaminhamento das providências para a sua realização.

Dinâmica interna da assembléia

Iniciada a assembléia em Aparecida, no dia 13 de maio de 2007, todos os participantes logo perceberam a seriedade e a transparência dos procedimentos. De tal modo que resultou um clima de confiança nos trabalhos que eram feitos.

Vale a pena ressaltar alguns aspectos que contribuíram decisivamente para esse clima salutar.

Em primeiro lugar, o esforço sincero do CELAM, muito atento à boa coordenação dos trabalhos.

Outro fator importante foi o respeito pelo plenário. A presidência, simbolicamente, foi logo colocando para o plenário algumas decisões simples, para demonstrar que lhe caberia tomar as grandes decisões que viriam depois.

Assim, a assembléia deu-se conta de suas incumbências, o que foi salutar para o clima de responsabilidade que todos passaram a assumir.

Foram valorizados os grupos de trabalho e as comissões temáticas.

Dessa maneira, foi crescendo a confiança mútua entre os participantes, e foi-se desencadeando o empenho pessoal de cada um, que via seus esforços valorizados pelo processo da assembléia. Isso proporcionou um clima de intenso trabalho, que envolvia a todos.

A isso se somou a contribuição positiva dos peritos, repartidos nos grupos e comissões, cuja presença era bem aceita e valorizada, criando um clima de bom entendimento e de colaboração mútua.

Igualmente os teólogos, seja os convidados a participar dos trabalhos da própria assembléia, seja os que estavam em Aparecida para acompanhar a Conferência, puderam prestar um valioso serviço, livres de prevenções ou exclusões.

Influência positiva do contexto

Para entender o espírito de Aparecida, é importante ter presente a maneira carinhosa como o papa foi recebido pelo povo simples, tanto em São Paulo como em Aparecida. Isso contribuiu muito para o clima de abertura e de superação de prevenções, que talvez existissem antes da Conferência. O povo foi generoso, o papa foi sensível. Estava criado o ambiente de confiança, que se refletiu em toda a assembléia.

Outro fator que marcou muito esta Conferência foi o testemunho de fé dos peregrinos que todo dia vinham visitar o Santuário e participar especialmente dos momentos de

celebração junto com os bispos. O clima de fé do Santuário impressionou os bispos e os fez experimentar o contexto eclesial em que estavam mergulhados.

O fato contribuiu muito para criar logo um espírito de entrosamento, envolvendo todos os participantes, resultando um clima de aproximação e descontração entre os delegados das conferências episcopais e os numerosos representantes da Cúria Romana. Este bom entrosamento repercutia na maneira de abordar as questões que iam surgindo.

Outro fator positivo foi a presença, embora pequena e discreta, de alguns poucos representantes de outras denominações religiosas, até de um rabino, que acompanhou os trabalhos do começo ao fim da assembléia. A presença deles aguçou a preocupação ecumênica, que logo diluiu a postura que alguns temiam, de que Aparecida se caracterizasse por incentivar o confronto contra as seitas.

O fato de ter-se realizado no Santuário de Aparecida foi decisivo para o conjunto da Conferência.

O documento de Aparecida

A intenção não é fazer, agora, uma análise exaustiva do documento. Muito ao contrário. Só pretendo apontar alguns aspectos que podem ajudar na abordagem do documento.

Seu gênero literário

Só quem participou diretamente da elaboração deste documento pode dar-se conta das peculiaridades inerentes ao seu processo. Feito às pressas, a muitas mãos, em condições precárias de trabalho, sob pressão de prazos exíguos, recolhendo sugestões expressas em duas línguas mas versadas só em espanhol, dá para dizer que desta vez resultou claro que os documentos das “conferências episcopais latino-americanas” constituem um “gênero literário” próprio, que precisa ser levado em conta para a sua correta interpretação.

Mas é na precariedade de sua feitura que reside a força das intuições que eles expressam. Talvez se encontre aqui o equívoco maior de quem pretende “melhorar” tais documentos, com mudanças posteriores e fora do contexto em que o documento foi elaborado.

Seria melhor deixar como ficou, pois assim o documento expressaria melhor o que a assembléia quis dizer. O documento de uma assembléia que dura poucos dias, e recolhe uma grande carga de expectativas, não tem a pretensão de ser literariamente sofisticado nem perfeito na proporção de suas diferentes partes.

É um documento que testemunha melhor a mensagem de um evento através da precariedade de sua redação, que espelha melhor a intenção dos seus autores do que o burilamento posterior, feito fora de contexto.

A organicidade do documento de Aparecida

Mesmo com a precariedade inerente às condições em que foi elaborado, o documento de Aparecida apresenta uma organicidade bem mais clara que os documentos das conferências anteriores. Seu conteúdo é claramente cadenciado pelo tema central de Aparecida: “Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida”.

Para isso colaborou o bom entrosamento, percebido claramente, entre a presidência do CELAM e a equipe de redação, presidida pelo cardeal Bergoglio.

A recuperação do método ver-julgar-agir

Além do significado substantivo que teve a decisão de Aparecida de recuperar o método tradicional usado pastoralmente na América Latina, restabelecendo uma tradição interrompida em Santo Domingo, este método ajudou a deixar mais clara a composição do documento, nas três partes como agora ele se apresenta.

Limites de Aparecida

É bom ter presente os limites concretos deste evento eclesial. Eles não são necessariamente um fator negativo. Ao contrário, podem ressaltar melhor os resultados obtidos.

A composição da própria assembléia de Aparecida

Um primeiro limite da Conferência de Aparecida é percebido ao analisarmos a composição da assembléia. Ao todo, os participantes eram 266 pessoas. Mas membros com direito a voto eram só 162. Portanto, havia um número muito grande de pessoas que estavam em Aparecida a títulos diversos, cuja presença interagiu com os incumbidos de decidir as questões. Concretamente, além dos 162 com direito a voto, assim se distribuíam os outros participantes: 81 convidados (dos quais 61 eram homens e 20 eram mulheres), 15 eram peritos (12 homens e 3 mulheres), 8 eram observadores de outras religiões (6 homens e 2 mulheres).

Se olharmos agora mais detidamente a composição dos 162 votantes, só 93 eram bispos que tinham sido eleitos em suas respectivas conferências episcopais e, como tais, eram delegados das conferências episcopais da América Latina para a V Conferência Geral de Aparecida. Depois, havia outros 15 bispos nomeados por Roma e 32 representantes da Cúria Romana, sendo que os restantes 22 participavam a título de cardeais da América Latina; três núncios e alguns bispos representavam os episcopados dos Estados Unidos, Canadá, Portugal e Espanha.

Em uma breve análise, dá para dizer que a composição da assembléia refletia o seu caráter preponderantemente latino-americano e caribenho, mas com uma forte presença indicando a dimensão universal desse evento eclesial.

Demora na primeira semana

Os primeiros dias eram destinados a criar o ambiente e a garantir o clima de confiança e de responsabilidade da as-

sembléia. E isso foi bom, como já deu para observar. Ao mesmo tempo, ficou evidente a demora em partir para o trabalho direto de elaboração do documento. Só no final da primeira semana ficou formalmente decidido que a assembléia produziria um documento. Mas aí já se tinha passado mais de um terço do tempo disponível, o que se traduziu, na semana seguinte, em acelerado atropelo, que foi difícil de assimilar.

Incidentes no processo de elaboração do documento

Em decorrência da demora inicial, e do pouco tempo disponível, houve alguns incidentes que atrapalharam o processo de elaboração do documento.

Perda do protagonismo das Comissões

O primeiro deles foi a decisão de retirar das Comissões a incumbência de continuar a redação das respectivas partes do documento, para confiá-las à equipe de redação. Esta decisão foi aprovada sem muito discernimento, e justificada em vista da premência do tempo para concluir o documento. Mas ela implicou uma diminuição das responsabilidades das Comissões, que vinham trabalhando bem, e cujo trabalho passava pelo crivo da análise coletiva, o que garantia mais consistência e segurança para os textos produzidos. A partir daí, a redação dependia muito mais do estilo e das opções dos membros da equipe de redação.

Inibição para a apresentação de emendas finais

O regimento da assembléia inibia a apresentação de emendas. Para um membro da assembléia apresentar uma emenda final ao texto, precisava contar com o aval de sete presidentes de conferências episcopais. Ora, isso, evidentemente, desencorajava as iniciativas de modificar o texto. Mesmo apresentando evidentes falhas, poucos se sentiram animados a buscar o apoio de sete presidentes para interpor

uma emenda. Melhor era deixar o texto como estava, cientes de que as circunstâncias em que foi elaborado relevavam essas imperfeições.

Agora, depois do episódio das mudanças introduzidas no texto após a aprovação do documento pela assembléia, o fato evidencia ainda mais o equívoco de querer, *a posteriori*, alterar um texto, cujas mudanças tinham sido tão fortemente desencorajadas pela própria Assembléia quando esta ainda estava em condições de mudá-lo.

Pouca prática de grandes assembléias

Muitos delegados nunca tinham participado das conferências anteriores, nem tinham experiência de grandes assembléias, dada a composição das pequenas conferências episcopais dos países da América Latina. Comparado com o processo de elaboração dos documentos da CNBB, por exemplo, onde cada membro da assembléia tem condições de alterar o texto até o momento de sua votação final, através da apresentação de “destaque” a ser submetido ao plenário, o processo de Aparecida foi muito mais atropelado e inseguro. Faltou prática parlamentar para a assembléia de Aparecida.

Ausência de debates abertos

Muitos problemas da Igreja nem foram citados em Aparecida, muito menos debatidos. Seja por falta de tempo, seja por inviabilidade de consensos, seja, simplesmente, por motivos de agenda, Aparecida não pôde enfrentar alguns problemas que talvez estivessem na expectativa de muita gente.

Nisso esteve presente o senso da medida e da oportunidade. Ficou claro que o ambiente não comportava a discussão de alguns problemas, que iriam ter consensos suficientes na assembléia, e até iriam receber sua desaprovação, provocando recuos em vez de avanços.

Nesse sentido, o grande avanço de Aparecida consistiu em evitar retrocessos e deixar as portas abertas para que os avanços possam ocorrer daqui para a frente.

Indefinição da “missão continental”

Aparecida fez uma proposta ampla e envolvente, na forma de uma “missão continental”, a ser levada em frente por toda a Igreja da América Latina. Mas não foi possível definir como deverá ser tal “missão continental”. Só no último dia a assembléia realizou um breve trabalho em grupos e um plenário para ouvir sugestões sobre esse empreendimento eclesial. Na medida em que ficou indefinido, corre o risco de não ser assumido com convicção.

Desdobramentos de Aparecida

O clima final de Aparecida foi muito positivo e esperançoso. Posteriormente, ele foi colocado à prova pelas mudanças feitas no texto do documento. Mas, em princípio, Aparecida abriu caminhos para desdobramentos fecundos para a vida e a missão da Igreja em nosso continente.

Reafirmação da caminhada da Igreja na América Latina e no Caribe

Independente do tema central, e do texto aprovado, a Conferência de Aparecida transmite uma clara mensagem de retomada da caminhada da Igreja da América Latina. Ela se sentiu confirmada a prosseguir tal caminhada, livre de apreensões ou de suspeitas que com freqüência eram associadas à sua caminhada.

Superação de preconceitos

O clima de confiança e de fraternidade entre os participantes, sob o impacto positivo do exemplo de fé simples e profunda dos peregrinos, ajudou a superar preconceitos que

ainda pudessem existir em torno de questões ligadas à vida eclesial na América Latina.

Abertura para acolhida e complementações

Esta é outra atitude incentivada pelo clima de Aparecida: a acolhida fraterna, no contexto eclesial, sobretudo envolvendo o relacionamento entre comunidades, que permanecem como a realização básica da Igreja, e os movimentos, chamados a enriquecer as comunidades com o testemunho dos seus dons.

Direito de “cidadania eclesial” de muitos valores

Talvez o fato mais consistente, e positivo, de Aparecida esteja nisto: a confirmação tranqüila e pacífica de valores eclesiais, afirmados com serenidade, sem tensões e sem tantas distinções. Tais valores podem ser elencados da seguinte maneira:

- *A opção pelos pobres*, simples, avalizada pelo discurso de Bento XVI, que lhe deu uma clara fundamentação cristológica.
- As “comunidades eclesiais de base”, que no início da Conferência enfrentaram a teimosia de alguns, que do interior da Conferência queriam simplesmente suprimir até sua simples menção, mas que acabaram sendo acolhidas com destaque no documento, mesmo que agora este capítulo tenha sofrido profundas alterações com as mudanças nele introduzidas.
- O método *ver-julgar-agir*, recuperado explicitamente.
- A emergência de *novos sujeitos* (indígenas, afro-americanos, mulher, migrantes).
- A valorização da *Bíblia*, a ser colocada nas mãos do povo.
- A retomada do *Concílio Vaticano II*, citado com serenidade como referência indispensável para a Igreja em nosso tempo.

- *A teologia da libertação*, que nem foi citada, mas foi colocada em prática na maneira como se fez o documento.

Desafios de Aparecida

A Conferência de Aparecida já foi válida só pelo fato de ter reanimado a Igreja da América Latina depois de um tempo de intensos questionamentos internos e diante das dificuldades do nosso continente.

Mas é bom ter presente os grandes desafios que agora se apresentam para a Igreja da América Latina, que está sendo provada como nunca foi em sua história. Acostumada a contar tranqüilamente com as grandes maiorias católicas, se depara com um duplo desafio: diante de si própria, para reencontrar sua identidade, para com ela se posicionar adequadamente na nova realidade que agora se apresenta; diante dos povos da América Latina, para refazer sua identificação com esses povos, para que continue sendo significativa para um povo que não se sente mais obrigado a ser católico.

Para tanto é preciso que encontre novas motivações para que os povos latino-americanos continuem identificando-se com a Igreja Católica. Essas motivações não podem prescindir da autenticidade dos caminhos propostos pela Igreja, que precisam estar fortemente inspirados no evangelho de Cristo.

Nesse sentido, Aparecida acabou descobrindo que ser “discípulos e missionários” de Jesus Cristo não é só um bom tema para uma grande conferência, mas ele recupera o cerne do próprio evangelho de Cristo.

Na verdade, trata-se de retomar a dinâmica fundamental do evangelho de Jesus. E isso requer autenticidade e radicalidade de disposições. Muito mais do que o texto do seu atropelado documento, Aparecida nos aponta para o evangelho de Jesus Cristo, para ser colocado em prática nas circunstâncias de hoje.

Continuidade de Aparecida

Pelo que tudo indica, Aparecida foi uma estação, de onde se parte em arrojada missão. Como estação, pode ter sido precária e provisória. Nem teve grandes lances. Mas os rumos que ela aponta são salutares e generosos.

Não teve grandes avanços. Eles precisam ser feitos daqui para a frente. Seu avanço maior, se quisermos utilizar a palavra, foi evitar retrocessos; resgatar valores; superar resistências, desconfianças e perplexidades; sentir firmeza e seguir em frente.

Também resultou claro que para seguir em frente agora cada instância precisa assumir suas funções: o CELAM, as conferências episcopais, sobretudo as Igrejas locais.

É indispensável garantir o clima favorável para a continuidade da caminhada. E aqui se coloca de novo o desafio de assimilar positivamente o episódio das mudanças do texto, até mesmo levando adiante os esclarecimentos que para isso se fizeram necessários.

Por fim, valorizar Aparecida como uma experiência da dinâmica profunda do Evangelho, que nos envolve para sermos, todos, “discípulos missionários” de Jesus. Uma Conferência que leva a Igreja da América Latina e do Caribe a fazer o reencontro com o Evangelho e com a Missão.

Conclusão

Todo o processo de preparação e realização da Conferência de Aparecida pode ser comparado à escavação de um poço. Feito o poço, encontrado o veio d’água, agora se trata de tirar a água deste poço. A experiência ensina que a primeira água que sai de um poço novo costuma ser turva. Na medida em que se vai tirando mais água, ela vai ficando mais clara.

A água encontrada em Aparecida é aquela que Jesus prometeu à samaritana. Ele quer fazer de cada discípulo missionário uma fonte de água a jorrar, para que todos tenham vida em abundância.



Contexto



Crônica do desenrolar da V Conferência

Agenor Brighenti
(Brasil)

Apesar dos “filtros” pelos quais passou o texto da assembléia de Aparecida, durante e depois dela, para surpresa de todos a V Conferência desembocou em um bom documento final. Deslegitimando tendências que retroagem ao Concílio Vaticano II (n. 100), o *Documento de Aparecida* reafirmou a *tradição latino-americana*: a opção pelos pobres como inerente à fé cristológica (n. 396), as CEBs como célula inicial da estrutura eclesial (n. 178), o método ver-julgar-agir (n. 33) e a relação intrínseca entre conversão pessoal com conversão das estruturas (n. 384).

E, se já não fosse pouco, o *Documento de Aparecida* foi ainda mais longe, trazendo *novidades*, tais como: uma Igreja em estado permanente de missão (n. 162); uma missão de promoção da vida, que não é exclusiva da Igreja e, por isso, a ser levada a cabo em colaboração com outros organismos e instituições (n. 384); como implica mudanças estruturais, faz necessário agir em nível nacional e internacional (n. 384); a pobreza não somente como fruto da exploração, mas como o mundo da insignificância, dos sobrantes e descartáveis (n. 65); a sangria de católicos para outros grupos religiosos como busca sincera de Deus, que não encontram na Igreja (n. 225);

o protagonismo das mulheres na organização pastoral, com efetiva presença em ministérios próprios e nas esferas de planejamento e tomada de decisão (n. 458); e os mártires das causas sociais, como “nossos santos ainda não canonizados” (n. 98).

Como explicar esta grata surpresa? Um milagre de Nossa Senhora Aparecida? Evidente que ela esteve presente, intercedendo por seus filhos mais pobres do continente. Mas, junto dela, há outras razões, que conformam o “espírito do texto” — a tradição latino-americana —, oriundas do contexto em que o texto foi gestado.

A participação das Igrejas locais no processo de preparação

Os bons frutos de Aparecida se alicerçam sobre o processo de preparação da V Conferência. Mas não o processo dos organizadores, que caminhou na contramão das aspirações das Igrejas locais e acabou irrelevante para participantes da assembléia de Aparecida. O *Documento de Participação* adotou uma postura, em grande medida, pré-conciliar, eclipsando o Reino de Deus na eclesiologia, silenciando as vozes proféticas dos mártires latino-americanos das causas sociais, ignorando as CEBs, relegando ao lixo da história o método ver-julgar-agir, desconhecendo a rica contribuição da teologia latino-americana e professando um docetismo cristológico, que descontextualizava o evento histórico Jesus Cristo. O texto encontrou forte reação nas Igrejas locais em geral, como atestam suas contribuições, compiladas pelas conferências episcopais nacionais e enviadas ao CELAM. Apesar disso, não houve mudança de perspectiva. O texto “Síntese das Contribuições Recebidas”, em grande medida, não recolheu as contribuições das Igrejas locais, como era sua função.

Então, tudo fazia crer que essa seria a tônica que se imporia na assembléia e desembocaria no documento final. Entretanto o trabalho de base não tinha sido em vão. Ele foi

decisivo para a formação de uma espécie de “opinião pública” da Igreja no continente, influenciando os delegados da V Conferência. Nos dois primeiros dias da assembléia, dedicados a ouvir as expectativas dos participantes, percebeu-se que eles haviam chegado a Aparecida carregados das “alegrias e das esperanças, das tristezas e das angústias” (GS, n. 1) expressadas por seu povo.

Uma metodologia participativa, ainda que atropeladora

Os bons frutos de Aparecida também se explicam pela metodologia de trabalho adotada. Diferente de Santo Domingo, que seguiu a metodologia do sínodo dos bispos — conferências e reação do plenário —, Aparecida adotou uma metodologia participativa, ainda que atropeladora. De modo feliz, começou-se ouvindo a assembléia, seguindo-se com trabalhos em grupos e em Comissões e Subcomissões temáticas. Pena que era um método impraticável para o curto tempo de que se dispunha, ao menos que se tivesse partido de um “documento de trabalho”. A consequência foi o atropelamento da assembléia, em momentos em que se necessitava de tranquilidade para criar e redigir. E veio o que se temia: na passagem da segunda para a terceira redação do *Documento*, a assembléia perdeu o controle do texto. Transferiu-se para a Comissão de redação, aquilo que era função das Comissões temáticas: a integração ou rejeição de emendas ao texto.

Apesar disso, durante o tempo em que desempenhou seu papel de autor, a assembléia foi sujeito de posicionamentos, muitos deles proféticos. Assim, se por um lado o texto ficou aquém da assembléia, por outro ficou muito além dos que, em nome da novidade das mudanças dos tempos atuais, propunham “virar a página”, virando-a para trás. O *Documento de Aparecida* “virou a página” para frente, nem todas as páginas necessárias para responder aos desafios atuais, mas certamente as suficientes para a Igreja continuar caminhando

no rumo da tradição latino-americana. O texto só não avançou mais porque a assembléia não pôde, em parte em razão da inocência e da desarticulação dos mais puros, em parte por causa da habilidade dos mais astutos.

Uma assembléia com tensões e um documento sem contradições

A assembléia de Aparecida foi marcada por um espírito de grande cordialidade, o que não escondeu sua diversidade e pluralismo. Ainda na primeira semana de trabalho, explicitaram-se tensões de diversa índole: entre leigos de movimentos e leigos das pastorais e das CEBs; entre religiosos e membros das novas comunidades de vida; entre antifeministas e defensores de uma Igreja ministerial, que incluía também as mulheres; entre guardiãs da vida em âmbito mais restrito (vida intra-uterina e eutanásia) e defensores da vida em sentido amplo, do nascimento à morte, incluída a pobreza; entre agentes de uma ação evangelizadora calcada no âmbito espiritual e religioso e os que incluem até a ecologia e a questão da Amazônia; entre bispos de movimentos e bispos sensíveis a uma Igreja autóctone; entre bispos eurocentristas e bispos defensores da tradição latino-americana; entre os que partem de princípios gerais e os que partem da realidade; etc.

Diante de tamanhas diferenças, era de esperar momentos de debate. Mas em Aparecida não houve debate. Administraram-se as tensões e as crises politicamente, evitando-se entrar na discussão. Mas um consenso sem explicitação das diferenças carrega, sempre, tensões subjacentes. Daí as aparentes contradições do texto, dado que nem todas as posições têm o mesmo peso. Há afirmações hegemônicas, que perpassam todo o *Documento*, fazendo parte do “espírito do texto” — a tradição latino-americana; e há afirmações residuais, mais periféricas, que entraram no texto para que outras proposições pudessem também ser contempladas, mas que não exprimem seu espírito. Por exemplo, para que as CEBs

entrassem como “lugar de estruturação inicial da Igreja”, teve-se de contemplar a importância dos movimentos; para que voltasse o método ver-julgar-agir, teve-se de aceitar que, na parte do ver, se começasse com uma profissão de fé; para que a mulher fosse destacada como protagonista na Igreja e na sociedade, teve-se, também, de reafirmar seu papel no lar, como mãe de família; para que os religiosos fossem reconhecidos em seu profetismo e inserção nos meios mais pobres — “elemento decisivo para a missão” — teve-se de reconhecer a importância das “novas comunidades de vida” etc. São contradições aparentes, pois, além de não exprimirem o “espírito do texto”, o próprio *Documento* se encarregou de pontualizá-las.

A superação dos momentos de crise da assembléia

A fuga do debate não impediu momentos de crise, superados pela própria assembléia. Eles foram basicamente quatro.

O discurso inaugural do papa

Fator importante para a afirmação da assembléia, na perspectiva da tradição latino-americana, foi o *discurso inaugural* de Bento XVI. Para desconcerto dos segmentos conservadores, o papa, em vez de fechar, abriu portas para uma evangelização sintonizada com a causa dos mais pobres, contribuindo decisivamente para o bom êxito da Conferência de Aparecida. Não poucos esperavam que o papa colocasse balizas ou pontualizasse a tradição latino-americana, tal como João Paulo II havia feito em Puebla e Santo Domingo. Entretanto, em vez de ser coercitivo, o papa foi propositivo.

A definição do esquema geral do documento final

Depois de uma primeira semana de trabalho participativo, muito rica, de posse das sugestões da assembléia, a

Comissão de redação, integrada por oito bispos e assistida por quatro peritos, teve a missão de redigir uma proposta de esquema geral do documento final. O texto vazou, provocou fortes reações e, antes de ser apresentado à assembléia, foi abortado pela presidência. O projeto, em grande medida, desconhecia as contribuições da assembléia durante a semana. Deixava de lado o método ver-julgar-agir, estruturava-se em torno de um cristomonismo que eclipsava o Espírito Santo e não descia a opções ou compromissos pastorais. Uma nova proposta foi elaborada e apresentada à assembléia, que desconhecia oficialmente a primeira. Teve a aprovação de dez dentre os 15 grupos de trabalho, mas foi assumido por todos com certas emendas, como a inclusão das CEBs, da mulher, dos ministérios laicais e da ecologia, questões difíceis, que teriam idas e vindas durante a redação do texto final.

A “síntese das contribuições recebidas” como “documento de trabalho”

A Conferência de Medellín teve um *documento de trabalho* como ponto de partida, o que também explica seu excelente texto. Por sua vez, as conferências de Puebla e Santo Domingo também tiveram um *documento de trabalho*, só que não puderam fazer deles ponto de partida da assembléia. Era já o controle da participação das Igrejas locais e das conferências episcopais nacionais, com predomínio da metodologia do sínodo dos bispos. Já Aparecida, ainda que tivesse tido um processo oficial de preparação frustrante, teve um final feliz. Até mesmo a nomenclatura dos documentos prévios dá conta da decisão de desvincular o processo de preparação com o trabalho da assembléia: o texto de preparação foi denominado não de “consulta”, mas “Documento de Participação”; o resultado da coleta da participação, que, conforme se havia anunciado, chamar-se-ia “Documento de Síntese” (não de “trabalho”, mas pelo menos “documento”), no final, nem o termo “documento” ficou, sendo titulado “Síntese das Contribuições Recebidas”. Entretanto nem “síntese” era, pois

em grande medida não acolheu as contribuições enviadas. O fato é que a assembléia, em Aparecida, teve de partir da “estaca zero”. E foi nesse contexto que, depois da entrega da primeira redação, enquanto as Comissões trabalhavam na integração das emendas para a segunda redação do documento final, que se apresentou às Comissões temáticas a proposta de fazer do texto “Síntese das Contribuições Recebidas” o “Documento de Trabalho” da Conferência. A iniciativa não só foi mal recebida como gerou mal-estar. Na verdade, tratava-se de uma consulta prévia, com a intenção de levar a proposta para votação em plenário. Felizmente, já era tarde para as vítimas de seu próprio veneno.

Poderes especiais para a Comissão de redação

O *Documento de Aparecida* ficou aquém da assembléia, em parte por causa dos “filtros” da Comissão de redação. Na passagem da segunda para a terceira redação, a assembléia perdeu o controle do texto. A presidência, alegando falta de tempo hábil para chegar à quarta redação, em detrimento das Comissões temáticas, solicitou à assembléia que delegasse à Comissão de redação a tarefa de integrar emendas. Houve quem tomasse a palavra, expressando a gravidade da mudança metodológica em prejuízo da assembléia. Tinha-se consciência dos filtros da Comissão de redação. Mas, dada a real limitação do tempo, aceitou-se a proposta, mas com o recurso de sete presidentes de conferências nacionais poderem apresentar uma emenda, que obrigatoriamente teria de ser submetida à votação da assembléia. O procedimento foi respeitado em parte. Houve 25 emendas nesta modalidade, oriundas dos setores comprometidos com a tradição latino-americana, algumas delas estampando assinatura de até 12 presidentes. Quase todas foram submetidas à votação do plenário e foram aprovadas. Já algumas, em desconformidade com o regimento, foram contestadas por alguns membros influentes da assembléia e nem foram submetidas à votação.

Uma assembléia em interação com atores externos

A grata surpresa do bom texto elaborado pela Conferência de Aparecida deve-se também ao que ocorreu em torno da Basílica de Aparecida. Por exemplo, foi a primeira assembléia realizada com a presença de telefone celular e internet. Com isso, por mais que se isolasse o recinto da assembléia do acesso de pessoas estranhas, quase que simultaneamente se podia acompanhar, do lado de fora, o que estava acontecendo dentro dela e influir sobre seus atores. Segundo, também foi a primeira assembléia realizada em um local público — o Santuário de Aparecida —, para onde acorrem diariamente milhares de pessoas e mais de 60 mil pessoas nos finais de semana. Somado a isso, a hospedagem em hotéis próximos ao Santuário permitiu aos bispos e demais delegados da Conferência o contato direto com a religiosidade popular, uma riqueza registrada pelo documento final.

Terceiro, fato novo na Conferência de Aparecida foi a presença de teólogos, prestando serviço e assessorando os bispos, do lado de fora da assembléia, mas não de forma clandestina ou paralela. Alguns foram trazidos pelas próprias conferências episcopais, mas a maior parte foi reunida pela *Amerindia*. Com o consentimento da presidência do CELAM, os teólogos reunidos pela *Amerindia*, juntamente com os trazidos pelas conferências nacionais, organizaram vários encontros com participantes bispos, religiosos e leigos, em separado e conjuntamente, para traçar estratégias, debater certas questões e fazer determinados acordos. Foram inúmeros os textos redigidos, assim como foram centenas as emendas elaboradas para melhorar o texto, em grande medida acolhidos pela assembléia através da proposição de membros seus. A influência desses teólogos foi muito maior do que se pode imaginar, contribuindo decisivamente na reafirmação da tradição latino-americana e para o avanço das novas proposições.

Quarto, entre as iniciativas em torno da Basílica, também não se pode deixar de mencionar a força simbólica do *Fórum*

de *Participação da V Conferência*, idealizado por organismos de pastoral da Igreja no Brasil. Foram três iniciativas significativas, no ensejo de estreitar laços com o trabalho dos bispos e demais delegados reunidos. A primeira foi o *Seminário Latino-Americano de Teologia*, sob a coordenação do Conselho Nacional de Leigos, organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Estiveram presentes pessoas de quase todos os estados do Brasil e de 16 países da América Latina e Europa. O evento foi transmitido pela internet e assistido por 27 salas, somente no Brasil. A segunda iniciativa foi a *Romaria das Comunidades de Base, das Pastorais Sociais e da Pastoral da Juventude*, que saiu à meia-noite da cidade de Roseiras e chegou ao Santuário de Aparecida para a missa das oito da manhã. Foram mais ou menos 5 mil pessoas apostando no modo popular de ser Igreja. A terceira iniciativa foi a *Tenda dos Mártires*, armada às margens do Rio Paraíba, próximo ao Porto de Itaguaçu, onde foi encontrada a imagem de Maria Aparecida. A simplicidade da tenda e do recinto, decorados com estampas das centenas de mártires latino-americanos, dava ao local de terra batida um caráter sagrado, que convidava a tirar as sandálias e deixar-se tocar por seu testemunho heróico. Diariamente, durante todo o período da assembléia, celebrações, ofício das comunidades, reflexões e missas reuniram a comunidade local e tiveram a presença de vários bispos da V Conferência.

Concluindo

A V Conferência, cuja assembléia geral ocorreu em Aparecida, demonstra mais uma vez a importância decisiva no processo de preparação, de participação das igrejas locais. Suas contribuições criaram uma espécie de “opinião pública eclesial”, que influenciou diretamente sobre os delegados da Conferência. Foi a participação das Igrejas locais no processo de preparação, bem como de outros atores externos durante a assembléia de Aparecida, de modo especial de teólogos, que possibilitou a auto-afirmação da assembléia como Igreja autóctona, ciosa de sua tradição e identidade, solenemente reafirmada e reimpulsionada no novo contexto.



Aparecida à luz das conferências do Rio, Medellín, Puebla e Santo Domingo

José Oscar Beozzo
(Brasil)

Introdução

Em Aparecida retomou-se o método próprio da pastoral e da teologia latino-americanas, que havia sido barrado na anterior Conferência de Santo Domingo (1992) e no Sínodo da América (1997), o método “ver, julgar e agir”.

Globalização excludente

A Conferência de Aparecida, ao descrever “a realidade que nos interpela como discípulos e missionários” (DA, n. 2.1), apresenta-a marcada por mudanças que “afetam profundamente nossas vidas” e acrescenta: “A novidade dessas mudanças, diferentemente do ocorrido em outras épocas, é que elas têm alcance global que, com diferenças e matizes, afetam o mundo inteiro” (DA, n. 34).

Foi sob o prisma da globalização que se moveu a análise, reconhecendo que este novo cenário mundial acelerou os movimentos demográficos migratórios em larga escala; tornou-se a chave para a compreensão das mudanças nas outras áreas: política, cultural e religiosa; na esfera da segurança nacional e inter-

nacional; no âmbito dos mercados, em termos de mão-de-obra, produção, comércio e finanças; no campo da ciência e tecnologia, de modo particular no das biotecnologias e das comunicações; no domínio do meio ambiente. A natureza foi submetida a crescente pressão pela aceleração do ritmo de exploração, devastação e exaustão dos recursos naturais e pelas desastrosas mudanças climáticas, fruto do aquecimento global. Destacou, ainda, o modelo de globalização calcado na desregulamentação das antigas barreiras éticas, sociais e trabalhistas ao livre jogo do mercado capitalista. A globalização representou, ao lado de novas possibilidades, a imposição de dura servidão às grandes maiorias empobrecidas ou simplesmente de sua exclusão, no torvelinho da implacável concorrência que privilegia e favorece os detentores do conhecimento e da tecnologia, os mais fortes, ricos e poderosos, seja em termos de nações e classes sociais, seja em termos de empresas e indivíduos.

Por outro lado, movimentos sociais, Igrejas e mesmo países inteiros vêm-se organizando para opor-se ao modelo de globalização neoliberal. Os fóruns sociais mundiais representam uma articulação inédita de nível internacional para organizar propostas de uma globalização alternativa que leve em conta os interesses das maiorias e os limites do meio ambiente, que vise à dimensão social e não apenas econômica; que globalize não apenas o capital e o lucro mas também a partilha e a solidariedade.

Constatou-se também que todos esses elementos estão cada vez mais conectados entre si, operando entrelaçados e em crescente simbiose, como na dupla hélice do DNA.

O global e o local

Global e local são, por sua vez, frente e verso da mesma moeda. Pessoas, instituições e eventos acontecem e evoluem em determinado espaço e num preciso momento. Ao mesmo tempo que são afetados pelas condições globais, operam localmente. Nunca, como nesta V Conferência, o lugar onde

esta se desenrolou desempenhou papel tão marcante e decisivo.

Milhares de peregrinos acudindo em romaria ao Santuário da Padroeira do Brasil acabaram envolvendo e comovendo os bispos, imprimindo à Conferência de Aparecida marca toda especial em relação às conferências anteriores.

É claro que cada lugar carrega em si um ou mais significados do ponto de vista geográfico, político, social ou religioso e pode incorporar novas significações à medida que eventos ou pessoas ali acrescentam sua marca ou deixam registrada sua passagem. Alguns lugares podem transformar-se em referências históricas ou deixar-se impregnar por uma irresistível aura de sagrado. Árvores e montanhas, nascentes e rios, lagos e florestas, grutas e desertos, curvas e encruzilhadas podem transformar-se em lugares únicos, lugares “altos”, em que céus e terra se encontram, em que divino e humano se entrelaçam.

Mesmo que sejam usados de maneira prosaica e utilitária, esses espaços não são indiferentes. Isso vale para os grandes encontros eclesiais que marcaram a caminhada recente da Igreja no continente latino-americano e caribenho.

Lugares e significações

Que tenha acontecido em Roma e não na América Latina, o Concílio Plenário Latino-Americano (28 de maio a 9 de julho de 1969) deixou sinalizada sua proposta de fundo: operar, a partir da Santa Sé, a reforma e uniformização de um catolicismo marcado pelo padroado régio da Espanha e Portugal e pelo rígido controle estatal durante todo o período colonial. Após as independências nacionais, tal catolicismo ficou à deriva, praticamente sem bispos e submetido aos embates entre liberais e conservadores pelo controle político das Igrejas locais. Caracterizou-se, ainda, pelos escassos e incertos laços com o centro romano. É, pois, com razão, que o Concílio foi visto como etapa importante no processo da

assim chamada “romanização” do catolicismo latino-americano e caribenho, com todas as conseqüências positivas, mas também negativas. A romanização produziu um catolicismo mais interiorizado, mas fortemente centrado no clero. Pagou também o preço de um distanciamento das culturas locais e de um retraimento para a esfera mais privada da família e das consciências individuais, com escassa incidência na vida cultural, social e política das sociedades latino-americanas.

A I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, no Rio de Janeiro (25 de julho a 4 de agosto de 1955), logo após o encerramento do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional (17 a 24 de julho), assinalou a crescente importância numérica do catolicismo da região no conspecto da Igreja universal, a tomada de consciência de suas possibilidades, mas também de muitas de suas fragilidades e lacunas. O Congresso Eucarístico Internacional de Buenos Aires, em 1934, que recebera como legado pontifício o então secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Eugenio Pacelli, futuro Pio XII, colocara, por primeira vez, a Igreja do continente no circuito dos grandes eventos internacionais do catolicismo contemporâneo. O XXXVI Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro (1955), ao repetir o evento em terras americanas, agora no Brasil, reconhecia a importância da Igreja brasileira, com a bem-sucedida criação de sua Conferência Nacional de Bispos (1952), a CNBB. A iniciativa romana de convocar logo após o Congresso a I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho mostrava a urgência de uma articulação continental, para enfrentar problemas e desafios que se revelavam semelhantes em quase todos os países da região. O principal resultado da Conferência foi a criação do CELAM, Conselho Episcopal Latino-Americano.

A escolha de Medellín (26 de agosto a 7 de setembro de 1968), por ocasião do XXXIX Congresso Eucarístico Internacional, em Bogotá (18 a 25 de agosto de 1968), representou nitidamente a intenção de reforçar as estruturas colegiais da Igreja

caucionadas pelo Concílio Vaticano II e representadas continentalmente pelo CELAM, cuja sede encontrava-se na Colômbia.

Puebla (27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979) colocou na ordem do dia o catolicismo mexicano, com toda a sua marca guadalupana e popular, com a força da segunda Igreja mais numerosa do continente, mas também com a realidade de um Estado até então opondo-se à religião majoritária do povo, desde as reformas liberais de Juarez (1858) até os artigos jacobinos da Constituição de 1917 e as sangrentas jornadas das perseguições do presidente Calles e do levante armado dos Cristeros (1928).

Santo Domingo (12 a 28 de outubro de 1992), aberta na data mesma dos 500 anos da chegada de Colombo às ilhas do Mar do Caribe, acordou a América Latina para a complexa realidade do Caribe. Este não pode ser caracterizado, sem mais, como “latino”. É “latino”, sim, com sua marca hispânica (Cuba, Santo Domingo, Porto Rico), mas também francesa (Haiti, Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa), sem esquecer, porém, da onipresente população trazida da África, em mais de trezentos anos de ininterrupto tráfico negreiro. De modo algum, “latino”, caso percorramos o Caribe a partir da antiga colonização britânica (Jamaica, Barbados, Guiana etc.), holandesa (Curaçao, Aruba, Suriname e demais Antilhas Holandesas), dinamarquesa (Ilhas Virgens) e, mais recentemente, norte-americana (Ilhas Virgens e Porto Rico). De raízes católicas sim, mas também de sólidas raízes anglicanas, calvinistas, luteranas, ali plantadas ainda nos séculos XVI, XVII e XVIII. A maioria dos países caribenhos ostentam maiorias protestantes e evangélicas e não-católicas, como no restante do continente.

Aparecida: opção inesperada

A escolha do local da V Conferência sofreu oscilações e percalços. A zona andina, mais precisamente Quito, no Equador, foi apontada pelo CELAM para sediar a Conferência, já que as outras regiões haviam acolhido alguma das anterio-

res: Brasil, mais ao sul (1955); Colômbia, mais ao norte (1968); México, na zona centro-norte-americana (1979) e Santo Domingo, no Caribe (1992). Entraram, depois, no páreo Chile e Argentina, pleiteando como sede Santiago e, de modo mais insistente, Buenos Aires, alegando o desconforto da altitude de Quito para prelados mais idosos. A precária saúde de João Paulo II e o desejo manifestado pelo pontífice de abrir a V Conferência conspiraram a favor de Roma.

Nem o Brasil nem o Santuário de Aparecida estavam no leque das candidaturas e propostas.

No Santuário, a sede dos trabalhos

Levar a Conferência para os espaços mesmos da Basílica Nacional de Aparecida teve profundas implicações sobre o seu desenrolar e seus resultados.

As anteriores conferências estiveram confinadas a locais que não deixaram maior traça na tessitura mesma dos documentos, a não ser pelo fato de serem seminários, espaços ligados à formação de um segmento minoritário e bem preciso do corpo eclesial: o da hierarquia eclesiástica e, mais precisamente, do clero diocesano. Assim aconteceu com o Concílio Plenário, realizado nas dependências do Colégio Pio Latino-Americano de Roma, fundado por Pio IX em 1858, ano da proclamação do dogma da Imaculada Conceição, como lugar de formação do clero, mas de modo particular dos futuros bispos do continente. O mesmo repetiu-se com a II Conferência, realizada nos aforas da cidade de Medellín, para lá da zona de favelas de Loreto, sobre uma colina de onde se podia avistar a cidade, mas bem afastado do bulício e da agitação da vida urbana, longe dos seus ruídos e dos seus problemas humanos e sociais.

Não foi diferente a escolha no México, com os bispos isolados por detrás dos muros do Seminário Palafoxiano de Puebla. No Rio de Janeiro, a I Conferência fora acolhida nas dependências do *Sacré Coeur* de Jesus, um colégio de reli-

giosas francesas voltado para a formação da elite feminina da cidade e construído no então elegante bairro de Laranjeiras. Em Santo Domingo, para escândalo de muitos, os bispos foram alojados em hotéis de luxo do turismo internacional e reuniam-se nas dependências rigidamente protegidas e isoladas da Casa dos Cursilhos de Cristandade da capital. Pode ser que a troca de seminários para o espaço menos clerical de um movimento leigo de classe média não estivesse de todo alheia à proposta de uma nova evangelização, “com especial protagonismo dos leigos” (*SD*, n. 302).

Repetiu-se em Aparecida a escolha de alojar os bispos em hotéis, mas de caráter mais modesto, típicos de uma cidade de romarias, a exceção ficando para os bispos brasileiros hospedados no prédio do Seminário Bom Jesus. Os cinco hotéis reservados para os participantes da Conferência estavam agrupados em torno da Basílica Velha, nos altos da cidade e na avenida que ladeia a Basílica Nova. Tiveram de modernizar-se, de modo particular no que tange a seu sistema de comunicações, tornando disponíveis para os hóspedes computadores com acesso à internet no sistema de banda larga e dotando todos os apartamentos e demais dependências dos hotéis de tecnologia “wireless”, de acesso sem fio à internet. A exigência colocava a Conferência e seus participantes na onda da principal característica da atual globalização, a “conectividade” entre as máquinas e o acesso 24 horas à rede mundial de computadores.

Liturgia celebrada com o povo

Decisão mais crucial ainda foi a de romper o isolamento na esfera litúrgica imposto aos participantes das conferências anteriores. As celebrações eucarísticas deixaram de ser privativas dos delegados e convidados, como também acontecera no Concílio Vaticano II, nos sínodos e nas conferências latino-americanas anteriores, para tornarem-se momentos celebrativos abertos a todo o Povo de Deus. Isso obrigou a que cânticos e orações se realizassem preferentemente na língua

do lugar, acolhendo ao mesmo tempo um grande número de músicas do hinário mais popular do Brasil e dos demais países da América Latina e do Caribe.

É claro que desagradou a excessiva hierarquização dos lugares, ocupando os cardeais a primeira fila ao redor do altar, seguidos pelos arcebispos, bispos, presbíteros, religiosos(as), diáconos e, por último, leigos e leigas. Podia-se, por outro lado, notar que a disposição não formava uma pirâmide, mas círculos concêntricos, não elevados, mas ao mesmo nível do restante dos fiéis que ocupavam a Basílica.

Havia dias em que era nítido um descompasso maior entre a celebração pensada para os membros da Conferência, com a homília a eles dirigida, e a multidão de romeiros que se apinhava pelas naves e átrios da Basílica. O desencontro revelou-se mais agudo no dia de Pentecostes, quando o presidente da celebração, em momento algum, saudou aquela massa popular de mais de 40 mil romeiros que participavam da celebração. Por conta própria, entretanto, eles se inseriram na celebração, aplaudindo o cortejo dos bispos na entrada e na saída ou somando-se aos cantos entoados pelo coral. Sentiram-se tomados em conta apenas no final, quando os redentoristas da Basílica tomaram o microfone, realizaram a bênção dos romeiros e dos objetos que traziam e entoaram o tradicional cântico à Padroeira: “Dai-nos a bênção, ó Mãe querida, Nossa Senhora Aparecida!”

Romeiros e romarias

Ao longo dos dias, os bispos foram sendo tocados por aquele fluxo contínuo de romeiros que chegavam cantando e rezando, desde a madrugada, ou que transitavam lenta e pacientemente, em silencioso cortejo, subindo a rampa por detrás do altar, para passar diante da pequena imagem negra da Virgem, rezando com o corpo, as mãos ou apenas com o

olhar agradecido e suplicante, em gesto de muda presença,
tão bem captado pela canção “Romaria”, de Renato Teixeira:

É de sonho, é de pó
O destino de um só
Feito eu perdido em pensamento
Sobre o meu cavalo.
É de laço, é de nó,
De gibeira o jiló
Dessa vida,
Cumprida a sol.

Sou caipira pirapora,
Nossa Senhora de Aparecida,
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida.

O meu pai foi peão,
Minha mãe, solidão,
Meus irmãos perderam-se na vida,
A custa de aventuras.
Descasei e joguei,
Investi,
Desisti,
Se há sorte, eu não sei,
Nunca vi.

Sou caipira pirapora,
Nossa Senhora de Aparecida,
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida.

Me disseram, porém,
Que eu viesse aqui,
Pra pedir, de romaria e prece,
Paz nos desalentos.
Como eu não sei rezar,
Só queria mostrar
Meu olhar, meu olhar, meu olhar.

Os pobres e os romeiros nos evangelizam

Em Puebla, os bispos reconheceram:

O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das comunidades de base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus (*DP*, n. 1147).

Em Aparecida, os bispos tocaram com as mãos, e de modo bem visível e concreto, a experiência da fé e piedade do povo dos pobres, batendo à porta do Santuário e encontrando ali uma presença materna e acolhedora, misericordiosa e esperançosa do Deus dos pequenos e humildes. Reconheceram, então, com humildade, no documento final, que aquele povo dos romeiros os tocara e evangelizara:

Sentimo-nos acompanhados pela oração de nosso povo católico, representado visivelmente pela companhia do Pastor e dos fiéis da Igreja de Deus em Aparecida, e pela multidão de peregrinos de todo o Brasil e de outros países da América ao Santuário, que nos edificaram e evangelizaram (*DA*, n. 3).

Na narrativa do Gênesis, Jacó, em sua viagem de Bersabéia para Harã, ao cair do sol, pára num local, ali acampa, adormece e tem um sonho em que recebe aquela terra por herança, ouvindo, então, de Deus a promessa:

“Eu estou com você e o protegerei em qualquer lugar aonde você for. Depois eu o farei voltar a esta terra, pois nunca o abandonarei, até cumprir o que prometi”. Ao despertar, Jacó disse: “De fato Javé está neste lugar e eu não sabia disso”. Ficou com medo e disse: “Esse lugar é terrível. Não é nada menos que a CASA DE DEUS E A PORTA DO CÉU”. Levantou-se de madrugada, pegou a pedra que lhe havia servido de travesseiro, ergueu-a como estela e derramou óleo por cima. E chamou esse lugar de BETEL. Mas antes a cidade se chamava Luza.

Jacó fez, então, este voto: “Se Deus estiver comigo e me proteger no caminho por onde eu for, se me der pão para comer e roupas para vestir, se eu voltar são e salvo para a casa do meu pai, então Javé será meu Deus. E esta pedra que ergui como estela será uma CASA DE DEUS (BET-EL) e eu te darei a décima parte de tudo o que me deres” (Gn 28,15-20).

A exclamação “*Domus Dei et janua coeli*”, “morada de Deus e porta do céu”, lugar da bênção e da promessa, resume bem a experiência profunda de Jacó, mas também dos romeiros, que o bispos bem captaram ao vislumbrarem em Aparecida, semente e promessa de uma CASA COMUM para todo o continente, fundada na justiça, na acolhida aos pobres e às suas necessidades:

Assim se expressou o papa Bento XVI no santuário mariano de Aparecida:¹ para que nossa casa comum seja um continente da esperança, do amor, da vida e da paz há que ir, como bons samaritanos, ao encontro das necessidades dos pobres e dos que sofrem e criar “as estruturas justas que são uma condição sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade...” (DA, n. 537).

Somos estrangeiros e peregrinos (1Pd 2,11)

Aparecida ajudou também a retomar o tema da caminhada e a imagem tão fecunda de uma Igreja peregrina, desinstalada e pronta a acompanhar um povo que, tangido pela pobreza, guerras civis, desastres econômicos e ambientais, vai-se transformando num povo de migrantes:

Reconhecemos o dom da vitalidade da Igreja que peregrina na América Latina e no Caribe, sua opção pelos pobres, suas paróquias, suas comunidades, suas associações, seus movimentos eclesiais, novas comunidades e seus múltiplos serviços sociais e educativos. Louvamos ao Senhor por ter feito deste continente um espaço de comunhão e comunicação de povos e culturas indígenas. Também agradecemos o protagonismo que vão adqui-

¹ *Discurso inaugural*, n. 4.

rindo setores que foram deslocados: mulheres, indígenas, afro-americanos, homens do campo e habitantes de áreas marginais das grandes cidades (DA, n. 128).

Essa Igreja de um povo de peregrinos antecipa o final dos tempos, quando Deus reunirá todos aqueles que vêm da grande tribulação para o banquete do Cordeiro:

A Igreja peregrina vive antecipadamente a beleza do amor que se realizará no final dos tempos na perfeita comunhão com Deus e os homens.² Sua riqueza consiste em viver, já neste tempo, a “comunhão dos santos”, ou seja, a comunhão nos bens divinos entre todos os membros da Igreja, em particular entre os que peregrinam e os que já gozam da glória³ (DA, n. 160).

Casa e santuário: as duas pontas da espiritualidade popular

A espiritualidade popular acontece por primeiro na casa, nutre-se do leite materno. É nos joelhos da mãe que a criança aprende a colocar as mãos em prece, a fazer o sinal da cruz, a balbuciar a ave-maria e o pai-nosso. É diante de um altar doméstico que a família reza o terço, acende uma vela, faz uma promessa, celebra suas alegrias e derrama suas lágrimas.

Aquela experiência doméstica ganha uma dimensão mais pública quando as pessoas partem em peregrinação e seus gestos de piedade se somam a milhares de outros, ganhando uma nota de comunhão eclesial mais ampla e universal. Os bispos não ficaram alheios a essas demonstrações coletivas da fé popular. Como não reconhecer a experiência concreta daqueles dias em Aparecida, quando a Conferência de Aparecida se debruça com empatia e sensibilidade sobre a espiritualidade popular?

² Cf. BENTO XVI. Homília na eucaristia de inauguração da V Conferência do Episcopado Latino-Americano, 13 de maio de 2007, Aparecida, Brasil.

³ Cf. LG, n. 49.

Entre as expressões desta espiritualidade contam-se: as festas patronais, as novenas, os rosários e *vias-sacras*, as procissões, as danças e os cânticos do folclore religioso, o carinho aos santos e aos anjos, as promessas, as orações em família. Destacamos as peregrinações, onde é possível reconhecer o Povo de Deus a caminho. Aí o cristão celebra a alegria de se sentir imerso em meio a tantos irmãos, caminhando juntos para Deus, que os espera. O próprio Cristo se faz peregrino e caminha ressuscitado entre os pobres. A decisão de caminhar até o santuário já é uma confissão de fé, o caminhar é um verdadeiro canto de esperança e a chegada é um encontro de amor. O olhar do peregrino se deposita sobre uma imagem que simboliza a ternura e a proximidade de Deus. O amor se detém, contempla o mistério, desfruta dele em silêncio. Também se comove, derramando todo o peso de sua dor e de seus sonhos. A súplica sincera, que flui confiante, é a melhor expressão de um coração que renunciou à auto-suficiência, reconhecendo que sozinho nada pode. Um breve instante condensa uma viva experiência espiritual (DA, n. 259).

Aí o peregrino vive a experiência de um mistério que o supera, não só da transcendência de Deus, mas também da Igreja, que transcende sua família e seu bairro. Nos santuários, muitos peregrinos tomam decisões que marcam suas vidas. As paredes dos santuários contêm muitas histórias de conversão, de perdão e de dons recebidos que milhões poderiam contar (DA, n. 260).

Pena que poucos bispos estiveram presentes na Basílica, na manhã do domingo 20 de abril, para encontrar-se com a grande romaria das CEBs, da Pastoral da Juventude, Pastoral Carcerária e das demais pastorais sociais congregadas sob o lema: POVO DE DEUS COM JESUS LIBERTADOR, RUMO A APARECIDA. Os romeiros caminharam toda a noite, retomando nas paradas as intuições maiores de cada uma das cinco conferências: do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida.

Fizeram também memória dos milhares de mártires da América Latina e do Caribe, até agora pouco reconhecidos oficialmente, que deram sua vida em testemunho de fé e de compromisso com o seguimento de Jesus em meio aos pobres e injustiçados.

Ali tocariam de perto a experiência tão fecunda da junção entre espiritualidade popular e leitura orante da Bíblia, entre fé popular e luta pela justiça e pela transformação social e política de nossas sociedades, entre Batismo e empenho apostólico, além de conferir a profunda piedade e eclesialidade das CEBs. Essa presença da Igreja dos Pobres prolongou-se por toda a Conferência na Tenda dos Mártires, uma evocação viva da memória daqueles e daquelas que entregaram suas vidas pela causa do Evangelho, da justiça em favor dos pobres e da defesa dos direitos humanos dos mais vulneráveis e excluídos. Provavelmente, o clamor de tantas vozes no continente e o sinal vivo da Tenda dos Mártires fez com que Aparecida, ao contrário de Santo Domingo, não esquecesse os mártires do continente, ainda que em breves referências.

Os mártires da caminhada

No *Documento de Aparecida*, a temática do martírio aparece associada à da missão e à comunidade, de modo particular às comunidades eclesiais de base. Alinhavamos a seguir três passagens do documento que apontam nesta direção.

Missão e martírio

Identificar-se com Jesus Cristo é também compartilhar seu destino: “Onde eu estiver, aí também estará o meu servo” (Jo 12,26). O cristão vive o mesmo destino do Senhor, inclusive até a cruz: “Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, carregue a sua cruz e me siga” (Mc 8,34). Estimula-nos o testemunho de tantos missionários e mártires de ontem e de hoje em nossos povos que têm chegado a compartilhar a cruz de Cristo até à entrega da própria vida (DA, n. 140).

CEBs e martírio

Na experiência eclesial de algumas igrejas da América Latina e do Caribe, as comunidades eclesiais de base têm sido escolas que

têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros (DA, n. 178).

Comunidades e martírio

Nossas comunidades levam o selo dos apóstolos e, além disso, reconhecem o testemunho cristão de tantos homens e mulheres que espalharam em nossa geografia as sementes do Evangelho, vivendo valentemente a fé, inclusive derramando seu sangue como mártires. Seu exemplo de vida e santidade constitui um presente precioso para o caminho cristão dos latino-americanos e, simultaneamente, um estímulo para imitar suas virtudes nas novas expressões culturais da história. Com a paixão de seu amor a Jesus Cristo, foram membros ativos e missionários em sua comunidade eclesial. Com valentia, perseveraram na promoção dos direitos das pessoas, foram perspicazes no discernimento crítico da realidade à luz do ensino social da Igreja e críveis pelo testemunho coerente de suas vidas. Nós, os cristãos de hoje, acolhemos sua herança e nos sentimos chamados a continuar com renovado ardor apostólico e missionário o estilo evangélico de vida que nos transmitiram (DA, n. 275).

De Aparecida lançai as redes ao mundo

Aparecida transformou-se, finalmente, em referência mística e espiritual para a missão. Assim como das praias do lago da Galiléia, em que Jesus chamou os primeiros discípulos e de onde os enviou como discípulos/missionários para serem pescadores de seres humanos, assim também da Conferência e mais precisamente de Aparecida partiu o convite para lançar as redes para a missão continental e mundial: “Agora, desde Aparecida, convida-os a lançar as redes no mundo, para tirar do anonimato aqueles que estão submersos no esquecimento e aproximá-los da luz da fé. Ela, reunindo os filhos, integra nossos povos ao redor de Jesus Cristo” (DA, n. 265).



O ir e vir do método ver-julgar-agir

A metodologia ver-julgar-agir: um ícone da teologia e da pastoral latino-americana e caribenha

José Marins
(Brasil)

O método em geral

O método “ver-julgar-agir”, eliminado de Santo Domingo,⁴ causou fortes discussões nos primeiros momentos da assembléia de Aparecida.⁵ De fato, não é uma mera técnica de trabalho grupal, antisséptico e inocente. Pelo contrário, método é conteúdo, e o conteúdo está no método. Ele se orienta para o aspecto comunitário; permite às pessoas ser sujeitos co-responsáveis e realizar uma ação de conjunto, inteligentemente planejada e perseverantemente executada. “É

⁴ O “Documento de Participação” preparado pelo CELAM exclui o método ver-julgar-agir. Em resposta às reações das conferências episcopais, o “Documento de Síntese das Contribuições Recebidas” opta por um procedimento dedutivo que, de fato, não permite ver a realidade.

⁵ Os críticos (eclesiásticos) vêem no método um relativismo implícito, como se a verdade pudesse ser elaborada mediante consensos obtidos através do processo “ver-julgar-agir”. Muitos vêem também, no esquema dos três passos, sobrepor-se uma espiritualidade “horizontal” associada à teologia da libertação e levando a aceitar a análise marxista e suas perspectivas tanto ideológicas como operativas. Um detalhe, diríamos nós: o método já esteve em uso anos antes que se falasse da teologia da libertação e foi plenamente aceito desde Pio XI e Pio XII, dois papas nada comunistas e que não podiam ser acusados de horizontalismos.

um modo de ser, de estar e de incidir.”⁶ Une vida e fé. Esta é um pressuposto, dá-nos identidade, mas não substitui o papel das ciências (o contrário seria uma volta aberta à cristandade).

Nas sínteses das conferências episcopais apresentadas no começo da assembléia de Aparecida, ficou evidente como este método ajudou nosso povo a encontrar caminhos de libertação. Ele faz parte do trabalho pastoral e está presente na vida de muitas de nossas igrejas particulares, paróquias e, de modo mais constante, nas CEBs e pastorais sociais. Por isso entende-se que os bispos tenham lutado para mantê-lo, uma vez que ele representou a caminhada eclesial do continente (DA, nn. 19-20).⁷

Na América Latina e no Caribe

O método esteve, assim, ligado à maneira de ser Igreja e educou para a pastoral de conjunto, porque se trata de ver “como comunidade”, *julgar* “como comunidade” e *agir* “como comunidade”. Desde antes de Medellín, alguns países já usavam o método,⁸ tanto nos grupos de Ação Católica especializada como nas CEBs, e até em documentos episcopais.

A comunidade eclesial, sem preocupar-se com suspeitas alarmistas, valeu-se do método para pôr em prática sua fé e precisar sua missão, como também sua reflexão teológica.

⁶ Um modo muito arraigado na fé bíblica. O núcleo da fé de Israel tem como ponto de partida Ex 3 — o grito de um povo que sofre e reclama justiça. Deus “olha” (a opressão), “ouve” (os clamores), “conhece” (os sofrimentos) e “age” (libertando). Cf. AYALA RAMÍRES, Carlos. América Latina, ver-juzgar-actuar, un método de estar en la realidad. *Adital*, sábado, 19 maio 2007.

⁷ Sinteticamente: O *ver* se entende não como um mero falar “sobre” uma realidade, mas como ela é vista, entendida e assumida. O *julgar* avalia pessoas, estruturas e culturas no hoje da história, recebe-as no que têm de verdade e bem; convida a nos enriquecermos com cada realidade conhecida, estudada, discernida. O *agir* recebe e transforma, reconhece, purifica e completa. Reconhece os novos lugares teológicos (*locus*) e os *celebra*. Esses passos do método não são compartimentos separados, pois, como vasos comunicantes, eles se relacionam mutuamente. Este é o papel do *avaliar*.

⁸ Vale recordar que os bispos do Brasil têm utilizado este método desde a década de 1950. Mons. Helder Câmara, então secretário da CNBB, conseguiu trabalhar com o então núncio apostólico, monsenhor Lombardi, a fim de nomear bispos assessores da Ação Católica especializada habituados com o método *ver-julgar-agir*. Então, o método foi usado para sistematizar a ação pastoral e para estruturar os documentos episcopais, tanto em nível local, regional como nacional.

Isso quer dizer que o método faz ver com os olhos do Pai, julgar coerentemente com os ensinamentos e testemunhos de Jesus e sua comunidade e agir sob a influência do Espírito. Bastante trinitário!

Santo Domingo representou uma ruptura imposta, que provocou descontinuidade no caminhar que vinha desde Medellín. Aparecida vem sanar esse trauma pastoral, permitindo ao método retomar sua cidadania eclesial.

Os bispos “pastoralistas” intuíram que, na questão do método, estava em jogo não só um esquema operativo, mas a maneira peculiar de a comunidade eclesial professar sua fé (discipulado) e realizar sua missão. Além disso, Aparecida decidiu partir não de Santo Domingo, mas do Concílio Vaticano II, do Magistério de Bento XVI e da grande Tradição que vem desde as primeiras comunidades cristãs do Novo Testamento.¹

Contudo, deve-se reconhecer que, no texto de Aparecida, o método permaneceu antes como intenção, orientação e esforço não sempre exitoso.² De fato, retomar o método não significou que todos tenham entendido seu alcance. Veja-se, a título de exemplo, como a realidade anunciada no texto final de Aparecida não passa por uma análise estrutural. Tampouco a ação missionária se liga e responde aos problemas enumerados ao longo do amplíssimo texto de 554 parágrafos. No texto, confundiu-se conhecimento com diagnóstico da realidade. Esta é denunciada, mas não se vai às suas causas es-

¹ Mons. Demétrio Valentini observa: “Ela [a Conferência de Aparecida] quis retomar, por exemplo, o método tradicional de ver-julgar-agir, que tinha sido abandonado na conferência anterior de Santo Domingo. E não somente se retomou esse método, mas se fez questão de explicar no documento que ele era retomado por causa da insistência vinda de quase todos os episcopados dos países da América Latina. O sentido dessa decisão não se limita ao mérito de um método de trabalho. Com ele, a Conferência quis dizer mais, embora não esteja explícito: ela concretizou um de seus objetivos maiores, que era o de retomar a caminhada da Igreja da América Latina, fortalecendo sua identidade própria e superando perplexidades que dificultavam sua ação”.

² Marcelo Barros, osb, observa: “O documento de Aparecida retomou o método ver-julgar-agir, consagrado em Medellín (nn. 19-20). Quem lê esta observação que está no *Documento* não pode deixar de considerar que, na continuidade do texto, tal metodologia não aparece claramente. De qualquer forma, o simples fato de que os bispos tenham optado por este método revela um desejo de dialogar com o melhor de nossa história e é positivo, mesmo que, na prática, os autores do documento tenham tido dificuldade para concretizar essa opção”.

truturais. Além disso, há uma espécie de malabarismo “conciliador”: Na terceira redação de Aparecida, segunda parte, primeiro capítulo, existe lugar para o VER, mas o JULGAR já veio na parte anterior (a primeira parte!).

Três ou cinco passos?

A prática pastoral das CEBs avançou mais do que o esquema herdado da Ação Católica de Cardijn, acrescentando dois passos novos aos três conhecidos: AVALIAR/CELEBRAR.

Em Aparecida

- No VER, estive em jogo: a acolhida a toda a ciência moderna. A inculturação, pois, para ver “com”, “desde”, “como”, é necessário ser judeu, grego, romano, latino-americano, negro, indígena, migrante, mulher, jovem, excluído. Tratava-se de assegurar que a Igreja da América Latina e do Caribe se desse conta do mundo e da hora em que se encontravam as pessoas e ela mesma como comunidade de discípulos. Teria de questionar-se sobre o que e como ver prioritariamente, e por quê.
- No JULGAR, o que a assembleia disse foi algo inegociável, porque está apoiado em dogmas ou declarações do Magistério? Ou é, ANTES, uma aproximação que, embora seja a melhor possível (em função dos sujeitos e instrumentos disponíveis), não é uma conclusão com valor de evidência matemática, mas passível de complementações ulteriores?
- No AGIR, as propostas operativas teriam de ser resposta às urgências e necessidades mencionadas ao longo do texto sobre a realidade social e eclesial. Pelo menos ter-se-ia de fazer frente a três questões básicas: 1ª) Que é que estamos fazendo e confirmamos?; 2ª) Que aspectos novos é necessário assumir?;

3ª) Que é que nos toca corrigir ou passar para o segundo plano? De que temos de pedir perdão?

- No CELEBRAR, confirma-se até onde o método foi assumido nas diferentes manifestações da assembléia em seu espírito de festa, sem barreiras, como o expressava Clemente de Alexandria: “Como em um dia de festa que não conhece o ocaso”,³ na relação entre os participantes e na liturgia particularmente. É necessário perguntar se ele foi aceito somente como maneira de escrever um documento ou como dinamismo vital que anima tudo o que se faz: símbolos, estruturas de trabalho, modelo de participação, assembléias, entrevistas coletivas, sínteses... até o modo de celebrar.⁴
- A AVALIAÇÃO questiona os agentes: como a Igreja vê a si mesma? Como examina criticamente o modelo teológico-pastoral que privilegia (e impõe)? Que dizer da própria V Conferência Geral? Como nas anteriores, há luzes e sombras. Avaliar não é encontrar culpados unicamente, mas, antes de tudo, garantir o rumo, com a conseqüente participação colegiada.

Reconhecemos, entre as luzes, o assumir o método ver-julgar-agir, justificado explicitamente nos números 19 e 20 do *Documento*.

Como pergunta: com quem, quando e como a V Conferência deixará de ser texto e será contexto da Igreja da América Latina e do Caribe? Quando, no método e globalmente, falar-se-á abertamente e sem medo sobre desafios eclesiais que estão na mente e no coração de quase todos, mas que continuam sendo silêncio oficial?

Como se ajudará, então, a esclarecer posições, assumir fidelidades? Vivendo o sonho da catolicidade e unidade dos discípulos missionários, como quis Jesus (Jo 17,21), como a chave missionária de sua comunidade.

³ *Stromata*, 4.

⁴ Liturgia de bispos com a presença passiva do povo... ou celebrações capazes de incluir toda a assembléia?



A vida de nossos povos hoje



Aparecida: memória e novo paradigma

Pablo Bonavía
(Uruguai)

Nós cristãos nos aproximamos da V Conferência Geral do Episcopado (VCG) e de seu documento conclusivo (*Documento de Aparecida – DA*) com um interesse que vai além da pesquisa histórica ou jornalística. Embora valorizando esses aspectos — também necessários —, nossa aproximação visa a um discernimento crente “do que o Espírito está dizendo às Igrejas” neste tempo marcado por profundas mudanças. Um discernimento que reconhece neste acontecimento um momento de particular significação no seguimento de Jesus por parte de nossas comunidades.

Esta aproximação crente tende a despertar importantes *expectativas* no interior da comunidade eclesial e em cada um de nós. São expectativas que convém levar em conta, pois condicionam a interpretação-valorização que fizemos da assembléia episcopal e do documento que produziu.

Que é que se esperava da Conferência de Aparecida como acontecimento? Que esperamos nós, uma vez finalizada a Conferência, de seu documento final?

Se repassarmos artigos escritos *antes* da VCG, podemos agrupar as expectativas geradas em três categorias. Por um lado, esperava-se que a conferência fosse capaz de *recupe-*

rar a grande tradição eclesial latino-americano-caribenha que teve na Conferência de Medellín sua expressão magisterial original e desencadeante. Por outro, desejava-se que, em vista das transformações produzidas no mundo e no continente desde Santo Domingo (1992), se pudesse enriquecer e *res-significar* essa tradição. Por último, não poucos tinham a esperança de que em Aparecida se pudessem identificar e discernir evangelicamente alguns aspectos da nova época que estamos vivendo para *antecipar*, a partir da perspectiva dos crucificados deste mundo, os traços de uma nova maneira de viver o seguimento de Jesus que contribua para configurar um futuro mais humano para todos e todas no seio de nossa “casa comum” ameaçada.

Vozes proféticas e sensatas, como a do bispo dom Demétrio Valentini, advertiam, contudo, que não convinha exagerar as expectativas em um contexto eclesial perpassado por sérias limitações e com um tipo de assembléia que impõe muitas restrições a uma tarefa de tamanha complexidade. Dizia dom Demétrio:

Aparecida dará razão a tantas expectativas? Certamente, os dias da Conferência serão poucos para tudo isto, e o documento esperado será incapaz de corresponder a todos estes anseios. Então, é tanto mais *importante entender Aparecida não como um acontecimento isolado, mas como um processo que já começou e que, sem dúvida, o documento final necessita deixar aberto para que continue e se aprofunde*.¹

Também a nós parece importante situar o *DA* em um *processo eclesial* muito mais amplo, próprio de um tempo caracterizado pelo surgimento de um novo paradigma civilizatório, que está obrigando os cristãos e as cristãs a recolocar-se radicalmente o seguimento de Jesus. Esse processo será necessariamente longo, não isento de conflitos e incertezas, que certamente não depende só do que possa fazer uma conferência de bispos de menos de vinte dias, por mais

¹ VALENTINI, Demétrio. *Reflexiones sobre la Conferencia de Aparecida*. Conferência proferida na Universidad Javeriana de Bogotá, em 7 de fevereiro de 2007, introdução.

importante que seja. Esse processo volta a colocar em pauta os fundamentos da existência cristã e obriga a redescobrir e pôr em jogo, uma e outra vez, os elementos que poderíamos chamar permanentes ou “metaparadigmáticos” de toda tradição que se pretenda fiel à novidade radical do evangelho de Jesus. Neste caminho, tornado possível pela ação do Espírito, há uma interação contínua entre dois momentos ou dois pólos que remetem um ao outro: memória e advento. *Memória* e *advento* que se entrelaçam e retroalimentam no processo de *conversão* pessoal e comunitária ao seguimento de Jesus, assim como no permanente discernimento que este implica.

Nesse sentido, pode-se afirmar a respeito da existência cristã o que os medievais diziam da teologia: ela é *ante* e *retro occulata*. Ou seja: a fé se move sempre entre dois pólos, entre dois olhares que se iluminam reciprocamente. Por um lado, o olhar está posto na memória, no que foi descoberto e desencadeado pelo acontecimento pascal de Jesus: memória subversiva reatualizada na leitura da Palavra, nos sacramentos e no testemunho de conversão dos cristãos. Por outro, o olhar está posto no novo, no que advém, na iniciativa de Deus que vem do futuro e se faz presente já hoje sob a forma de sinais antecipatórios. São dois aspectos que não se somam como dados exteriores um ao outro, mas se iluminam e interpretam mutuamente: a memória se conserva viva para discernir — e configurar — o novo, e, por sua vez, o novo é possível porque assume e dinamiza o que foi desencadeado no acontecimento passado.²

A partir dessa perspectiva, que pretende ser radical, afirmamos: para compreender o que a Conferência de Aparecida *deu de si* ou, melhor ainda, o que *está chamada a dar de si*, convém analisar o que ela conseguiu em termos de re-

² Há outro aspecto da existência cristã que está entrelaçado com a dialética de memória e advento e que Leonardo Boff chama de dinâmica *intra et extra occulata*. A vida do crente tem um olhar dirigido para a ação do Espírito nas profundezas de sua existência pessoal e, simultaneamente, outro enraizado no advento do Reino no seio da história compartilhada com os demais. Cf. BOFF, L. Teologia sob o signo da transformação. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *O mar se abriu. Trinta anos de teologia na América Latina*. São Paulo, Loyola-Soter, 2000. pp. 233-234.

cuperação, ressignificação e antecipação no seio da tradição eclesial latino-americana e universal. E temos de fazê-lo tentando descobrir neste evento a voz e a força do Espírito, que é quem nos permite assumir com compromisso e imaginação a aventura de seguir a Jesus, em meio a nossas limitações e contradições, para que a novidade do Reino de Deus não apenas aconteça, mas seja a perspectiva a partir da qual configuramos o futuro, esse “outro mundo possível” segundo o projeto de Deus.

Que é que Aparecida recuperou

São vários, e de grande importância, os aspectos da tradição eclesial latino-americana que foram *recuperados* na V Conferência. Isso é algo que se percebe com maior realce se não isolamos o *documento final* do contexto que acompanhou a preparação e realização da assembléia episcopal lida como “acontecimento”. Nesse sentido, queremos salientar a recuperação de um clima de simplicidade, abertura e cordialidade que tinha caracterizado o exercício do ministério episcopal na América Latina e no Caribe a partir do Concílio Vaticano II. É um clima que se conseguiu manter ao longo de todo o processo preparatório e durante a própria Conferência e que implicou deixar para trás posturas puramente defensivas, temerosas e até claramente autoritárias que ultimamente tinham-se tornado habituais em certos ambientes eclesiásticos. É necessário reconhecer às autoridades do CELAM o esforço de superar preconceitos já instalados e a coragem de convocar neste processo pessoas de diferentes correntes espirituais e teológicas para uma busca humilde, realista e plural para enfrentar uma realidade cujas mudanças e crescente complexidade desafiam, até suas próprias raízes, a experiência de fé dos cristãos.

Nesse clima, que foi possível manter graças à atitude responsável e dialogante de muitos participantes, reapareceram com força imprevista aspectos fundamentais da tradição latino-americana e caribenha. Foi um reaparecimento ines-

perado, sobretudo se consideramos o “Documento de Participação” que deu início ao processo de consulta prévio e que refletia a perspectiva “dedutivista” predominante desde a Conferência de Santo Domingo em 1992. Entre eles deve-se sublinhar o método *ver-julgar-agir* (DA, n. 19), a *opção preferencial pelos pobres* (DA, nn. 391-398), a unidade inseparável entre seguimento de Jesus e o compromisso com a *justiça social* (DA, nn. 384-385), incluindo um chamado a criar *estruturas sociais* “que consolidem uma ordem social, econômica e política na qual não haja iniquidade e onde haja possibilidades para todos” (DA, n. 384), a importância das *Igrejas locais* (DA, nn. 166, 169, 182), as *comunidades eclesiais de base* expostas como espaço de comunhão eclesial junto com a diocese e a paróquia e reassumidas, com Medellín, como “célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização” (DA, nn. 178-179), a importância dada à *Palavra de Deus e sua leitura orante como fonte de espiritualidade e discernimento* que deve animar toda a vida da Igreja (DA, n. 248).

Todos estes pontos, que apontam para o aspecto mais original da tradição cristã em nosso continente, foram definitivamente recuperados em Aparecida. Isso é algo que tem especial valor, pois implica retomar um caminho que havia perdido força e contornos nos últimos anos diante da ausência de pronunciamentos claros por parte da hierarquia. Mais ainda: retoma-se o caminho em meio à notável mudança do contexto sociocultural que se processou nos quase trinta anos transcorridos desde a Conferência de Puebla (1979). E não como consequência de uma improvisação, mas respondendo a “muitas vozes vindas de todo o continente”, como diz o parágrafo no qual se propõe retomar o método *ver-julgar-agir* (DA, n. 19).

O parágrafo 19 é, contudo, representativo de um aspecto mais geral que caracteriza o *Documento* emanado da V Conferência, algo que reflete seu valor, mas também suas limitações. Trata-se da desproporção, e mesmo incoerência, entre o que proclamam com contundência alguns textos pontuais e

a arquitetura geral do DA. No caso do método ver-julgar-agir, proclama-se a necessidade de “articular”: a) a perspectiva crente de ver a realidade, com b) sua avaliação crítica a partir de critérios tanto da fé como da razão, com, finalmente, c) o agir dos discípulos e missionários de Jesus Cristo. Pois bem, o próprio DA, seja pela diversidade de perspectivas entre os redatores, seja pela urgência de chegar a conclusões, seja pela ausência de uma metodologia adequada, acaba justapondo, mais que retroalimentando, os diferentes momentos do discernimento. Fica proclamada a necessidade de retomar tal metodologia em nosso discernimento comunitário e pastoral; mas deveremos assumir isso responsavelmente em cada uma de nossas Igrejas locais e suas respectivas instâncias comunitárias.

Aparecida também “ressignificou”

A fidelidade ao caminho percorrido pela Igreja latino-americana e caribenha nos últimos decênios não pode reduzir-se à mera *recuperação* de conteúdos e métodos, por mais importantes que sejam. Em uma realidade que muda rapidamente e revela cada vez mais sua enorme complexidade, a fidelidade implica também *reler, enriquecer, ressignificar* essa tradição à luz das novas contribuições, desafios e linguagens que surgem da experiência atual. A V Conferência e o DA deram tal passo?

Aqui, a resposta é mais matizada. Não cremos que um sim ou um não categóricos dêem conta do que realmente aconteceu. Preferimos afirmar que aquilo que se conquistou no DA foi colocar algumas bases para o processo de “ressignificação” da memória crente latino-americana e caribenha, que se deve processar em nível da Igreja continental e em cada uma de nossas Igrejas locais. Cremos que muitos dos participantes da Conferência de Aparecida fizeram um esforço considerável em tal sentido, mas o resultado obtido foi, antes, limitado.

No entanto, há uma questão fundamental de nossa tradição que aparece efetivamente recontextualizada: a *opção preferencial pelos pobres*. Para um estudo profundo da questão, remetemos ao excelente artigo de Gustavo Gutiérrez contido neste mesmo livro, mas aqui assinalamos ao menos alguns pontos que avalizam nossa afirmação. São aspectos que o DA soube recolher do processo eclesial dos últimos 25 anos, em que, além de conhecidas fragilidades e até retrocessos, desencadeou-se uma fecunda retroalimentação entre a prática social, a experiência espiritual e a reflexão teológica de muitos cristãos. Alguns dos aspectos que parecem claramente assumidos pelo DA são:

- a) O papel determinante que desempenha a *lógica do mercado*: ela não só concentra o poder e a riqueza, mas se impõe como “valor regulador” de todas as relações humanas (nn. 45-46, 61-62).
- b) O *aprofundamento e a diversificação dos “rostos”* de pessoas que clamam a partir da pobreza e da exclusão, tal como aparece em vários textos (nn. 65, 393, 402 e toda a seção que vai do n. 407 ao n. 430). Entre essas pessoas, aparecem os migrantes, deslocados e refugiados, crianças submetidas à violência e obrigadas a viver e trabalhar na rua, dependentes de tóxicos, presos encerrados em condições desumanas, os excluídos pelo seu analfabetismo tecnológico. Eles são “os outros” de nossa sociedade: menosprezados e invisibilizados pelo sistema e por nós próprios na medida em que nos deixamos dominar por ele (cf. n. 89).
- c) A dimensão “*relacional*” e *intersubjetiva* implicada na opção preferencial pelos pobres, para que não se limite a uma consideração econômica, política ou estratégica, tampouco puramente emotiva. A relação com as pessoas e os grupos pobres deve incluir atitudes de envolvimento pessoal, como escolhê-los para compartilhar nosso tempo, escutá-los, acompa-

nhá-los nos momentos difíceis, cultivar sua amizade, apreciar seus valores a partir de dentro, reconhecer sua imensa dignidade, defender seus direitos, acompanhar e promover de múltiplas maneiras seu “fazer-se sujeitos” (nn. 397-398).

- d) O *fundamento cristológico* da opção. Trata-se de um fundamento absolutamente decisivo, pois implica reconhecê-la como “não opcional” para os cristãos. Aqui, o DA retoma a contundente afirmação de Bento XVI no discurso inaugural da V Conferência: “[...] a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza” (n. 392). Por isso, assinala-se categoricamente que “tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo” (n. 393).
- e) Seu caráter contracultural nos obriga a *não tomar esta opção por óbvia*, a assumi-la uma e outra vez “contra a correnteza” das pressões sociais e das inércias pessoais. Somente assim ela poderá transformar-se em uma “atitude permanente” contra a tendência de defender demais nossos espaços de privacidade e de contagiarmos do consumismo individualista, reduzindo esta opção a um plano teórico sem incidência em nossos comportamentos e decisões (n. 397). Em tal sentido, há um chamado para *reverter a falta de fidelidade a esta opção por parte de muitos cristãos* “construtores da sociedade [...] com especiais responsabilidades políticas, econômicas e culturais” (n. 501).
- f) Precisamente a necessidade de realimentar esta opção implica assumir que ela deve *perpassar todas as nossas estruturas e prioridades eclesiais*: mais ainda, os bispos se comprometem a trabalhar para que a Igreja toda seja companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres até mesmo ao martírio (nn. 396 e 508).

Aparecida e a mudança de paradigma

Recuperar e ressignificar esses aspectos fundamentais da memória cristã latino-americana era um serviço que muitos consideravam necessário e impostergável neste momento de nosso caminhar como comunidade crente. Mas não constituía um fim em si mesmo. Era o passo prévio para a operação realmente decisiva: discernir os desafios de uma mudança de época que já se está processando entre nós e esboçar como Igreja continental uma resposta profética, fiel e criativa.

A Conferência de Aparecida conseguiu fazer isso? Se esperávamos que o *DA* fosse apresentar, já constituído, um novo modelo de presença evangelizadora que desse uma resposta madura ao conjunto de desafios que caracterizam a mudança de época que estamos vivendo, a resposta é negativa. Quem for buscar isso em nosso texto sairá decepcionado. Talvez tenha de perguntar-se se é realista pedir tamanho empenhamento a uma reunião com as características que teve esta Conferência no contexto eclesial em que vivemos. Poderíamos até nos perguntar se, mesmo no caso de ser viável, teria sido positivo para o caminhar de nossas comunidades que algo assim tivesse acontecido. Se não teria significado pôr em prática uma metodologia pastoral concebida de “cima para baixo” que não retoma nem estimula o compromisso criativo de nossas Igrejas locais e de suas comunidades menores.

O que de fato encontramos ao longo do *DA* é o surgimento de alguns aspectos muito característicos do que hoje se costuma reconhecer como a “mudança de época” que estamos vivendo e do *novo paradigma* que parece configurá-la. São elementos ainda dispersos, que despontam aqui e ali de forma inorgânica, sem afetar a perspectiva geral do texto. Podem parecer pouco, mas com eles ao menos se começa a dar passos rumo a uma Igreja continental que seja cada vez mais dócil ao que o Espírito lhe diz nestes tempos. Tais elementos são os que me proponho a expor brevemente a seguir, como primeira aproximação a uma questão que deverá ser assumida e prosseguida.

A

A primeira coisa que os bispos reconhecem é que, *em meio a processos de exclusão que não só permanecem, mas também se agudizam* como consequência de um modelo econômico excludente e depredatório (nn. 61-62, 69, 84, 86), vivemos um tempo de grandes mudanças, uma verdadeira *mudança de época* (n. 44) que afeta profundamente a vida de nossos povos (nn. 16, 20, 33, 479). São mudanças que, diferentemente das produzidas em outros tempos, têm um alcance *global* e afetam o mundo inteiro (n. 34), gerando não poucas vezes desorientação entre os católicos (n. 480). São transformações que têm a ver, sobretudo, com o *aspecto cultural* (n. 44) e interpelam fortemente a Igreja no sentido de discernir os sinais dos tempos para colocar-se a serviço do Reino de Deus anunciado por Jesus (n. 33) no mundo de hoje. Talvez os textos mais explícitos neste sentido sejam os que aparecem nos nn. 479-480.

No entanto, esse patrimônio cultural latino-americano e caribenho se vê confrontado com a cultura atual, que apresenta luzes e sombras. Devemos considerá-la com empatia para entendê-la, mas também com uma postura crítica para descobrir o que nela é fruto da limitação humana e do pecado. Ela apresenta muitas e sucessivas mudanças, provocadas por novos conhecimentos e descobrimentos da ciência e da técnica. Assim se desvanece a imagem única do mundo que oferecia orientação para a vida cotidiana (n. 479).

Os bispos são enfáticos em assinalar que

[...] o anúncio do Evangelho não pode prescindir da cultura atual. Esta deve ser conhecida, avaliada e em certo sentido assumida pela Igreja, com linguagem compreendida por nossos contemporâneos. Somente assim a fé cristã poderá aparecer como realidade pertinente e significativa de salvação. Mas essa mesma fé deverá gerar modelos culturais alternativos para a sociedade atual. Os cristãos, com os talentos que receberam, talentos apropriados deverão ser criativos em seus campos de atuação: o mundo da cultura, da política, da opinião pública, da arte e da ciência (n. 480).

B

Um dos ingredientes característicos desta cultura é a consciência de que a humanidade entrou na *fase planetária* de sua experiência histórica e de sua autocompreensão. Isto é: a passagem de uma concepção do mundo ligada a culturas, nações e estados a outra ligada ao planeta Terra e à humanidade em seu conjunto. A nova consciência planetária implica assumir que vivemos em uma *casa comum* com grandes riquezas, mas também com claras limitações, e que fazemos parte de uma *única família humana*, enraizada, por sua vez, na imensa *biosfera*. Como consequência do processo de globalização, esta grande família vive agora em uma inédita *proximidade* e crescente *interdependência* entre povos, regiões e culturas diferentes, e entre estas e a natureza.

Aqui vale a pena citar inteiros dois números especialmente lúcidos e integradores desta nova perspectiva, que, além disso, se reconhece como parte do patrimônio tradicional dos povos originários de nosso continente.

Junto com os povos originários da América, louvamos ao Senhor que criou o universo como espaço para a vida e a convivência de todos os seus filhos e filhas e no-los deixou como sinal de sua bondade e de sua beleza. A criação também é manifestação do amor providente de Deus; foi-nos entregue para que cuidemos dela e a transformemos em fonte de vida digna para todos. Ainda que hoje se tenha generalizado maior valorização da natureza, percebemos claramente de quantas maneiras o ser humano ameaça e até destrói seu “*hábitat*”. “Nossa irmã, a mãe-terra” é nossa casa comum e o lugar da aliança de Deus com os seres humanos e com toda a criação. Desatender as mútuas relações e o equilíbrio que o próprio Deus estabeleceu entre as realidades criadas é uma ofensa ao Criador, um atentado contra a biodiversidade e, definitivamente, contra a vida. O discípulo missionário, a quem Deus confiou a criação, deve contemplá-la, cuidar dela e utilizá-la, respeitando sempre a ordem dada pelo Criador (n. 125).

Por isso,

a melhor forma de respeitar a natureza é promover uma ecologia humana aberta à transcendência que, respeitando a pessoa

e a família, os ambientes e as cidades, segue a indicação paulina de recapitular as coisas em Cristo e de louvar com ele ao Pai (cf. 1Cor 3,21-23). O Senhor entregou o mundo para todos, para os das gerações presentes e futuras. O destino universal dos bens exige a solidariedade com as gerações presentes e as futuras. Visto que os recursos são cada vez mais limitados, seu uso deve estar regulado segundo um princípio de justiça distributiva, respeitando o desenvolvimento sustentável (n. 126).

Propõe-se que aprendamos a contemplar e cuidar da criação “como casa de todos os seres vivos e matriz da vida do planeta” (n. 474a) e da natureza como uma “herança gratuita que recebemos para proteger” (n. 471). Mas, sem ingenuidades nem evasões líricas, somos advertidos de que esta herança se manifesta muitas vezes *frágil e indefesa diante dos poderes econômicos e tecnológicos que impulsionam com frequência uma exploração irracional*. Nisso “tem enorme responsabilidade o atual modelo econômico, que privilegia o desmedido afã pela riqueza, acima da vida das pessoas e dos povos e do respeito racional pela natureza” (n. 473). Por isso exorta para que, nas intervenções sobre os recursos naturais, *não predominem os interesses de grupos econômicos que arrasam irracionalmente as fontes de vida em prejuízo de nações inteiras e da própria humanidade* (n. 471).

Esta nova realidade nos coloca em um contato mais imediato com a diversidade de nosso mundo e, por isso mesmo, conduz a uma *alternativa* da qual dependerá a própria sobrevivência do gênero humano. De fato, a planetarização pode ser a oportunidade para criar uma união e solidariedade mais estreitas em níveis regionais e mundial, ou tornará ainda mais dramáticos o empobrecimento, a exclusão e as injustiças enfrentados pela humanidade e por nosso continente (cf. n. 522). A América Latina é, concretamente, um exemplo desta contradição dolorosa: por um lado, possui múltiplos fatores de unidade, porém, por outro, “trata-se de unidade esparsa, porque atravessada por profundas dominações e contradições, e é incapaz de incorporar em si ‘todos os sangues’ e de

superar a brecha de estridentes desigualdades e marginalizações” (n. 527).

C

Trata-se de um segundo aspecto do novo paradigma que procura abrir caminho em meio à crise da Modernidade ocidental: o reconhecimento da *alteridade* como mediação da própria identidade e de todo crescimento autêntico em humanidade. O Ocidente tem tido uma particular dificuldade em assumir a realidade dos “outros”: não por acaso a conquista e colonização da América foram definidas precisamente como um “outrocídio”. A cultura ocidental defendeu sua identidade através da destruição ou menosprezo do diferente, e seu espírito colonialista foi revelado pelos métodos usados, em clara contradição com o que proclamava ser sua identidade. Hoje, por seu turno, há um desafio fundamental que consiste em conceber a alteridade na igualdade, propor as diferenças como uma riqueza, superando relações de submissão, invisibilização, subordinação ou menosprezo, gerando cooperação em vez de competição. Tal maneira positiva de viver a alteridade afeta todos os níveis da vida humana: a relação entre etnias e culturas, o vínculo mulher-homem, adulto-jovem, saber acadêmico-saber popular, Estado-sociedade civil, o diálogo entre religiões, a própria relação da humanidade com a natureza. Em todos esses níveis, o “poder-com” o outro deve ganhar terreno ao “poder-sobre” ele.

No desenvolvimento da V Conferência, tal “alteridade” só abriu caminho gradualmente e não sem dificuldades. Trata-se de algo que afeta profundamente demasiados aspectos de nossa realidade social, cultural e religiosa para que possa ser assumido rapidamente e sem gerar desconcerto e, às vezes, dolorosas rupturas. O *DA* retoma de forma ainda inorgânica essa perspectiva, mas seus textos têm o valor de abrir possibilidades para um desenvolvimento futuro. É sintomático que a terminologia do “outro” e a assunção do paradigma da alteridade apareçam explicitamente em relação às cultu-

ras dos povos originários e afro-americanos: “Os indígenas e afro-americanos são, sobretudo, ‘outros’ diferentes que exigem respeito e reconhecimento. A sociedade tende a menosprezá-los, desconhecendo o porquê de suas diferenças. Sua situação social está marcada pela exclusão e pela pobreza” (n. 89). Por isso, “estão ameaçados em sua existência física, cultural e espiritual; em seus modos de vida; em suas identidades; em sua diversidade; em seus territórios e projetos [...] pois a globalização econômica e cultural coloca em perigo sua própria existência como povos diferentes” (n. 90).

Cabe destacar que, no *DA*, o reconhecimento da alteridade não é algo outorgado unilateralmente por parte de alguns: são os próprios povos discriminados que assumem seu ser diferente e geram a exigência de “descolonizar” as práticas e as mentalidades de todos para *des*-ocultar os valores próprios das diferentes culturas sem subordinações de nenhum tipo, gerando o diálogo e as relações interculturais que enriquecem a todos.

A história dos afro-americanos tem sido atravessada por uma exclusão social, econômica, política e sobretudo racial, onde a identidade étnica é fator de subordinação social. Atualmente, são discriminados na inserção no trabalho, na qualidade e conteúdo da formação escolar, nas relações cotidianas e, além disso, existe um processo de ocultamento sistemático de seus valores, história, cultura e expressões religiosas. Permanecem, em alguns casos, uma mentalidade e um certo olhar de menor respeito em relação aos indígenas e afro-americanos. Desse modo, descolonizar as mentes, o conhecimento, recuperar a memória histórica, fortalecer os espaços e relacionamentos interculturais são condições para a afirmação da plena cidadania desses povos (n. 96).

Assim,

os movimentos pela recuperação das identidades, dos direitos dos cidadãos e contra o racismo e os grupos alternativos de economias solidárias fazem das mulheres e dos homens negros sujeitos construtores de sua história e de uma nova história que se vai desenhando na atualidade latino-americana e caribenha. Essa

nova realidade se baseia em relações interculturais nas quais a diversidade não significa ameaça, não justifica hierarquias de um poder sobre outros, mas sim diálogo a partir de visões culturais diferentes, de celebração, de inter-relacionamento e de reavivamento da esperança (n. 97).

Esta perspectiva da alteridade aparece também, implicitamente, na decisão de incluir entre as pessoas cujos rostos refletem o de Cristo não só os marginalizados por razões econômicas, mas também migrantes, deslocados, refugiados, desempregados, dependentes de tóxicos, pessoas com capacidades diferentes, portadores de doenças graves e de HIV-Aids (nn. 65 e 402 e a seção nn. 407-430). Também eles são “outros” menosprezados e invisibilizados.

D

O mencionado paradigma surge com maior evidência nos capítulos que tratam da dignidade e participação das *mulheres* (nn. 451-457) e dos *homens* (nn. 459-462). Mas deixei-o para o final, porque ali se dá outro passo que me parece valer a pena sublinhar como intimamente vinculado à alteridade e também como constitutivo do novo paradigma de época: a *reciprocidade*. De fato, o *DA* não se limita a dizer que o homem e a mulher se complementam: a mera afirmação da complementaridade poderia ser entendida como uma soma de capacidades específicas que se desenvolveram independentemente e depois se acrescentam de forma meramente extrínseca. Afirma-se reiteradamente que a relação entre a mulher e o homem é de reciprocidade (nn. 452, 457, 459) e que, portanto, o aspecto específico de cada um se reconhece e cresce através de um intercâmbio mútuo que “lhes permite reconhecer mais nitidamente *sua própria identidade*” (n. 459).

Esse critério de reciprocidade não parece ser invocado com tanta clareza no tocante a outros cenários em que se põem em jogo relações entre pessoas ou grupos não só com perfis e interesses diversos, mas muitas vezes contrapostos entre si. Está, sim, presente, embora de forma apenas implíci-

ta, em vários textos referentes ao *diálogo* entre etnias, culturas e religiões — por exemplo, nos nn. 95 e 228, que propõem o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico —, porém resta, também aqui, a necessidade imperiosa de seu aprofundamento ulterior. Aprofundamento e desenvolvimento que deverão processar-se nos diferentes níveis de construção de cidadania e de experiência crente das comunidades cristãs no continente.

À guisa de conclusão

Planetarização – alteridade – reciprocidade. Três ângulos correlativos do “novo paradigma” que hoje abre caminho nesta desafiante mudança de época que nos coube viver. Três dimensões que o *DA* retoma com força e profundidade desiguais e que propõe recapitular a partir da categoria de “comunhão” ou, melhor ainda, de “comunhão da diversidade” própria do mistério trinitário. Trata-se de uma perspectiva alentadora, sem dúvida. Mas ela exigirá libertar previamente a categoria de comunhão de conotações unilateralmente institucionais, jurídicas e até “subordinacionistas” — para dizê-lo em termos trinitários — com que muitas vezes é exposta. Essa libertação somente será possível se se reinterpretar a “comunhão” à luz do critério fundante para os cristãos: a radical novidade da *práxis histórica de Jesus* que o levou a morrer na cruz e a ressuscitar como primogênito. A *práxis* jesuânica está quase totalmente ausente no *DA* e, na nova etapa do “processo Aparecida”, teremos que resgatá-la, já que aquilo que foi “recuperado” pela V Conferência não inclui tal aspecto central da tradição espiritual e teológica latino-americana dos últimos decênios.



Pluralismo cultural e pluralismo religioso

João Batista Libanio
(Brasil)

O pluralismo cultural e religioso impõe-se de maneira clara e indiscutível. A mídia enche-nos todos os dias com notícias do mundo inteiro, a mostrar não só a variedade cultural, mas até mesmo os conflitos entre culturas, etnias, religiões. Na América Latina, salta aos olhos a pluralidade de tradições indígenas, afro-americanas e européias. Somos povos de muitas etnias, culturas e religiões.

O itinerário das redações

A V Conferência de Aparecida, desde os primeiros rascunhos do *Documento*, assinalava tal fato. Primeiro lhe apareceu o “contexto de pluralismo religioso” como provocador de crise da identidade cristã e como urgência de uma fé consciente e vivida. Em termos bem simples, quanto mais pluralismo religioso, tanto mais precisamos conhecer e viver com consciência explícita a nossa fé cristã. Por isso o pluralismo cultural foi percebido na primeira versão como provocador da necessidade de opções pessoais por causa da “ditadura do relativismo” que, por meio da cultura global, exerce.

Prosseguindo a reflexão, os bispos distinguiram no “novo pluralismo religioso” do nosso continente a diversidade dos que crêem e pertencem a outras Igrejas, comunidades eclesiais e grupos cristãos ou pseudocristãos. E sentiram na pele a dificuldade do diálogo ecumênico com todos eles.

Indo mais fundo na problemática, na terceira redação, os bispos voltaram para a questão da linguagem que se usa na catequese, na pastoral. Será que nosso modo de falar não se revela pouco significativo para a cultura atual, sobretudo para os jovens? Talvez não estejamos tomando suficiente consciência da mudança do tipo de linguagem usada nesses tempos pós-modernos, marcados por amplo pluralismo social e cultural. As mudanças tornam difícil a transmissão da fé pela família e pela sociedade. E não se vê que a Igreja participe realmente na produção da cultura, especialmente no mundo universitário e da mídia.

Na última versão, ainda não oficial, o texto avança ainda mais. Continua apontando para o pluralismo como desafio e problema, mas percebe também nele uma possibilidade nova de inculturação da fé da Igreja, enriquecendo-a com novas expressões e valores, exprimindo e celebrando cada vez melhor o mistério de Cristo. Dessa maneira, a fé se une mais intimamente à vida, adquirindo uma “catolicidade” — no sentido etimológico de universal — mais plena, não só geográfica, mas também cultural.

Pede-se do cristão a dupla atitude diante do pluralismo cultural moderno e pós-moderno: empatia e postura crítica. Empatia significa uma atitude primeira de abertura, de aproximação, de benevolência no espírito de encontrar no pluralismo elementos positivos, garimpando do cascalho pepitas de ouro. A posição crítica nos defende da ingenuidade e da propaganda que apresenta todo novo como avanço.

O *Documento* prossegue a reflexão. O pluralismo revela as muitas e sucessivas mudanças do momento atual, produzidas pelo avanço dos conhecimentos humanos e descobertas científicas e tecnológicas. Se medíssemos os conhecimentos

em quilos de papel, hoje carregamos toneladas, enquanto os nossos avós apenas dispunham de alguns quilos. Quem se acostumou à internet e frequenta o *site Google* ou semelhante espanta-se cada dia com os infinitos arquivos disponíveis. O nível de informação ultrapassa qualquer imaginação e inteligência. Tudo isso repercute na concepção que fazemos do pluralismo cultural.

A capacidade crítica se torna absolutamente importante diante de tanta oferta. No antigo interior de nossos países, alguém ia a uma venda e comprava rapidamente um sabonete. Havia lá somente um tipo e não tinha como escolher. Hoje, entra num imenso supermercado e depara-se com centenas de tipos. E agora? Precisa de critérios de escolha: preço, marca, perfume etc. Fenômeno semelhante acontece diante do pluralismo cultural. O *Documento de Aparecida* insiste nesse respeito. Diante de tanta oferta cultural e religiosa, o cristão assume “a responsabilidade de construir sua personalidade e plasmar sua identidade social”.

Fechando a reflexão, o *Documento* prossegue. O pluralismo cultural revela duplo movimento em tensão. Relaciona-se com a emergência da valorização do sujeito, da liberdade, dignidade e consciência pessoal. Verdadeira conquista da humanidade. De outro lado, esse mesmo pluralismo cultural e religioso, navegando na cultura globalizada e midiática, trasveste o valor inegável da descoberta do valor da pessoa humana em individualismo. Em vez de reconhecer a dignidade inalienável da pessoa humana, o individualismo a erige como realidade absoluta em detrimento da ética e da relação humana, especialmente gerando a crise da família.

Pautas pastorais

Até aqui acompanhamos a evolução das redações. E que conseqüências pastorais nos oferece tal ensinamento? Como, na prática da vida cristã pessoal, comunitária e social, viveremos o pluralismo cultural e religioso? Vários passos.

Entender a origem

Diante de qualquer anomalia orgânica, o médico, antes de prescrever algum remédio, detém-se no diagnóstico. De que se trata e qual a causa? Então: que é realmente o pluralismo cultural e religioso?

À primeira vista, o pluralismo cultural e religioso parece ser uma realidade de sempre. Deixando de lado os milhões de anos de que não temos notícia histórica, a cultura escrita já mostra desde os inícios pluralidade de impérios, de línguas. O Antigo Testamento narra-nos o mito da Torre de Babel, que permite duas interpretações bem diferentes. Literalmente, soa o pluralismo de línguas um castigo de Deus pela arrogância humana de querer construir uma torre que atinja o céu. Ou, como se prefere hoje, a pluralidade de língua vai na linha do projeto de Deus da liberdade humana em face da pretensão de que uma única língua e cultura domine a todos. Independentemente da interpretação, o texto bíblico reflete a existência da pluralidade cultural.

No entanto, há uma novidade no pluralismo que se inicia nos tempos modernos. E é ela que desafia fortemente a fé cristã. A cultura manifesta a capacidade do ser humano de tomar distância da natureza própria e circundante e dar-lhe significado, modificá-la. O animal com fome busca comida. O ser humano com fome inventa a refeição. Comer é natural, fazer uma refeição natural-cultural. Aí está a diferença. A cultura é, portanto, o universo de símbolos, significados, representações, imaginações, instituições que o ser humano cria para a dupla finalidade de desenvolver-se pessoalmente e viver socialmente com outros.

Enquanto a humanidade preferentemente viveu sob o olhar de um soberano humano ou divino, as pessoas se sentiam dependentes dele. A pluralidade de culturas não lhe produzia o efeito de divisão, dilaceramento pessoal, de fragmentação. Porque cada um se via todo dentro de sua cultura. O pluralismo, na prática, não afetava como fator de divisão, de crise interna, de ruptura.

A Modernidade desloca a experiência de viver sob um olhar externo humano ou divino para o interior de cada pessoa, sua consciência, liberdade, valor individual. Agora ela quer escolher não só o mundo sob o qual quer viver, mas dentro dele aquilo que lhe apraz, convém, agrada, deseja. Este é o pluralismo atual. Divide o interior da pessoa. Põe em crise aquela fé que existia tranqüila ao lado de outras, porque estava inteira na Igreja ou religião em que vivia. Agora, a proximidade das culturas e das outras denominações religiosas, cristãs ou não, questiona o fiel. Fica atraído a experimentar, a mudar de religião. Voltando ao exemplo da venda do interior. Ninguém pensava em experimentar outro sabonete, mas simplesmente comprava aquele que existia no armazém. Mas no supermercado é provocado a escolher e variar a compra. Portanto, a origem nova do pluralismo é a descoberta da própria liberdade, capacidade de escolha, desejo de experimentar coisas novas.

Discernir a própria fé nesse novo contexto

O elemento positivo de tal situação orienta a direção principal do *Documento de Aparecida*. Ele já não aposta na fé cristã, simplesmente porque os cristãos vivem sob um único olhar cultural cristão. Constata que por esse caminho não se conserva a fé católica. Então aponta, de modo positivo, o caminho novo. O cristão necessita fazer uma experiência pessoal do encontro com Cristo. E desse encontro resulta a convicção firme e alegre de segui-lo — ser discípulo — e depois ele se entusiasma a ponto de anunciar tal Cristo aos outros. Continuemos com a comparação do supermercado. É como se alguém comprasse algo de que realmente gosta, lhe fizesse bem. Doravante comprará sempre a mesma coisa. Evidentemente, o nível de experiência é totalmente outro. Na compra, estamos diante de uma coisa de que gostamos. Agora, encontramos-nos diante de uma pessoa com quem nos vinculamos, nos comprometemos.

É o lado negativo do pluralismo. Vem da falta da experiência profunda e existencial. Então, a pessoa se encontra

dilacerada por tantas ofertas, que vagueia de religião em religião, de Igreja em Igreja. Pois cada uma se apresentará com sua força atrativa. Aí, sim, quase vale a comparação do supermercado. As propostas religiosas vestem-se, em alguns casos, com a roupa da propaganda e se tornam coisas.

Enfrentar criativamente tal situação

Que fazer diante de tal contexto? A experiência pastoral tem mostrado que pela via autoritativa de mandamentos, obrigações pesadas e forçadas já não se avança. Uma Igreja centrada nela mesma, na parte institucional, não tem futuro. O caminho se abre pela via da comunidade de base, em que as pessoas vivem a fé, ajudadas mutuamente. Aliás, o *Documento* acena para tal, ao dizer que a “*grande missão continental*” encontra nas comunidades eclesiais de base não só um sinal de vitalidade da Igreja, mas também um ponto de partida válido, revitalizando as paróquias por dentro. Traduzindo em outras palavras: uma Igreja como rede de comunidades de base tem mais chance de responder ao pluralismo, porque as pessoas vivem no seu interior a dimensão pessoal e comunitária. E as comunidades de base, articuladas entre si, dão a consistência necessária para ser Igreja em termos de catolicidade.



A globalização no *Documento de Aparecida*

Pedro A. Ribeiro de Oliveira
(Brasil)

Introdução

A interpretação de documentos como este, elaborados no decurso de uma assembléia, conferência ou congresso, requer um cuidado especial no sentido de levar em conta que eles formam um gênero literário próprio, pois devem reunir contribuições as mais diferentes para obter um grau de consenso que assegure sua legitimidade. Por essa razão, um documento final será uma composição heterogênea, que inclui contribuições muito diversas e mesmo discrepantes. Nesse caso, vale a metáfora da colcha de retalhos que, pelo lado do avesso, são costurados sobre um forro. Assim como é o tecido do forro que dá unidade e resistência à colcha, é o substrato teórico-metodológico que unifica o conjunto de contribuições nesse gênero de documentos.

No caso do documento final da V CELAM, caberia bem a metáfora da colcha de retalhos costurada sobre um tecido inadequado, porque lhe falta um substrato metodológico capaz de dar consistência ao conjunto. Tendo a comissão de redação rejeitado o método *ver-julgar-agir*, as contribuições feitas pela conferência foram costuradas sobre uma base formada pelo método dedutivo, que parte de certas premissas teológicas a

priori para delas inferir as orientações práticas. O resultado é que o documento final traz uma exortação teológico-doutrinal, que em seus grandes princípios é válida para qualquer tempo e lugar, mas pouco adere à realidade atual da América Latina e Caribe. Para descortinar os avanços do magistério eclesial latino-americano sobre o tema da globalização, é preciso fazer uma leitura seletiva do documento final, de modo a resgatar as passagens onde foi usado o método *ver-julgar-agir* e, assim, reconstruir sua orientação pastoral.

As implicações da globalização para Nossa América

Sabemos que a globalização é um fato histórico dos nossos tempos e como tal deve ser encarada: a vitória do capitalismo na “Guerra Fria” eliminou as últimas barreiras à sua expansão — o socialismo como sistema econômico alternativo e o Estado de Bem-Estar como instância reguladora do mercado. Como todo fato histórico, ela vem envolta por uma ideologia que a justifica para torná-la aceitável. O documento final, porém, não distingue o fato da versão ideológica veiculada pelo pensamento neoliberal, e a utiliza como se fosse uma constatação objetiva desse processo histórico.

O *Documento* dedica mais de cinquenta parágrafos ao tema da globalização, vendo nela uma consequência do progresso científico e tecnológico de nossa época (n. 33). Nesse longo texto há muitas considerações sobre seus aspectos positivos e negativos, mas aí encontram-se também novas percepções sobre o fenômeno, suscitando a mobilização dos cristãos em favor de sua superação. É sobre essas novas percepções que focaremos a análise.

O *ver* se abre atualizando os “rostos de quem sofre” (n. 65), pela primeira vez delineados no *Documento de Puebla*. Esse parágrafo termina afirmando que

já não se trata simplesmente do fenômeno da exploração e opressão, mas de algo novo: a exclusão social. Com ela a per-

tença à sociedade na qual se vive fica afetada na raiz, pois já não está abaixo, na periferia ou sem poder, mas está fora. Os excluídos não são somente “explorados”, mas “supérfluos” e “descartáveis”.

No parágrafo seguinte vai ao cerne da questão ao afirmar que

as instituições financeiras e as empresas transnacionais se fortalecem ao ponto de subordinar as economias locais, sobretudo debilitando os Estados, que aparecem cada vez mais impotentes para levar adiante projetos de desenvolvimento a serviço de suas populações, especialmente quando se trata de investimentos de longo prazo e sem retorno imediato.

Refere-se, explicitamente, às indústrias extrativas e ao agronegócio, que destroem a natureza e a biodiversidade, contaminam o ar e provocam mudanças climáticas. Chama a atenção até mesmo para “as possibilidades e eventuais problemas da produção de agrocombustíveis devem ser estudadas, de tal maneira que prevaleça o valor da pessoa humana e de suas necessidades de sobrevivência” (n. 66).

Em seguida, examina a celebração de tratados de livre comércio entre países com economias assimétricas, que fazem “exigências desmedidas em matéria de propriedade intelectual, a tal ponto que se permitem direitos de patente sobre a vida em todas as suas formas” (n. 67). Constata que

muitos governos se encontram severamente limitados para o funcionamento de seu orçamento público pelos elevados serviços da dívida externa e interna, enquanto, por outro lado, não contam com sistemas tributários verdadeiramente eficientes, progressivos e equitativos (n. 68).

E aponta os mecanismos do sistema financeiro como principais causadores da atual concentração de renda e de riqueza, porque

a liberdade concedida aos investimentos financeiros favorece o capital especulativo, que não tem incentivos para fazer investi-

mentos produtivos de longo prazo, mas busca o lucro imediato nos negócios com títulos públicos, moedas e derivados (n. 69).

O *ver* termina apontando as conseqüências nefastas da globalização para os nossos povos, e encaminha, assim, para o *julgar*. Entre as conseqüências que mais ameaçam a vida, o documento salienta que

a população economicamente ativa da região é afetada pelo subemprego (42%) e pelo desemprego (9%), e quase a metade está empregada no trabalho informal. [...] Nesse contexto, os sindicatos perdem a possibilidade de defender os direitos dos trabalhadores (n. 71).

Chama a atenção para a situação dos camponeses que,

em sua maioria, sofrem por causa da pobreza, agravada por não terem acesso à terra própria. No entanto, existem grandes latifúndios em mãos de poucos. Em alguns países, essa situação tem levado a população a exigir uma Reforma Agrária (n. 72),

e, para

o processo de mobilidade humana, em sua dupla expressão de migração e itinerância, em que milhões de pessoas migram ou se vêem forçadas a migrar dentro e fora de seus respectivos países. (...) A exploração do trabalho chega, em alguns casos, a gerar condições de verdadeira escravidão. Acontece também um vergonhoso tráfico de pessoas, que inclui a prostituição, inclusive de menores (n. 73).

E o documento conclui este tópico abordando três temas inteiramente novos:

- a) “vontade de integração regional mediante acordos multilaterais, envolvendo crescente número de países que geram suas próprias regras no campo do comércio, dos serviços e das patentes. À origem comum unem-se a cultura, a língua e a religião, que podem contribuir para que a integração não seja só de mercados, mas de instituições civis e sobretudo de pessoas. Também é positiva a globalização da justiça, no campo

dos direitos humanos e dos crimes contra a humanidade, que permitirá a todos viver progressivamente sob normas iguais chamadas a proteger sua dignidade, sua integridade e sua vida” (n. 82).

- b) a biodiversidade e a “rica sócio-diversidade, representada por seus povos e culturas. Estes possuem grande acervo de conhecimentos tradicionais sobre a utilização de recursos naturais, assim como sobre o valor medicinal de plantas e outros organismo vivos, muitos dos quais formam a base de sua economia. Tais conhecimentos são atualmente objeto de apropriação intelectual ilícita, sendo patenteados por indústrias farmacêuticas e de biogenética” (n. 83).

E continua: “A natureza foi e continua sendo agredida. A terra foi depredada. As águas estão sendo tratadas como se fossem mercadoria negociável pelas empresas, além de terem sido transformadas num bem disputado pelas grandes potências” (n. 84).

- c) “A crescente agressão ao meio ambiente pode servir de pretexto para propostas de internacionalização da Amazônia, que só servem aos interesses econômicos das corporações internacionais. A sociedade panamazônica é pluriétnica, pluricultural e plurirreligiosa. Nela, cada vez mais, se intensifica a disputa pela ocupação do território. As populações tradicionais da região querem que seus territórios sejam reconhecidos e legalizados” (n. 86).

Enfim, critica “o retrocesso das geleiras em todo o mundo: o degelo do Ártico, cujo impacto já se está vendo na flora e fauna desse ecossistema; também o aquecimento global se faz sentir no estrondoso crepitar dos blocos de gelo ártico que reduzem a cobertura glacial do continente e que regula o clima do mundo” (n. 87).

Diante da crítica à realidade de nossos dias, o documento propõe, no *agir*, as linhas de ação pastoral para uma

globalização da solidariedade e justiça internacional (n. 406), a ser concretizada em cinco grandes campos de ação:

- a) "Apoiar a participação da sociedade civil para a reorientação e conseqüente reabilitação ética da política (...) a vigência da democracia, uma verdadeira economia solidária e um desenvolvimento integral, solidário e sustentável".
- b) "Buscar a criação de oportunidades para todos, a luta contra a corrupção, a vigência dos direitos do trabalho e sindicais; é necessário colocar como prioridade a criação de oportunidades econômicas para setores da população tradicionalmente marginalizados, como as mulheres e os jovens".
- c) "Trabalhar pelo bem comum global é promover uma justa regulação da economia, das finanças e do comércio mundial. É urgente prosseguir no desendividamento externo para favorecer os investimentos em desenvolvimento e gasto social,¹ prever normas globais para prevenir e controlar os movimentos especulativos de capitais, para a promoção de um comércio justo e a diminuição das barreiras protecionistas dos poderosos, para assegurar preços adequados das matérias-primas que os países empobrecidos produzem e de normas justas para atrair e regular os investimentos e serviços, entre outros".
- d) "Examinar atentamente os Tratados intergovernamentais e outras negociações a respeito do livre comércio. A Igreja do país latino-americano envolvido, à luz de um balanço de todos os fatores que estão em jogo, precisa encontrar os caminhos mais eficazes para alertar os responsáveis políticos e a opinião pública a respeito das eventuais conseqüências negativas que podem afetar os setores mais desprotegidos e vulneráveis da população".

¹ *Tertio millenio adveniente*, n. 51. *Documento de Santo Domingo*, n. 197.

- e) “Chamar todos os homens e mulheres de boa vontade a colocar em prática princípios fundamentais como o bem comum (a casa é de todos), a subsidiariedade, a solidariedade intergerencial e intragerencial”.

Em suma, extraíndo da “colcha” os retalhos colocados conforme o método *ver-julgar-agir*, o documento nos oferece uma boa análise da globalização, com orientações seguras para os cristãos e as cristãs do nosso continente. Ele poderia ter ido mais longe, se explorasse melhor a contribuição do papa em seu *Discurso Inaugural*, onde retoma a *Populorum progressio* para lembrar que o desenvolvimento

há de ser integral, isto é, orientado para a promoção de todo ser humano e de todos os seres humanos e chama a todos a suprimir as graves desigualdades sociais e as enormes diferenças no acesso aos bens.

Como observa o papa,

Neste contexto é inevitável falar do problema das estruturas, sobretudo das que criam injustiça. Na realidade, as estruturas justas são uma condição sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade. [...] As estruturas justas devem ser buscadas e elaboradas à luz dos valores fundamentais, com todo o empenho da razão política, econômica e social. [...] As estruturas justas jamais serão completas de modo definitivo; pela constante evolução da história, hão de ser sempre renovadas e atualizadas; hão de estar animadas sempre por um *ethos* político e humano, por cuja presença e eficiência se há de trabalhar sempre.

Assim, conclui o papa, a Igreja exerce, de fato, seu papel de “advogada da justiça e dos pobres, precisamente por não identificar-se com os políticos nem com os interesses partidários”.



A vida de Jesus Cristo nos discípulos missionários



Terminou a V Conferência em Aparecida. Será possível, agora, construir um novo modelo de Igreja?

Pablo Richard
(Costa Rica)

Sete causas que explicam o êxito da V Conferência

A V Conferência enraizou outra vez a Igreja da América Latina e do Caribe na tradição do Concílio Vaticano II e das conferências de Medellín e Puebla. Ela tirou a Igreja do silêncio e da contra-reforma vigente nestes últimos 25 anos. Um processo de autodestruição da Igreja foi detido, e nasceu a esperança de que outro modelo de Igreja seja possível e tenhamos a força e o sujeito capaz de construí-la.

Tudo isso representa uma grande alegria e conquista, que teve diferentes causas. Enumeremos algumas, sem atribuir-lhes qualquer ordem de importância:

Primeira – Foi uma Conferência que contou com um bom apoio teológico, interno e externo.

Segunda – A Conferência foi realizada no maior santuário mariano do Brasil, o que permitiu que os bispos se aproximassem da realidade religiosa do povo.

Terceira – Houve muita oportunidade de diálogo entre os próprios bispos e dos bispos com teólogos, sacerdotes, jornalistas e muitas outras pessoas comprometidas com a Igreja latino-americana. A comunicação com os bispos foi franca, direta, livre, em todo momento e lugar.

Quarta – Não houve atividades paralelas ou contrárias à Conferência. Todo o trabalho de apoio foi feito em comunhão e identificação com a assembléia.

Quinta – Pesou sobre a assembléia a tomada de consciência do fato de que milhões de católicos se afastaram da Igreja (calcula-se que, nos últimos dez anos, 30 milhões de católicos tenham abandonado a Igreja na América Latina e no Caribe). Esse dado, claramente aproximativo, mas real, suscitou duas reações. Uma, minoritária, propunha uma *grande missão* continental para recuperar os afastados. Outra, majoritária, estava consciente de que as causas não estão apenas fora da Igreja (as seitas, o relativismo, a perda de sentido moral etc.), mas fundamentalmente dentro dela. As pessoas se afastam porque a Igreja já não lhes diz nada ou por causa da ausência quase total de reforma dentro da Igreja. O aspecto positivo desses fatos foi duplo. Por um lado, diminuiu o espírito triunfalista da Igreja Católica. Por outro, tomou-se consciência da necessidade de uma autocrítica e de uma reforma dentro da Igreja.

Sexta (a mais importante e difícil de comunicar) – Na assembléia, despertou um espírito de liberdade e de reação a mais de trinta anos de autoritarismo e centralismo euro-romano dentro da Igreja. Questionou-se coletivamente um certo modelo de Igreja fechada sobre si mesma e distante do mundo atual. Superou-se um ambiente de medo que paralisava a Igreja: os sacerdotes tinham medo dos bispos, e estes tinham medo do Vaticano. O Vaticano, por sua vez, tinha medo de toda corrente de libertação. Os bispos recuperaram, de forma maciça e decidida, a identidade de ser Igreja latino-americana e caribenha. Recuperou-se o sentido de ser Igreja local, com um espírito mais livre, criativo e autônomo,

de comunhão com a Igreja universal e a autoridade máxima do bispo de Roma, designado com o título mais evangélico de seu ministério: “*Pater pauperum*”, ou seja, “papa”.

Sétima – A forte espiritualidade que dominou em todo momento o trabalho da assembléia: espiritualidade eucarística e bíblica. As lutas de poder e as discussões ocorridas não conseguiram romper essa espiritualidade de comunhão e fraternidade.

Terminou a V Conferência: quais são, agora, nossa esperança e nossa tarefa?

Quando terminou o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, proclamou-se uma grande esperança: “Um outro mundo é possível”. Anos atrás, os zapatistas de Chiapas, no México, também formulavam sua esperança e utopia: “Construir uma sociedade onde caibam todos e todas, em harmonia com a natureza”. Os economistas rejeitavam o programa, que dizia: “Se não há para todos, que haja ao menos para mim”, e o substituíam por este outro: “Se há para todos, então haverá para mim”. Outros repetiam sem cessar: “Eu somente sou se tu és”, “Todo assassinato é um suicídio”, “Solidariedade ou suicídio coletivo”, “É melhor acender uma luz do que mal-dizer as trevas”. Poderíamos continuar proclamando muitas outras explosões de esperanças e utopias, mas sempre surge a pergunta inevitável: *Um outro mundo é possível, mas qual será o sujeito capaz de construí-lo?*

Também em Aparecida vivemos a alegria e esperança de que *outro modelo de Igreja é possível*. Mas surgiu também a pergunta inevitável: *Que sujeito a tornará possível?*

Todos e todas chegamos ao final da V Conferência do Episcopado Latino-Americano com um sentimento de esperança. E um pouco de temor por causa das mudanças que a Cúria Romana poderia fazer no documento final de Aparecida. Houve mudanças que, creio eu, não destroem a esperança de fundo de que outro modelo de Igreja é possível.

Muito se repetiu a afirmação de que um documento eclesial, por si mesmo, não é capaz de mudar a Igreja. Documentos não mudam estruturas. O padre José Comblin nos advertiu muitas vezes de que o Concílio Vaticano II tinha mudado profundamente nossa visão teológica da Igreja, mas não mudou suas estruturas. É por isso que em cinquenta anos um movimento de contra-reforma apagou o Concílio da memória da Igreja. Algo semelhante aconteceu, embora com menos eficácia, com as conferências de Medellín e Puebla, bem como com sua teologia e proposta pastoral. Essa nova proposta perdurou na consciência eclesial latino-americana, mas uma contra-reforma tenaz conseguiu, pouco a pouco, deslegitimar e destruir as poucas reformas e estruturas que Medellín e Puebla tentaram realizar. O Concílio Vaticano II e as conferências latino-americanas de Medellín e Puebla produziram documentos excelentes, mas não conseguiram realizar uma reforma significativa das estruturas da Igreja. Foi então que, por inércia programada, reapareceram as velhas estruturas dos concílios de Trento (do século XVI) e Vaticano I (do século XIX). Esses dois concílios fizeram uma reforma eclesial tão sólida que ela durou mais de quatrocentos anos.

Outra Igreja é possível. Que sujeito a tornará possível?

Somos muitos os que cremos que, depois da V Conferência de Aparecida, *é possível construir outro modelo de Igreja*, deixando muito claro que queremos construir esse projeto *no interior da Igreja e em comunhão com a Igreja universal*. O novo modelo de Igreja não é marginal nem paralelo à Igreja atualmente existente. Já foram escritos muitos artigos de análise do documento final. Agora, meu propósito é, pensando no futuro, delinear a possibilidade de construir o que esse documento nos oferece e exige, sobretudo construir esse sujeito que o torne possível, o sujeito tanto em sua dimensão pessoal quanto coletiva.

Uma *perspectiva falsa* é pensar, de forma quantitativa, que, para construir um novo modelo de Igreja, deve-se atrair as pessoas que se afastaram da Igreja por meio de uma missão geral ou “nova evangelização”, ou, ainda, instruir da melhor maneira possível os católicos, aumentando os períodos de catequese em níveis batismal, eucarístico ou de confirmação. Em muitas paróquias, duplicou-se ou triplicou-se a formação exigida como obrigatória para receber os sacramentos. Isso já mostrou sua ineficácia. Até mesmo a chamada “nova evangelização” fracassou por causa de sua indefinição. Toda estratégia de missão ou de catequese é um projeto fracassado se a Igreja não faz uma *avaliação interna* para descobrir por que tantos católicos se afastaram da Igreja ou se encaminham para abandoná-la. Digo avaliação “interna” porque a Igreja sempre anda buscando fora dela mesma as causas de sua debilidade: as “seitas”, o materialismo, o esquecimento de Deus, a ética sexual errada etc. É preciso analisar por que tantos cristãos abandonaram a Igreja. Se a Igreja não mudar, as pessoas que se afastaram não voltarão nunca, e as que ainda não se foram vão duvidar dos motivos pelos quais deveriam continuar na Igreja, ou sua convicção deficiente fará com que seus filhos não se aproximem da Igreja. Em síntese: se a Igreja não fizer uma avaliação interna ou uma reforma de suas estruturas, de sua teologia ou de sua moral, ela não poderá ser um sujeito eficaz para que “outro modelo de Igreja seja possível” e o documento final da V Conferência seja real.

Devemos tomar consciência e aceitar que muitas coisas na Igreja não vão mudar nunca, ao menos neste século, como o celibato obrigatório, suas concepções no campo da ética sexual, a participação da mulher em todos os níveis do ministério e tantas coisas mais. *Nesse sentido, há uma crise irreversível de um determinado modelo hoje dominante na Igreja.* Ao mesmo tempo, outro modelo de Igreja é possível, sempre no interior da própria Igreja. Por isso, temos de ser realistas: *evitar toda contradição com o modelo de Igreja dominante e que está em crise irreversível e crescer lá onde está*

nossa força. Só assim teremos a força para a construção de um novo modelo de Igreja e de um sujeito capaz de construí-lo. Vejamos brevemente onde está nossa força para construir e crescer.

- a) *Em geral:* retomar de forma global e sistemática toda a tradição de reforma da Igreja proposta pelo Concílio Vaticano II, pelas conferências de Medellín, Puebla e Aparecida, que nos indicam o caminho e nos dão a força para construir o novo modelo de Igreja que buscamos e o sujeito capaz de construí-lo.
- b) *Os elementos básicos que não podem faltar e em que está nossa força são:*

O método *ver, julgar e agir*.

As comunidades eclesiais de base (como aparecem em Puebla e Aparecida).

A formação permanente dos agentes de pastoral, especialmente dos leigos e leigas.

Participação da mulher em todos os níveis ministeriais.

Teologia da libertação e todas as teologias diferenciadas e específicas de libertação na América Latina e no Caribe.

A espiritualidade libertadora, com toda a sua exigência e formas concretas de realização.

- c) *O movimento bíblico*

Este tema está pobremente expresso no *Documento de Aparecida*.

Não basta falar da animação bíblica de todas as pastorais da Igreja. Corre-se o perigo de manipular os textos bíblicos em função da pastoral.

Precisamos ter uma escola para o estudo e a formação na Bíblia como um todo.

Multiplicar oficinas e seminários intensivos de formação bíblica.

Insistir na formação bíblica dos agentes de pastoral.

Criar um movimento bíblico forte e amplo.

Fortalecer as redes bíblicas existentes, em nível nacional e continental.

Fortalecer a leitura orante da Bíblia (*lectio divina*).

Organizar “retiros bíblicos”.

Conclusão

Tudo o que foi dito neste breve artigo é apenas o começo de uma proposta para o início da caminhada. O final da V Conferência é o começo de uma nova tarefa. Agora, temos os elementos teológicos e a força espiritual suficiente para começar a trabalhar.



O discipulado como seguimento do Jesus histórico

Benedito Ferraro
(Brasil)

“No seguimento de Jesus Cristo, aprendemos e praticamos as bem-aventuranças do Reino, o estilo de vida do mesmo Jesus Cristo: seu amor e obediência filial ao Pai, sua compaixão diante da dor humana, sua aproximação com os pobres e pequenos, sua fidelidade à missão recebida, seu amor serviçal até o dom de sua vida. Hoje, contemplamos a Jesus Cristo tal como nos transmitem os Evangelhos para conhecer o que ele fez e para discernir o que nós devemos fazer nos dias de hoje.”¹

Esta afirmação da V Conferência de Aparecida nos ajuda a compreender o significado do discipulado como seguimento. Recorda-nos a afirmação de Paulo: “Tenham em vocês os mesmos sentimentos que havia em Jesus Cristo” (Fl 2,5). Ajuda-nos também a entender a nossa profissão de fé em Jesus de Nazaré, que assumiu plenamente a condição humana: “Trabalhou com mãos humanas, pensou com inteligência humana, agiu com vontade humana, amou com coração huma-

¹ Documento de Aparecida, n. 139.

no. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado”.²

Ser discípulo e seguir a Jesus de Nazaré (Mc 6,1-6; 3,14; Lc 10,2-12; Jo 1,38-39)

Não podemos nos esquecer que Jesus era judeu, ligado às tradições de seu povo e preocupado com a situação de vida dos pobres de seu tempo. Como filho de carpinteiro, fez a experiência do trabalho e conviveu com os trabalhadores da Palestina do I século. O evangelho de Mateus nos fala da compaixão de Jesus diante do sofrimento do povo: “Vendo as multidões, Jesus teve compaixão,³ porque estavam cansadas e abatidas, como ovelhas que não têm pastor” (Mt 9,36). Jesus, o Messias Servo Sofredor, se solidariza com as multidões abandonadas, como ovelhas sem pastor, e assume suas dores, criticando a situação de abandono em que vivem, em nítida referência ao profeta Ezequiel (cap. 34). O evangelista João apresentará Jesus como o Bom Pastor que dá a vida por suas ovelhas (cf. Jo 10,11).

Ser discípulo é estar com ele (Mc 3,14a), criar solidariedade e comunidade, abrir-se para a missão a serviço do Reino e assumir, se preciso for, o mesmo destino do Mestre (Mc 3,14b). Ser discípulo(a) é assumir, como Jesus de Nazaré o fez, o anúncio do evangelho do Reino aos pobres e excluídos de seu tempo (cf. Lc 4,16-21). É resgatar a vida dos que estão perdendo a vida por causa da injustiça. É anunciar que a salvação se faz presente na mudança de situação real de vida operada na ação evangelizadora e libertadora de Jesus (cf. Mt 11,2-6). Hoje, somos convidados a atualizar esta ação evangelizadora e libertadora⁴ de Jesus apoiando as lutas dos sem terra, dos sem teto, dos desempregados(as), abandonados pelo merca-

² *Gaudium et spes*, n. 22.

³ É importante salientar que o verbo utilizado em grego é “splangnizomai”, que significa ter dores de entranhas, dores de parto, recordando-nos o texto de Ex 3,7-10, em que Javé vê a aflição do povo e escuta seu clamor.

⁴ Cf. PAULO VI. *Evangelii nuntiandi*, n. 30.

do, pelo Estado e, muitas vezes, pela própria Igreja, solidarizando-nos com os rostos sofredores do povo da rua, dos migrantes, dos doentes, dos dependentes químicos, dos presos,⁵ pois, como “discípulos e missionários somos chamados a contemplar, nos rostos sofredores de nossos irmãos e irmãs, o rosto do Cristo que nos chama a servi-lo nele”.⁶ A opção pelos pobres está implícita na fé cristã e faz parte integrante do discipulado como seguimento de Jesus Cristo:

Nossa fé proclama que “Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do ser humano”. Por isso “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, enriquecendo-nos com sua pobreza. Esta opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito humano, que se fez nosso irmão (cf. Hb 2,11-12)”.⁷

Hoje, o seguimento de Jesus, pela força do Espírito do Ressuscitado, leva-nos a fundar comunidades conseqüentes com sua prática. Comunidades samaritanas que ajudem a aliviar as dores do povo crucificado e sofredor, deixando-se guiar pelo Espírito Santo (cf. Gl 5,25), assumindo como própria a paixão pelo Pai e pelo Reino e anunciando a Boa-Nova aos pobres, curando os enfermos, consolando os tristes, libertando os presos e anunciando o ano da graça do Senhor (cf. Lc 4,18-19).⁸

Caminho e seguimento: confrontos, enfrentamentos e rupturas

O caminho indica um lugar de partida e um lugar de chegada. Jesus é para nós o precursor do caminho. É ele que cria a possibilidade do caminho, pois sabe de onde veio e sabe para onde vai (cf. Jo 8,14). João, em seu evangelho, expressa esta realidade em termos teológicos, afirmando que

⁵ Cf. *Documento de Aparecida*, nn. 407-426.

⁶ *Ibid.* n. 393. Cf. também *Puebla*, nn. 31-39, e *Santo Domingo*, n. 179.

⁷ *Documento de Aparecida*, n. 392.

⁸ Cf. *Ibid.* n. 152.

Jesus é o caminho, a verdade e a vida (Jo 14,6). Quem, pois, anda no caminho de Jesus, quem o segue, encontra a verdade, a liberdade e a vida. Mas este caminho é conflitivo, pois é o lugar do confronto, da exigência de posicionamento, da conflitividade. O seguimento exige discernimento, opção e, muitas vezes, rupturas. O evangelista Marcos, em uma longa sequência (Mc 8,22 –11,8), ao apresentar o caminho messiânico de Jesus, retrata as exigências do discipulado como seguimento. Nesse caminho os discípulos e discípulas são chamados à conversão, à mudança de mentalidade, a romper com a ideologia dos dominantes que impede a possibilidade da vida. São convidados a romper com a falsa imagem do messias (Mc 8,27-33), a assumir a conflitividade da vida (Mc 8,34-38), a caminhar com fé na ambigüidade da história (Mc 9,2-13), a viver a fraternidade (Mc 9,33-37); a discernir com quem fazer alianças (Mc 9,38-40), a retomar a intenção original da união entre o homem e a mulher (Mc 10,1-10), a denunciar a idolatria do dinheiro (Mc 10,17-27), a compreender o poder como serviço aos irmãos e irmãs (Mc 10,35-45).

Na verdade, Marcos nos indica que os discípulos e discípulas, quando se colocam no seguimento de Jesus, são chamados a uma espiritualidade que os sustenta no caminho conflitivo que vai de Cesaréia de Filipe até Jerusalém, o lugar do confronto final. Hoje, muitos cristãos e cristãs da América Latina e Caribe, indígenas, afro-americanos, camponeses, operários, advogados, padres, religiosas, religiosas, bispos experimentaram o mesmo destino de Jesus, pois trilharam o mesmo caminho que exigiu o enfrentamento final: o martírio.

Assumir a cruz e seguir a Jesus

Identificar-se com Jesus Cristo é compartilhar também de seu destino: “Onde eu estiver, estará também aquele que me serve” (Jo 12,26). O cristão enfrenta a mesma sorte do Senhor, até mesmo a cruz: “Se alguém quer me seguir, renuncie-se a si mesmo, tome sua cruz e me siga” (Mc 8,34). Anima-nos o testemunho de tantos missionários e mártires de ontem e

de hoje em nossos povos que chegaram a compartilhar a cruz de Cristo até a entrega de sua vida”.⁹

Esta palavra da V Conferência nos ajuda a localizar a cruz de Jesus de Nazaré no contexto da Palestina do século I. Sua cruz é consequência de sua prática no enfrentamento com as autoridades judaicas e romanas de seu tempo. Jesus de Nazaré era uma pessoa inserida no contexto de sua época a partir da luta dos pobres e excluídos. Sua morte, por fazer parte de um grupo de resistência que assumia a perspectiva de vida a partir dos marginalizados, foi motivada por conflitos econômicos, políticos, sociais e religiosos de seu tempo: doenças e enfermidades, exclusão por causa do sistema de pureza, opressão e pagamento de impostos que chegavam a 60% de toda produção dos camponeses e artesãos da época (cf. Mt 9,35-36).

Por isso, quando falamos de assumir a cruz e seguir a Jesus, não podemos fazer uma espiritualização dessa cruz, retirando-a da história real e concreta. Assumir a cruz significa estar contra o sistema de morte, contra o sistema injusto que exclui e impede que as pessoas tenham vida e vida em abundância, como pregava Jesus de Nazaré (Jo 10,10). Hoje, assumir a cruz de Jesus significa enfrentar o sistema que, no continente latino-americano e caribenho, está gerando uma situação de iniquidade social:¹⁰

Lamentavelmente, a face mais conhecida e exuberante da globalização é sua dimensão econômica, que se sobrepõe e condiciona todas as demais dimensões da vida humana. Na globalização, a dinâmica do mercado absolutiza com facilidade a eficiência e a produtividade como valores reguladores de todas as relações humanas. Este peculiar caráter faz da globalização um processo promotor de iniquidades e injustiças múltiplas.

Seguir a Jesus significa assumir seu projeto, o projeto do Reino de Deus, e entrar no caminho conflitivo que pode

⁹ Ibid. n. 140.

¹⁰ “Com efeito, é uma contradição dolorosa que o continente de maior número de católicos seja também o de maior iniquidade social” (*Documento de Aparecida*, n. 527).

levar, como a Jesus e muitos de nossos mártires, a enfrentar o martírio. Somente assumindo conscientemente a realidade como Jesus o fez é que poderemos falar de seguimento.

Assumir a cruz de Jesus também significa ser solidários com os pobres, quando não podemos mudar imediatamente as estruturas injustas. O fato de estarmos com eles em seu sofrimento completa em nós o que faltou à paixão de Jesus (cf. Cl 1,24), o Crucificado que é o Ressuscitado e que se une a todos os crucificados do mundo. Os pobres crucificados se tornam, assim, a cruz real. Assumir a sua dor é assumir a cruz de Cristo. Como Jesus veio para dar a vida, somos convidados a descer da cruz os crucificados. Esse foi o agir de Jesus de Nazaré, que redundou em sua perseguição e morte, pois o ter compaixão e o assumir as dores dos pobres e excluídos gera conflitos. Ir às causas da exclusão, ontem e hoje, não é uma atitude sem conseqüências. É aqui que a fé cristã reflete seu profetismo e seu dinamismo transformador. O martírio pode ser o resultado último do discipulado como seguimento de Jesus de Nazaré.

Assumir a cruz de Jesus também significa enfrentar o sofrimento diante de uma doença que não se pôde evitar. Nesse caso, cremos que a paixão de Jesus completa em nossa carne aquilo que não podemos superar por nossas forças. Nesse sentido, como Jesus fez sua entrega ao Pai, aquele que sofre se entrega ao Deus da vida, que em sua bondade e misericórdia de Mãe também o aceitará.



A eclesiologia de Aparecida¹

Víctor Codina
(Bolívia)

Preâmbulo histórico

Antes de refletir sobre a eclesiologia de Aparecida, convém recordar que a eclesiologia da Igreja local esteve ausente na Igreja durante todo o segundo milênio. Enquanto no primeiro milênio havia uma consciência clara de que a Igreja de Deus partia e se constituía a partir da Igreja local em comunhão com as demais Igrejas locais presididas pela Igreja local de Roma e de que assim é que elas constituíam a Igreja universal, no segundo milênio só se fala da Igreja universal, que aparece identificada com a Igreja romana.

Até os dias de hoje, muitos, dentro e fora da Igreja, pensam que a instituição eclesial é como uma espécie de multinacional, com a matriz em Roma e sucursais nas diferentes dioceses, sendo organizada graças a um corpo eficiente de empregados tecnocratas que cumprem ordens e se empenham para que a Igreja funcione e prospere. A Igreja seria uma espécie de McDonald's, Sony, General Motors, Coca-Cola etc., que, em vez de vender hambúrgueres, objetos eletrônicos, carros ou bebidas, faz *marketing* de produtos religiosos.

¹ Artigo publicado originalmente no livro *Aparecida*, editado pelo Instituto de Missiologia da Universidade Católica de Cochabamba, Bolívia.

Felizmente, o Concílio Vaticano II redescobriu a importância da Igreja local, claramente atestada no Novo Testamento, e afirmou que nela e a partir dela se constitui a Igreja universal (LG, nn. 23, 26-28). A Igreja local não é só a diocese confiada a um bispo (CD, n. 37), mas também pode designar um território geográfico e cultural com uma certa unidade histórica (AG, nn. 19-22).

Só a partir dessas premissas se pode falar da legitimidade de uma Igreja da América Latina e do Caribe e se compreende que se tenha configurado uma Igreja latino-americana depois do Concílio Vaticano II, com sua teologia, suas opções pastorais, sua espiritualidade, seus santos e mártires e seu estilo próprio de viver a fé. Essa eclesiologia latino-americana foi-se configurando sob o impulso das conferências gerais do episcopado latino-americano, desde o Rio até Aparecida.

Por isso, antes de falar da Conferência de Aparecida, convém dizer algumas breves palavras sobre a eclesiologia das outras conferências que prepararam o caminho.²

A I Conferência, convocada no Rio por Pio XII em 1955, embora tenha sido importante por dar início à série de conferências latino-americanas, representa ainda a mentalidade de cristandade que prevalecia antes do Concílio Vaticano II. Em 1950, o papa Pio XII tinha escrito a encíclica *Humani generis* contra a Nova Teologia (*Nouvelle Théologie*), surgida principalmente na França, e havia destituído de suas cátedras os teólogos mais representativos dela (como Chenu, Congar, Danielou, De Lubac etc.). Pio XII via agora a América Latina como uma reserva espiritual de ortodoxia, não contaminada pelos erros teológicos europeus. Mas, para a Conferência do Rio, a Igreja da América Latina também estava exposta às ameaças do marxismo e do protestantismo, agravadas pela falta de clero. Por isso, conclama-se a Igreja universal a enviar missionários para a América Latina. A eclesiologia subjacente à Conferência do Rio de Janeiro é claramente a eclesiologia

² MUÑOZ, R. El camino de la iglesia de América Latina a través de sus conferencias de Medellín, Puebla y Santo Domingo. *CLAR*, pp. 129-130, out.-dez./2005.

da cristandade, apologética e auto-suficiente, convencida de que a Igreja tem a solução para todos os problemas. Certamente, o aspecto mais positivo dessa Conferência foi a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

A II Conferência, em Medellín (1968), convocada por Paulo VI após o Concílio Vaticano II para que o Concílio se estendesse ao mundo não-europeu, apresenta uma eclesiologia libertadora, centrada no êxodo. Seu método consiste em partir da realidade, para iluminá-la com a Palavra e, assim, projetar uma ação pastoral encarnada. Medellín parte da realidade de pobreza e injustiça sofrida pelos povos da América Latina, afirma que, à luz da revelação, essa situação é pecado e impulsiona uma luta em busca de estruturas mais justas. As comunidades de base são as células dessa nova eclesiologia, toda ela orientada para o Reino de Deus. Medellín foi um verdadeiro Pentecostes para a Igreja da América Latina e o ponto de arranque de sua caminhada como Povo de Deus neste continente. Ela se constituiu no teste e ponto de referência obrigatório para discernir o caminhar da Igreja latino-americana durante os anos seguintes.

A eclesiologia da III Conferência, em Puebla (1979), presidida por João Paulo II, tem características mais intra-ecclesiais. Ela pretende ser uma eclesiologia de comunhão e participação, não fala mais de libertação, mas ainda mantém o método de Medellín: parte da realidade, escuta o clamor do povo que sofre, faz a opção preferencial pelos pobres e torna a assinalar a importância das comunidades de base.

Em Santo Domingo (1992), a IV Conferência, convocada por João Paulo II por ocasião dos 500 anos da primeira evangelização da América Latina, já reflete claramente em sua eclesiologia o inverno eclesial que pairava sobre toda a Igreja. Abandona-se o método latino-americano de partir da realidade, fala-se de uma nova evangelização (que parece insinuar que se deve mudar a linha iniciada em Medellín), propõe-se uma promoção humana, silenciando a dimensão libertadora, e defende-se a cultura cristã — que é um termo teológica-

mente muito questionável. Por outro lado, foi muito positiva sua preocupação com a inculturação na cultura adveniente e nas culturas indígenas e afro-americanas. Há uma vontade clara de dar marcha à ré em relação à caminhada da Igreja na América Latina (sua teologia, suas comunidades de base, seus mártires...), portanto Santo Domingo representa uma tendência a voltar a uma eclesiologia universal com pouca relevância das Igrejas locais. Não é por acaso que, poucos meses antes de Santo Domingo, a Congregação para a Doutrina da Fé tenha emitido o documento *Communio in notio*, no qual defendia que existe uma prioridade ontológica e cronológica da Igreja universal sobre a local. Esse documento, que suscitou reações teológicas contrárias por parte de vários setores eclesiais, aponta claramente para uma tendência eclesial conservadora de querer voltar a uma eclesiologia anterior ao Concílio Vaticano II.³

Aparecida

Antecedentes imediatos de Aparecida

Para 2007, 15 anos depois de Santo Domingo, convocase em Aparecida, santuário mariano do Brasil, a V Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe, com o lema “Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que nossos povos tenham vida nele”.

Compreende-se que se tenha criado uma grande expectativa ante essa V Conferência: seguir-se-ia a linha conservadora de Santo Domingo ou se retomaria o impulso profético de Medellín? Respeitar-se-ia a caminhada da Igreja da América Latina ou impor-se-ia o estilo europeu que se faz passar pelo genuinamente católico e universal? Manter-se-ia o método latino-americano de partir do ver-julgar-agir? A notificação do Vaticano contra a cristologia de Jon Sobrino, pouco antes da

³ MARTÍNEZ GORDO, J. Eclesiología y gobernación: el debate de J. Ratzinger y W. Kasper sobre la relación entre la Iglesia universal y la Iglesia local. *Revista Latinoamericana de Teología*, n. 66, pp. 229-250, maio-jun./2006.

realização de Aparecida, suscitou interrogações ainda maiores: quer-se liquidar definitivamente a teologia da libertação? Reafirmar-se-á a legitimidade da Igreja local latino-americana ou voltar-se-á à eclesiologia da Igreja universal?

O *Documento de Participação* para Aparecida solicitava a todos os membros do Povo de Deus que contribuíssem com seus pontos de vista para Aparecida. Nesse sentido, foi muito positivo. Mas seu conteúdo era muito decepcionante: não partia da realidade, apresentava uma antropologia abstrata, uma cristologia sem Jesus histórico, uma eclesiologia eclesio-cêntrica sem Reino de Deus, uma missiologia de cristandade muito pouco sensível aos sinais dos tempos. A *grande missão* continental que se anunciava suscitou muitos temores.

Foram numerosas as vozes críticas ao documento e às propostas para Aparecida.⁴ Elas podem ser agrupadas nestes três parágrafos:

- 1) Recuperar a memória da caminhada da Igreja da América Latina: o método latino-americano, os mártires, recordar os santos Padres da América Latina (os grandes bispos defensores dos pobres), as comunidades de base, a vida religiosa inserida e a CLAR.
- 2) Reafirmar os elementos já assumidos pelo Concílio Vaticano II (Palavra, Povo de Deus, diálogo com o mundo) e pelas conferências da América Latina: opção pelos pobres (hoje mais numerosos), pelos jovens (hoje sem perspectivas de futuro), pelas famílias

⁴ BRIGHENTI, A. El Documento de participación de la Quinta Conferencia. *Pasos*, S. José de Costa Rica, n. 123, pp. 11-23, jan.-fev./2006, e em *Revista Latinoamericana de Teología*, San Salvador, n. 68, pp. 95-118, maio-ago./2006. CASTELLANOS, N. Hacia una Iglesia latinoamericana más profética. *Revista Latinoamericana de Teología*, n. 68, pp. 118-124, 2006. Codina, V. Hacia la V Conferencia de Aparecida 2007. *Cuarto Intermedio*, Cochabamba, n. 82, pp. 4-18, fev./2007. Id. Elementos teológico-pastorales que no pueden estar ausentes en la V. Conferencia. *Revista Latinoamericana de Teología*, n. 69, pp. 289-297, set.-dez./2006. PROFESORES de la Facultad de Teología de la Compañía de Jesús (FAJE-ISI). Texto alternativo en camino a la V Conferencia de Aparecida. *Revista Latinoamericana de Teología*, n. 68, pp. 125-133, maio-ago./2006. TRIGO, P. Temas que debería abordar la V Conferencia General del Episcopado Latinoamericano. *Revista Latinoamericana de Teología*, n. 70, pp. 29-48, jan.-abr./2007. Que nuestros pueblos en Él tengan vida. Aparecida, 2007. *Sal Terrae*. abr./2007. VALENTINI, Dom Demétrio. Expectativas da Quinta Conferência. *Perspectiva Teológica*, n. 107, pp. 85-102, jan.-abr./2007. AMERINDIA. *Aportes para Aparecida*. Montevideo, 2006.

(hoje abaladas pela emigração), protagonismo dos leigos, atenção às culturas indígenas e afro-americanas, à cultura moderna, defesa da terra e da ecologia etc.

- 3) Abrir-se aos novos desafios: iniciar numa profunda experiência espiritual cristã, abrir-se ao diálogo com o mundo do conhecimento, às novas tecnologias e aos meios de comunicação de massa, defesa da mulher, revisão de temas relacionados com a afetividade, sexualidade e matrimônio, formação séria de leigos, promover novos ministérios: ordenação de “viri probati” (homens casados com experiência), favorecer o diaconato indígena, recuperar para o ministério os sacerdotes que abandonaram seu sacerdócio etc.

Em geral, desejava-se que Aparecida se centrasse no tema da vida, ponto focal ao qual tanto o discipulado quanto a missão deveriam dirigir-se.

O *Documento de Síntese*, que reuniu as contribuições de todas as conferências episcopais, levou em conta algumas dessas propostas e voltou ao método latino-americano: olhar a realidade a partir do olhar do Pai, iluminá-la a partir da Palavra e propor uma ação com a força do Espírito. A eclesiologia se situa sob o horizonte do Reino, e sua proposta de vida e de missão se abre ao mundo. Mas se percebe uma certa desconexão entre a realidade, a teologia e a práxis pastoral, que se dispersa em numerosas opções. O tema da vida tampouco se torna o eixo central.

O discurso com que Bento XVI abriu a V Conferência, ao contrário do que muitos temiam e do que a imprensa destacou, teve muitos elementos inspiradores para a eclesiologia da América Latina e do Caribe: partia da situação da fé na América Latina, fruto positivo da primeira evangelização cristã; reafirmava a continuidade com as conferências anteriores; enfatizava a importância de ser discípulos e missionários em Cristo sem intimismo e sem abandono dos problemas sociais; indicava que na fé em Cristo está implícita a opção pe-

los pobres; reafirmava o direito a uma vida plena e humana e a necessidade da contribuição dos cristãos para a solução dos problemas sociais; e terminava com uma oração inspirada na passagem sobre o caminho de Emaús: “Fica conosco...”

Embora não tenha havido referências nominais aos grandes bispos mártires nem às comunidades de base, no discurso de Bento XVI não houve condenações nem críticas à teologia latino-americana, e ele tampouco se centrou em temas morais ou nas seitas. Alguns, como Leonardo Boff, sentiram falta de um pronunciamento profético em defesa da ecologia, a partir da situação da Amazônia.

Isto posto, se olharmos qual foi a perspectiva teológica do discurso, teremos de afirmar que foi claramente intra-ecclesial e revelava sua preocupação com a debilidade da fé neste continente de maioria católica e onde se concentra o maior número de católicos da Igreja. Ainda que, naturalmente, salientasse os problemas sociais e a necessidade do compromisso com a justiça, o acento se situava mais na Igreja do que no Reino, mais na vida cristã do que na vida em geral. Essa tendência intra-ecclesial e até eclesiocêntrica se refletirá também no documento final de Aparecida.

Aparecida

Aparecida foi muito mais do que um documento; consistiu numa forte experiência eclesial, na qual tomaram parte ativa não só os participantes delegados, mas também grupos de leigos reunidos em barracas junto ao rio em oração e diálogo, comunidades de base e gente do povo que peregrinava ao santuário, teólogos que colaboravam e ofereciam suas contribuições etc. Mas o ponto básico para uma avaliação do acontecimento Aparecida será, sem dúvida, o documento conclusivo.

O Documento de Aparecida

O *Documento de Aparecida* recupera a metodologia latino-americana ver-julgar-agir, iniciada por Medellín e aban-

donada em Santo Domingo. Vejamos seus aspectos mais relevantes.

Ver

O *Documento* começa fazendo uma boa análise da realidade social, econômica, política, cultural e eclesial da América Latina, com suas luzes e sombras. No que diz respeito à Igreja latino-americana, o *Documento* salienta como aspectos positivos a fé profunda do povo e o valor da religiosidade popular, o compromisso eclesial com os pobres e a dignidade humana, a renovação bíblica, catequética e litúrgica, a vitalidade das paróquias e da vida consagrada, o trabalho das diversas pastorais, o testemunho dos leigos, as diversas comunidades etc. Mas também destaca suas sombras: um enfraquecimento da vida cristã em seu conjunto (como já havia salientado Bento XVI em seu *Discurso inaugural*), clericalismo, individualismo, marginalização da mulher, sacramentalismo com falta de evangelização, pouco compromisso dos leigos na vida social, diminuição do clero e da vida religiosa, materialismo e falta de sentido de transcendência, abandono das práticas religiosas e da pertença à Igreja, passagem a outros grupos religiosos etc.

Uma leitura cuidadosa do *Documento* nos leva à conclusão de que os bispos têm uma preocupação séria com a perda de vitalidade da Igreja latino-americana. Essa conclusão é reforçada pela leitura de alguns parágrafos da introdução ao *Documento*:

- n. 10: A V Conferência se propõe “a grande tarefa de proteger e alimentar a fé do Povo de Deus e recordar também aos fiéis deste continente que, em virtude de seu Batismo, são chamados a ser discípulos e missionários de Jesus Cristo” (Bento XVI, *DI* 3).
- n. 11: “A Igreja é chamada a repensar profundamente e a relançar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais”, revitalizar a novidade do Evangelho. “Isso não depen-

de tanto de grandes programas e estruturas, mas de homens e mulheres novos.”

- n. 12: “Não resistiria aos embates do tempo uma fé católica reduzida a uma bagagem, a um elenco de algumas normas e de proibições, a práticas de devoção fragmentadas, a adesões seletivas e parciais às verdades da fé, a uma participação ocasional em alguns sacramentos,   repetição de princípios doutriniais, a moralismos brandos ou crispados que não convertem a vida dos batizados. Nossa maior ameaça   o medíocre pragmatismo da vida cotidiana da Igreja, no qual, aparentemente, tudo procede com normalidade, mas na verdade a fé vai se desgastando e degenerando em mesquinhez’ [Bento XVI]. A todos nos toca recom  ar a partir de Cristo [NMI, nn. 28-29], reconhecendo que ‘não se começa a ser cristão por uma decisão  tica ou uma grande idéia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que d  um novo horizonte   vida e, com isso, uma orientação decisiva’ [DCE, n. 1].”
- n. 14: O desafio principal da Igreja é mostrar sua capacidade de promover e formar discípulos e missionários que comuniquem o dom do encontro com Jesus Cristo. Esse é o melhor serviço que a Igreja tem a oferecer às pessoas e às nações.

A partir dessa situação, compreende-se que Aparecida adote uma perspectiva clara e preferencialmente intra-ecclesial: proteger e alimentar a fé do povo, renovar o Batismo e sua dimensão missionária, formar os cristãos em sua fé, incrementar sua pertenc a às comunidades eclesiais, criar comunidades missionárias, preparar uma *grande missão*.

Mas, diante dessa realidade eclesial, seria de esperar que Aparecida não são reconhecesse o fato, mas também tentasse investigar suas causas. Por que a fé enfraqueceu na América Latina? Quando teve início esse processo? Um fato tão generalizado deve ter causas sérias, não puramente in-

dividuais, e sim estruturais, causas que tampouco possam ser atribuídas unicamente ao ambiente social e cultural do mundo moderno e pós-moderno. Deve haver também causas intra-eclesiais que, sem dúvida, estão ligadas ao inverno eclesial que se vivencia na Igreja depois da breve primavera conciliar do Vaticano II.

Enumeremos algumas dessas possíveis causas. Desde *Communio notio* (1992), o papel das Igrejas locais vem sendo enfraquecido, assim como, desde a carta apostólica *Apostolos suos* (1998), o papel das conferências episcopais tem sido limitado, reforçando-se o centralismo romano. O desejo de João Paulo II de receber ajuda para encontrar uma forma de exercício do primado petrino, que, sem renunciar aos aspectos essenciais de sua missão, se abrisse a uma situação nova (*Ut unum sint*, 1995, n. 95), não conduziu — embora tenha tido respostas e sugestões positivas por parte de vários teólogos — a nenhuma reforma prática da Cúria Romana nem do exercício do primado romano.⁵ De Roma foram emanados diversos documentos restritivos — sobre a colaboração dos fiéis leigos no ministério dos presbíteros (1997), sobre a liturgia (*Redemptionis sacramentum*, 2004), sobre a ordenação de diáconos indígenas — que frearam muito o impulso da Igreja latino-americana. As críticas à teologia da libertação e às comunidades de base e a recente notificação sobre a cristologia de Jon Sobrino desanimaram e desconcertaram muito os cristãos, sobretudo os setores populares. Os critérios conservadores (tucioristas) empregados na eleição de bispos, nos últimos anos, e o procedimento de sua nomeação sem participação da comunidade cristã, o caráter meramente consultivo dos sínodos romanos, o dualismo existente entre sínodos romanos e o consistório de cardeais, a pouca clareza sobre a relação entre núncios e conferências episcopais, o apoio decidido de Roma a certos movimentos eclesiais diante de uma certa postergação da vida religiosa, a não-admissão da orde-

⁵ Ver, por exemplo, as contribuições positivas de J. R. Quinn, *La reforma del papado*, Barcelona, 2000, e de C. Schickendantz, *¿A dónde va el papado?*, Buenos Aires, 2001.

nação de *virī probati*, a escassez de ministros ordenados etc., tudo isso, sem dúvida, freou o impulso de anos anteriores da Igreja latino-americana e debilitou a fé de muitos setores latino-americanos. O fato de não escutar o clamor das mulheres na Igreja, a exclusão da Eucaristia dos divorciados que tornaram a casar, o fato de não repensar a moral sexual e matrimonial etc., favoreceram para que muitos abandonassem a Igreja e recorressem a outros grupos religiosos. Pode-se continuar a falar da América Latina e do Caribe como continente da esperança?

Julgar

Em sua segunda parte, o *Documento de Aparecida* desenvolve *A vida de Jesus Cristo nos discípulos missionários*.

Para isso aprofunda a vocação dos discípulos chamados pelo Batismo para o seguimento de Jesus Cristo e para a conformação com o Mestre, para poder anunciar o Evangelho da vida, com a força do Espírito. Essa vocação de discípulos e missionários é vivida na Igreja, nos diferentes tipos de comunidade existentes (dioceses, paróquias, comunidades de base e pequenas comunidades etc.), segundo as diversas vocações específicas (presbiteral, religiosa, leiga etc.).

O que mais chama a atenção nesta parte, porém, é o espaço dedicado à formação dos discípulos e missionários de Jesus Cristo. Postula-se uma formação integral, querigmática e permanente, atenta às diversas dimensões (humana, espiritual, intelectual, comunitária, pastoral, missionária), uma formação que respeite os processos, contemple o acompanhamento dos discípulos e se articule principalmente em dois momentos: na iniciação cristã e na catequese permanente ou catecumenato de adultos.

Essa formação deve estar estreitamente ligada às comunidades: à família, à paróquia, às comunidades de base e pequenas comunidades, aos movimentos eclesiais e às novas comunidades, aos centros católicos de educação (colégios e universidades) etc.

Parece-nos sumamente positivo que Aparecida faça a opção pela formação dos leigos e por sua inserção em comunidades cristãs.

Dever-se-ia questionar por que não se deu formação aos leigos até agora ou por que a formação que foi dada fracassou. É falha das famílias, dos párocos, dos catequistas, dos colégios, das comunidades cristãs? Em todo caso, surgem muitas interrogações sobre o “como” dessa formação.

Como formar de maneira profunda na fé cristã os setores populares que vivem quase exclusivamente da religiosidade popular? Como inseri-los em comunidades se a grande maioria deles só tem uma vinculação pontual por ocasião dos sacramentos nos momentos centrais da vida? Deve-se ensinar-lhes o *Catecismo da Igreja Católica* e o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* ou deve-se partir de suas dificuldades e interesses concretos para iniciá-los numa leitura popular da Bíblia? Além disso, se cremos que os pobres e excluídos são um lugar teológico privilegiado porque a eles foram revelados prioritariamente os mistérios do Reino de Deus (Lc 10,21-22; Mt 11,25), não deveríamos partir deles para compreender melhor o Evangelho e a revelação do Deus do Reino? Não deveríamos repensar, a partir deles como sujeitos ativos, a própria forma de estruturar a Igreja, uma Igreja que é de todos, mas deve ser prioritariamente dos pobres?

Quais deverão ser a formação e evangelização dos setores originários, indígenas e afro-americanos, de modo que se entre em diálogo com suas culturas e religiões ancestrais e se acolham as sementes do Verbo semeadas pelo Espírito em suas culturas?

Quais deverão ser a formação e transmissão cristã da fé nas famílias e como se deverá fazer isso se os pais, muitas vezes, desconhecem os aspectos essenciais da fé, não têm tempo para dedicar a seus filhos, estão preocupados em levar o pão de cada dia à sua família?

No *Documento*, também não fica claro qual deve ser a função da escola nessa formação cristã, qual é o papel que

cabe à educação pública e o que compete à esfera da comunidade cristã eclesial.

O risco das propostas de Aparecida sobre a formação cristã é que se tenha presente principalmente os setores de nível econômico mais elevado e maior formação acadêmica, que têm mais tempo e interesse pela esfera religiosa e colaboram mais com a Igreja. Mas como formar com critérios evangélicos esses setores, que tradicionalmente têm estado nas mãos de paróquias e dos colégios e universidades da Igreja e que, apesar disso, não só têm sido incapazes de transformar a realidade injusta do continente, mas também têm-se aproveitado do “sistema”? Que fazer para que a formação cristã desses setores não se reduza ao tema da sexualidade, da família e da prática dominical?

Aparecida destaca a necessidade de uma experiência cristã profunda, citando as sábias palavras de Bento XVI em sua encíclica *Deus é amor* (n. 1), que afirma que não basta uma formação doutrinal ou moral se ela não for precedida de um encontro pessoal com o Senhor, com Jesus Cristo vivo e ressuscitado. Mas quem pode iniciar nessa mistagogia espiritual, nessa experiência espiritual, sem a qual toda a formação resvala e cai?

Aqui reaparece a importância que Aparecida atribui às diversas comunidades cristãs (de base, pequenas comunidades, paróquias etc.), que devem ser a matriz que inicie, evangelize, forme, alimente a fé e faça discípulos e missionários. Por outro lado, embora Aparecida afirme que discípulos e missionários são os dois lados de uma mesma medalha e que a formação se orienta para a missão, convém esclarecer em que consiste essa missão. Do contrário, pode acontecer que essa formação só tenha uma finalidade apologética, como insinua o *Documento de Aparecida*, uma formação para defender a fé dos católicos, para que eles não abandonem a Igreja Católica e não passem para outros grupos religiosos.

Também neste ponto a eclesiologia de Aparecida é muito intra-eclesial. Essa Igreja se abrirá ao Reino no resto do *Documento*?

Agir

Finalmente, propõe-se uma ação a serviço da vida, orientada pelo Reino, com uma série de objetivos: promover a dignidade humana, renovar a opção pelos pobres e excluídos, defender o valor da família e das pessoas (crianças, jovens, idosos, mulheres, homens), incentivar a cultura da vida e do meio ambiente, atentar para a educação, a comunicação social, os indígenas e afro-descendentes, estar presente nos novos areópagos, promover a reconciliação e a solidariedade, intensificar a pastoral urbana e a presença cristã na vida pública, ser sensíveis aos rostos sofridos de nosso povo, especialmente as pessoas de rua, doentes, dependentes químicos, migrantes, presos etc.

Insiste-se com razão que o Reino de Deus exige a busca de estruturas justas, unir a justiça e a misericórdia, fazer da Igreja um sacramento de amor e solidariedade, realizar uma promoção humana e uma libertação autêntica e integral, apoiar as políticas sociais e econômicas a serviço de um desenvolvimento sustentável, trabalhar pelos construtores da sociedade, não relegar a Igreja ao templo, promover uma evangelização que não esteja separada da solidariedade, superar o escândalo de que o continente com o maior número de católicos seja o mais desigual e injusto etc.

No final, deseja-se que Aparecida seja um novo Pentecostes para a América Latina e se anuncia uma *grande missão* continental.

Mas o tema da vida, que aparece no lema de Aparecida como o objetivo da V Conferência, “para que nossos povos tenham vida nele”, não parece constituir o eixo central do documento, embora, evidentemente, enumerem-se uma série de opções a serviço da vida. Além disso, essas opções são tão numerosas e dispersas que na prática se tornam inoperantes: crianças, jovens, pais e mães, idosos, famílias, pobres, indígenas, afros, doentes, migrantes, portadores do HIV e dependentes de drogas, encarcerados, educação, saúde, meios de comunicação, novos areópagos, cidades, integração lati-

no-americana, meio ambiente, Amazônia e Antártida... Que ficará de tudo isso?

Uma vez mais, tem-se a impressão de que Aparecida está, diretamente, mais preocupada com os aspectos intra-eclesiais do que com a realidade social, econômica e cultural de nossos povos. Para Aparecida, a América Latina e o Caribe são, antes de mais nada, um continente cristão e católico, cuja fé é preciso defender, embora se deva ter presente que é um continente pobre. Por outro lado, para a tradição latino-americana libertadora, a América Latina é, antes de mais nada, um continente pobre que é crente. Em Aparecida, a dimensão social é contemplada mais como ponto de chegada da práxis do que como ponto de partida teológico e espiritual. A eclesiologia de Aparecida não é excêntrica, não trata de uma Igreja que se converta continuamente ao Reino, que procure construir o Povo de Deus (*laos*) a partir do povo pobre e marginalizado (*óchlos*), e sim de uma Igreja que está mais preocupada com seus membros, suas estruturas, suas comunidades, seus efetivos, sua influência e seu poder, seus direitos, seus interesses, que está mais interessada na vida eclesial e cristã do que na vida em geral, na vida sem outras conotações: a vida do povo, a vida de homens e mulheres, a vida econômica, social, cultural e religiosa, a vida da criação, do cosmo... No fundo, as diretrizes teológicas da *Communio* *notio*, de que falamos anteriormente, continuam vigentes ainda hoje: a Igreja universal antecede ontológica e cronologicamente a Igreja local latino-americana pobre e crente.

Avaliação eclesiológica global de Aparecida

Podemos começar afirmando que Aparecida recuperou, em grande parte, a memória do caminhar da Igreja latino-americana: o método ver-julgar-agir, a opção pelos pobres, o papel fundamental das comunidades de base, de uma vida religiosa mística e profética. Nesse sentido, pode-se dizer que, embora não mencione explicitamente a teologia da

libertação, assumiu suas opções decisivas: na fé em Cristo está implícita a opção pelo pobre.

Aparecida também reafirmou as opções das conferências anteriores pela vida, pelos jovens, indígenas e afro-americanos, pela família, pela mulher, pela terra e ecologia, o protagonismo dos leigos, a atenção à cultura moderna e aos meios de comunicação social etc.

Talvez a maior novidade de Aparecida consista em ter feito uma opção pela formação dos discípulos, formação que inclui dimensões doutrinárias, espirituais, missionárias etc. Também é notória sua insistência na necessidade da inserção nas diferentes comunidades eclesiais existentes.

Por outro lado, não atendeu alguns pedidos que haviam sido formulados a partir do *Documento de Participação*: revisão e ampliação dos ministérios ordenados; recuperação pastoral dos sacerdotes que deixaram o ministério; repensar a teologia, a moral e a pastoral em torno da afetividade, sexualidade e matrimônio; diálogo sério com o mundo moderno e pós-moderno; discernimento dos sinais da presença do Espírito nos atuais movimentos sociais e políticos da América Latina.

Como temos salientado ao longo deste escrito, a perspectiva central de Aparecida é majoritariamente intra-ecclesial. É semelhante a uma fábrica que vendia seus produtos no mercado e, de repente, começa a entrar em crise porque o público não compra mais seus produtos, porque há concorrência no mercado. Em vez de repensar por que não está vendendo, em vez de melhorar sua tecnologia e a qualidade de seus produtos, limita-se a lançar uma campanha publicitária para aumentar seu *marketing*.

Há anos (já desde a I Conferência, no Rio de Janeiro, em 1955), a Igreja Católica tem considerado a América Latina uma reserva espiritual de catolicismo, que representava uma fonte de esperança diante do declínio da Igreja européia (erros doutrinários e morais, indiferentismo, secularização, abandono da prática religiosa, descrédito da instituição eclesial, agnosticismo, ateísmo, falta de vocações etc.).

Enquanto a Igreja perdeu a Europa e, em geral, o Primeiro Mundo, e no Terceiro Mundo asiático e africano a Igreja ainda é minoritária, a América Latina era considerada por Roma como a Amazônia espiritual do catolicismo, o pulmão católico que podia oxigenar e dar vida a toda a Igreja universal. Agora se vivencia que essa Amazônia espiritual está ameaçada, que a Igreja da América Latina está em crise, que o continente da esperança já não é o que era antes e que o processo tende a deteriorar-se cada vez mais.

Se nossa análise está correta, Aparecida representa um último esforço visando à recuperação da identidade católica (voltar a ser discípulos e missionários), uma reconquista espiritual, uma apologética, uma tentativa de “cerrar fileiras”, de realizar um *marketing* missionário: a *grande missão* continental.

Em vez de perguntar por que a Igreja está desaparecendo na Europa e que mudanças se exigiriam da estrutura eclesial, em vez de questionar por que a Igreja está-se enfraquecendo na América Latina, fecham-se os olhos e quer-se manter a estrutura intacta e reforçar a identidade dos discípulos e da missão sem questionar a instituição eclesial.

Não é que seja equivocado insistir na identidade cristã e na necessidade da formação, de experiência espiritual e de uma maior inserção eclesial. O que deve ficar claro, porém, é o horizonte último de tudo isso, que é o Reino de Deus, a vida em todas as suas dimensões, o projeto de Jesus, os outros e as outras, o cosmo que é nossa pátria comum. Por isso a Igreja latino-americana, antes de missionar e evangelizar os demais, deveria começar escutando, ouvindo o clamor dos pobres, dos indígenas, das mulheres, dos jovens, da terra, dos movimentos sociais e políticos que surgem no continente e afirmam que outro mundo é possível.

Aparecida termina com a bela oração com que o papa finalizou seu discurso inaugural, pedindo ao Senhor, como os discípulos de Emaús, que ele fique conosco (Lc 24,29). Mas, antes de elevar essa oração, talvez devêssemos escutar o Se-

nhor que chama de néscios e tardos de coração os de Emaús por não compreenderem as Escrituras (Lc 24,25-27).

Deveríamos, talvez, imitar aqueles monges que, segundo uma velha lenda, começaram lentamente a desmontar e desedificar seu monastério. Às pessoas que perguntavam por que estavam fazendo aquilo, eles respondiam que dentro do monastério não conseguiam mais ver o nascer e o pôr do sol.

A crise galiléia como proposta pastoral

Como ser fiéis a Aparecida, aproveitar seus valores e aspectos inovadores, corrigir suas lacunas e sombras, sem escandalizar o povo, e sim ajudando-o para que cresça em sua fé e em seu ser eclesial?

Nos evangelhos sinóticos, constata-se que Jesus, depois de seus grandes êxitos em sua pregação e seus milagres, passa por uma crise motivada pelo fato de os chefes do povo o rejeitarem, alguns discípulos o abandonarem ao ver que ele não é o messias-rei que esperavam (“o assunto dos pães” em Mc 6,52) e outros, embora não o abandonem, não o compreendem.

Tudo isso obriga Jesus a ressituar sua missão, a fazer uma reflexão que o leva a abandonar a Galiléia e dirigir-se a territórios pagãos, a Cesaréia de Filipe e à fronteira siro-fenícia, e a uma mudança de conduta: fala pouco do Reino de Deus, não faz milagres, não expulsa demônios, não come com pecadores, concentra-se nos discípulos, aos quais dá instruções novas (Mc 10,31-45). Nesse contexto, pergunta-lhes quem dizem as pessoas que ele é, qual é a opinião deles, chama Pedro de Rocha e Satanás (Mc 8,27-30; Lc 9,18-26; Mt 16,13-28), transfigura-se para que não se assustem ante a Paixão etc.

Também no evangelho de João aparece uma crise depois do discurso a respeito do pão da vida em Cafarnaum, quando Jesus pergunta a seus discípulos se eles também querem ir-se e deixá-lo (Jo 6,22-54). Depois, dirige-se à outra margem do Jordão (Jo 10,40) e a Betânia (Jo 11).

Em síntese, o enfrentamento com as autoridades religiosas de Israel e a incompreensão dos discípulos obrigam Jesus a concentrar-se na comunidade dos discípulos.⁶ Mas Jesus não retrocede, não renuncia a suas opções nem a seu projeto do Reino, não deixa de caminhar rumo à Páscoa.

Também a América Latina e o Caribe se vêem, agora, sob o embate dos grandes desafios do mundo globalizado e neoliberal, das novas tecnologias e culturas, vivencia que o cristianismo de muitos é inconseqüente com a vida, o continente majoritariamente católico é o mais desigual em termos econômicos e sociais, muitos possuem uma fé débil e pouco formada, há uma diminuição de vocações, há pouco sentido de pertença eclesial, a rica religiosidade popular está à margem da Igreja institucional, a indiferença religiosa está aumentando, muitos passam para as seitas ou as religiões originárias, a Igreja perde adeptos e prestígio.

Diante dessa realidade, é coerente, como na crise galiléia de Jesus, que a Igreja da América Latina proponha uma concentração eclesial que a leve a aprofundar a fé batismal dos discípulos, a propiciar uma experiência espiritual profunda, uma formação cristã mais madura e uma maior inserção nas comunidades eclesiais. Certamente não poderemos mais sonhar com uma Igreja de massas, e sim de comunidades responsáveis que sejam fermento da sociedade.

Mas tudo isso com a condição de não perder o horizonte último, o Reino de vida, de não desvincular a fé da vida, de não esquecer as maiorias pobres do continente, que não deverão ser apenas objeto de atenção pastoral e humana, mas constituem sujeitos sociais e eclesiais, verdadeiros lugares teológicos e fonte de espiritualidade e de encontro com o Cristo vivo presente na história. A partir deles se deve reconstruir a comunidade eclesial, compreender o que significa ser discípulos e missionários a serviço da vida. Os pobres têm potencial evangelizador e missionário. Aparecida deveria

⁶ SOBRINO, Jon. *Jesucristo liberador*. Madrid, 1991. pp. 198-200.

impulsionar aquilo com que sonhou João XXIII: uma Igreja dos pobres. O Concílio Vaticano II não se limitou a definir a identidade eclesial, a Igreja “ad intra” em *Lumen gentium*, mas também se abriu “ad extra”, ao mundo contemporâneo, em *Gaudium et spes*. Aparecida tampouco pode limitar-se a aprofundar sua identidade eclesial, mas tem de abrir-se ao Reino de vida, vida que está ameaçada na América Latina.

Uma palavra a partir da Bolívia

Se refletimos agora a partir da fé sobre a situação da Igreja boliviana, veremos com clareza que é totalmente urgente e imprescindível, na situação atual do processo boliviano, intensificar a formação religiosa do Povo de Deus. Não se poderá mais continuar sendo cristão apenas por costume ou tradição. É necessário criar convicções pessoais e compromissos verdadeiros.

A grande maioria do povo cristão na Bolívia vive quase exclusivamente da religiosidade popular: peregrinações a santuários, festas de santos padroeiros, procissões de Semana Santa, sendo mais assíduo aos sacramentais do que aos sacramentos, muitas vezes reduzidos aos momentos liminares da vida. Muitos dos que se consideram praticantes dominicais não querem assumir compromissos ulteriores com a comunidade cristã. Os setores verdadeiramente comprometidos com sua fé na comunidade e na vida são minoritários. A vida pública (política, economia, trabalho, cultura, meios de comunicação etc.), embora seja conduzida por cristãos, católicos em sua maioria, não reflete os valores e a fé cristã.

Concretamente, tratar-se-ia de insistir, na Bolívia, na formação cristã dos leigos e em sua vinculação com a comunidade eclesial. Esta me parece ser a maior novidade de Aparecida e a exigência mais urgente para a Igreja boliviana: a formação cristã dos leigos. Porém não podemos centrar-nos na formação dos leigos das classes média e alta, mas devemos acompanhar, escutar, dialogar e evangelizar as maiorias

pobres, partindo de suas vivências religiosas e culturais, pois são pobres crentes, com potencial evangelizador.

Entretanto, como dissemos, tudo isso em função do Reino de Deus, rumo à construção de uma sociedade nova onde reine a justiça, sem exclusões nem marginalizações, a serviço da vida do povo, começando pelo mínimo, mas que é o mais urgente: que todos tenham uma vida humana digna.

Não podemos separar a situação real do povo e o processo atual de mudança que vivemos da aplicação de Aparecida à Bolívia. Essa realidade nos interpela como cidadãos e como cristãos.

Como discípulos e missionários de Jesus Cristo, devemos discernir a presença do Espírito nos acontecimentos da história (GS, nn. 4, 11, 44) e distinguir entre o que é do Espírito e o que procede de limitações, erros e pecados humanos. Nesse processo de discernimento, a Igreja põe em jogo sua credibilidade e sua capacidade para dizer uma palavra profética e evangélica no futuro. Se a Igreja da Bolívia, em seu conjunto, se fechar aos sinais dos tempos e extinguir o Espírito sem o discernir antes, pagará um preço muito alto por sua miopia e cegueira.

Se, como disse Irineu, a glória de Deus é a vida do ser humano, vida que culmina na visão de Deus, a vida deve ser o grande teste para discernir se um movimento ou um projeto é segundo o Evangelho ou não. Uma vida que começa com os elementos mínimos (pão, teto, escola, hospital, trabalho, família etc.), mas inclui respeito à dignidade da pessoa, à sua liberdade, cultura, etnia, sexo e religião.

A partir daqui surgirão as propostas e ações que, muitas vezes, não serão protagonizadas pela Igreja, mas pelo povo e seus movimentos. A *grande missão* da Igreja é acolher o profetismo do povo, discerni-lo e acompanhá-lo. Assim, deixaremos de ser uma Igreja eclesiocêntrica, senhora, dona e mestra, e passaremos a ser uma Igreja servidora dos demais, que escuta, defende e acolhe a vida que o Espírito faz nascer em nosso mundo. Também na Bolívia.



Aparecida: a opção preferencial pelo pobre

Gustavo Gutiérrez
(Peru)

Como no caso das conferências episcopais latino-americanas anteriores, a de Aparecida marcará a vida da Igreja no continente.

Elas são o resultado de processos longos, com a participação de importantes parcelas do Povo de Deus, até mesmo nas assembléias finais, nas quais, desde Medellín — seguindo a pista aberta pelo Concílio Vaticano II —, participam ativamente um importante número de leigos, sacerdotes, religiosas, membros de outras Igrejas cristãs e de outras religiões, cuja contribuição esteve, igualmente, presente na V Conferência.

A preparação distante de Aparecida está nos anos anteriores, no compromisso e na fidelidade de muitos ao Evangelho e aos pobres deste continente, apesar de todas as dificuldades e, mesmo, incompreensões. Está, sobretudo, no “testemunho valente de nossos santos e santas, e aqueles que, até sem terem sido canonizados, viveram com radicalidade o Evangelho e ofereceram sua vida por Cristo, pela Igreja e por seu povo” (*Documento de Aparecida – DA*, n. 98). Muitos deles são conhecidos, outros tantos são anônimos, mas todos são “testemunhas da fé”, como diz o *Documento*

(um reconhecimento e uma homenagem de que tínhamos sentido falta nas conferências anteriores). Para quem seguiu de perto esta linha na vida da Igreja latino-americana, talvez Aparecida não seja tão surpreendente.

O caminho imediato para a Conferência esteve marcado por diálogos e consultas com pessoas de distintas posições, assim como por diferentes reuniões do CELAM, nas quais se foi definindo o perfil da Conferência. Abertura que também esteve presente durante os dias da Conferência e contribuiu para fazer dela um momento importante na vida da Igreja latino-americana e caribenha.

Foi dito que Aparecida significa uma ratificação da linha teológico-pastoral assumida nas últimas décadas nos encontros continentais precedentes. Isso está certo em vários aspectos. Ao mesmo tempo, ou, antes, por essa mesma razão, ela o faz criativamente, com o olhar voltado para o tempo que vem, levando em conta os desafios atuais para a vivência e o anúncio da mensagem evangélica.

Estas páginas não pretendem comentar o conjunto do *Documento*, mas simplesmente um de seus eixos, central isso sim, que dá estrutura ao texto e nos proporciona um critério fundamental de leitura do texto e acontecimento de Aparecida: a opção preferencial pelo pobre. Efetivamente, como se diz no documento final, esta perspectiva é “uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (*DA*, n. 391).

Veremos, em primeiro lugar, a insistência em saber discernir os sinais dos tempos, como pedia João XXIII ao convocar para o Concílio. Examinaremos, depois, como se apresenta em Aparecida o fundamento e as implicações da opção pelo pobre. Finalmente, sublinharemos uma de suas mais importantes conseqüências: a relação entre o anúncio do Evangelho e a transformação da história.

Discernir os sinais dos tempos

No processo que levou a Aparecida, foi-se afirmando, diante da proposta de numerosos episcopados, a necessidade de assumir novamente o método ver-julgar-agir.

Uma leitura crente

Desde o início, Aparecida se propõe fazer uma leitura crente da realidade e a situa em relação com seu tema central: “Como discípulos de Jesus Cristo, sentimo-nos desafiados a discernir os ‘sinais dos tempos’, à luz do Espírito Santo, para nos colocar a serviço do Reino, anunciado por Jesus, que veio para que todos tenham vida e ‘para que a tenham em plenitude’” (DA, n. 33).

Como se sabe, quem pôs este tema em discussão em nossa época foi João XXIII. A recepção que teve esta iniciativa prova sua consonância com a mensagem cristã e sua sensibilidade crente. É uma ótica que se entronca com a encarnação do Filho de Deus na história, que revela o amor de Deus pelo gênero humano que vive nesse devir histórico. Esse é seu fundamento na fé e na teologia. Discernir o que nele corresponde, ou não, às exigências e à presença do Reino é tarefa do conjunto da Igreja. Efetivamente, desde o princípio ficou claro, nessa caminhada, que os acontecimentos históricos que devem ser avaliados não são somente positivos; há também, evidentemente, os que não se situam na linha dos valores evangélicos. O assunto é capital para a tarefa de proclamação do Evangelho. Nesse horizonte situam-se os documentos mencionados.

Aparecida vê tal discernimento como uma tarefa permanente e que deve renovar-se continuamente. Uma série de fatos dos últimos anos, tanto de ordem econômica, política e cultural como religiosa e cristã, está delineando, a um ritmo vertiginoso, uma situação inédita que desloca a base de muitas de nossas certezas e faz cambalear não poucos projetos históricos presentes até muito pouco tempo atrás. Sem dúvida, a história acelerou o passo em tempos recentes.

Obviamente, as formas de entrada dos pobres e oprimidos no cenário histórico de anos anteriores não são as mesmas hoje. É necessário estar atento para os rumos inéditos que tomam atualmente. Desse modo, o esboço da complexa realidade do pobre vai-se completando, por tentativa e erro, com estridências e sem elas, mas finalmente se torna mais preciso e interpelante, o que é registrado por Aparecida. Em outras palavras, encontramos-nos diante de um processo em curso, que não deu, ainda, tudo de si.

A questão do método em Aparecida

O caminho que se devia seguir para precisar as tarefas da comunidade cristã na atualidade da América Latina e do Caribe foi um assunto muito debatido na preparação de Aparecida e até na própria Conferência.

Ver-julgar-agir

Como recordamos, partir de uma análise e de uma interpretação da realidade social e histórica se constituiu em um elemento decisivo nos documentos de Medellín e Puebla. Não aconteceu o mesmo em Santo Domingo por causa de indicações que correspondiam ao temor de que fazer disso um primeiro passo significava cair, dizia-se, no “sociologismo” e renunciar à perspectiva da fé cristã.

Isso significava ignorar o sentido deste método que sustenta que o ver é já uma leitura crente. Os que o praticam, depois de seu lançamento pela Juventude Operária Católica e pelo mais tarde cardeal Cardijn, o sabem bem. Algumas comissões em Santo Domingo fizeram uma tentativa de mantê-lo, mas a indicação geral que o desaconselhava empobreceu, apesar de certas conquistas, o produto final. Houve uma consciência clara disso em Aparecida.

O discurso de Bento XVI, de grande influência nas conclusões de Aparecida, insiste no Deus de rosto humano e, portanto, em sua presença na história: “Deus é a realidade

fundante, não um Deus só pensado ou hipotético, mas o Deus de rosto humano. É o Deus-conosco, o Deus do amor até a cruz" (n. 3). O tema mateano do Emanuel — de ascendência veterotestamentária — impregna suas palavras e oferece um forte apoio para falar dos compromissos que os cristãos, e a Igreja em seu conjunto, devem assumir diante da situação da América Latina e do Caribe.

No início de seu discurso, com uma linguagem que, no passado, alguns viam com desconfiança, o papa afirma, mesmo, que "o Verbo de Deus, fazendo-se carne em Jesus Cristo, tornou-se também história e cultura" (*DI*, n. 1). Ao se fazer homem, entra na história humana e se situa em uma cultura. Essas são dimensões necessárias e carregadas de conseqüências para uma compreensão apropriada da mensagem cristã, uma mensagem que se dá na história e, ao mesmo tempo, a transcende.

Reafirmação da opção preferencial pelo pobre

Assumimos "com nova força essa opção" (n. 399), "confirma-se nossa opção" (*Resumo*, n. 6), "reafirmamos nossa opção" (*Mensagem*, n. 4), mantemos "com renovado esforço nossa opção" (*ibid.*, n. 4). Aparecida se situa em uma continuidade reforçada e criativa da opção preferencial pelo pobre, que delineia "a fisionomia da Igreja" (*DA*, n. 391) no continente. É uma convicção que a Conferência coloca como um ponto sem volta.

O fundamento cristológico

Sem dúvida, uma das afirmações mais relevantes do discurso inaugural de Bento XVI, e que teve grande influência no texto final, concerne ao fundamento teológico da opção pelo pobre. Tocar o tema, e fazê-lo em termos muito claros, diante da conferência episcopal do continente em que surgiu a formulação dessa solidariedade com os pobres, foi particularmente significativo.

O papa enquadra esta opção recordando que a fé cristã nos faz sair do individualismo e cria uma comunhão com Deus e, por isso mesmo, entre nós: “A fé nos liberta do isolamento do eu, porque nos leva à comunhão: o encontro com Deus é, em si mesmo e como tal, encontro com os irmãos, um ato de convocação, de unificação, de responsabilidade para com o outro e para com os demais”. A opção pelo pobre é um caminho para a comunhão e encontra nela sua significação mais profunda e exigente. O texto que acabamos de citar continua, de forma imediata, deste modo: “Neste sentido, a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza (cf. 2Cor 8,9)” (*DI*, n. 3). Essa é a fé em um Deus que se fez um de nós e que se manifesta no testemunho do amor prioritário de Jesus Cristo pelos pobres.

Nesta linha da encarnação é citado o texto em Aparecida: “Nossa fé proclama que ‘Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem’ [*Iglesia en América*, n. 67]” (n. 392). E, citando o papa, diz: “Por isso, ‘a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza’ (*DI*, n. 3)”. “Por isso”, equivalente ao “nesse sentido” do discurso papal, a menção do rosto de Cristo e do ser humano dá o fundamento dessa opção. Aparecida o sustenta de modo límpido: “Essa opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão (cf. Hb 2,11-12)” (*ibid.*).

Este vínculo já havia sido assinalado pelas três conferências latino-americanas anteriores. Nelas aparece nitidamente o fundamento cristológico da opção pelo pobre. Porém, sem dúvida, a formulação que achamos em Aparecida confere precisão, atualidade e um grande vigor a uma perspectiva que imprimiu um selo indelével na vida da Igreja do continente e além dele. Desse modo, a opção pelo pobre se constitui em um eixo do *Documento de Aparecida*, e o é porque, precisamente, trata-se de um eixo de vida e de reflexão para todo seguidor de Jesus.

Os rostos dos pobres

O Documento deduz uma conseqüência importante do que foi dito sobre o fundamento da opção pelo pobre: “Se essa opção está implícita na fé cristológica, os cristãos, como discípulos e missionários, são chamados a contemplar, nos rostos sofredores de nossos irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-lo neles” (DA, n. 393). Esse reconhecimento implica “o olhar da fé” (DA, n. 32).

Este tema, de evidente inspiração evangélica, surge, como se sabe, em *Puebla* (nn. 31-39). Sua recepção nas comunidades cristãs do continente e em muitas de suas celebrações litúrgicas foi enorme. Santo Domingo o retomou, ampliou a lista desses rostos e pediu que fosse prolongada. Foi o que fez Aparecida, assumindo um elemento relevante da tradição eclesial latino-americana das últimas décadas. De modo preciso e firme, sustenta-se que o desafio que vem desses rostos sofredores vai ao fundo das coisas: “Eles desafiam o núcleo do trabalho da Igreja, da pastoral e de nossas atitudes cristãs” (DA, n. 393). A razão é clara e exigente, porque “tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo: ‘Tudo quanto vocês fizeram a um destes meus irmãos menores, o fizeram a mim’ (Mt 25,40)” (ibid.). Estreita relação entre Cristo e o pobre: reconhecer o rosto de Cristo no rosto sofredor de tantos homens e mulheres. O texto capital de Mt 25, de longa presença na história da evangelização e na solidariedade com os pobres deste continente, é a base dessa perspectiva. Por esse motivo é a passagem bíblica mais trabalhada na teologia da libertação.

A preferência pelos pobres

Trata-se de uma opção, enquanto solidariedade e compromisso firmes. Uma opção não-opcional, como se disse muitas vezes. Uma opção preferencial pelos pobres.

O *Documento* esboça uma percepção da *complexidade* da pobreza, que não se limita à sua dimensão econômica, por mais importante que ela seja. “[...] o flagelo da pobreza [...] tem diversas expressões: econômica, física, espiritual, moral etc.” (DA, n. 176). Daí sua sensibilidade pela “diversidade cultural” do continente, que considera “evidente” (DA, n. 56). Valoriza e considera um “kairos”, um momento propício, no continente a nova presença de indígenas e afro-descendentes, que pode, mesmo, levar-nos a “um novo Pentecostes”. Em uma boa observação, o *Documento* diz que eles “são, sobretudo, ‘outros’ diferentes que exigem respeito e reconhecimento. A sociedade tende a menosprezá-los, desconhecendo o porquê de suas diferenças” (DA, n. 89). De fato, o pobre é o outro de uma sociedade que não lhe reconhece, salvo teoricamente, sua dignidade humana.

Na mesma veia, e acentuando a complexidade do mundo da marginalização e insignificância social, Aparecida trata da situação da mulher, que sofre uma ominosa exclusão por várias razões e de quem “é urgente escutar o clamor, muitas vezes silenciado” (DA, n. 454). Para ela vale, também, a questão do tipo de alteridade mencionada. De certa maneira, a mulher é “outra” em relação à sociedade atual, alguém a quem não se reconhece a plenitude de sua dignidade humana. O texto põe, além disso, um destaque nas mulheres que pertencem a populações particularmente marginalizadas, ao mesmo tempo que sublinha a atualidade e a urgência desse estado de coisas.

Nesta hora da América Latina e do Caribe, é urgente escutar o clamor, muitas vezes silenciado, de mulheres que são submetidas a muitas formas de exclusão e de violência em todas as suas formas e em todas as etapas de suas vidas. Entre elas, as mulheres pobres, indígenas e afro-americanas, que têm sofrido dupla marginalização (DA, n. 454).

Dupla marginalização, para a qual já nos alertava o texto da opção preferencial pelo pobre de *Puebla* (n. 1135, nota).

Aparecida também está atenta a um ponto central da prática e da reflexão acerca da opção pelo pobre: Os próprios

pobres devem ser *gestores de seu destino*. Não se trata de falar pelos pobres; o importante é que eles tenham voz em uma sociedade que não escuta seu clamor por libertação e justiça. Eles sentem “necessidade de construir o próprio destino” (DA, n. 53). O processo de “recuperação das identidades [...] faz das mulheres e homens negros sujeitos construtores de sua história e de uma nova história que se vai desenhando na atualidade latino-americana e caribenha” (DA, n. 97). Isto vale em vários campos: “Dia a dia os pobres se fazem sujeitos da evangelização e da promoção humana integral [...]” (DA, n. 398).

O termo “preferência” não tenta moderar — menos ainda esquecer — a exigência de solidariedade com o pobre e com a justiça social. Ele só pode ser compreendido em relação com o amor de Deus. A Escritura o apresenta como, concomitantemente, universal e preferencial. A isso se referia João XXII quando falava de “uma Igreja de todos e particularmente uma Igreja dos pobres”. Trata-se de dois aspectos que não estão em contradição, mas sim em uma tensão fecunda. Limitar-se a um deles é perder os dois. Por isso Aparecida diz — no início do capítulo que trata especialmente da opção pelo pobre — que “a missão do anúncio da Boa-Nova de Jesus Cristo tem destinação universal. Seu mandato de caridade alcança todas as dimensões da existência, todas as pessoas, todos os ambientes da convivência e todos os povos” (DA, n. 380). É neste marco que se deve entender o sentido da prioridade dos insignificantes e excluídos.

É isso que faz o *Documento* quando, ao falar da opção pelo pobre, afirma que “preferencial implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais. A Igreja latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, solidariedade e justiça entre nossos povos” (DA, n. 396). Deve ser transversal a todas as instâncias eclesiais e não restrita a determinados setores, de maneira a ser sacramento de amor e justiça. É para isso que aponta a preferência, e não para amortecer a radicalidade da opção.

Por um lado, a universalidade situa o privilégio dos pobres em um amplo horizonte e exige-lhe ultrapassar continuamente seus eventuais limites. Por sua vez, a preferência pelos pobres dá concretude e alcance histórico a essa universalidade e adverte-a do perigo de permanecer em um nível enganador e nebuloso.

Evangelização e compromisso com a justiça

São várias as questões que se derivam do modo como é reafirmada e apresentada a opção preferencial pelo pobre em Aparecida. Limitar-nos-emos a enfatizar uma delas.

Compartilhar uma experiência

O anúncio do Evangelho procede de um encontro. Do encontro com Jesus. Recordá-lo permite ao *Documento* entrar em considerações que nos são muito próximas, que fazem parte de muitas experiências e têm a ver com o próprio sentido da opção preferencial pelo pobre.

A alegria do discípulo

Este compartilhar nasce da alegria do “encontro com Jesus Cristo, a quem reconhecemos como o Filho de Deus encarnado e redentor [...] desejamos que a alegria da Boa-Nova do Reino de Deus, de Jesus Cristo vencedor do pecado e da morte, chegue a todos [...] e fazê-lo conhecido com nossas palavras e obras é nossa alegria” (DA, n. 29). Sem tal experiência, a transmissão da mensagem se converte em algo frio e distante que não chega às pessoas. A opção pelo pobre não escapa do risco “de ficar em plano teórico ou meramente emotivo, sem verdadeira incidência em nossos comportamentos e em nossas decisões” (DA, n. 397). A alegria do encontro com Jesus amplia nosso olhar e alarga nosso coração.

A opção pelos pobres nos pede “dedicarmos tempo aos pobres, prestar a eles amável atenção, escutá-los com interes-

se, acompanhá-los nos momentos difíceis, escolhê-los para compartilhar horas, semanas ou anos de nossa vida, e procurando, a partir deles, a transformação de sua situação” (ibid.). Não é uma questão de condescendência, mas de solidariedade e amizade, e a amizade significa igualdade e justiça, reconhecer sua dignidade humana.

Pobrezas ocultas

Diz Aparecida: “Só a proximidade que nos faz amigos nos permite apreciar profundamente os valores dos pobres de hoje, seus legítimos desejos e seu modo próprio de viver a fé. A opção pelos pobres deve conduzir-nos à amizade com os pobres” (DA, n. 398). De fato, sem amizade não há autenticamente solidariedade nem um verdadeiro compartilhar com eles; a opção é por pessoas concretas, filhos e filhas de Deus.

Tal postura nos ajudará a perceber “os grandes sofrimentos que a maioria de nossa gente vive e que”, diz o *Documento* com sensibilidade e fineza, “são pobreza escondidas” (n. 176). Elas existem entre os pobres, são pobreza modestas, pouco chamativas, feitas vida cotidiana, tão assimiladas que não se fala delas, vexações sofridas como fatos inelutáveis, e um certo pudor as cobre com um manto de silêncio. Isso ocorre, sobretudo, com as mulheres dos setores pobres, que são marginalizadas, muitas vezes, no próprio interior de suas famílias, porém não acontece unicamente com elas. Todas essas pequenas (ou grandes) misérias somente vêm para a superfície — quando vêm — depois de muito tempo de amizade, e até se pedem desculpa para falar delas. É necessário ir até aí.

Estas considerações não excluem, de modo algum, que a opção pelo pobre signifique, também, um compromisso com a justiça (como veremos no parágrafo seguinte). Simplesmente nos fazem acentuar aspectos que podem escapar de um olhar que não cale suficientemente nas profundas dimensões da opção pelo pobre e nos aspectos mais delicados das pessoas.

A Igreja advogada da justiça e dos pobres

Ação pela justiça e promoção humana não são alheias à evangelização. Pelo contrário. Elas não terminam ali onde começa o anúncio da mensagem cristã, não são uma pré-evangelização, mas constituem uma parte da proclamação da Boa-Nova. Isto, que hoje é evidente para nós, e o é em Aparecida, é o resultado de um processo que fez compreender o sentido de dizer “que venha teu Reino”. É falar da transformação de pessoas e da história em que o Reinado de Deus se faz presente *já*, embora *ainda não* plenamente. É uma caminhada que se acelera a partir do Concílio, onde se levou a sério a presença da Igreja no mundo.

Desde as conferências episcopais, começando por Medellín, que afirma que Jesus veio para nos libertar do pecado, cujas conseqüências são servidões que se resumem na injustiça (*Justiça*, 3). Desde o sínodo romano sobre *Justiça no mundo* (1971) se situa nesta linha: a missão da Igreja “inclui a defesa e promoção da dignidade e dos direitos fundamentais da pessoa humana” (n. 37). A *Evangelii nuntiandi* (n. 29) retomou a perspectiva, e João Paulo II afirmou em Puebla que a missão evangelizadora “tem como parte indispensável a ação pela justiça e promoção do ser humano” (*DI* III, 2).

Bento XVI recorda que “a evangelização esteve sempre unida à promoção humana e à autêntica libertação cristã” (*DI*, n. 3. Veja *DA*, n. 27). E em sua encíclica afirma: “Amor a Deus e amor ao próximo se fundem entre si” (*Deus caritas est*, n. 15). Trata-se de uma questão de princípio, e as infidelidades a este postulado na história não o modificam enquanto exigência permanente. Nesta ordem de idéias, declara abertamente, em um texto muito influente em Aparecida: “A Igreja é advogada da justiça e dos pobres”, e algumas linhas mais abaixo repete a idéia: “Advogada da justiça e da verdade” (*DI*, n. 4). Esses textos foram citados várias vezes em Aparecida.

O anúncio do Evangelho implica uma transformação da história que gire em torno da justiça, de uma valorização res-

peitosa das diferenças de gênero, étnicas e culturais, e da defesa dos mais elementares direitos humanos, sobre as quais se deve fundar uma sociedade em que se viva uma igualdade e fraternidade autêntica.

A mesa da vida

Denunciar a injustiça e propor-se estabelecer a justiça são expressões necessárias da solidariedade com pessoas concretas. cremos em um Deus da vida que rejeita a pobreza desumana, que não é outra coisa que morte injusta e prematura. Todos nós somos chamados a participar do banquete da vida. Afirma a Conferência:

As agudas diferenças entre ricos e pobres nos convidam a trabalhar com maior empenho para ser discípulos que saibam compartilhar a mesa da vida, mesa de todos os filhos e filhas do Pai, mesa aberta, inclusiva, na qual não falte ninguém. Por isso reafirmamos nossa opção preferencial e evangélica pelos pobres (*Mensagem*, 4).

Mesa aberta, da qual ninguém está excluído, mas cujos primeiros convidados são os últimos deste mundo.

O papa, em seu discurso inaugural, fez uma interessante alusão ao perigo, no mundo de hoje, de uma atitude individualista e indiferente à realidade em que vivemos e que Aparecida retoma com os mesmos termos: “[...] a santidade não é uma fuga para o intimismo ou para o individualismo religioso”, tendência muito marcante na sociedade e no mundo religioso de hoje. O texto insiste: “[...] tampouco abandono da realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e do mundo, muito menos fuga da realidade para um mundo exclusivamente espiritual” (*DA*, n. 148. Veja *DI*, n. 3). De fato, trata-se de uma grande tentação contemporânea na vida cristã, da qual muitos se ufanam e que dá uma boa consciência ao preço de abandonar o testemunho de Jesus. Como se uma postura intimista e recolhida, com a pretensão de mover-se em uma esfera “exclusi-

vamente espiritual”, correspondesse fielmente às exigências evangélicas.

Na Eucaristia, configurando-nos com o Senhor, e em escuta orante de sua Palavra, recordamos sua vida, testemunho, ensino, morte e ressurreição, e celebramos com alegria nossa comunhão com Deus e entre nós (cf. *DA*, n. 142).

Conclusão

O *Documento* tem uma marca de esperança, mas não de ilusões. No final do texto, observa-se que “não há [...] outra região que conte com tantos fatores de unidade” como a América Latina e o Caribe. Mas se trata de uma “unidade esparsa, porque atravessada por profundas dominações e contradições” e, mais ainda, “incapaz de incorporar em si ‘todos os sangues’” (*DA*, n. 527). Essa frase de José María Arguedas, com que ele caracterizava o Peru, vale, efetivamente, para todo o continente. Ela expressa nossa diversidade e, também, nossa riqueza e potencialidades. Conhecendo-as, poderemos enfrentar devidamente os desafios que vêm de nossa situação.

Aparecida tentou encarar essa realidade, sem subterfúgios e escapatórias. E apresenta exigências aos discípulos de Jesus Cristo para que cumpram sua missão com fidelidade ao Evangelho. Ela faz isso convencida de que “a opção preferencial pelos pobres nos impulsiona, como discípulos e missionários de Jesus, a procurar caminhos novos e criativos a fim de responder a outros efeitos da pobreza” (*DA*, n. 409). A opção preferencial pelo pobre compreende um estilo de vida que inspirou muitos compromissos em três níveis diversos, mas relacionados: o anúncio da Boa-Nova (nos terrenos pastoral e social), talvez o mais visível; o teológico; e, como base de todo o anterior, o da espiritualidade, o seguimento de Jesus. Isso a torna um dos eixos transversais do *Documento*.

No início destas páginas, dissemos que o acontecimento e o *Documento de Aparecida* marcarão a vida da Igreja da

América Latina e do Caribe no tempo subsequente, mas é necessário completar essa afirmação. Isso dependerá da recepção que dermos a Aparecida, é algo que está em nossas mãos. Nas mãos das Igrejas locais, das comunidades cristãs e de diferentes instâncias eclesiais. A exegese, a interpretação de textos como este, faz-se nos atos, na prática.



V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho em Aparecida

Perspectiva indígena

Eleazar López Hernández
(México)

O evento

Terminou há pouco em Aparecida, Brasil, a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, com 266 participantes, entre bispos, representantes de diversos setores eclesiais, peritos e observadores, incluindo membros de outras denominações cristãs e até de outras religiões.

A reunião teve lugar no maior santuário mariano do Brasil de 13 a 31 de maio de 2007. O papa Bento XVI se fez presente para inaugurar a conferência e voltou logo depois a Roma. As palavras do papa deram pautas importantes para a reflexão dos bispos durante todo o evento, mas também causaram tensão e polêmica por causa da maneira como algumas frases suas foram interpretadas. Não obstante, nem as palavras do papa nem a tensão ou polêmica suscitada inibiram a expressão das vozes mais especificamente latino-americanas. Todas conseguiram se manifestar abertamente, procurando unir-se, no final, numa só voz, como a do primeiro Concílio

de Jerusalém, que terminou dizendo: “Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós...”

O processo para chegar a esse resultado desejado não foi fácil nem simples. Certamente, deve-se ressaltar que durante a Conferência o clima foi muito tranquilo. Deu-se muita liberdade para participar, falar e propor qualquer tema ou assunto. Essa liberdade não era só para os bispos, mas para todos os participantes, que também podiam ser canal de expressão de outros membros da Igreja latino-americana e caribenha. Criaram-se, até, mecanismos para que os participantes da Conferência fossem os responsáveis por todo o processo, desde a gestação do documento até sua redação final, através da mecânica de trabalho por comissões ou subcomissões, que tinham de entregar suas conclusões a uma Comissão de Redação eleita e aprovada por todos.

Os frutos de Aparecida

Além dos documentos finais, o maior fruto de Aparecida, segundo o parecer dos bispos que lá estiveram, é o próprio encontro deles, atuando, de frente para o Povo de Deus, em *colegialidade* e em *comunhão* com o papa e toda a Igreja universal. Assumindo as particularidades eclesiais de cada conferência, como parte da realidade de nossos povos, os bispos deram testemunho de sua fé em Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida, e também falaram de nosso modo especial de ser Igreja enraizada na vida e nas culturas dos povos que habitam este continente. Isso é que tornou possível manter a continuidade da perspectiva latino-americana. Mas, evidentemente, não foi só essa voz que se fez ouvir. Também outros setores e grupos mostraram sua tendência eclesiológica, supostamente mais universalista, porém com acentos doutrinários abstratos e sem vinculação com a realidade concreta de nossos povos.

Não há dúvida de que Aparecida foi o espelho de nossa realidade eclesial. De um só golpe, tudo o que somos se ma-

nifestou nesse evento, com suas flores e espinhos, seu trigo e joio. Os pastores descobriram que falar com liberdade e num ambiente tranquilo não leva automaticamente a consensos imediatos. Pelo contrário: eles tiveram de buscar esses consensos com um trabalho árduo de diálogo e discussões muito pontuais, à maneira dos procedimentos democráticos ou parlamentares, a que não estamos acostumados na Igreja. Os debates foram muito fortes e até apaixonados em torno de temáticas propostas pelos próprios participantes.

Houve confrontação de idéias, de modelos, de opções. No final, porém, todos levaram no coração a experiência coletiva de ser pastores de um povo cuja realidade se tornou mais complicada e de que para seu serviço pastoral são necessárias mudanças e transformações mais radicais e audazes da Igreja. Vivenciaram igualmente o sentimento de terem sido abraçados pelo povo fiel que se manifestou maciçamente nas “romarias” ao santuário da Virgem de Aparecida.

Certamente, o fruto mais duradouro dos debates e encontros são os dois escritos importantes que foram objeto de consenso e, sem dúvida, abrirão caminhos de esperança para nossas Igrejas particulares: a mensagem aos povos latino-americanos e o documento final.

Aparecida nos meios de comunicação

Segundo os analistas, uma visão excessivamente otimista de Aparecida não coincide com o ponto de vista das pessoas que olharam a Conferência a partir de fora ou até das que a acompanharam de perto sem estar dentro da assembléia. Para os grandes meios de comunicação social, Aparecida ficou desaparecida. Em nenhum momento chegou a ocupar as primeiras páginas dos veículos formadores da opinião pública. Só a visita do papa ao Brasil e sua intervenção pontual para inaugurar a Conferência chamaram a atenção da mídia. Depois, a V Conferência passou praticamente em brancas nuvens na opinião pública. Os meios de comunica-

ção que ficaram na sala de imprensa da Conferência eram meios confessionais, ou seja, da própria Igreja Católica, cada um com sua própria perspectiva das coisas. Os mais fortes eram da Aciprensa, marcadamente conservadores.

Que interpretação se pode fazer desse desinteresse dos meios de comunicação social pela Conferência de Aparecida? É claro que não se trata de um silêncio mal-intencionado ou resultado de um complô dos inimigos contra a Igreja. A V Conferência simplesmente não conseguiu ser notícia porque não mostrou novidades para eles. Em sua percepção, em Aparecida só se falaram as mesmas coisas de sempre e da mesma maneira de sempre, ou seja, teórica e abstrata, sem relevância nem conexão com as problemáticas concretas das pessoas. Os meios de comunicação viram os debates dos bispos como discussões bizantinas, sobre assuntos internos da instituição eclesiástica, coisa que não interessava à opinião pública de modo geral.

Aparecida e o povo simples

As pessoas simples de Aparecida também não conseguiram se conectar com os debates da Conferência. O povo se aproximou para ver o papa, nos fins de semana acudiu em massa ao santuário com suas romarias e peregrinações habituais e dividiu o espaço com os bispos ali reunidos. Certamente, ficou impactado com o número de celebrantes da Eucaristia, a boa ordem e o cuidado litúrgico dos cantos e das rezas, mas pouco entendeu das palavras e da temática do encontro. E a razão que os analistas encontram é que a V Conferência, embora tenha-se realizado no principal santuário mariano do povo brasileiro, não se fez sensível à piedade popular. Não expressou nenhum gesto simbólico para envolver a Mãe Aparecida nem para acolher o sujeito do evento de Aparecida, que é o afro-descendente, cuja presença não chegou a ter um lugar relevante nem nos debates, nem nas conclusões. Para vários observadores, a Igreja só usufruiu do espaço de Aparecida, sem consagrar-se com o dono de Aparecida. O

próprio episcopado brasileiro não teve, na Conferência, todo o reconhecimento e a preponderância que poderia merecer por ser a Igreja anfitriã e a que tem o maior número de fiéis católicos no continente.

Essas observações críticas foram compartilhadas com vários delegados oficiais, que estiveram dentro da V Conferência. De acordo com as primeiras reações de alguns deles e também comentários das pessoas que acompanharam o processo a partir de fora, há um sabor agri-doce em relação aos resultados obtidos em Aparecida. Quase ninguém se sente totalmente satisfeito com o que foi alcançado. É claro que há pérolas muito valiosas no conjunto, mas há também outras realidades desagradáveis.

Todos reconhecem e valorizam o fato de que houve, desde a preparação, muita participação dos diversos atores eclesiais, de que se deu muita liberdade para falar e dar contribuições. O mesmo aconteceu durante a Conferência: todo mundo pôde levar à mesa do debate seus temas e preocupações pastorais. Isso propiciou que a pluralidade se mostrasse abertamente, o que é muito positivo e deveria ser mantido na vida eclesial depois de Aparecida. Entretanto, essa pluralidade não apenas era diferente como, em muitos pontos, também estava em confronto, pois usava esquemas e proposições totalmente opostos entre si. E o problema metodológico consistiu em como articular na unidade essas proposições tão díspares. A sensação deixada pelos primeiros rascunhos era a de uma salada feita de muitas verduras ou de um *chilaquile*, como dizemos os mexicanos, feito de muitos ingredientes, em que os sabores não estavam harmonizados.

A luta para incorporar “modos” ou modificações nesses rascunhos foi intensa, e não faltam pessoas que suspeitam da existência de manipulações ou ingerências indevidas de pessoas detentoras de muito poder eclesiástico na hora de aceitar ou rejeitar certas contribuições. Dizem, por exemplo, que sistematicamente se tiraram ou deslocaram para outro lugar contribuições que vinham da Igreja brasileira, das CEBs,

dos(as) religiosos(as), ou que se referiam à opção preferencial pelos pobres, à denúncia do projeto neoliberal, à necessidade de conversão da Igreja, e se incorporavam e realçavam (por arte de magia, ou seja, sem terem sido aprovadas nas Comissões) propostas que vinham dos grupos conservadores.

Desde o início, mas principalmente na hora de definir o marco geral que daria unidade ao documento, as visões diferentes de Igreja e pastoral se manifestaram e procuraram defender seus respectivos pontos de vista com muita paixão e até com certo fanatismo. Não foi fácil chegar a dizer no final: “Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós...”, pois a recomendação de Cristo a seus discípulos: “Sede astutos como as serpentes e cândidos como as pombas” não se repartiu da mesma maneira entre todos os participantes. Houve alguns que pecavam por excesso de candidez e outros que sobressaíam pela astúcia.

Conclusões de Aparecida

Mas finalmente se chegou a porto seguro ao término da Conferência. O sangue não chegou até o rio. Com a mensagem e o documento final nas mãos, os bispos regressaram a suas respectivas Igrejas particulares com a consciência do dever cumprido e com muitas preocupações e tarefas a empreender para implementar as conclusões de Aparecida.

Ao término de Aparecida, pode-se afirmar que as grandes opções da Igreja latino-americana continuam de pé: para ser discípulos e missionários de Jesus Cristo hoje, temos de partir da realidade como fato teológico, assumir a opção preferencial pelos pobres e com os pobres como caminho de salvação e como parte fundamental da fé cristológica, comprometer-nos evangélica e profeticamente com a criação de estruturas justas que tornem possíveis sociedades justas, segundo o plano de Deus. Nós, indígenas, ficamos incorporados como sujeitos protagonistas dentro da sociedade e da Igreja, com nossos grandes valores e contribuições para os

demais. Os leigos, as mulheres, os(as) religiosos(as) e outros atores eclesiais, embora tenham sido temas abordados na V Conferência, não tiveram a ressonância que merecem e, nesse sentido, continuam sendo tarefas pendentes para o futuro imediato.

Os indígenas em Aparecida

A temática indígena na Conferência merece uma menção especial. Cinco dos especialistas designados pelo CELAM para assuntos indígenas foram assumidos como peritos da Conferência. Além disso, vários episcopados, como da Guatemala, Panamá, Equador e Bolívia, designaram como seus representantes bispos comprometidos com a causa indígena. Assim, a voz indígena chegou à Conferência muito fortalecida e havia-se preparado para isso. No entanto, a infeliz frase do papa no discurso inaugural, em que mencionou que a primeira evangelização não tinha alienado nem sido imposta de nenhuma maneira às culturas autóctones, suscitou uma reação violenta de muitos líderes indígenas de todo o continente, o que pôs em xeque a Conferência e exigiu dela esclarecimentos e retificações. Mas até isso contribuiu para que se levasse mais a sério a causa indígena dentro da Igreja. Por isso vários bispos se atreveram a defender abertamente, e em certos momentos nadando contra a correnteza, os avanços conquistados na Igreja em termos de ministérios indígenas e teologia índia. Eles não alcançaram tudo o que era necessário, mas mostraram até onde estão dispostos a chegar por esse caminho.

A teologia índia, apesar do processo amplo de diálogo que tem ocorrido nas conferências episcopais e no CELAM, não foi mencionada explicitamente no *Documento de Aparecida*, por uma questão meramente de procedimento canônico. É que, embora em todo o processo de diálogo se tenha concluído que não se deve recusar a designação de verdadeira “teologia” ao pensamento religioso indígena, a Santa Sé, que é a instância maior da Igreja, ainda não se pronunciou a

respeito. Assim sendo, não é oportuno utilizar oficialmente o termo “teologia índia”, enquanto Roma não tiver dado essa aprovação. Isso não quer dizer que se tenha condenado a teologia índia. Temos de esperar que os tempos se cumpram.

Avaliação geral de Aparecida

Por tudo o que foi dito anteriormente, Aparecida será o início de um novo protagonismo de bispos e leigos no interior da Igreja que, pelo que aconteceu em Aparecida, torna-se consciente de que tem de assumir a tarefa de transformar suas estruturas obsoletas, visando à comunhão e colegialidade, tão desejadas e tão necessárias no momento atual. Em Aparecida foram dadas mostras de que estamos chegando à nossa maioria na Igreja e como Igreja. Nem os indígenas, nem os(as) religiosos(as) e muito menos os bispos desejam ser tratados, de agora em diante, como crianças, sem capacidade plena de reflexão e decisão sobre a orientação de sua vida e experiência de fé. Mas, principalmente a Igreja está desafiada pelas realidades do mundo e do povo, para com os quais tem uma missão a cumprir, ganhando primeiro, com compromissos sérios e testemunho de vida (não unicamente com palavras bonitas), o lugar que está perdendo. A tentação do conservadorismo, que não quer olhar a realidade e foge para espiritualismos de séculos passados, continua vigente na Igreja latino-americana, mas também o compromisso profético ao lado dos pobres e excluídos permanece e se fortaleceu em Aparecida.

A conclusão final que podemos tirar nesse momento é que os espinhos que, sem dúvida, houve nesse milharal que é Aparecida não serão suficientes para afogar as preciosas, vistosas e perfumadas flores que o Espírito de Deus fez brotar na Igreja para a glória de Deus e a vida do mundo.



Leitura comunitária da Bíblia e *Lectio Divina*

Ángel Mario Caputo
Lauren Fernández
(Argentina)

Antecedentes

Antes de entrar em nosso tema específico, a *Leitura Comunitária da Bíblia e Lectio Divina* no documento final de Aparecida (*Documento de Aparecida – DA*), V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (VCG), é necessário levar em conta que a VCG é muito mais que o documento final. A VCG tem antecedentes variados e conflitantes e se realizou em um contexto do qual surge o texto final. Daremos uma olhada, a partir da ótica bíblica, no *Documento de Participação*, no *Documento de Síntese*, na *Mensagem* do papa Bento XVI e na *Mensagem Final da Assembléia aos Povos da América Latina e do Caribe*.

Documento de Participação

Este documento menciona a importância da Palavra de Deus, da leitura orante da Sagrada Escritura, da Pastoral Bíblica, do trabalho ecumênico em relação à Palavra (nn. 34b, 56, 59, 62, 70, 91, 158). São afirmações importantes, mas isoladas e pouco desenvolvidas, o que já nos mostra que a questão

bíblica não estava seriamente colocada no horizonte de sua preocupação. Nas perguntas que aparecem ao final das temáticas desenvolvidas, não há nenhuma que se refira à Bíblia, salvo leves referências ao Evangelho nos nn. 35 e 93. Até, no índice analítico, não aparece nenhuma das palavras mencionadas no próprio texto.

Documento de Síntese

Neste documento, resultante das contribuições recebidas de parte das conferências episcopais, manifesta-se a primazia da Palavra como nutriente da teologia e animação da pastoral (nn. 14, 77, 115, 117).

Faz seu desenvolvimento mais amplo no capítulo 3, onde aborda a temática “A Igreja, à escuta da Palavra” e “A Igreja, discípula e mensageira da Palavra” (nn. 134, 136, 139, 206, 235, 243, 254, 362).

Em relação com o *Documento de Participação*, há uma progressão, pois faz constatações e apresenta orientações, mencionando a *Lectio Divina* sem maiores explicações. Em geral, não há uma exposição sólida do que a Bíblia tem de ser na vida da Igreja.

Mensagem do papa Bento XVI

Sua maior contribuição aparece em sua *Mensagem Inaugural* (n. 3). Nela, ele ressalta a importância da Palavra de Deus, as mediações para entrar nela, os frutos na vida cristã, e exorta os pastores a esforçar-se para dá-la a conhecer: “É condição indispensável o conhecimento profundo da Palavra de Deus [...] fundamentar nosso compromisso missionário e toda nossa vida na rocha da Palavra de Deus [...] animo os pastores a esforçar-se em dá-la a conhecer”.

Mensagem final

Ela menciona a Palavra de vida saboreada na leitura orante (n. 3) e, no final, afirma: “Esperamos ser uma Igreja viva,

fiel e digna de crédito que se alimenta da Palavra de Deus e na Eucaristia”. Em uma versão anterior, falava também de ser uma Igreja “renovada”, o que lamentavelmente não aparece em sua redação final.

Com esta introdução, passemos ao tema da Leitura Comunitária da Bíblia e *Lectio Divina*.

Recordando o caminhar bíblico

O Concílio Vaticano II, com seu documento sobre a revelação divina (*Dei Verbum*, 1965), insistiu que os fiéis tenham fácil acesso à Bíblia (n. 22), na qual Deus vai ao encontro de seu povo e dialoga com ele (n. 21). No campo bíblico, isso significou, verdadeiramente, um sinal dos tempos, que na América Latina foi levado muito a sério.

Na América Latina, começa a sentir-se, desde meados do século passado, uma grande preocupação com o tema do papel da Igreja diante da situação de pobreza, opressão e violação dos direitos humanos. A partir dela, na década de 1960, em alguns ambientes eclesiais foi surgindo uma prática pastoral guiada pela opção evangélica pelos pobres que, desde Medellín, as assembléias gerais do episcopado consagraram e reiteraram como opção da Igreja latino-americana, em meio a uma realidade de morte e sofrimento, que é necessário mudar por meio do trabalho pelo Reino de Deus. Nessa situação, a metodologia da Ação Católica: *ver-julgar-agir* é adotada e torna-se método teológico pastoral.

O povo crente latino-americano, a partir deste contexto, preocupações e método, começa a ler a Bíblia e encontra nela força, luz e impulso para defender, proteger e promover a vida, o Reino de Deus.

Nasce, assim, um tipo de leitura que se denominou Leitura Popular da Bíblia, que talvez até hoje desperte suspeitas em alguns setores eclesiais, acusando-a de ser uma leitura conflitante, ideológica e manipuladora da Bíblia, a ponto de haver pessoas que são totalmente contrárias a ela

ou põem reparos a esta leitura bíblica ou preferem não usar essa denominação. O conflito que está atrás das suspeitas, acusações e reparos não é tanto a própria Bíblia, mas o “sujeito em seu contexto” que se encontra com ela, a postura do leitor, seu lugar, visão e análise, a partir dos quais e com os quais lê o texto bíblico. Existem pessoas que se preocupam em cuidar da “fidelidade ao texto” em seu contexto, sem preocupar-se suficientemente com o “sujeito” em seu “contexto-realidade” que lê o texto. A Leitura popular ou comunitária da Bíblia (LCB) enfatiza uma dupla fidelidade: ao texto que o povo lê e ao povo que lê o texto. Essa dupla fidelidade faz com que a leitura bíblica seja transformadora de pessoas e estruturas e, portanto, se faz salvificamente conflitante.

Trata-se de uma leitura onde o Povo de Deus, sob a ação do Espírito e a partir da Tradição e do Magistério, é sujeito de interpretação.¹ É uma leitura que abre os olhos, chama à conversão e mobiliza para trabalhar pelo Reino e sua justiça.

Leitura comunitária da Bíblia e Lectio Divina

Entre a LCB e a *Lectio Divina* ou leitura orante da Bíblia não há diferença: podem ter características ou acentuações específicas, mas ambas apontam para a descoberta do sentido espiritual, da “mensagem do Espírito” para nós hoje. Ambas, ainda que possam ser realizadas em forma pessoal, praticam-se na comunhão e com espírito eclesial.

Mesmo assim, nem todos nós estamos dizendo o mesmo quando falamos de *Lectio Divina*, pois sua dimensão orante, meditativa e contemplativa poderia ser entendida e praticada a partir de uma espiritualidade intimista e evasiva da conflituosidade social, esquecendo ou desvirtuando a dimensão histórica da busca ou construção do Reino de Deus e sua justiça (Mt 6,33).

¹ A interpretação da Bíblia na Igreja. Pontifícia Comissão Bíblica, III-B, 3.

Chave e metodologia da oração-leitura bíblica

A característica da LCB não são tanto alguns passos definidos, mas antes uma chave hermenêutica. Trata-se da relação Bíblia-vida-comunidade. Três forças, três realidades que se relacionam dinâmica e vitalmente para descobrir a Palavra de Deus e sua mensagem para nós hoje. É o que chamamos de *triângulo hermenêutico*. Nessa prática, a *comunidade*, assembléia dos crentes, sob a ação do Espírito e dentro da Tradição e do Magistério, lê o texto. É o que chamamos de *con-texto*. Ela o faz a partir de sua *vida*, da realidade do povo com suas alegrias, angústias e esperanças. A vida está muito presente antes e no momento da leitura bíblica; por isso nós a chamamos de “*pré-texto*”.

Trata-se, então, de ler, compreender e rezar o texto bíblico no *con-texto* da comunidade, relacionando-o ao *pré-texto* da vida-realidade para escutar e descobrir a mensagem de Deus para nós hoje.

A *Lectio Divina*, com seus quatro passos definidos, também é suscetível de ser realizada a partir desta chave hermenêutica. Justamente por isso, atrevemo-nos a dizer que a LCB é *Lectio Divina*.

No primeiro momento (lectio). Trata-se de ler e analisar o texto para compreendê-lo. As perguntas-chave são: que diz o texto? Que quer dizer o texto? Quem está falando? De que está falando? Em que situações está falando? Nenhuma leitura é asséptica, mas sempre se faz, conscientemente ou não, a partir de uma realidade, a partir de um acúmulo de situações que condicionam o leitor e a própria *lectio*. A LCB e sua chave hermenêutica pedem que se assuma conscientemente um “lugar” concreto a partir de onde se lê.

No segundo momento (meditatio). Procuramos descobrir a mensagem do texto para levá-la à nossa vida pessoal, comunitária e social. Aqui nos perguntamos: que me diz ou nos diz Deus para nossa vida? A leitura bíblica não consiste em permanecer no texto escrito ou em considerações acadê-

micas históricas ou literárias: tuas palavras (o texto) são lâmpadas para meus passos (para a vida). A meditação sobre o texto terá de andar de mãos dadas com uma meditação sobre a vida.

O *terceiro momento (oratio)* é o da oração, do diálogo com Deus, diante da mensagem de sua Palavra que experimentamos. A pergunta-chave é: que digo ou dizemos a Deus? Que súplica de petição, de ação de graças, de perdão, de louvor brota de nosso coração? E expressamos nossas orações.

O *quarto momento (contemplatio)* é o de contemplar, ver e discernir a vida com os olhos de Deus. É o momento de *abrir os olhos* para ver e seguir Deus, que não deixa de agir e manifestar-se na história, para ir com ele à ação, à sua ação, ao compromisso, para transformar a realidade pessoal ou social segundo seu projeto. A pergunta-chave é: que tenho de fazer, que temos de fazer? Que me pede, a que nos convida a Palavra de Deus?

Embora haja comunidades que realizam esses passos, característicos e metodológicos da *Lectio Divina*, em geral as comunidades eclesiais de base, grupos bíblicos, pequenas comunidades nem sempre os seguem estritamente: movem-se com mais “liberdade” e flexibilidade na oração-leitura bíblica. Nas reuniões, na maioria das vezes, o texto bíblico é lido e, em clima de oração, procura-se descobrir a mensagem. De qualquer modo, de uma ou outra maneira, a Palavra de Deus, lida, refletida, rezada, cantada e celebrada, é a companheira inseparável das comunidades cristãs.

Uma velha novidade em Aparecida

No *DA*, a questão bíblica aparece muito especificamente no capítulo 6, ao falar do Caminho de Formação dos Discípulos e Missionários, e mais precisamente ao expor os lugares do encontro com Jesus Cristo (nn. 247-249).

Os lugares de encontro com Jesus Cristo poderão ser distintos, mas Jesus Cristo é o mesmo, e os modos e matizes

do encontro em cada um desses lugares poderão ser distintos, porém se complementam, iluminam-se mutuamente, não podem excluir-se entre si, pois a mensagem é ele próprio, Jesus Cristo, o Reino, a salvação.

Assim, a Sagrada Escritura, sendo em si mesma lugar de encontro com Jesus Cristo, é luz que ilumina sua presença em outros lugares, ou mesmo denuncia sua ausência.

Entre os lugares de encontro citados pelo documento nesta seção, encontramos: “uma comunidade viva na fé e no amor” (n. 256) e “de modo especial nos pobres, aflitos e enfermos” (n. 257). O fato de serem citados esses lugares como teológicos é especialmente importante e significativo para a LCB, pois esta tem como princípios fundamentais a afirmação do encontro da comunidade com Deus, que manifesta, no texto bíblico, seu projeto salvífico, formando comunidade e Igreja.

Igualmente, são muito importantes “os pobres e aflitos” como lugar de encontro com Deus e sua Palavra, pois algo que caracteriza a LCB é a presença deles nesta leitura, como sujeitos e como chave hermenêutica.

Eis aqui os três parágrafos mencionados:

- *A importância da Palavra de Deus* (n. 247). Ela, junto com a Tradição (DV, n. 9), é fonte de vida para a Igreja e alma da ação evangelizadora. Ao iniciar esta nova etapa da Igreja, a partir desta V Conferência Geral, é condição indispensável o conhecimento profundo e vivencial da Palavra de Deus. É necessário educar o povo na leitura e na meditação da Palavra de Deus, para que ela seja o alimento e a rocha sobre a qual fundamentamos nosso compromisso cristão e toda a nossa vida.
- *A importância da Pastoral Bíblica* (n. 248). Entendida como Animação Bíblica da Pastoral, ela é escola de interpretação, de comunhão com Jesus e de evangelização inculturada e pode realizar um caminho de

autêntica conversão e renovada comunhão e solidariedade (*Ecclesia in America*, n. 12). Isso implica a responsabilidade e exigência por parte dos bispos, presbíteros, diáconos e ministros leigos da Palavra, uma aproximação da Sagrada Escritura, não só intelectual e instrumental, mas com um coração faminto da Palavra do Senhor (Am 8,11).

- *A proposta da Lectio Divina.* Quanto à mesma, o texto (n. 249) afirma que há outras formas de aproximar-se da Sagrada Escritura, mas considera que a *Lectio Divina* é privilegiada, por isso a propõe e menciona seus quatro passos: leitura, meditação, oração, contemplação... Esclarece que isso acontece quando ela é bem praticada, o que alude à manipulação que se pode fazer dela, tal como apontamos anteriormente.

Esses aspectos, com seus limites, são muito positivos e inovadores, porque são assumidos no *Documento de Aparecida* e querem começar a fazer parte da consciência coletiva e do caminhar da Igreja latino-americana e caribenha. Mas não são novos, porque já caracterizaram a prática de leitura bíblica na América Latina e no Caribe.

Na frase: “a ‘Pastoral Bíblica’, entendida como animação bíblica da pastoral” (n. 248), a expressão “entendida como” parece identificar Pastoral Bíblica e Animação Bíblica da Pastoral. Se é assim, parece-nos que não é de todo exato, pois a Animação Bíblica da Pastoral supõe a Pastoral Bíblica, e ela tem de apontar que a Bíblia deve estar presente em todas as pastorais. Essa tomada de consciência da Animação Bíblica da Pastoral, embora o Concílio Vaticano II já o tivesse exposto (cf. *DV*, n. 21), é algo relativamente recente. É necessário reconhecer as muitas conquistas alcançadas, mas também é necessário reconhecer que há amplos setores eclesiais que têm uma Pastoral Bíblica deficiente e, portanto, uma Animação Bíblica da Pastoral deficiente.

Pistas e orientações pastorais

A Palavra de Deus é força e sustento para os discípulos e missionários a serviço da vida de nossos povos. Para isso, temos de afirmar, potenciar e expandir a presença da Bíblia na vida da Igreja, como propõe o *DA*. Parece-nos fundamental indicar três pistas.

- *Uma Pastoral Bíblica* que procure ressituair a Bíblia na vida da Igreja, do Povo de Deus, para redescobrir a vitalidade salvífica da Palavra de Deus, crescer e amadurecer na identidade eclesial a serviço do Reino de Deus hoje. Para isso, deverá unir a Bíblia com a vida e fazer com que a Bíblia se transforme no livro da espiritualidade cristã para viver a Palavra de Deus hoje, que nos convida a obter uma vida digna para nossos povos em nosso mundo marcado pela globalização neoliberal. Para implementar esta Pastoral Bíblica, é importante constituir, em cada diocese e em nível nacional, comissões ou departamentos bíblicos que, através de uma ação sustentada, sistemática e progressiva, procurem:
 - Pôr a Bíblia ao alcance do povo, para que se transforme no livro que dá sustento e vigor à vida e missão das comunidades.
 - Criar espaços de formação em geral e para os promotores bíblicos e celebrantes da Palavra, para ajudar a ler e celebrar a Bíblia, a partir da vida e para a vida.
 - Procurar fazer com que a liturgia da Palavra, na missa, seja um espaço privilegiado de encontro com a Palavra de Deus e sua interpretação.
 - Elaborar materiais e subsídios bíblicos que ajudem e facilitem sua interpretação.

A Pastoral Bíblica, a partir dos distintos níveis eclesiais (comunidades, paróquias, dioceses), terá de ser uma verdadeira pastoral organizada e voltada para que as Sagradas Escrituras penetrem nas diferentes pastorais na vida da Igreja.

- *A Formação Bíblica* exige, em todos os seus níveis, a organização de oficinas e seminários bíblicos sistemáticos para a formação dos agentes de pastoral. Além disso, para potencializar e fortalecer o movimento bíblico, é importante o estudo científico e sistemático da Bíblia. Esta somente será frutífera se tiver uma orientação pastoral e latino-americana que acentue o contextual, comunitário, eclesial e sua dimensão ecumênica. A exegese não deve ficar reduzida só às faculdades de Teologia e aos seminários.
- *A Animação Bíblica da Pastoral*. A Bíblia não é objetivo exclusivo de uma pastoral específica, mas deve estar no centro de toda a pastoral e da vida da Igreja. A animação bíblica da pastoral e vida da Igreja é aquilo a que devem aspirar a Pastoral Bíblica e os processos orgânicos de formação bíblica.

A leitura pessoal e comunitária da Bíblia levou à centralidade da Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja latino-americana e caribenha, alimentando nosso discipulado e missão e levando à Animação Bíblica da Pastoral. Portanto, para potencializar e multiplicar essas práticas e experiências, parece-nos importante:

- Promover o interesse bíblico nas distintas pastorais e que, nos diferentes Centros de Formação, a Bíblia ocupe um lugar preferencial.
- Realizar campanhas bíblicas nacionais, como o mês da Bíblia, com a participação de todas as pastorais.
- Elaborar subsídios bíblicos que possibilitem a participação do povo na liturgia e nos sacramentos.
- Acompanhar e aprofundar biblicamente a religiosidade de nossos povos.
- Encarar e fortalecer a formação bíblica nas diferentes pastorais: crianças, jovens, mulheres, indígenas, afro-descendentes, famílias, movimentos, Pastoral Social etc.

- Fortalecer e ampliar os espaços ecumênicos em favor da unidade e da defesa da vida.
- Ampliar a diversidade de materiais com a implementação dos meios visuais e da internet.

Conclusão

O acontecimento de Aparecida, com suas limitações e acertos, já faz parte de nosso caminhar da Igreja latino-americana e caribenha. Permanece em nós o desafio de avançar em suas propostas e conclusões. Quanto à *Lectio Divina*, à Leitura Comunitária da Bíblia e à animação bíblica da pastoral, tal como expressamos, demos passos que abrem perspectivas e caminhos que temos de transitar e concretizar em cada um de nossos países: dioceses, paróquias e comunidades.

O caminhar bíblico da América Latina e do Caribe não está isolado, mas está dentro do caminhar da Igreja universal, na qual, muito especialmente a partir do Concílio Vaticano II, a Bíblia está presente. Sinal disso é a realização próxima do XII Sínodo Ordinário dos Bispos sobre a Palavra de Deus, cujo tema é: “A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”, que acontecerá em Roma de 5 a 16 de outubro de 2008.

Que Aparecida seja uma contribuição e impulso para o próximo sínodo e apareçam de forma mais patente o poder e a força da Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja a serviço da vida em abundância para nossos povos.



A mulher na sociedade e na Igreja

Socorro Martínez Maqueo
(México)

A V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho foi realizada em Aparecida, cidade onde se venera a pequena imagem de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil. Uma virgem negra, humilde, pobre, com uma clara mensagem libertadora para as pessoas que sofrem opressão, entre as quais estão, sem dúvida, as mulheres.

Os bispos, delegados e delegadas deixam plasmadas suas preocupações e orientações a respeito do assunto. Era necessário que Aparecida dissesse sua palavra a um sujeito emergente que é maioria na Igreja e a respeito do qual se diz que o século XXI lhe pertence.

Na seqüência, destaco os parágrafos principais, levando em conta desde a primeira até a quarta redação.

A mulher na sociedade

O *Documento de Aparecida* esboça alguns aspectos da mulher na sociedade que o preocupam:

Exclusão

No parágrafo que fala dos rostos dos que sofrem, se diz: “Muitas mulheres são excluídas, em razão de [...] sua raça ou

situação socioeconômica” (n. 19 da primeira redação e n. 65 da quarta – DA¹).

O *Documento* reconhece que a globalização, na forma que é vivida atualmente, agrava a exclusão:

Uma globalização sem solidariedade afeta negativamente os setores mais pobres. Já não se trata simplesmente do fenômeno da exploração e opressão, mas de algo novo: a exclusão social. Com ela a pertença à sociedade na qual se vive fica afetada na raiz, pois já não se está abaixo, na periferia ou sem poder, mas se está fora. Os excluídos não são somente “explorados”, mas “supérfluos” e “descartáveis”.

Sabe-se que a exclusão tem aumentado na América Latina e no Caribe e, embora afete a todos, tem maiores consequências entre a população feminina mais pobre, que se vê obrigada a trabalhar dupla e tripla jornada. É ela que tem a menor escolaridade, e o percentual de analfabetismo, principalmente nas populações indígenas e afro-descendentes, é elevado.²

Violência dentro e fora de casa

[...] é imperativo tomar consciência da situação precária que afeta a dignidade de muitas mulheres. Algumas, desde crianças e adolescentes, são submetidas a múltiplas formas de violência dentro e fora de casa: tráfico, violação, escravização e assédio sexual; desigualdades na esfera do trabalho, da política e da economia; exploração publicitária por parte de muitos meios de comunicação social que as tratam como objeto de lucro (DA, n. 48).

Nesta hora da América Latina e do Caribe, é urgente escutar o clamor, muitas vezes silenciado, de mulheres que são submetidas a muitas formas de exclusão e de violência em todas as suas

¹ Daqui em diante, a quarta edição será abreviada DA.

² Segundo o estudo realizado pela CEPAL, em cinco países em 2001, entre a população de 15 anos ou mais, 39% das mulheres indígenas da Bolívia são analfabetas, contra 14% dos homens. No Brasil, 18% das mulheres afro e 16% dos homens, enquanto entre a população indígena feminina a taxa de analfabetismo chega a 28%. No Equador, na Guatemala e no Panamá, os percentuais são de 39%, 59% e 45%, respectivamente.

formas e em todas as etapas de suas vidas. Entre elas, as mulheres pobres, indígenas e afro-americanas têm sofrido dupla marginalização (DA, n. 454).

Os parágrafos acima mencionados deveriam ser esmiuçados em busca das causas, que não são destacadas, porque aludem a muitas situações de extrema gravidade que afetam, desde a raiz, a dignidade, o desenvolvimento e a psique das mulheres.

Se levamos em conta a realidade descrita pelo documento, é fácil chegar à conclusão de que a violência vem aumentando, e muitos fatores contribuem para produzi-la; entre eles, o abismo entre ricos e pobres, a exclusão, o machismo, a corrupção, o enriquecimento com base em negócios ilícitos e a impunidade. As estatísticas demonstram que a violência contra a mulher é uma prática de poder sistemática que cruza as fronteiras sociais, econômicas, raciais, de idade, deficiência física, preferência sexual e contexto cultural, e sem dúvida a maior vulnerabilidade se encontra nos âmbitos populares, em situações de precariedade extrema. Basta pensar na infinidade de casos de assédio, intimidação e violação sexual que permanecem impunes, além da possível rejeição ou negação por parte do grupo a que a mulher pertence.

O *Documento* não alude aos diversos atores da violência, mas é notório o alto grau de violência doméstica, envolvendo, em grande parte, os casais dentro do lar, familiares e amigos. Enquanto isso, no espaço público, o Estado se encarrega de repetir e reforçar essas práticas através do exercício de violência direta, com ações violentas (tortura, estupro), ou indireta (através de leis, políticas etc.).

Menciona-se a dupla marginalização das mulheres pobres indígenas e afro-descendentes por parte de uma sociedade que não consegue aceitar as diferenças culturais e outras cosmovisões. Para muitos, esses grupos excluídos pela globalização constituem uma ameaça por serem diferentes e basearem sua identidade naquilo que lhes é próprio, embora ela seja continuamente ameaçada e atropelada (cf. DA, n. 89).

Tráfico de seres humanos

A primeira redação tinha um parágrafo sobre o tráfico de seres humanos que acabou desaparecendo a partir da segunda: “A Igreja na América Latina e no Caribe se sente fortemente interpelada pela tragédia do tráfico de seres humanos, principalmente de crianças e mulheres jovens, dentro das fronteiras da própria nação e para outros países” (n. 598 da primeira redação).

O n. 48 do DA fala de “algumas [...] crianças e adolescentes” e menciona a palavra “tráfico”. Ele não entra em maiores detalhes, mas trata-se de um tema de extrema gravidade e terríveis conseqüências para seres humanos privados de sua liberdade e de seu desenvolvimento por pessoas sem escrúpulos que lucram com o tráfico de pessoas; além disso, abarca muito mais do que “algumas” crianças e adolescentes. Sem dúvida nos surpreenderíamos se conhecêssemos as redes que existem e o nível de renda que elas implicam nos respectivos países.

Superar a mentalidade machista e reconhecer a dignidade igual do homem e da mulher

Lamentamos que inumeráveis mulheres de toda condição não sejam valorizadas em sua dignidade, estejam com frequência sozinhas e abandonadas, não se reconheça nelas suficientemente o abnegado sacrifício, inclusive a heróica generosidade no cuidado e educação dos filhos e na transmissão da fé na família. Muito menos se valoriza nem se promove adequadamente sua indispensável e peculiar participação na construção de uma vida social mais humana e na edificação da Igreja. Ao mesmo tempo, sua urgente dignificação e participação são distorcidas por correntes ideológicas marcadas com o selo cultural das sociedades de consumo e do espetáculo, que são capazes de submeter as mulheres a novas formas de escravidão. *Na América Latina e no Caribe é necessário superar a mentalidade machista* que ignora a novidade do cristianismo, onde se reconhece e se proclama a “igual dignidade e responsabilidade da mulher em relação ao homem” (DA, n. 453).

Há muitos anos se reconhece que o homem latino é “machista” e quão difícil é romper essa atitude. Nos últimos anos, a teoria de gênero tem contribuído para enfrentar esse fenômeno e promover a equidade, porque, além disso, as mulheres também internalizaram um esquema machista que têm de romper. O documento se expressa de maneira negativa a respeito da teoria de gênero, reduzindo-a a uma *ideologia* que solapava a família e a identidade sexual da mulher e do homem. Temos de estudar e conhecer melhor os elementos que dizem respeito ao gênero e, embora a teoria de gênero não seja uma teoria perfeita e haja diversas tendências, ela tem aspectos que favorecem a ruptura com esquemas mentais e atitudes negativas arraigadas em ambos os sexos.

Entre os aspectos *positivos* das mulheres na sociedade, o DA menciona:

A liderança das mulheres

“Um sinal alentador é a emergência de lideranças surgidas de organizações e movimentos populares de indígenas, trabalhadores, *mulheres* e profissionais” (n. 53 da primeira redação). Isso é modificado a partir da segunda redação, que afirma:

Com a presença da sociedade civil assumindo uma atitude mais protagonista e a irrupção de novos atores sociais, como os indígenas, os afro-americanos, os profissionais, uma extensa classe média e os setores marginalizados organizados, vem-se fortalecendo a democracia participativa e estão-se criando maiores espaços de participação política (DA, n. 75).

Maternidade e desenvolvimento profissional

Na família, a mulher desempenha um papel indiscutível como mãe, que é amplamente reconhecido e deve continuar sendo valorizado. Mas isso não se opõe a seu desenvolvimento profissional e ao exercício de todas as suas dimensões, o que nos permite ser fiéis ao plano original de Deus, que dá ao casal huma-

no, de forma conjunta, a missão de melhorar a terra. A mulher é insubstituível no lar, na educação dos filhos e na transmissão da fé. Mas isso não exclui a necessidade de sua participação ativa na construção da sociedade. Para isso, é necessário propiciar uma formação integral, de maneira que as mulheres possam cumprir sua missão na família e na sociedade (n. 437 da primeira redação [cf. DA, n. 456], que, nas sucessivas redações, foi modificado de modo a dizer que “é urgente valorizar a maternidade como missão excelente das mulheres”).

Nesse parágrafo há duas idéias significativas para os dias de hoje: a primeira é a inexistência de contradição entre o ser mãe e o desenvolvimento profissional da mulher, e a segunda é que, além dos papéis geralmente atribuídos às mulheres, não se exclui a necessidade de que ela dê sua contribuição na construção da sociedade. Com um olhar mais crítico e analisando o que acontece hoje, também podemos considerar que os papéis atribuídos à mulher devem ser compartilhados pelo casal.

O parágrafo seguinte, que foi mantido desde a primeira redação até o DA, parece ambíguo. A mulher é um ser em si mesmo, e sua identidade não se desenvolve diante do homem. As idéias parecem estar em contradição com os parágrafos analisados anteriormente. Além disso, a frase inicial não tem continuidade no restante do parágrafo; é muito mais claro o que expressa o n. 451 do DA ao referir-se ao homem e à mulher: “O mistério da Trindade nos convida a viver uma comunidade de iguais na diferença”.

A sabedoria do plano de Deus exige que favoreçamos o desenvolvimento de sua identidade feminina em reciprocidade e complementaridade com a identidade do homem. Por isso a Igreja é chamada a compartilhar, orientar e acompanhar projetos de promoção da mulher com organismos sociais já existentes, reconhecendo o ministério essencial e espiritual que a mulher leva em suas entranhas: receber a vida, acolhê-la, alimentá-la, dá-la à luz, sustentá-la, acompanhá-la e desenvolver seu ser mulher, criando espaços habitáveis de comunidade e comunhão. A maternidade não é uma realidade exclusivamente biológica, mas se

expressa de diversas maneiras. [As mulheres que não puderam ter filhos têm a possibilidade de desenvolver sua vocação materna no amor e serviço aos demais.] O compromisso da Igreja nessa esfera é ético e profundamente evangélico (DA, n. 457).

Participação plena das mulheres em todos os âmbitos

“É urgente que todas as mulheres possam participar plenamente na vida eclesial, familiar, cultural, social e econômica, criando espaços e estruturas que favoreçam maior inclusão” (*Documento de Síntese*, n. 260 e DA, n. 454).

O DA faz uma conclamação urgente para que se criem espaços e estruturas que garantam uma maior inclusão das mulheres em todos os âmbitos. Para isso, é necessário romper esquemas, estruturas que marginalizam, discriminam, desvalorizam e impedem sua implementação.

A mulher na Igreja

Analisando os parágrafos que falam da mulher na Igreja, fica uma sensação de que se trata de algo muito incompleto e pobre. Será que não se perdeu a oportunidade histórica de dar um passo decidido?

Discriminação

Os bispos reconhecem que na Igreja há discriminação e pouca valorização da contribuição feminina na edificação da Igreja:

A eclesiologia do Concílio Vaticano II renovou a vida de nossas Igrejas. No entanto, lamentamos o clericalismo, as tentativas de voltar ao passado, as leituras e aplicações reducionistas da renovação conciliar, a ausência de autocrítica, de uma autêntica obediência e de exercício evangélico da autoridade, a perda de muitos batizados atraídos pela pluralidade de ofertas religiosas, os moralismos que enfraquecem a centralidade de Jesus Cristo, as infidelidades à doutrina e à comunhão, as debilidades de nossa opção preferencial pelos pobres, a *discriminação de tantas mu-*

Iheres e de grupos humanos, como indígenas e afro-descendentes (n. 76 da primeira redação; n. 48 da segunda, com algumas variáveis: “A discriminação da mulher e sua ausência freqüente nos organismos de decisão eclesial”. Com modificações, n. 109 da terceira e *DA*, n. 100).

É significativa a mudança de “decisão eclesial” para “ausência freqüente nos organismos pastorais”. Fala-se da discriminação, portanto do não-reconhecimento daquelas que são maioria na Igreja, que são impedidas de participar dos organismos de decisão eclesial. Isso é uma contradição séria e talvez medo, reticência quanto a uma real inclusão da mulher.

Inumeráveis mulheres de toda condição não são valorizadas em sua dignidade, estejam com freqüência sozinhas e abandonadas, não se reconhecem nelas suficientemente o abnegado sacrifício, inclusive a heróica generosidade no cuidado e educação dos filhos e na transmissão da fé na família. *Muito menos se valoriza nem se promove adequadamente sua indispensável e peculiar participação na construção de uma vida social mais humana e na edificação da Igreja.* Ao mesmo tempo, sua urgente dignificação e participação são distorcidas por correntes ideológicas marcadas com o selo cultural das sociedades de consumo e espetáculo, que são capazes de submeter as mulheres a novas formas de escravidão. Na América Latina e no Caribe, é necessário superar a mentalidade machista que ignora a novidade do cristianismo, onde se reconhece e se proclama a “igual dignidade e responsabilidade da mulher em relação ao homem” (Cf. *Discurso inaugural*, n. 5; n. 491 da primeira redação, e nn. 436 e 493 da segunda. Acrescenta-se “lamentamos” no n. 469 da terceira redação e no n. 453 do *DA*).

Hábitos machistas e autoritários dos pastores

No seguinte parágrafo da primeira redação, expressa-se uma preocupação em torno dos pastores. A frase, que alude a uma realidade dolorosa, desaparece em redações subsequentes.

As mulheres constituem a maioria de nossas comunidades e são as primeiras transmissoras da fé e colaboradoras dos pastores.

É necessária uma formação dos pastores, que, embora tenham boas idéias e intenções, não conseguem desfazer-se de seus hábitos machistas e autoritários (n. 436 da primeira redação. Foi modificado na segunda redação e permaneceu até o DA).

“As mulheres constituem, geralmente, a maioria de nossas comunidades. São as primeiras transmissoras da fé e colaboradoras dos pastores, os quais devem atendê-las, valorizá-las e respeitá-las” (DA, n. 455).

Já que a redação foi emendada, teria sido melhor que dissesse que as mulheres são colaboradoras da evangelização em vista do Reino. Por que subordinar as mulheres ao domínio do homem também na Igreja, quando ela deveria ser um espaço de horizontalidade, de diálogo, de consenso?

Não encontrei no DA um parágrafo que fale do aporte específico da mulher em sua contribuição para a edificação da Igreja, de suas capacidades, de seu aporte teológico, da diversidade de ministérios que ela desempenha, da liderança de milhares de mulheres surgidas das comunidades eclesiais de base.

No n. 105 do DA há um louvor:

Louvamos a Deus pelos homens e *mulheres* da América Latina e do Caribe que, movidos por sua fé, têm trabalhado incansavelmente na defesa da dignidade da pessoa humana, especialmente dos pobres e marginalizados. Em seu testemunho, levado até a entrega total, resplandece a dignidade do ser humano.

O DA propõe algumas ações pastorais:

No n. 498 da segunda redação: “Impulsionar a organização de uma pastoral da mulher”. No n. 474 da terceira redação (DA, n. 458), ela é modificada da seguinte forma:

- a) Impulsionar a organização da pastoral de maneira que ajude a descobrir e desenvolver em cada mulher e nos âmbitos eclesiais e sociais o “gênio feminino” e promova o mais amplo protagonismo das mulheres.

A ação foi ampliada de modo positivo, mas há uma conotação diferente ao se passar de uma pastoral específica da

mulher para a organização da pastoral ampla, em que se vela pelo desenvolvimento da mulher.

- b) Garantir a efetiva presença da mulher nos ministérios que na Igreja são confiados aos leigos, como também nas instâncias de planejamento e decisão pastorais, valorizando sua contribuição.
- c) Acompanhar as associações femininas que lutam para superar situações difíceis, de vulnerabilidade ou de exclusão.
- d) Promover o diálogo com autoridades para a elaboração de programas, leis e políticas públicas que permitam harmonizar a vida de trabalho da mulher com seus deveres de mãe de família (DA, n. 458).

Junto com a “mãe” Aparecida e Maria Guadalupe, unamos forças, projetos, feitos, ações que libertem radicalmente os milhões de mulheres da opressão, discriminação, machismo, exploração, marginalização, exclusão na sociedade e na Igreja, para que o protagonismo do século XXI possa ser efetivamente delas.



A vida de Jesus Cristo para nossos povos



Missão, o paradigma-síntese de Aparecida

Paulo Suess
(Brasil)

Do Concílio Vaticano II emergiu a visão de uma Igreja que é por sua natureza missionária. A ênfase teológico-pastoral do tempo pós-vaticano está no ser missionário de todos os batizados e não na territorialidade das missões, que deveriam ser administrados. Muitas decisões do Concílio não deram o resultado esperado, porque não foram acompanhadas pelas reformas estruturais necessárias que poderiam responder às mudanças profundas da nossa civilização. Assistimos um processo de redução dos católicos em números absolutos (n. 100a) exatamente num momento em que se redescobriu a natureza missionária da Igreja (n. 347). Como abrir os olhos dos batizados diante da realidade do nosso continente, “marcada por grandes mudanças” (n. 33), e despertar a sua responsabilidade (nn. 14, 33)? Essa pergunta, porém, precisa ser completada por uma outra pergunta sobre a estrutura ministerial da Igreja, se não queremos responsabilizar a “fadiga” dos batizados, um suposto “descuido” da Igreja local e a fatalidade de fatores civilizatórios por essa redução estatística da Igreja Católica em nosso continente.

Aparecida deu continuidade ao Concílio Vaticano II e ao magistério latino-americano. Ao mesmo tempo, iniciou

um novo capítulo na sua contextualização (n. 9). Se Rio de Janeiro representava um primeiro despertar da cristandade para a organização própria da Igreja da América Latina, que levou à fundação do CELAM, Medellín, na base do Concílio, significou o início da descolonização de muitas práticas sociais amalgamadas ao labor missionário. Em Puebla, sentiu-se forte resistência a esse movimento de emancipação da Igreja latino-americana de suas amarras coloniais. Em Santo Domingo, a ala hegemônica entre os delegados da Conferência endureceu seu discurso contra pedidos de perdão do próprio papa João Paulo II e contra a memória simbólica ou discursiva da “conquista espiritual” do continente. A rejeição ao método *ver-julgar-agir* era uma consequência dessa resistência exógena à realidade histórica. Mesmo assim, o paradigma da inculturação, que insere os evangelizadores nessa realidade, ganhou destaque como imperativo do seguimento de Jesus (SD, n. 13).

Sedimentados na pastoral pós-conciliar, na metodologia e nos conteúdos das conferências anteriores, os delegados da V Conferência não precisavam inventar um novo paradigma. Assumiram a missão como paradigma-síntese e sempre inacabado, incorporando nele as bandeiras da descolonização e inculturação, libertação e opção pelos pobres. Pelo tema da V Conferência — “Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida” —, já estava previsto que “discipulado” e “missão” seriam palavras-chave no *Documento de Aparecida (DA)*.¹ O termo “missão” é invocado mais de cem vezes nas diferentes dimensões ou tarefas específicas. Essa missão representa um processo sem fim e o sonho de uma “religiosidade virtuosa” (Max Weber) que se traduz em aproximação samaritana e em presença profética nas comunidades, em suas lutas por justiça e reconhecimento, e na construção de um mundo para todos. Nesse sonho, sem as devidas mediações históricas, está a beleza e a fraqueza do DA.

1 Cf. SUESS, P. Lugar da missão em Aparecida. *Vida Pastoral* 48/254 (maio-jun./2007) 1-8.

Ver e responder à realidade

A criação dos seres humanos à semelhança de Deus e a encarnação do amor redentor de Jesus até a cruz fundamentam nosso compromisso com a realidade do mundo e com o sofrimento do outro (n. 491). A missão faz ver e responder à realidade. A pastoral missionária da Igreja se confronta com desafios que emergem de novos contextos históricos e socioculturais (nn. 367, 538). Para poder responder a essas transformações, a Igreja precisa transformar os cristãos culturais e tradicionais em discípulos missionários: “Todo discípulo é missionário” (n. 144), por isso “a missão é inseparável do discípulado” (n. 278e).

A realidade interpela aos cristãos e seus pastores. Cobra coerência com as promessas e os imperativos do Evangelho, “compromisso” (n. 491) e relevância diante daqueles que caíram nas mãos dos ladrões (n. 135). Sobre tudo no segundo capítulo da primeira parte, o *DA* apresenta um “olhar dos discípulos missionários sobre a realidade”, nos âmbitos sociocultural, econômico, sociopolítico, étnico, ecológico (nn. 33-97) e eclesial diante de desafios novos e herdados (nn. 98-100). A missão dos discípulos missionários nessa realidade é sempre implícita ou explicitamente uma missão transformadora e evangelizadora, integral, específica, contextual e universal (cf. nn. 214, 287, 341, 450, 486i, 532, 545, 550). Essa missão nos conduz “ao coração do mundo”, onde os discípulos missionários abraçam “a realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos de América Latina” (n. 148). A missão, lembram os delegados de Aparecida o *Discurso inaugural* do papa, não é “uma fuga da realidade até um mundo exclusivamente espiritual” (n. 148). A sabedoria samaritana e a denúncia profética acompanham o cristianismo desde os primeiros mártires, as primeiras comunidades descritas nos Atos dos Apóstolos e as definições cristológicas de Calcedônia (451 a.C.): Deus está em Jesus Cristo inseparavelmente (“indivise”) ligado à humanidade sofredora, sem se confundir (“inconfuse”) com ela. Se diluirmos Jesus de Na-

zaré na miséria humana ou se o separarmos dela significaria em ambos os casos não a valorização da humanidade, mas a sua traição. Espiritualidade e solidariedade dos cristãos estão sempre numa relação de proximidade não identificadora e de solidariedade até as últimas conseqüências.

A missão autêntica “unifica a preocupação pela dimensão transcendente do ser humano e por todas as suas necessidades concretas” (n. 176). Só essa missão abrangente pode cumprir a tarefa “de fazer novas todas as coisas” (n. 131). Ela está “a serviço de todos os seres humanos” e se manifesta como vida nova “em todas as dimensões da existência pessoal e social” (n. 13. Cf. nn. 7.1.3 e 7.1.4.] e “abraça com o amor de Deus a todos e especialmente aos pobres e aos que sofrem. Por isso, não pode separar da solidariedade com os necessitados e da sua promoção humana integral” (n. 550. Cf. n. 545). A questão social está estreitamente vinculada à questão da ortodoxia. Pecado significa indiferença diante da exploração dos pobres. Neles a Igreja reconhece “a imagem de seu Fundador pobre e sofredor” (*Lumen gentium*, n. 8c). No cristianismo, essa pobreza do próprio Deus tem muitos nomes: encarnação, cruz e Eucaristia. “A pobreza — disse certa vez o atual papa — é a verdadeira aparição divina da verdade”,² a pobreza reconhecida em “novos rostos de pobres” e “novos excluídos” (nn. 402, 207).

Nessa caminhada, Cristo “acompanha o Povo de Deus na missão de inculturar o Evangelho na história” (n. 491). Dessa articulação entre a fé em Cristo e sua encarnação na história, o papa, em seu *Discurso inaugural (DI)* da Conferência, já tinha apontado algumas conclusões importantes, até sobre a articulação cristológica da opção pelos pobres. Repetidas vezes o *DA* cita essa parte do *DI* (nn. 148, 392, 405, 505). A articulação cristológica e, em sua conseqüência, trinitária da opção pelos pobres faz dessa opção, e de seus desdobramentos concretos, imperativos pastorais irrevogáveis.

² RATZINGER, J. Der Dialog der Religionen und das jüdisch-christliche Verhältnis. In: Id. Die Vielfalt der Religionen und der Eine Bund. 3. Aufl. Bad Tölz, Urfeld, 2003. pp. 93-121. Aqui, p. 116.

Itinerário trinitário

Jesus nos revelou o mistério da comunhão trinitária de Deus como origem da missão. Essa comunhão trinitária (nn. 109, 153, 157, 523s) é sinônimo de amor. Jesus é manifestação e testemunha desse amor intratrinitário (n. 348). Falar de Deus significa falar de amor e missão. Diante da Aliança rompida pelo pecado, Deus envia o Filho no Espírito Santo em missão para inaugurar uma nova Aliança, anunciando um novo mandamento como Boa-Nova da recriação do mundo e da humanidade (n. 241). Dessa “missão de Deus” (*missio Dei*) todos os cristãos participam, desde seu Batismo (n. 153), encontrando-se “plenamente no serviço para com o outro” (n. 240. Cf. nn. 153, 347).

O Deus trinitário que está na origem da criação, está também presente na recriação do mundo, na encarnação. Respondendo aos movimentos pentecostais, Aparecida dá um certo peso à atuação do Espírito Santo. Maria concebeu seu filho Jesus, Palavra de Deus, pela força do Espírito Santo. Esse mesmo Espírito está no início da missão de Jesus de Nazaré. Nele o filho do carpinteiro foi confirmado “Filho bem-amado”, por ocasião de seu Batismo no Jordão (Lc 3,22). Por ele foi conduzido “ao deserto para preparar-se para sua missão. Nele foi ungido Messias e fez o discernimento decisivo de sua vida sobre a finalidade e os colaboradores de sua missão: “Ele me ungiu para evangelizar os pobres” (Lc 4,18).

A partir de Pentecostes, a Igreja começa “a falar em outras línguas” (At 2,4). O Espírito “forja missionários” e indica os lugares da evangelização (n. 150). Pentecostes continua na missão dos discípulos missionários. O tempo pós-pascal é tempo do Espírito Santo, protagonista da missão (cf. *Redemptoris missio*, n. 21b. *DA*, n. 267). O Espírito Santo está no início de todas as caminhadas que geram vida. Ele é dom divino e doador dos dons (*dator munerum*).³ O Espírito Santo é Deus no gesto do

³ A mesma sequência fala dos sete dons (*sacrum septenarium*), sete fontes da graça e dons da vida, como os sacramentos, lembrando a tradição messiânica de Isaías: sabedoria, inteligência, conselho, fortaleza, ciência, piedade, temor de Deus (Is 11,2).

dom (cf. n. 162).⁴ Ele é o “Espírito da Verdade” (Jo 14,17) que articula as diferenças culturais e étnicas numa unidade maior, que não afeta a verdade ou a identidade. A verdade acontece na geração da vida: na prática do novo mandamento (Jo 13,34) e da justiça maior em favor dos pobres. Na raiz da pobreza-miséria está a ação do “pai da mentira”, que perturba a ordem social. O Espírito Santo é o Paráclito, o “consolador”, o “advogado” dos pobres. A opção missionária pelos pobres está enraizada na cristologia e na pneumatologia.

Comunhão eclesial

Segundo a eclesiologia do Concílio Vaticano II, presente no *DA*, a dignidade do Povo de Deus precede à diferenciação de dignidades hierárquicas (*LG*, n. 1): “Todos os batizados e batizadas da América Latina e do Caribe ‘através do sacerdócio comum do Povo de Deus’ (*DI*, n. 5), somos chamados a viver e a transmitir a comunhão com a Trindade” (n. 157). Falar da Igreja significa falar dessa missão do Povo de Deus. A estrutura dessa Igreja-missão é trinitária porque ela é “Povo de Deus”, “corpo do Senhor” e “templo do Espírito Santo” (*LG*, n. 17). Por ser “templo do Espírito Santo” é também “casa dos pobres”. Ela “convoca e congrega todos em seu mistério de comunhão, sem discriminações nem exclusões por motivos de sexo, raça, condição social e pertença nacional” (n. 524. Cf. n. 8).

A opção missionária pelos pobres é uma opção comunitária da Igreja Povo de Deus (n. 154): “No Povo de Deus ‘a comunhão e a missão estão profundamente unidas entre si [...]’. A comunhão é missionária e a missão é para a comunhão” (*Christifideles laici*, n. 32. *DA*, n.163). O discipulado, o envio, e a missão “sempre supõem a pertença a uma comunidade” (n. 164. Cf. n. 169). Com essa e nessa comunidade acreditamos, celebramos e assumimos os compromissos pastorais de co-

⁴ AGOSTINHO. *A Trindade*, liv. XV, 29.

laborar na transformação do mundo. E esse compromisso é urgente.

Muitas vezes o *DA* aponta para essa urgência. Tudo, no campo pastoral (nn. 368, 389, 437j, 456, 518, 548) e social (nn. 148, 384, 550), parece urgente: Urgente é um projeto missionário nas dioceses (n. 169) e o anúncio nas comunidades (n. 289). Urgente é o diálogo entre a fé, a razão e as ciências, sobretudo com a bioética (n. 466). Urgente é a formação específica do laicato (n. 283). Urgente é a “promoção vocacional (n. 315). Urgente são os “grandes problemas econômicos, sociais e políticos” (n. 148). “Urge criar estruturas que consolidem uma ordem social, econômica e política” (n. 384). Urgente é o cancelamento da dívida externa (n. 406c). Urgente é a solidariedade entre as igrejas e comunidades (n. 545). Finalmente, é urgente “educar para a paz” (n. 541. Cf. n. 394).

O anúncio do Reino é uma questão urgente, de vida e morte. “A caridade de Cristo nos compele” (2Cor 5,14) a destruir as estrutura da morte, interromper a lógica dos sistemas e questionar a lentidão das burocracias. Mas quem deveria fazer tudo isso? A descoberta da natureza missionária da Igreja Povo de Deus aumentou as responsabilidades, mas não o número dos agentes de pastoral nem o perfil da prática cristã.

A serviço do Reino

A missão, com seus dois movimentos, a diástole do envio à periferia do mundo e a sístole que convoca, a partir dessa periferia, para a libertação do centro, é o coração da Igreja. Sob a senha do Reino, propõe um mundo sem periferia e sem centro. O Reino de Deus é o querigma central do *DA*.⁵ Inúmeras vezes o texto convida os discípulos missionários a serem o que são desde seu Batismo:⁶ missionários de Jesus Cristo que vivem a sua vocação cristã não apenas através de múl-

⁵ Cf. nn. 25, 29, 32-33, 95, 121, 139, 143-144, 152, 154, 184, 190, 196, 212, 219, 223-224, 250, 276, 278e, 280, 282, 315, 353, 358, 361, 366-367, 374, 382-384, 417, 438, 441, 516, 518i,j, 520, 548, 552.

⁶ Cf. nn. 10, 127, 153, 157, 160, 184, 186, 211, 213, 228, 349-350, 357, 377, 382.

tiplas tarefas, mas “em estado de missão” (n. 213) a serviço do Reino de Deus. Converter-se ao Reino é tarefa cotidiana dessa Igreja Povo de Deus. Ser discípulo missionário significa anunciar, como Jesus fez, o Evangelho do Reino de vida como “Boa-Nova do Reino aos pobres” (nn. 30/29).⁷ A missão está a serviço do Reino (nn. 33, 190, 223), e a missão está, num sentido amplo, a serviço dos pobres (n. 516).

Nas causas do Reino se sobrepõem os verbos “anunciar”, “construir”, “denunciar”, “defender”, “viver”, “partilhar”, “presenciar” e “esperar”. O *DA* enfatiza os valores do Reino, pede o testemunho desses “valores alternativos” (n. 224), sem nomeá-los explicitamente (nn. 212, 374, 518j). Certamente, podem ser levantados a partir das parábolas e da resposta de Jesus ao jovem rico e ao doutor da Lei, que perguntaram a ele: “Que devo fazer para herdar a vida eterna?” (Lc 10,25; Mt 19,16). Os valores do Reino são algo mais subjacente e estrutural, enquanto os sinais do Reino são visíveis e pontuais: “Sinais evidentes da presença do Reino são: a vivência pessoal e comunitária das bem-aventuranças, a evangelização dos pobres, o conhecimento e cumprimento da vontade do Pai, o martírio pela fé, o acesso de todos aos bens da criação, o perdão mútuo [...]” (n. 383. Também n. 374).

Nas reflexões da terceira parte do *DA*, sobre o Reino de vida e justiça, reencontramos a realidade da primeira parte, agora com o intuito de transformá-la. Diante da utopia do Reino, o *DA* aponta para as múltiplas transformações necessárias. O Reino está em nosso meio (n. 143), mas está, ao mesmo tempo, sempre em construção (nn. 278, 280, 282, 548), transformando a realidade das nossas sociedades e da nossa Igreja (nn. 382, 516, 358). Quase tudo está em transformação e deve ser transformado: a realidade (n. 210), o mundo (n. 290), a sociedade (nn. 283, 330, 336) e estruturas eclesiais e pastorais (n. 365). O tema da transformação que acontece e da transformação que o Evangelho produz está desde Medel-

⁷ Nas edições do *DA* pela CNBB e pelo CELAM existem diferenças entre os números 23 a 32. Nas citações dos respectivos itens, o primeiro número corresponde sempre à edição brasileira.

lín⁸ na pauta da Igreja latino-americana (cf. n. 511) e da pastoral. Aparecida retoma a *Evangelii nuntiandi* quando afirma que a missão procura “modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse [...], os modelos de vida” (n. 19. DA, n. 331). O anúncio do Reino é historicamente relevante para além da história. O projeto de Deus, que nos foi comunicado por Jesus Cristo, tem sempre como horizonte a transformação última, que permitirá ver Deus face a face (cf. Mt 2,2; Ap 22,4).

Missão paroquial, continental e *ad gentes*

Depois dessas considerações decorrentes da natureza missionária do Povo de Deus, o DA distingue ainda três âmbitos diferentes: a) a paróquia missionária, não como algo extraordinário, mas como novo padrão pastoral; b) a missão continental; e c) a missão *ad gentes*. Aos três âmbitos se sobrepõe parcialmente a clássica divisão entre missão *ad intra*, quer dizer, a missão entre batizados na própria Igreja Católica, e missão *ad extra*, entre não-batizados. Está também presente em Aparecida, transversalmente, o diálogo inter-religioso (nn. 95, 99g, 232, 237ss) e ecumênico (nn. 95, 99g, 100g, 227s, 230-234), remetendo a posturas já assumidas nas conferências anteriores.

Paróquia missionária

O DA aposta no papel missionário da paróquia, aponta para as dificuldades existentes e propõe, genericamente, mudanças estruturais. As paróquias devem ser “comunidades de comunidades” (cf. nn. 309, 517e) e transformar-se de comunidade de manutenção em “centros de irradiação missionária em seus próprios territórios” e “lugares de formação permanente” (n. 306. Cf. n. 304). A formação missionária deve ser integral (nn. 279, 299, 329, 337, 441a, 456), permanente (nn. 299,

⁸ Tema de Medellín: “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”.

306, 326, 437i, 518d), específica (nn. 179, 283), comunitária (n. 305) e inculturada (n. 325). Isso exige “abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favorecem a transmissão da fé” (n. 365), entre elas a estrutura ministerial. O povo quer os interlocutores de sua fé por perto. Enquanto a relação entre “pastores evangélicos” e “padres católicos” é de 6 por 1, na falta do padre o povo opta, muitas vezes, pela presença do pastor (cf. n. 90). A proposta de renovar as estruturas paroquiais (n. 172) sem enfrentar mudanças na estrutura ministerial da Igreja permanece um desejo piedoso. Existem outros desafios de caráter estrutural. Entre esses o *DA* elenca a extensão territorial, a pobreza, a violência, a distribuição desigual dos presbíteros na Igreja do continente (n. 197). Aparecida propõe descentralização, desburocratização (n. 203), multiplicação dos braços e qualificação dos ministros (nn. 513, 517-518). Por causa da extensão enorme das paróquias, propõe, o que não é novo, a divisão do território paroquial em setores (nn. 372, 518c). Ao afirmar que “a renovação da paróquia exige atitudes novas dos párocos e dos sacerdotes” (n. 201), o *DA* aponta para falhas na formação seminarística. A maioria dos delegados de Aparecida conhece os problemas, aumenta as tarefas e sobrecarrega os párocos e suas equipes.

Missão continental

Na preparação da Conferência de Aparecida, a missão continental dava mostras de que se tornaria o assunto mais importante do evento, o que não aconteceu. No dia 24 de maio de 2007, na sala de imprensa, o cardeal Cláudio Hummes, prefeito da Congregação para o Clero, questionado sobre um eventual caráter proselitista da missão continental, respondeu:

Essa missão se dirige aos católicos batizados. [...] Vamos em busca dos católicos pouco evangelizados, não de uma forma proselitista nem antiecumênica, pois se trata daqueles que já foram batizados; conseqüentemente, essa missão exigirá uma mudança na vida de todos os agentes pastorais.

A missão continental deveria, portanto, assumir o que já foi chamado de “nova evangelização entre os cristãos culturais” (cf. *RM*, n. 33. *SD*, n. 24) e “re-evangelização entre os não-praticantes” (*RM*, nn. 33, 37). Na missão continental, todo o continente “quer colocar-se em estado de missão” (n. 213), porque “temos uma alta porcentagem de católicos sem consciência de sua missão de ser sal e fermento no mundo, com uma identidade cristã débil e vulnerável” (n. 286). Ressalta o *DA*: “Assumimos o compromisso de uma grande missão em todo o continente [...]. Esperamos um novo Pentecostes que nos livre da fadiga, da desilusão, da acomodação ao ambiente; uma vinda do Espírito, que renove nossa alegria e nossa esperança” (n. 362). A operacionalização dessa missão continental foi confiada ao CELAM e seus departamentos. Dificilmente ela acontecerá nos moldes do entusiasmo documentado.

Missão ad gentes

Junto com a missão continental, o compromisso com a missão *ad gentes* continua (cf. nn. 373-379). Continua a missão de “anunciar o Evangelho do Reino a todas as nações” (cf. Mt 28,19; Lc 24,46-48. *DA*, n. 144). Missão *ad gentes* significa, no *DA*, praticamente “missão universal” da Igreja:

Somos testemunhas e missionários nas grandes cidades e nos campos, nas montanhas e selvas da nossa América, em todos os ambientes de convivência social, nos mais diversos “areópagos” da vida pública das nações, nas situações extremas da existência, assumindo *ad gentes* nossa solicitude pela missão universal da Igreja (n. 548).

Recentemente, o próprio papa apontou para as transformações da missão *ad gentes*:

O campo da missão *ad gentes* se ampliou notavelmente e não se pode definir só na base de considerações geográficas ou jurídicas. De fato, os verdadeiros destinatários da atividade missionária do Povo de Deus não são só os povos não-cristãos e as terras

distantes, senão também os âmbitos socioculturais e, sobretudo, os corações⁹ (n. 375).

Na missão universal *ad gentes*, partilhamos a nossa fé, desde a pobreza dos nossos meios. Aparecida espera “uma nova primavera da missão *ad gentes*” (n. 379).

Dar, perder, receber

Hoje, a “missão *ad gentes*” é “missão *inter gentes*”, missão entre povos e continentes. Os discípulos missionários que vêm da Ásia ou da África para trabalhar na pastoral missionária da América Latina também podem dizer que foram enviados para uma missão *ad gentes*. Vive-se hoje, na Igreja local, cada vez mais uma reciprocidade missionária *inter gentes*. Na pastoral missionária, todos são mensageiros e destinatários da Boa-Nova, na mística e militância da esperança e da justiça. Na vida “de nossos povos bate um forte sentido de esperança [...]. Ele é experimentado [...] graças aos dons e sinais de vida nova que se compartilham” (n. 536. Cf. nn. 7, 27, 29, 106).

Essa esperança é nosso dom, não nossa obra. “A vida é uma dádiva de Deus, dom e tarefa que devemos cuidar” (n. 464). Vivemos a esperança na partilha do pouco que temos, nas causas do Reino que defendemos e na articulação dos poucos que somos. A missão da esperança é o permanente anúncio da vida num mundo em que a miséria não é acidente, mas produto de sua organização social e de sua civilização. A alternativa para a exploração e a violência desse mundo é a gratuidade: “O amor de doação plena, como solução para o conflito, deve ser o eixo cultural ‘radical’ de uma nova sociedade” (n. 543). A esperança é a irmã dos pobres e dos crucificados. “Na generosidade dos missionários se manifesta a generosidade de Deus, na gratuidade dos apóstolos aparece

⁹ BENEDICTO XVI. Discurso a los miembros del Consejo Superior de las Obras Misionales Pontificias, 5 de mayo de 2007 (infelizmente, o texto não se encontra no discurso publicado no site do Vaticano).

a gratuidade do Evangelho” (n. 31/30). O “total dom de si” é “o diferencial de cada cristão” e “não pode deixar de ser a característica de sua Igreja” (n. 138. Cf. nn. 302, 336). Na lógica do Reino, “a vida acrescenta dando-a, e se enfraquece no isolamento e na comodidade” (n. 360. Cf. n. 361). Nesse contexto os delegados de Aparecida assumem o compromisso audaz de tornarem-se companheiros “de caminho de nossos irmãos mais pobres, mesmo até o martírio”. Depois reafirmam que a opção preferencial pelos pobres “deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais. A Igreja latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, solidariedade e justiça entre nossos povos” (n. 396).

Grandes tarefas esperam a Igreja latino-americana e caribenha. O realismo pastoral nos lembra que nunca na história da Igreja aconteceu que o conjunto dos batizados se tornou sujeito de uma “religiosidade virtuosa” como modelo da vida cotidiana. Esse modelo radical comprometeria o indivíduo batizado e sua comunidade com uma “ética virtuosa”, na qual a transformação do mundo seria uma exigência e uma extensão de sua atividade religiosa. O realismo da ortodoxia institucional e da prática pastoral nunca foram tão longe.¹⁰ O encaminhamento dos cristãos secularizados ou meramente culturais, através da evangelização continental, às práticas da religiosidade popular, que tem tempos fortes de celebração, ou, em alguns casos, a comunidades de base, já seria um passo na direção certa.

Também a transformação de agentes de pastoral em carismáticos ascetas, profetas ou pastores incansáveis de tempo integral e com religiosidade e ética virtuosas é pouco provável. Com um clero muito reduzido e, muitas vezes,

¹⁰ Cf. WEBER, Max. *Economia e sociedade*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2004/1999. 2 vv., aqui v. 1, parte 2, cap. 5: “Os caminhos de salvação e sua influência sobre a conduta da vida”. A religiosidade virtuosa ou heróica, segundo M. Weber, é a religiosidade de místicos, ascetas e santos. Ela se diferencia da religiosidade oficial dos quadros da ortodoxia institucional e da religiosidade popular. Apesar de muitos apelos enfáticos ao heroísmo e à santidade dos discípulos missionários do DA, a ortodoxia institucional viveu sempre em tensão com a “religiosidade virtuosa”, colocando ao lado das estátuas de grandes santos confessoriais para o povo.

sobrecarregado pelo dever sacramental, Aparecida aposta no serviço generoso de leigos voluntários. Mas, no mundo urbano, esses leigos e leigas estão de sol a sol trabalhando para sustentar as suas famílias.

Com quem transformar o mundo? Com quem fazer a missão continental e sustentar o dinamismo de paróquias como “centros de irradiação missionária” (n. 306) se mal conseguimos “segurar” os católicos ainda praticantes? Depois da interpretação do mundo, o paradigma-síntese de Aparecida, a missão no seu sentido pleno, nos confere a responsabilidade da transformação. Quem vai abrir a jaula de ferro ministerial, que é apenas uma das aberturas que se fazem necessárias para realizar as propostas de Aparecida? Para ganhar a verdadeira tradição evangélica, que promete vida para todos, para cumprir a Palavra de Deus e radicalmente comprometer-nos com ela, precisamos saber perder tradições secundárias e sacrificar costumes de acomodação (cf. n. 362). A gratuidade, na contramão do sistema neoliberal, aponta para a possibilidade de um mundo para todos, mas também para mudanças de mentalidade e estruturas eclesiais. O Espírito, que é dom e que dá vida, vive no Verbo encarnado, na Palavra cumprida. Ele, que é o pai dos pobres e a vida do Verbo, vive conosco na Palavra de Deus cumprida na fidelidade à missão.



Igreja particular, paróquia e CEBs em Aparecida

Roberto Oliveros M.
(México)

A conversão copernicana a que fomos empurrados pelo Espírito, pelo Concílio Vaticano II e por Medellín não era, nem é, uma tarefa pequena e fácil. Como se escreveu amplamente, essa conversão, impulsionada pelo Concílio, de uma eclesiologia pré-vaticana e sua pastoral centrada na hierarquia (figura e modo piramidal) para uma eclesiologia e sua pastoral centrada nos(as) leigos(as) no Povo de Deus (figura e modo circular. E isso a partir dos pobres, em Medellín) passou por uma longa involução no pontificado passado. As consequências para a Igreja da América Latina são conhecidas. Talvez isso explique as poucas expectativas que foram geradas pela preparação e realização de Aparecida.¹ E aí, nesse belo e imenso santuário, a pequena imagem negra de nossa Mãe Maria acompanhou e intercedeu pelo bom fruto do evento, como também o fizeram diversos grupos de peregrinos do Povo de Deus.

O acontecimento e o texto dos participantes em Aparecida manifestam suas diversas visões eclesiológicas. E, embora o tema da eclesiologia atravessasse todo o documento, é no

¹ Isso se manifesta na presença nula dos meios de comunicação (não-eclesiais) durante a Conferência. Eles só estiveram presentes durante a visita do papa: isso é notícia, não “a Igreja”.

capítulo 5, intitulado “A comunhão dos discípulos missionários na Igreja”, que ele é trabalhado especificamente. Por isso, nesse capítulo (que, no início, foi o capítulo 4) encontra-se o assunto de que trata esta contribuição, “a Igreja particular, a paróquia e as CEBs”. Para facilitar sua compreensão e análise, siga a ordem em que é apresentado.

A diocese, lugar privilegiado para a comunhão (nn. 164-169)

O enfoque em que se situou a eclesiologia da Conferência foi o da comunhão.² Essa ótica de abordagem do mistério inesgotável da Igreja já foi usada por uma parte dos Padres orientais e, recentemente, no sínodo especial de 1985. Essa ótica da “comunhão” parte preferencialmente da riqueza da contribuição do evangelho de João, em vez da visão do Jesus histórico dos evangelhos sinóticos: somos chamados a comungar com o Pai, no Filho, pela força do Espírito (Jo 14-15), como seus filhos e filhas, e entre nós como irmãos e irmãs. Esse enfoque eclesiológico assumido em *Aparecida* sem dúvida contribui com elementos ricos para revitalizar nossa evangelização. Entretanto, devemos ter presente que essa ótica eclesiológica a partir da comunhão não é a privilegiada pelo Concílio Vaticano II, que é a da Igreja = Povo de Deus.

No capítulo 5 do *Documento de Aparecida*, depois de desenvolver o tema de que todos os discípulos e discípulas do Senhor Jesus somos chamados à comunhão, passa-se, com boa lógica, a desenvolver os “lugares eclesiais” para a comunhão. Se consideramos esses “lugares eclesiais” em sua dimensão institucional-social, eles são as também chamadas “estruturas eclesiais”. Como o Povo de Deus, em seu conjun-

² No início do trabalho dos bispos e delegados que escolheram essa Comissão para a elaboração dessa parte do texto, receberam, desde a primeira redação, uma longa exposição eclesiológica (de aproximadamente cinco páginas) na ótica de uma eclesiologia da comunhão. Ou seja, a orientação geral do capítulo já tinha sido preparada. Mas, ao longo do processo de trabalho da Comissão, ela foi reduzida a uma página. Apresentou-se à Comissão um texto alternativo que sugeria partir do acontecimento histórico da comunidade de Jesus (do qual ficou somente o número que abre o tema), mas não foi possível introduzir o conjunto dessa proposta.

to, organizou-se para viver o mistério de seu ser Igreja? Desde o século III, essa organização e vivência aparecem em três níveis: em suas “comunidades domésticas”, em paróquias e Igrejas particulares.³ No texto da V Conferência, expõem-se primeiramente os aspectos relativos à diocese (Igreja particular). Destaco alguns elementos de conteúdo rico:

- No início do n. 164: “A vida em comunidade é essencial à vocação cristã. O discipulado e a missão sempre supõem a pertença a uma comunidade. Deus não quis salvar-nos isoladamente, mas formando um povo”.
- No n. 166: “A Igreja particular [...] [é] a realização concreta do mistério da Igreja universal em determinado lugar e tempo”.⁴
- E no n. 168: “A diocese, em todas as suas comunidades e estruturas, é chamada a ser ‘comunidade missionária’”.
- No n. 169: “A diocese, presidida pelo bispo, é o primeiro espaço da comunhão e da missão. Ela deve estimular e conduzir uma ação pastoral orgânica renovada e vigorosa, de maneira que a variedade de carismas, ministérios, serviços e organizações se orientem no mesmo projeto missionário para comunicar vida [...]”.

A paróquia como comunidade de comunidades (nn. 170-177)

Nos lugares eclesiais de comunhão, depois da diocese ou Igreja local, Aparecida desenvolve o nível e a comunidade

³ Nos primeiros tempos, quando a organização da comunidade eclesial foi tomando forma, usou-se o modo de organização do Império em “dioceses”. A paróquia, como o expressa a raiz etimológica do termo, é a reunião comunitária dos vizinhos. Embora algumas famílias tivessem um bom grupo de seus membros nela, na patrística a comunidade eclesial “doméstica” nunca se refere a uma família unida por laços de carne e sangue, mas à reunião dos batizados que vivem na vizinhança.

⁴ É conveniente destacar também a boa abordagem dada ao recente processo das conferências episcopais no espírito de “colégio” impulsionado pelo Concílio Vaticano II (DA, capítulo 5, nn. 181-183).

eclesial da paróquia. A perspectiva e compreensão da mesma, como reflete o título, retomam e reavaliam essa realidade substancial para viver o discipulado missionário que é a comunidade. Teologicamente, o essencial de uma paróquia não é seu território, e sim sua vocação e identidade comunitária. E, como expressa acertadamente o título do tópico, a paróquia é uma comunidade de comunidades, ou seja, é a comunhão do conjunto das CEBs — pequenas comunidades que a formam.⁵ A recuperação da paróquia como comunidade de comunidades é um grande passo teológico, e conseguir isso é, por sua vez, um grande desafio pastoral:

Se desejamos pequenas comunidades vivas e dinâmicas, é necessário despertar nelas uma espiritualidade sólida, baseada na Palavra de Deus, que as mantenha em plena comunhão de vida e ideais com a Igreja local e, em particular, com a comunidade paroquial. Por outro lado, conforme há anos estamos propondo na América Latina, assim a paróquia chegará a ser “comunidade de comunidades” (DA, n. 309).

É útil recordar que no Concílio Vaticano II os bispos enfrentaram o desafio de renovar o corpo eclesial a fundo, a partir das próprias bases das Igrejas locais, ou seja, *a partir das próprias células do corpo eclesial*. Não há rejuvenescimento de um corpo se suas células não se rejuvenescem. Quais seriam essas bases ou células do corpo da Igreja local pelas quais passaria a renovação conciliar? A resposta oferecida foi: “Cultivem constantemente o sentido da diocese, de que a paróquia é como que uma célula.” (*Apostolicam actuositatem*, n. 10).

⁵ Em algumas dioceses e paróquias, denominou-se o que Puebla, no espírito de Medellín, denomina de CEBs de diversas maneiras: seja como pequenas comunidades, ou comunidades menores, ou comunidades cristãs etc. Esse fato e essa tendência surgiram por causa da rejeição e perseguição orquestradas contra o profético projeto eclesial da Igreja dos pobres na América Latina, cuja coluna vertebral são as CEBs. Por isso alguns bispos e agentes de pastoral julgaram prudente evitar o nome de CEB e usar outros, mesmo quando se vive em sintonia de espiritualidade e método. Esse fato, entretanto, entorpece e prejudica a comunhão e participação eclesial na América Latina e seu projeto orgânico de pastoral. A perseguição-rejeição sofrida pelas CEBs foi particularmente dolorosa quando se deu por seus próprios pastores. No entanto, é um traço que confirma seu processo evangélico, pois já Jesus tinha anunciado que seus discípulos e suas discípulas, se lhe fossem fiéis, iriam encontrar rejeição e perseguição (Jo 15,20).

A promoção estratégica e pastoral do corpo eclesial proposta pelo Concílio deveria ser realizada a partir de suas próprias células = as paróquias. A renovação eclesial realizada a partir de leigos e leigas que formam a comunidade paroquial, na dinâmica da eclesiologia do Povo de Deus, iria formando o rosto novo e convertido da Igreja local. Essa visão eclesiológica e pastoral do Concílio Vaticano II explica e fundamenta a compreensão renovada do lugar e da missão da comunidade paroquial. Nesse horizonte, é importante perceber que a afirmação clara no *Documento de Aparecida* a respeito da paróquia como comunidade de comunidades supera a confusão teológica e pastoral introduzida na Conferência de Santo Domingo, quando esta misturou indevidamente o ser e a identidade comunitária da paróquia com o dos carismas, próprio dos movimentos, ao escrever: “A paróquia, comunidade de comunidades e movimentos...” (SD, n. 58).

Essa afirmação poderia induzir ao erro de considerar que a Igreja é comunidade e, além disso, é movimentos. Outra coisa seria esclarecer o que é eclesiológicamente correto: que a Igreja é comunidade e nela *há* os movimentos, como reflete o texto de Aparecida.⁶ Em Santo Domingo, a renovação da Igreja, em sua própria essência comunitária, ficou misturada com os movimentos, com suas contribuições valiosas e oportunas, mas limitadas. Os movimentos, por causa de sua índole carismática e pouca estruturação, conforme sua própria identidade, nascem, crescem, florescem, perdem vigor e morrem. A comunidade chamada Igreja, pelo contrário, permanece até o fim dos tempos.

A Igreja é sacramento do Reino. Por isso os diversos níveis estruturais da Igreja — Igreja particular, paróquia, CEBs — vivem essa sacramentalidade. Essa realidade explica o acerto de Aparecida de tratar brevemente da riqueza dos sete sacramentos quando fala da comunidade paroquial (n. 175). No entanto, como proclamou claramente Paulo VI, “a

⁶ A abordagem dos movimentos se encontra no capítulo 6, nos nn. 311-313.

Igreja existe para evangelizar”. Por isso sua renovação e rejuvenescimento encerram essencialmente sua renovação missionária. Essa realidade está muito bem retomada e expressa pelo próprio lema da Conferência de Aparecida: “Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nossos povos tenham vida nele”. Nesse espírito, o pároco, a exemplo de Jesus Bom Pastor, é chamado a ser servidor de todos por amor, formando e animando a vida comunitária.⁷ No entanto os bispos enfatizam acertadamente a urgência de renovar e projetar a vida missionária nas paróquias, que é substancial para elas: “A V Conferência Geral é uma oportunidade para que todas as nossas paróquias se tornem missionárias” (n. 173).

“Os melhores esforços das paróquias neste início do terceiro milênio devem estar na convocação e na formação de leigos missionários” (n. 174).

Comunidades eclesiais de base e pequenas comunidades

As CEBs, como se sabe, implicam uma renovação eclesial profunda. Elas não são algo periférico ou tangencial à conversão eclesial ou à não-conversão. São na atualidade, como Jesus, “pedras de contradição”. Por isso, é explicável o debate que se suscita em torno delas, como aconteceu também em Aparecida. Jesus não convidou para uma renovação superficial ou para pôr “panos quentes”, mas proclamou que “vinho novo se põe em odres novos” (Mt 9,17). A comunidade histórica de Jesus foi alternativa e profética diante do Império Romano ou de visões religiosas que podiam ser de boa vontade, mas eram equivocadas, pois não estavam em conformidade com o Reino de seu Pai: “Nem todo aquele que me diz ‘Senhor, Senhor’ entrará no Reino dos Céus, mas sim aquele que pratica a vontade de meu Pai” (Mt 7,21).

⁷ O Documento de Aparecida apresenta o conteúdo referente ao presbítero sob o título “Os presbíteros, discípulos missionários de Jesus Bom Pastor”, nos nn. 191-204.

Como analisamos, a conversão eclesial lançada pelo Concílio Vaticano II deveria ser profunda e se realizar a partir das próprias células da Igreja = paróquias.⁸ Por isso a Conferência de Medellín retomou a efetivação da renovação da Igreja a partir de suas próprias células. Mas, dadas as circunstâncias numéricas (e, ocasionalmente, suas dimensões) das paróquias na América Latina e no Caribe, compreendeu-se que em nossa realidade as células eclesiais tinham de ser realizadas a partir de um nível eclesial e comunitário mais reduzido e menor. E, em Medellín, os bispos participantes compreenderam, à luz do Espírito, que

[a] vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na “comunidade de base”, ou seja, numa comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna entre seus membros. [...] Ela é [...] célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização [...]. (*DM*, nn. 15,10).

Isso explica por que, desde o Concílio Vaticano II e Medellín, a conversão eclesial e sua avaliação tenham como ponto crucial o processo das próprias células eclesiais, ou seja, das CEBs e, a partir delas e com elas, a renovação das paróquias e Igrejas particulares na América Latina e no Caribe. Deve-se levar em conta que essa renovação se dá numa dialética e interação mútua. A história recente mostra que, quando se harmoniza e prioriza o processo das CEBs numa Igreja particular e suas paróquias, facilita-se a renovação eclesial: nessa Igreja particular florescem os pobres como sujeito eclesial com seu rico potencial evangelizador. Nessa Igreja se vivem e proclamam com alegria e facilidade as bem-aventuranças e sua dimensão profética: o Povo de Deus floresce, e os pobres realmente têm a Igreja como lar, como advogada e defensora.

⁸ As circunstâncias pastorais européias explicam essa denominação da paróquia como célula eclesial, pois, naquele contexto socioeclesial, as paróquias não tinham mais do que algumas centenas de pessoas, dada a abundância de presbíteros e religiosos naquele momento.

Por isso, um elemento central e substancial para a Conferência de Puebla foi avaliar a renovação eclesial vivida nas CEBs e tomar uma postura sobre esse processo. Tendo efetuado a análise ou discernimento, a resposta ou postura dos bispos participantes em Puebla não deixou lugar para dúvidas: “[...] como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base” (*DP*, n. 648). E o crescimento das CEBs foi considerado por eles “motivo de alegria e esperança da Igreja” (*DP*, n. 96).

Com quase quarenta anos de experiência das CEBs, sua compreensão e prática, em teologia, espiritualidade e pastoral própria, enriqueceram-se na diferença.⁹ Agora, como foram consideradas as CEBs em Aparecida e com que resultados? Para oferecer uma resposta adequada, é necessário analisar o processo do texto em seu contexto. As vicissitudes do processo de elaboração do texto sobre as CEBs revelam o debate e a paixão que elas suscitam. Cabe destacar vigorosamente que o processo vivido em Aparecida expressa bem a importância que elas têm e receberam nessa assembléia. Deve-se levar em conta que desde a preparação para Aparecida a Comissão para a Comunhão e o Diálogo do CELAM preparou, com a ajuda de pessoas de ampla experiência com as CEBs e seu processo, uma contribuição sobre sua identidade e missão que seria encaminhado a ela.

A Comissão de bispos e delegados que trabalhou esse capítulo já desde o primeiro rascunho ou redação deu realce e bom tratamento às CEBs nos parágrafos que se referiam a elas. Dado o contexto eclesial, é explicável que ela as situe logo depois da Igreja particular e da paróquia, como foi feito na Conferência de Santo Domingo (SD, nn. 54-63). Em Puebla, o modo de apresentação foi em sentido inverso: primeiro as

⁹ O Brasil tem uma experiência riquíssima em suas Igrejas locais e paróquias, mas ela é diferente dos processos de Honduras, México, Bolívia etc. Ocasionalmente, as circunstâncias culturais diversas e anos de caminhada determinam diferenças no tipo, materiais, horário, frequência etc. das reuniões. É importante ter presente a rica leitura que se faz da CEB como FERMENTO (o pequeno grupo que se reúne e é conhecido e visível) em comparação com o FERMENTADO (que são os cristãos que recebem a influência dela). Mas em todos esses processos as CEBs têm uma unidade profunda em sua espiritualidade, teologia e método.

CEBs, depois a paróquia e depois a Igreja particular, para ressaltar que a Igreja, pela força do Espírito, nasce a partir do pequeno, a partir da base (DP, nn. 618-657).

Os membros da Comissão deste capítulo tiveram uma surpresa muito desagradável ao constatar que o texto que aprovaram e enviaram à Comissão de Redação, ao voltar à assembléia (já unido e organizado com todos os trabalhos das diversas Comissões, quando deixou de ser o capítulo 4 e passou a ser o capítulo 5), tinha “desaparecido” tudo o que dizia respeito às CEBs. Por que e quem havia cometido esse abuso?¹⁰ Para tornar a inserir isso no texto do *Documento*, o único recurso era apresentar um “modo” ao plenário — que teria de ser respaldado por ao menos sete assinaturas de presidentes de conferências episcopais — em que se requeresse sua reincorporação.¹¹ Essas assinaturas foram conseguidas sem muita dificuldade, e o “modo” foi apresentado ao plenário. Houve pareceres a favor e contra, e o plenário... aprovou o “modo”. Tendo-se conseguido a aprovação da maioria, a Comissão de Redação reinseriu os parágrafos referentes às CEBs no documento conclusivo do episcopado latino-americano. Apresento só o segundo deles, pois depois ele foi extremamente deformado, para que o conheçam e aproveitem adequadamente:

n. 194. Queremos resolutamente reafirmar e dar novo impulso à vida e missão profética e santificadora das CEBs, no seguimento missionário de Jesus. Elas foram uma das grandes manifestações do Espírito na Igreja da América Latina e do Caribe depois do Vaticano II. Têm a Palavra de Deus como fonte de sua espiritualidade e a orientação de seus pastores como guia que assegura a comunhão eclesial. Cumprem seu compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres. São fonte e semente

¹⁰ Já falamos dessa “mão oculta e desrespeitosa” que atua autoritariamente, sem diálogo, comunhão e participação.

¹¹ O presidente da Comissão foi o cardeal Luis Terrazas, que, junto com seu bispo coadjutor, Sergio Gualberto, organizou e levou adiante esse importante e delicado serviço.

de variados serviços e ministérios em favor da vida na sociedade e na Igreja.

No entanto esse documento conclusivo, como de costume, foi encaminhado ao papa, em Roma, para sua aprovação de acordo com a tradição eclesial. E aí, triste mas não inesperadamente, o que se refletiu e determinou sobre as CEBs sofreu sérias mutilações, acréscimos e alterações de seu sentido original.¹² Por exemplo, mutilou-se a força e orientação do segundo parágrafo ao retirar o seguinte: “Queremos resolutamente reafirmar e dar novo impulso à vida e missão profética e santificadora das CEBs, no seguimento missionário de Jesus. Elas foram uma das grandes manifestações do Espírito na Igreja da América Latina e do Caribe depois do Vaticano II”. Ou seja, alguém decidiu que os bispos latino-americanos não deveriam “querer resolutamente reafirmar e dar novo impulso” às CEBs. Tal desrespeito para com uma conferência de um episcopado das dimensões do latino-americano é lamentável.

Os parágrafos acrescentados refletem a mentalidade e a falta de conhecimento do processo das CEBs. Por exemplo, quando se pede: “As comunidades de base terão o cuidado de não alterar o tesouro precioso da Tradição e do Magistério da Igreja”. E com as alterações quer-se, fundamentalmente, contradizer a realidade das CEBs como “a célula inicial da estrutura eclesial” e, por isso, como nível de Igreja, portanto, a partir da comunhão delas e a partir delas, vai-se conformando a paróquia como comunidade de comunidades. Cria-se confusão ao considerá-las como “algo” mais que existe na paróquia: “Juntamente com os grupos paroquiais, associações e movimentos eclesiais, podem contribuir para revitalizar as paróquias, fazendo delas uma comunidade de comunidades”.

¹² Afirmo que a atuação da “mão oculta, desrespeitosa e arbitrária” não foi inesperada, tendo em vista sua maneira de proceder desde o pontificado anterior em relação a pontos que qualificam e tipificam o processo pós-Medellín da Igreja latino-americana.

No entanto, apesar das lamentáveis e desrespeitosas modificações sofridas pelo documento conclusivo de Aparecida no que diz respeito às CEBs — o que contraria a sã comunhão e participação na Igreja, *é muito mais positivo e esperançoso o fato de que o episcopado latino-americano participante recuperou e relançou tão significativamente as CEBs*.¹³ Em consequência desse esforço e luta, conseguiram que no próprio “Documento oficial” aprovado em Roma as CEBs não só continuem presentes no texto, mas também se reconheça que “elas abraçam a experiência das primeiras comunidades (At 2,42-47)” e, desde Medellín, sejam consideradas “célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização”. Além disso, que as CEBs, de maneira especial, vivem e “demonstram seu compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados, e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres”.¹⁴ Reitero, por causa de sua importância, que agora, em Aparecida, mais uma vez, expressou-se que as CEBs, por conta de sua vida e seu profetismo, participam com Jesus, nessa história santa e pecadora, da condição de ser “pedra de contradição”.

Na Igreja, santa e pecadora, somos todos (ainda que em proporções diversas) necessitados de conversão para ser discípulos(as) e missionários(as) melhores. A V Conferência em Aparecida foi e é um momento de graça para melhor amar e servir a vida de nossos povos. Sentiu-se a presença do Jesus ressurreto e de seu Espírito, que diz a todos e todas nós: “‘Simão, filho de João, tu me amas mais do que estes?’ Ele lhe respondeu: ‘Sim, Senhor, tu sabes que te amo’. Jesus lhe disse: ‘Apascenta meus cordeiros’”.

¹³ Pode-se comparar essa lamentável ação, que prejudica a comunhão e participação na Igreja, à de um motorista que, por dirigir mal, atropela um trabalhador, que chamaremos de Juan Pérez López. Este, graças à sua boa saúde e força, se salva. Ele continua sendo Juan Pérez López, e o próprio incidente o enche de vigor renovado para servir melhor.

¹⁴ Em Aparecida, os bispos também retomaram e lançaram esse aspecto que deve caracterizar toda a Igreja, escrevendo-nos, por isso, o seguinte: “Só a proximidade que nos faz amigos nos permite apreciar profundamente os valores dos pobres de hoje, seus legítimos desejos e seu modo próprio de viver a fé. A opção pelos pobres deve conduzir-nos à amizade com os pobres. Dia a dia os pobres se fazem sujeitos da evangelização e da promoção humana integral [...]”.



Ministérios, leigos, vida consagrada e ministério teológico

Olga Consuelo Vélez Caro
(Colômbia)

A V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho terminou como reunião de bispos. Têm início as ressonâncias que tal acontecimento eclesial tem para nossa realidade social e eclesial. Mas quem é a Igreja? Os bispos e sacerdotes? Leigos e leigas? Religiosas e religiosos?

A Igreja é o Povo de Deus reunido por ele em comunidade em que cada pessoa vive e realiza diferentes ministérios, carismas e serviços, todos eles orientados para sua edificação. A Igreja não é uma “estrutura”, e sim uma “comunhão” de pessoas — ao estilo da primeira comunidade cristã — que compartilham o seguimento de Jesus e se comprometem com sua missão a partir da vocação específica para a qual cada uma foi chamada. Viver em comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo é o que constitui o(a) discípulo(a) e garante a tarefa evangelizadora que realiza. Com efeito, “a evangelização é um chamado à participação na comunhão trinitária”, de modo que esse testemunho torne possível que “o mundo creia” e seja “atraído” para Cristo. “A Igreja cresce não por proselitismo, mas por ‘atração’ [...]. A Igreja ‘atrai’ quando vive em comunhão, pois os discípulos de Jesus serão reconhecidos se amarem uns aos outros como ele nos amou (cf. Rm 12,4-13; Jo 13,34)” (*Documento de Aparecida*, n. 159).

Pelo Batismo, todos os membros da Igreja desfrutam da mesma dignidade e igualdade fundamental. Sobre essa base é possível falar dos diversos ministérios e vocações que permitem o desenvolvimento integral da Igreja. Ela, que é imagem do corpo de Cristo, deverá mostrar que em seu seio todos os membros são imprescindíveis e ninguém pode sentir-se menos importante do que os outros nem alheio aos sofrimentos dos demais (cf. 1Cor 12,26).

Também pelo Batismo todos e todas participam das dimensões profética, sacerdotal e real do Senhor Jesus. Em outras palavras, todos são chamados a uma vocação comum: ser discípulos(as) missionários(as). Esta vocação confere santidade e plenitude a todas as vocações específicas vividas nela. Os ministérios leigos e ordenados, a opção religiosa, leiga ou sacerdotal e a multiplicidade de carismas dão à Igreja a potencialidade e a riqueza necessárias para responder com eficácia aos desafios atuais. Mas essa capacidade depende da vivência fiel desses dons recebidos, de seu desenvolvimento efetivo e de sua articulação adequada. São as pessoas, a partir de suas vocações específicas, que evangelizam e são evangelizadas, que são mediação para a construção do Reino de Deus e sua realização, que respondem aos desafios de cada momento histórico com maior ou menor eficácia.

Nesse contexto nos perguntamos: com o que contribui a V Conferência para a renovação, impulsão e efetivação dos diferentes ministérios e das vocações específicas no seio da Igreja? Que caminhos assinalou para seu maior desenvolvimento? Convém responder a essas perguntas ampliando o marco da V Conferência e indo além do documento que registra suas conclusões para não perder de vista outras dimensões que foram geradas em torno dela e nos falam da potencialidade, tantas vezes oculta, do Povo de Deus, porção majoritária da Igreja.

Aparecida foi mais do que uma reunião. Foi um acontecimento eclesial que mobilizou muitas forças no continente. Desde 2005, com a publicação do “Documento de participa-

ção” por parte do CELAM, geraram-se — nas realidades onde ele foi trabalhado — um “interesse” e uma “preocupação” para com a V Conferência. Interesse porque foram dadas contribuições e feitas sugestões para a V Conferência. Preocupação porque nesse documento não se registravam aspectos tão centrais como o Reino de Deus, o ato de partir da realidade ou a missão entendida em termos de testemunho e profecia. Posteriormente, as contribuições recebidas das diferentes realidades foram condensadas no “Documento de síntese” — também trabalhado por uma Comissão convocada pelo CELAM —, que, sem pretender sistematizar todos os aportes recebidos, contribuiu para explicitar a metodologia *ver-julgar-agir*, a opção pelos pobres, o Reino de Deus e o protagonismo leigo — para mencionar alguns aspectos que foram posteriormente retomados na V Conferência.

Porém, indo além dos “documentos” gerados por esse acontecimento, é importante ressaltar a vida do Povo de Deus que acompanhou esse tempo. Embora as conferências episcopais sejam reuniões de bispos, foram convidados a participar dela leigos(as), religiosos(as), sacerdotes, peritos e observadores de diferentes Igrejas não-católicas e do judaísmo.

Não havia um grande número deles e sua participação não foi tão significativa, mas eles tiveram voz em alguns momentos e puderam acompanhar o acontecimento muito de perto. Mas, além dos convidados, o compromisso eclesial dos(as) leigos(as) com a oração e a presença em diferentes atividades realizadas durante os dias da Conferência — como a chamada Tenda dos Mártires, organizada pelas comunidades eclesiais de base do Brasil — mostraram que seu compromisso e sua responsabilidade na vida eclesial vão além das estruturas que possibilitam sua participação.

Tudo o que dissemos anteriormente nos situa diante do *Documento de Aparecida* não como uma realidade estática que se deve ler e aplicar, e sim como um ponto de partida e um convite para a vivência fiel e audaz de um discipulado que se realiza na pluralidade de ministérios e carismas que consti-

tuem a Igreja. Para aprofundar essa realidade dos ministérios e vocações específicas, vamos nos deter em alguns números do capítulo 5 do *Documento de Aparecida*, destacando suas afirmações mais significativas. Queremos lê-lo na dinâmica de um caminho que deve ser trilhado com mais afinco e como um dever-ser que gostaríamos de alcançar.

Seu ponto de partida é o chamado a viver em comunhão (nn. 154-163) como contexto vital em que surgem as vocações específicas (nn. 184-224). É só a partir dessa comunhão de vida que se entende a diversidade de carismas, ministérios e serviços vividos com espírito fraterno, obedecendo todos(as) ao mesmo Mestre, unidos ao mesmo Cabeça, Cristo (n. 161). Esse chamado à comunhão é inseparável da missão (n. 163), o que faz da Igreja uma comunidade missionária, sinal do amor de Deus e da fraternidade universal.

O *Documento* afirma que, para viver a vocação batismal, raiz de toda vocação específica, o discípulo deve estar atento aos desafios do respectivo tempo presente: “A mudança de paradigmas culturais; o fenômeno da globalização e a secularização; os graves problemas de violência, pobreza e injustiça; a crescente cultura da morte que afeta a vida em todas as suas formas” (n. 185). Esses e outros desafios que poderíamos enumerar — e que o próprio *Documento* ressalta em sua primeira parte, dedicada ao “ver” — mostram o sentido profundo da vivência ministerial e do desdobramento de vocações específicas. Sua razão de ser é a missão: discernir a realidade com a intenção de transformá-la.

Mas todos os ministérios na Igreja deverão ser vividos com a atitude de serviço própria do seguidor de Jesus. A V Conferência convida os bispos a viver sua vocação em conformidade com o coração do Bom Pastor (n. 186), promovendo a caridade e santidade dos fiéis (n. 187). Devem apresentar ao mundo um rosto de uma Igreja que acolhe a todos (n. 187), especialmente os mais pobres (n. 189). O *Documento* convida os presbíteros a uma formação qualificada (nn. 191, 200) para que, conhecendo a cultura atual, possam semear nela a

semente do Evangelho (n. 194). Devem ser homens de oração, cultivando relações fraternas com seus irmãos presbíteros, os bispos e os(as) leigos(as). Seu ministério é radicalmente comunitário, “tarefa coletiva” (n. 195). À imagem do Bom Pastor, também eles deverão ser homens de misericórdia, próximos do povo (n. 198), comprometidos com a defesa dos mais fracos e promotores da cultura da solidariedade (n. 199).

O ministério ordenado não pode ser desligado do sacerdócio comum dos fiéis. A riqueza dos ministérios leigos deve desdobrar-se com mais força neste momento da Igreja da América Latina e do Caribe. O *Documento* faz uma conclamação aos párocos para que multipliquem os serviços e ministérios de maneira que propiciem uma renovação autêntica e respondam aos múltiplos desafios da realidade (n. 202).

Os diáconos permanentes devem viver com mais empenho seu discipulado missionário a partir do ministério recebido, colaborando ativamente no serviço da Palavra, da caridade e da liturgia, acompanhando a formação de novas comunidades eclesiais, especialmente nos lugares onde não se conta com pessoas dedicadas à ação evangelizadora (n. 205). A formação também é um requisito indispensável para uma vivência mais audaz desse ministério que se insere no serviço aos mais necessitados (n. 207).

Ser discípulo missionário do Senhor Jesus também implica uma renovação profunda na vida laica. Leigos e leigas não podem continuar sendo membros de segunda categoria, considerados alheios a uma co-responsabilidade eclesial e sem contar com um desenvolvimento adequado de sua vocação específica. É preciso viver a vocação laica com a radicalidade do discipulado e do compromisso missionário. A formação é fundamental para conseguir esse protagonismo: “Sólida formação doutrinal, pastoral, espiritual” (n. 212). Em consequência, o(a) leigo(a) será capaz de viver seu serviço eclesial e seu compromisso social a partir do horizonte do discipulado missionário. Os discípulos de Jesus devem viver em todos os âmbitos de sua existência a vocação para a qual

estão chamados, evitando os perigos de um “clericalismo” quando da prestação de serviços eclesiais ou de um “secularismo” na vida social das pessoas que se dizem cristãs.

Não é apenas por causa da necessidade atual da Igreja da América Latina e do Caribe de anunciar Cristo e renovar sua vivência cristã que leigos e leigas estão chamados a participar da missão evangelizadora. Esta é inerente à sua vocação para o discipulado e para a sua participação no sacerdócio de Cristo. Eles e elas estão chamados a ser profetas que anunciam a Boa-Notícia do Reino a seus contemporâneos, a ser mediadores entre Deus e toda a realidade em que vivem, comprometidos com o desenvolvimento da criação, que também está chamada para a comunhão de todos, todas e tudo em Cristo (cf. Ef 1,22).

Não é sem razão que o *Documento de Aparecida* recorda os pastores da urgência de que tenham “maior abertura de mentalidade para que entendam e acolham o ‘ser’ e o ‘fazer’ do leigo na Igreja” (n. 213). Não basta tomar consciência do protagonismo dos leigos. É necessário renovar as estruturas eclesiais para que esse protagonismo possa tornar-se realidade, “que o leigo seja levado em consideração com espírito de comunhão e participação” (n. 213).

Neste ponto a mulher merece uma menção especial. Ninguém desconhece a marginalização que ela tem sofrido na sociedade e na Igreja. O protagonismo laico também precisa assumir essa situação de subordinação sofrida pela mulher para que ela seja superada e a mulher seja considerada plenamente discípula e missionária de Jesus. De fato, as mulheres sempre foram membros ativos da vida eclesial, mas sua atuação esteve limitada a papéis de serviço, muitas vezes não reconhecidos, e esteve ausente nas instâncias de decisão eclesial. É muito importante que, nesta hora da Igreja, os conselhos paroquiais, diocesanos e nacionais se enriqueçam com a presença feminina e sua inestimável contribuição.

Um aspecto a ressaltar é a articulação feita pelo *Documento* entre a construção da cidadania e a construção da

eclesialidade num único movimento (n. 215). O discipulado deve levar a esse crescimento integral como pessoas, como cristãos e como cidadãos.

Os integrantes das ordens religiosas femininas e masculinas, em sua condição de consagrados, de seguidores do mesmo estilo de vida assumido por Cristo em sua existência histórica, estão chamados a dar testemunho da entrega de toda a vida a serviço da missão (n. 216). Deve-se destacar o reconhecimento, por parte do *Documento*, do compromisso que a vida religiosa tem tido com os mais pobres neste continente desde o início da evangelização. A riqueza de seus carismas tem representado uma oportunidade inestimável para evangelizar, chegando à pluralidade de situações e à diversidade de pessoas que estão chamadas a acolher a Boa-Nova. O testemunho da fraternidade, sinal inequívoco de comunhão eclesial, é um convite convincente para “outro mundo possível” (cf. n. 224), baseado em relações de justiça e equidade que tornem realidade, neste solo latino-americano, uma sociedade mais justa e fraterna (n. 217).

Essa pluralidade de vocações se realiza nos diferentes ministérios que tornam possível a ação evangelizadora da Igreja em todas as suas dimensões: liturgia, catequese, diversas pastorais etc. Mas é importante destacar o ministério teológico como garante de um crescimento integral na fé em cada tempo presente. A teologia, como “mediação entre a experiência religiosa e cada cultura particular”, permite sistematizar a fé vivida e atualizá-la diante dos desafios atuais. Ela contribui para buscar significados e expressões em consonância com o sentir dos homens e das mulheres de hoje. Ajuda a discernir, no pluralismo reinante, os aspectos da fé que devem ser articulados com as demais religiões.

Esse ministério teológico foi exercido gratuitamente na V Conferência. Um grupo de teólogos(as) do continente compartilhou seu tempo, seus conhecimentos, sonhos e projetos com os participantes da Conferência, oferecendo sua assessoria desinteressada e oportuna. Mas seu ministério ultrapasa-

sa esse espaço. Persiste o desafio de continuar articulando o Magistério e a teologia para que a vida eclesial dê seus melhores frutos, e não de qualquer maneira. O próprio *Documento de Aparecida* diz, referindo-se à teologia, que “hoje em dia as fronteiras traçadas entre as ciências se desvanecem. Com este modo de compreender o diálogo, sugere-se a idéia de que nenhum conhecimento é completamente autônomo. Esta situação abre um terreno de oportunidades à teologia para interagir com as ciências sociais” (n. 124). Portanto, neste tempo pós-Aparecida, o papel do ministério teológico é indispensável.

Na verdade, a V Conferência começa agora. Todos e todas na Igreja fomos chamados a viver um discipulado missionário que renove a Igreja, tornando-a viva, digna de crédito e significativa para os tempos atuais. A vitalidade ministerial e o desenvolvimento das vocações específicas contribuirão decisivamente nessa tarefa. Somos responsáveis por levá-la a cabo como exigência de fidelidade à fé que professamos.



Uma espiritualidade para um despertar missionário

José María Arnaiz
(Chile)

Para iniciar etapas importantes da história da Igreja, partiu-se de uma grande intuição e reflexão teológica. Esta, quando adquire um nível especial de maturação, transforma-se em proposta de espiritualidade, em caminho espiritual. Em um terceiro tempo, esses homens e mulheres do espírito lideram e encarnam um projeto pastoral que implica uma proposta sociopolítica e cultural. A novidade da reflexão teológica nasce da volta às fontes bíblicas ou patrísticas e, também, da provocação que se recebe dos desafios socioculturais ou religiosos que lhe apresenta a sociedade ou que lhe oferece a própria Igreja.

Uma espiritualidade libertadora

Esses passos foram dados no processo seguido com a proposição forte e consistente do Concílio Vaticano II. Seu *aggiornamento* teológico acabou por colocar as pessoas de joelhos, à escuta do Espírito e dos sinais dos tempos, e as levou a buscar e elaborar um caminho espiritual que implicasse dar vida às novas reflexões sobre a Igreja, a Bíblia, o mundo, os ministérios, o diálogo ecumênico e inter-religioso. Assim, pouco a pouco foi tomando forma a espiritualidade conciliar.

Idêntica foi a trajetória percorrida pela semente que se plantou na Igreja com a chegada da teologia da libertação na década de 1960. Teve de passar tempo até que aparecesse o estupendo caminho de vida cristã que G. Gutiérrez apresenta em *Beber do próprio poço*. A essa espiritualidade libertadora não faltam metas e objetivos, meios e práticas, mestres e discípulos, escola e vida. Ela se traduzirá em uma leitura orante da Bíblia (*Documento de Aparecida – DA*, n. 179), em uma ênfase na experiência profunda de Deus, nas expressões da religiosidade popular ou em relação com Maria, que se manifesta na peregrinação para visitar seus santuários, nas festas, em uma oração que é compromisso com a vida, em uma preparação para o martírio, em uma fé que atua pela caridade e exige justiça, em uma mescla de mística e profecia, ambas inseparáveis e imprescindíveis, em uma vida comunitária que forma e prepara e implica a missão (*DA*, n. 259).

Não há dúvida de que a teologia da libertação nos leva a entrar em um caminho, em um processo que implica transformação. Implica que nos libertemos “de” tudo que nos oprime para que, em nossas vidas, haja mística, motivação interior, iluminação e força do Espírito. Pede purificação e capacidade de viver da verdade que nos torna livres. Exige libertar-nos do poder, do ter, do desfrutar desproporcionados. Libertamo-nos para amar e praticar a justiça.

Conseguimos isso “por” Jesus, que viveu e ofereceu uma prática, uma experiência de comunhão com o Pai e com o pobre (Lc 4,18) que ajuda e acompanha neste processo para que nele e por ele todos sejamos libertados, purificados para ter vida em abundância (Jo 10,10) e defendamos a vida ameaçada. Por sua graça, que é presença e ação misteriosa, podemos nascer e morrer, sair da opressão e entrar em comunhão; tudo podemos por aquele que nos fortalece (Fl 4,13).

Fazemos e levamos a cabo esse caminho “com” os outros; com os outros membros de nossa comunidade, com os pobres, com os que vivem em conflito e na dor e querem mudar a situação, conseguir a liberdade e superar a exclusão.

Os outros são companheiros da caminhada libertadora. A espiritualidade libertadora é uma espiritualidade de comunhão (DA, nn. 203, 307, 368), e de uma comunhão ampla e generosa que o *Documento* chama “espiritualidade de massas” (DA, n. 261) ou espiritualidade popular (DA, n. 263). Bem podemos dizer que assim se vai da espiritualidade aos pobres e dos pobres à espiritualidade.

Estamos nesse caminho “para” que a outra sociedade, a outra Igreja, a outra forma de vida seja alimentar a esperança. A espiritualidade libertadora é uma espiritualidade missionária, de presença, de fermento, de transformação (DA, n. 203), e isso “no vasto mundo da política, da realidade social e da economia, como também da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e de outras realidades abertas à evangelização” (*Evangelii nuntiandi*, n. 70) (DA, n. 283). Em uma só palavra, a espiritualidade libertadora é uma espiritualidade de serviço (DA, n. 412).

Ela visa a tornar realidade uma libertação que termine em uma comunhão e desemboque em uma forma de vida integral, pois implica a dimensão humana, econômica, política, cultural, social, religiosa. Desse processo brota algo novo, uma mulher e um homem novo, uma sociedade e uma Igreja diferente (Fl 2,15-16). Ele nos coloca em tom apocalíptico, de recriação. Buscamos o novo a partir do novo; recriamos nossas vidas, as de nossos povos e da Igreja. Para isso, devemos deixar de fazer algumas coisas que fazíamos e começar a fazer outras que não realizávamos.

Aí temos, condensados, os grandes elementos desta corrente espiritual libertadora e que é mais do que libertadora, mas começa por tornar pessoas consistentes, livres e libertadas e, naturalmente, libertadoras. *É seguimento de Jesus e é mais do que seguimento de Jesus; é tudo graça e tudo fruto do amor de Deus que nos ama; está feita à medida do que é mais autenticamente humano.* É comunitária, mas não nos deixa na comunidade; envia-nos, compromete-nos, leva-nos a uma opção clara pelos pobres. Pela comunidade nos

libertamos, e o fruto dessa libertação se lê no rosto do pobre. Ela visa a tornar possível a fraternidade e também a que, juntos, em grupo, em comunidade, resistamos à opressão e proclamemos que Deus está presente em nosso meio como Senhor da história. Somente *com* e *por* esta comunhão pode-se tornar possível a vitória dos vencidos; pode-se, também, tomar consciência da ânsia de comunhão e participação que há em nossos povos e lutar para que ela tenha uma resposta. Tal espiritualidade desperta o sentimento filial e fraterno que, às vezes, dorme em nós. É profundamente sapiencial e profundamente ligada à mística profética enraizada na vida do povo pobre e amante de sua história, da terra, da criação. Nessa espiritualidade contam muito a comunhão fraterna, o partir do pão, as orações e o testemunho comunitário, o serviço, a ação transformadora, a denúncia e o anúncio.

Tal espiritualidade torna-nos criativos, renova-nos por dentro, leva-nos a renascer, a recriar, a mudar o ambiente, as pessoas e as estruturas. Tudo isso é possível e necessário para que o mundo novo seja distinto e a justiça venha. Para isso, é preciso juntar cultura e religião, fé e vida, Bíblia e realidade: é preciso fazer um caminho. Essa espiritualidade é dinâmica e integradora; não esquece o conflito e a violência, a luta pela justiça e suas violações constantes. Mas essa mesma espiritualidade sustenta os que crêem que outro mundo, outra sociedade, outra Igreja é possível, porque Cristo passou da morte para a vida. Seguimos um condenado à morte que foi ressuscitado. Essa é nossa fé. E para isso ela oferece um caminho. Em uma só palavra, *essa espiritualidade é cristã, comunitária, missionária, pascal e profética*. Quem segue esse caminho verifica que ela é uma espiritualidade *sã, vigorosa e sólida* (DA, nn. 309 e 316).

É esta a espiritualidade de Aparecida?

Não há dúvida que Aparecida gira em torno de uma dupla preocupação: que no continente e no Caribe haja mais vida e que essa vida seja mais cristã. Que haja muitos discípulos missionários que tenham vida e a contagem. Necessita-se

de grandes missionári@s que saiam à rua e, movidos e animados por essa espiritualidade, transmitam a alegria de crer em Jesus e realmente evangelizem convertendo. São muitos os cristãos que não foram evangelizados, que não se encontraram com Jesus nem viveram o momento querigmático que implica o anúncio e encontro com Jesus ressuscitado que leva a viver para amar.

A descrição da missão, do despertar missionário, do projeto pastoral, da conversão eclesial é a prioridade de Aparecida. Qual é a teologia que subjaz a essa proposta? *Dela apenas se encontram alguns vislumbres.*¹ Portanto, somente haverá vislumbres da espiritualidade. No *Documento de Aparecida* não há uma seção explícita para responder a esta pergunta. Contudo, é um fato que os bispos, quando escreviam o *Documento*, não esqueceram os milhares de romeiros que os acompanhavam nas celebrações litúrgicas, que encontravam na subida ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida e em cujos rostos e gestos descobriam grandes crentes, que viam na oração silenciosa diante de Aparecida e na Tenda dos Mártires. O rosto negro e feminino de nossa Senhora Aparecida está na origem de muitos dos parágrafos do *Documento de Aparecida* e talvez dos mais interpeladores, os cantos repletos de força libertadora e de alegria (nn. 266-272). O contexto de fé e esperança do povo que ocorreu à Aparecida influenciou muito no texto. E bem poderíamos dizer que o pretexto foi uma mulher que sabe da primazia de Deus e de uma história que se resume na alegria dos humildes e na humilhação final dos poderosos. Maria de Aparecida, mulher, pequena, negra, atenta, pobre, inspirou muitas das intuições sobre a espiritualidade missionária. Para falar dessa espiritualidade, é preciso falar de Maria.² O discípulo missionário tem de encontrar o

¹ Contudo podemos afirmar que várias das afirmações-chave feitas no *Documento de Aparecida* só podem ser entendidas a partir da teologia da libertação.

² “Nossa Mãe querida, desde o Santuário de Guadalupe, faz sentir a seus filhos menores que estão na dobra de seu manto. Agora, desde Aparecida, convida-os a lançar as redes ao mundo, para tirar do anonimato aqueles que estão submersos no esquecimento e aproximá-los da luz da fé. Ela, reunindo os filhos, integra nossos povos ao redor de Jesus Cristo” (DA, n. 265).

caminho para ser como ela, para poder mostrar e contagiar Jesus, fruto bendito de seu ventre.

Falta no texto a explicitação de uma eclesiologia como muitos teriam desejado. O mesmo acontece com a cristologia. Isso corresponde às diferentes sensibilidades ou formações dos participantes. Alguns sonhavam com uma Igreja circular, inclusiva e Povo de Deus, de comunhão. Comunhão que se traduz e se reflete em estruturas de participação e em atitudes de comunhão e um espírito de entrega da vida. Mas não faltavam os que queriam uma Igreja mais auto-referente e hierárquica. O próprio *Documento* lamenta essas situações.³ Uma Igreja de comunhão nasce de uma eclesiologia e de uma espiritualidade de comunhão que os bispos e todos os crentes devem cultivar (*DA*, n. 181). Não podemos esquecer que a teologia brota do impulso da verdade que tende a comunicar-se e do amor que deseja conhecer cada vez mais aquele que ama, no caso, Jesus. No *Documento*, porém, Jesus não é o fio condutor. Por isso temos intuições da espiritualidade, mas não uma elaboração consistente dela. Contudo mais significativo do *Documento de Aparecida* é que nos permite afirmar que contamos com os elementos de uma espiritualidade missionária e não faltam os de uma espiritualidade libertadora. Eles necessitam de uma melhor elaboração para marcar as vidas dos discípulos missionários. É a tarefa do pós-Aparecida.

Os grandes acentos de Aparecida: uma espiritualidade missionária

A palavra “espiritualidade” aparece 32 vezes no *Documento de Aparecida*. São poucas. Ela se repete de uma maneira especial no capítulo VI: “O caminho de formação dos discípulos missionários”. O conjunto desse capítulo nos confirma que o aspecto mais característico da espiritualidade de Apare-

³ “Lamentamos [...] algumas tentativas de voltar a um certo tipo de eclesiologia e espiritualidade contrárias à renovação do Concílio Vaticano II [...]” (*DA*, n. 100 b).

*cida é sua dimensão missionária.*⁴ Descreve-se a espiritualidade do discípulo missionário que é chamado a fazer com que a vida de Cristo seja a vida de nossos povos (terceira parte). O acontecimento Jesus está, portanto, no início do sujeito novo que surge na história e que chamamos de discípulo: “[...] não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande idéia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva.”⁵ Isso é justamente o que todos os Evangelhos nos conservaram como o início do cristianismo: um encontro na fé com a pessoa de Jesus (cf. Jo 1,35-39) (DA, n. 243). Com esse encontro têm início os processos de conversão, comunhão e solidariedade.

O *Documento* assinala os lugares onde se encontra Jesus para poder iniciar esse caminho: a Igreja, a Palavra de Deus, a celebração litúrgica, o sacramento do perdão, a comunidade e “de modo especial os pobres, aflitos e enfermos” (DA, nn. 246-257). Ele dedica uma seção para descrever a piedade popular como espaço de encontro com Jesus. Seguindo a reflexão do papa, reconhece-se que a religiosidade popular é uma realidade rica e profunda e as expressões dela muito variadas e acertadas, pois chegam a penetrar a existência do crente e o tornam um homem do Espírito (DA, n. 261). Retoma as mais profundas vibrações da América Latina (DA, n. 264).

Outra consequência do encontro com Jesus Cristo, que entregou sua vida e ressuscitou, é estar disposto a acolhê-lo em outros encontros, tal como aparece na experiência dos discípulos de Emaús: ir lado a lado no caminho da vida (Lc 24,15), nas Escrituras (vv. 25-27), na hospitalidade ao necessitado (v. 29) e no partir do pão (vv. 30-31). Em outras palavras,

⁴ “É necessário formar os discípulos numa espiritualidade da ação missionária, que se baseia na docilidade ao impulso do Espírito, à sua potência de vida que mobiliza e transfigura todas as dimensões da existência. Não é uma experiência que se limita aos espaços privados da devoção, mas que procura penetrá-los completamente com seu fogo e sua vida. O discípulo e missionário, movido pelo estímulo e ardor que provêm do Espírito, aprende a expressá-lo no trabalho, no diálogo, no serviço e na missão cotidiana” (DA, n. 284).

⁵ *Deus caristas est*, n. 1.

existem quatro lugares onde podemos encontrar o Cristo inteiro: no caminho cotidiano da vida, sobretudo em seus momentos de incerteza; nas Escrituras, que iluminam nosso caminhar; na hospitalidade à pessoa que necessita de acolhida; e na memória dos motivos pelos quais ele entregou sua vida, que se expressa principalmente na Eucaristia.

A iniciação em uma espiritualidade é levada a cabo pelas mestras, os que já são discípulos missionários. Entre eles se apresenta Maria, e se descreve com muito acerto seu trabalho formador (DA, nn. 266-272).⁶ Mestres são, também, os apóstolos e os santos e santas e, sobretudo, os grandes missionários de ontem e de hoje.

Para iniciar na espiritualidade, estabeleceram-se e propuseram-se, sobretudo nos últimos anos, caminhos, ou seja, processos. Chegou-se à conclusão de que não basta o acontecimento isolado: faz-se necessária uma cadeia. Somente se viver esta caminhada o cristão se transforma em missionário. O processo começa quando se provoca a vontade de fazê-lo e se despertam aspirações profundas. Como bem dizem os Padres, os Magos não viram a estrela e se puseram a caminho; puseram-se a caminho e viram a estrela.

Esse caminho tem etapas e/ou dimensões: o encontro com Jesus Cristo, a conversão, o discipulado, a comunhão e a missão. Essas etapas poderiam ter sido analisadas melhor. Na prática, parece que foram tomadas de algum dos movimentos eclesiais e nelas falta toda a importância e relevo que devem ter o contato com a realidade purificadora e desafiante, o compromisso transformador, a própria Palavra de Deus e a intuição mística que não pode faltar no ponto de partida e no

⁶ “Com os olhos postos em seus filhos e em suas necessidades, como em Caná da Galiléia, Maria ajuda a manter vivas as atitudes de atenção, de serviço, de entrega e de gratuidade que devem distinguir os discípulos de seu Filho. Indica, além do mais, qual é a pedagogia para que os pobres, em cada comunidade cristã, ‘sintam-se como em casa’. Cria comunhão e educa para um estilo de vida compartilhada e solidária, em fraternidade, na atenção e acolhida do outro, especialmente se é pobre ou necessitado. Em nossas comunidades, sua forte presença tem enriquecido e continuará enriquecendo a dimensão materna da Igreja e sua atitude acolhedora, que a converte em ‘casa e escola da comunhão’ e em espaço espiritual que prepara para a missão” (DA, n. 272).

de chegada. No entanto, na lógica da Conferência cabe a percepção de que se deve iniciar em uma espiritualidade para a missão e em uma missão que nos torne homens e mulheres do Espírito.⁷

No *Documento de Aparecida*, assinalam-se os critérios para iniciar-se nessa espiritualidade. Tem de ser uma iniciação querigmática: o querigma não é uma etapa, é o fio condutor do processo (DA, n. 278 a); integradora de dimensões diversas; respeitosa dos tempos, dos ritmos, da gradualidade; acompanhada, orientada pela ação missionária. A espiritualidade que se está propondo não nos encerra em uma intimidade cômoda; converte-nos em pessoas generosas e criativas, felizes no anúncio e no serviço missionário (DA, n. 285).

Nesse capítulo, o mais longo de todo o *Documento*, há uma seção que bem poderia intitular-se “Lugares para a iniciação na espiritualidade missionária”, mas se intitula, de fato, “Lugares de formação para os discípulos missionários”. Nele dever-se-iam apresentar “as escolas e lares” de espiritualidade missionária. Porém, de fato, fala-se de tudo. Ele é muito disperso, e não responde à interessante pergunta. São “escolas e lares” de formação as famílias, as paróquias, as CEBs, as pequenas comunidades eclesiais, os movimentos eclesiais, os seminários e casas de formação e os centros educacionais. A vida consagrada tem uma longa tradição de espiritualidade profunda e de saber iniciar nela. O texto reconhece isso (n. 220), mas está pouco contrastado e inspirado com a riqueza e variedade dessa experiência.

Depois de analisar o *Documento de Aparecida*, podemos dizer que a espiritualidade missionária parte da Trindade, que é a fonte da água viva e se esparrama como o amor. Nela

⁷ “A missão: o discípulo, à medida que conhece e ama o seu Senhor, experimenta a necessidade de compartilhar com outros a sua alegria de ser enviado, de ir ao mundo para anunciar Jesus Cristo, morto e ressuscitado, e tornar realidade o amor e o serviço na pessoa dos mais necessitados, em uma palavra, a construir o Reino de Deus. A missão é inseparável do discipulado, o qual não deve ser entendido como etapa posterior à formação, ainda que esta seja realizada de diversas maneiras de acordo com a própria vocação e com o momento da maturidade humana e cristã em que se encontre a pessoa” (DA, n. 278 e).

está a fonte desta vida no Espírito (nn. 240-242). O momento culminante tem lugar com o encontro com Jesus, que define tudo: Esse encontro é ponto de partida de um processo de seguimento de Jesus.

Para acrescentar e para continuar refletindo e vivendo a espiritualidade missionária

Jesus, a quem seguimos, inspira nossa espiritualidade

“Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que nossos povos nele tenham vida.”

O lema da V Conferência se tornou, para muitos, um chamado do Espírito às Igrejas do continente para um despertar missionário. Ele abre uma oportunidade providencial para renovar-se profundamente na fidelidade às origens e na proximidade às maiorias abandonadas. Assim, parte-se bem no caminho de uma espiritualidade missionária.

Essa espiritualidade necessita de uma insistência maior que a do *Documento de Aparecida*, em que o cristão de nossos dias deve encontrar seu fundamento, inspiração e norma permanente na comunidade de Jesus com seus discípu@s em sua vida e ministério histórico. Aí se nos apresenta o horizonte para a espiritualidade dos discípulos missionários. No documento, tal horizonte está apenas sugerido. O discípulo missionário que tem de percorrer os caminhos da América deve assumir os traços do missionário do Pai, destacados pelos Evangelhos:

- Este Jesus de Nazaré, “o filho do carpinteiro”, solidário com os pobres e marginalizados.
- Aquele que, em meio ao seu povo tão desigual e segregado, é um camponês da marginal Galiléia, longe dos ricos proprietários ou comerciantes e dos sacerdotes do templo, que não se tornou mestre da lei nem ingressou em um grupo religioso, como os fariseus.

- Jesus, o profeta popular da Galiléia a caminho de Jerusalém, errante e indefeso, mas “ungido” e guiado pelo Espírito de Deus.
- Com sua prática tão livre de curar e libertar, de perdoar e reunir, de ensinar e propor, semeando dignidade e esperança. Por causa dessa prática, logo entra em conflito com os poderosos.
- Com sua profunda sintonia e comoção diante da multidão abandonada e sua atenção delicada a cada uma das pessoas sofredoras que acodem a ele ou que ele encontra em seu caminho.
- Sempre mais comovido pelo sofrimento do que pelo pecado, mais preocupado com a vida e a convivência humana do que com as normas do culto e da pureza, especialmente ali onde a vida está mais ameaçada: pela miséria ou pela doença, pelo desprezo ou pela exclusão.
- Com o alegre anúncio da justiça do Reinado de Deus que chega.
- Com seu testemunho, através de tudo isso, do amor afetoso desse Deus e Pai.
- Testemunho do Filho que como ninguém conhece o Pai, vive de uma profunda comunhão com ele e que, por isso, em sua sintonia, compartilha com os pobres e com os pecadores: “Louvo-te, Pai... porque escondeste estas coisas dos sábios e entendidos e as revelaste aos simples”.
- Missão e destino do Messias-Servidor, como a figura profética cantada no segundo livro de Isaías, entre-gue até o extremo, e que por essa via trará salvação a seu povo oprimido e se tornará “luz dos povos”.
- Testemunha e anunciador de uma Boa-Nova, de um Evangelho que o leva a percorrer caminhos, participar de banquetes, interpelar as pessoas e falar-lhes com exemplos da vida cotidiana.

O seguimento de Jesus, fio condutor da espiritualidade missionária

O que nos torna cristãos não é a aceitação de uma doutrina que nos deslumbra a mente, mas o seguimento de Jesus Cristo, que como pessoa nos conquistou o coração e nos converteu. O que nos torna seus discípulos é ir atrás dos passos do filho do carpinteiro, em quem vemos o Verbo de Deus feito carne. Ele é que nos cativou e deu a capacidade de deixar tudo para segui-lo como o fizeram seus primeiros discípulos e discípulas.

Nas bem-aventuranças (Mt 5,1-2), o próprio Jesus nos explica quem são e como as pessoas se tornam verdadeiros discípulos seus, acolhendo com sinceridade a Boa-Nova do Reino de Deus, que conduz à vida em abundância e acaba com os projetos de morte que imperam no mundo. O Reino consiste nesse “grande dom de Deus que é a libertação de tudo aquilo que oprime o ser humano, e que é libertação sobretudo do pecado e do Maligno, na alegria de conhecer a Deus e de ser por ele conhecido, de o ver e de entregar-se a ele” (Paulo VI, *Evangelii nuntiandi*, n. 9).

A própria solidariedade *dos* pobres e *com* os pobres nos impulsiona a lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.

A vida cristã não se expressa somente nas virtudes pessoais, mas também nas virtudes sociais e políticas. [...] Neste contexto é inevitável falar do problema das estruturas, sobretudo das que criam injustiça. Na verdade, as estruturas justas são uma condição sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade (Bento XVI, *Discurso 1* da V Conferência, nn. 3 e 4). Tudo isso está incluído na espiritualidade do discípulo missionário.

Implicações do seguimento de Jesus para uma espiritualidade missionária

Jesus é germen e primícias de um Reino inaugurado por ele, mas que será edificado por toda a humanidade até a con-

sumação dos séculos. Como “fermento na massa” ou como “luz do mundo”, chama, forma e constitui uma comunidade de discípulos. Põe sua missão nas mãos deles.

O discipulado se refere ao Mestre e à missão a continuidade de sua obra. Jesus-discípulo-missão formam um trinômio indissociável. Da mesma forma que, no seio da economia trinitária, não há Cristo sem Jesus histórico, tampouco há missão implícita e explicitamente cristã que não seja continuidade da obra de Jesus, na atualidade, sob o dinamismo do Espírito.

Estar e caminhar com ele

Na missão pública de Jesus de Nazaré, o discipulado aparece, sobretudo, como o resultado de um chamado a vincular-se a *alguém* e à sua obra, inaugurada no seio de Israel, mas aberta a toda a humanidade. Jesus chamou seus discípulos para que “estivessem com ele” (Mc 3,14), para que, estando com ele, assumissem o que ele fazia e ensinava. Junta-os para enviá-los, não para que permaneçam com ele (Mc 1,14-15.22).

Para os Evangelhos, não é suficiente opor-se ao mal. É indispensável fazê-lo por alguém que experimenta a misericórdia de Deus e opta pela busca e acolhida dos mais extraviosados e desprotegidos (Mc 2,1.28). Jesus não veio para ser servido, mas para servir. Por isso chama tendo presente a urgência de o discípulo servir aos outros. Na medida em que o discípulo se torna servidor de seus semelhantes é que se torna seguidor de Jesus.

Um novo projeto de vida

Estar com ele é o primeiro passo para ser capaz de optar por um novo projeto de vida. Jesus não é um mestre como na tradição rabínica, na qual a missão do discípulo era imitar o rabino. Pelo contrário, Jesus chama discípulos para que o sigam. Os discípulos judeus escolhiam o mestre, Jesus escolhe

seus seguidores. A rigor, Jesus não é mestre, e os chamados não são discípulos, mas seguidores e companheiros. A missão de Jesus, ao contrário da tarefa dos rabinos, não foi explicar a *Torá*, mas persuadir as pessoas a abraçar outro projeto de vida (o Reino de Deus). Ele não procurou formar um grupo, mas uma comunidade que vivesse de tal modo que Deus reinasse entre eles. O Reino de Deus foi a aposta de Jesus.

Perfil do missionário

O fruto de uma espiritualidade vivida é uma pessoa nova que testemunha tal espiritualidade. Em nosso caso, um missionário que sabe por que evangeliza, o que fazer para consegui-lo, a quem dirigir sua palavra e acompanhar com sua presença. Esse missionário encarna um determinado perfil, uma maneira de proceder e de ser; de falar e de escutar, de curar e assumir sua fraqueza, de olhar a realidade e de agir sobre ela. Em nossos dias, busca-se missionários diferentes. Somente eles transmitirão vida abundante e fecunda. Como será o jeito de ser desse missionário? O *Documento de Aparecida* nos põe a caminho para estabelecer esse perfil, porém, uma vez mais, deixa-nos a meio caminho. O perfil do missionário novo é dado pela necessidade de intensificar a experiência de fé e de lutar contra a pobreza e a exclusão e se chama *audácia, lucidez, fidelidade criativa e caridade pastoral*.

Esse missionário tem de ser livre, libertado e libertador. Isso não é pouco. Essa liberdade *grande* tem de deixá-lo com a força da *audácia* apostólica (DA, nn. 251, 273, 553) e se perceberá no anúncio e na ação missionária (DA, n. 549). Emprega valentia e coragem para vencer e superar o difícil e até o impossível. A audácia é moeda de dois lados: a mística e a profecia. Move, põe o “espinho na carne”. Os grandes missionários da América Latina e do Caribe, nos momentos de mais vitalidade e de mais clara consciência de sua tarefa, fizeram uma opção pela audácia que se tornou um ministério da compaixão, do consolo, da misericórdia, da hospitalidade e

da gratuidade. Isso foi sua característica, o *sal* que dá o sabor e nos permite comer o alimento que nos torna audazes.

O missionário terá mente desperta para ver e julgar com *lucidez*. Isso pressupõe capacidade para olhar longe e ver o profundo e o novo. Toda espiritualidade sã e significativa parte de um ver a realidade, para transformar a intuição em convicção, a motivação em força e em proposta. As razões para crer, se são convicções, fazem amar o que se crê e esperar o que se ama. A *luz* vem de Jesus. Para ser missionário como Jesus é preciso fazer o que ele fez e deixar que o Evangelho seja a norma de nossa missão.

Audácia e *fidelidade* andam juntas. Convém que andem juntas.⁸ Assim elas aparecem em um dos parágrafos mais inspirados de todo o *Documento de Aparecida*. Em Aparecida, a fidelidade esteve mais presente do que a audácia. É mais mencionada e é vista como mais importante. Pede-se fidelidade ao Evangelho, à missão, à Igreja, ao Espírito Santo, ao Mestre (DA, nn. 139, 181, 257, 367, 372). Observa-se também que essa fidelidade falta na Igreja (DA, n. 100). Quando trabalhamos por um presente que tenha futuro, vivemos a fidelidade verdadeira e, quando não renunciamos a um futuro que esteja ancorado no presente, exercitamo-nos na audácia. O missionário terá asas, mas não lhe faltarão *raízes*. É muito freqüente que faltem as raízes em nossa experiência de fé. A missão exige, portanto, que voltemos a beber nas fontes mais puras do Evangelho e da tradição latino-americana. Não há dúvida de que somos desafiados, no começo do novo milênio, a recuperar o específico, o próprio.

Para as boas relações humanas e para que se coloque amor no que se anuncia e, sobretudo, a quem se anuncia, não deve faltar a *caridade pastoral*. Todo missionário necessi-

⁸ "A Igreja é chamada a repensar profundamente e a relançar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais. Ela não pode fechar-se diante daqueles que só vêem confusão, perigo e ameaças ou àqueles que pretendem cobrir a variedade e complexidade das situações com uma capa de ideologias gastas ou de agressões irresponsáveis. Trata-se de confirmar, renovar e revitalizar a novidade do Evangelho arraigada em nossa história, a partir de um encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo, que desperte discípulos e missionários" (DA, n. 11).

ta dessa caridade, e ela não é exclusiva do presbítero, como leva a pensar o *Documento de Aparecida* (nn. 195-199). O bom missionário é um bom samaritano. Ama a todos e com mais intensidade os que são menos queridos. Põe amizade e carinho, ternura e compaixão em sua tarefa. Sabe que a imaginação da caridade tem de animá-lo. Sua tarefa é dar amor e receber amor. Quem está animado por essa caridade, é movido pela alegria pascal, da qual nascem a paixão e a compaixão (DA, nn. 27-28). O fogo é o símbolo desse amor. O convite repetido na Bíblia de ser fogo corresponde bem a esse aspecto do missionário relançado à tarefa. O fogo tem de chegar a uma determinada intensidade para fazer ferver a água. É o que acontece, às vezes, na missão: realizamo-la sem o grau de entusiasmo necessário para conseguir acender a fé dos demais.

Para muita gente, Aparecida foi uma surpresa do Espírito. O pós-Aparecida deve continuar sendo. Escutemos o poeta: “Despertar cantores; acabem os ecos, comecem as vozes”. Unamuno dizia que a oitava obra de misericórdia é “despertar quem dorme” e desvelar a aurora. Passemos para a vida, e que já se vejam @s nov@s missionári@s pelas ruas, fazendo gestos que interpelem e dizendo palavras de vida.



Liturgias, celebrações e Eucaristia

Vera Ivanise Bombonato
(Brasil)

O santuário mariano de Aparecida é, sem dúvida alguma, um lugar onde o povo realimenta sua fé, fortalece a esperança para continuar, com amor e dedicação, o caminho de seguimento de Jesus. Durante a V Conferência, as celebrações eucarísticas, adequadamente preparadas e animadas, chamaram a atenção não só dos participantes, mas de todos os que acompanharam as transmissões por meio da mídia. A presença, a participação e a oração dos romeiros foram significativas. Na casa de Maria, discípula-missionária de seu Filho Jesus, como costumam fazer, eles agradeceram os dons recebidos e imploraram as bênçãos de Deus para si e para seus familiares.

Todas as manhãs, na basílica mariana, os participantes da V Conferência iniciavam o dia celebrando, na Eucaristia, o mistério pascal de Cristo, morto e ressuscitado, implorando as luzes do Espírito para seus trabalhos. As celebrações litúrgicas foram o ponto alto, pois congregaram os participantes, vindos de todos os países da América Latina e do Caribe, na busca de caminhos novos para a vivência da fé cristã em nosso continente, neste momento histórico de profundas e rápidas transformações que atingem a vida do povo.

Nesse contexto mariano, celebrativo e eucarístico, foi gestado, no coração dos participantes, o *Documento de Apa-*

recida, que orientará a vida e a missão da Igreja latino-americana e caribenha nos próximos anos. Assim, no espírito de *Aparecida*, que ultrapassa os limites de um escrito, é preciso auscultar os gemidos do Espírito, que entrelaça intimamente contexto e texto, palavras e silêncios, à espera da gestação de uma nova geração de discípulos-missionários e de uma nova sociedade, na qual reine a justiça, a paz e o amor.

Continuidade histórica

Para melhor compreender a mensagem do *Documento de Aparecida* em relação à liturgia, às celebrações e à Eucaristia, é importante ter presente a sua forma própria de apresentar esse conteúdo. Quem está acostumado com os documentos anteriores de Medellín, Puebla e Santo Domingo a localizar facilmente o que se refere à liturgia por meio de um título ou subtítulo, num primeiro momento terá dificuldades em encontrar tal conteúdo no *Documento de Aparecida*. Simplesmente porque o *Documento* segue uma lógica diferente na apresentação dos temas. O fio condutor é o tema central da Conferência: discípulo-missionário a serviço da vida. A partir daí e em decorrência dele se desdobram os outros assuntos.

A dimensão litúrgica está relacionada a aspectos importantes da vida do discípulo-missionário. Conseqüentemente, é preciso fazer o esforço de uma leitura global do *Documento* para perceber a lógica interna e o desenvolvimento dos temas.

Ao contemplar a realidade da Igreja, com suas luzes e sombras, o *Documento de Aparecida* constata um duplice aspecto em relação à liturgia, às celebrações e à Eucaristia. De um lado, o progresso:

A renovação litúrgica acentuou a dimensão celebrativa e festiva da fé cristã centrada no mistério pascal, em particular na eucarística. Crescem as manifestações da religiosidade popular, especialmente a piedade eucarística e a devoção mariana. Foram fei-

tos alguns esforço para inculturar a liturgia nos povos indígenas e afro-descendentes” (n. 99 b).

De outro, de forma genérica, o *Documento* lamenta por algumas tentativas de volta a uma eclesiologia e uma espiritualidade anteriores ao Concílio Vaticano II e por algumas leituras e aplicações reducionistas da renovação conciliar (n. 100 b).

Situando-se na continuidade histórica das conferências anteriores, Aparecida reafirma as propostas pastorais de Medellín, Puebla e Santo Domingo. Assume, por conseguinte, com renovado ardor, o desafio da construção de uma identidade própria, inculturada na realidade latino-americana e caribenha, procurando dar respostas adequadas aos problemas concretos do povo.

Na esteira da recepção criativa do Concílio Vaticano II, em Medellín a Igreja da América Latina relê a constituição *Sacrosanctum concilium*, sobre a liturgia, adaptando-a à nossa realidade. Afirmando que “a celebração litúrgica coroa e comporta um compromisso com a realidade humana” (*Medellín*, n. 9,4), percebe a estreita relação liturgia — libertação e restabelece a ligação liturgia — vida, entre celebração e compromisso histórico. Esses aspectos são retomados em Aparecida, particularmente insistindo na relação entre o ser discípulo e o ser missionário (n. 250).

Compreendendo a Igreja a partir da comunhão e participação, Puebla reafirma o caráter comunitário da liturgia, na qual todos participam ativamente. Percebe a necessidade de integrar liturgia e religiosidade popular, lançando o desafio da inculturação da liturgia na realidade cultural latino-americana. Aparecida reafirma a importância da dimensão comunitária na vida do discipulado missionário e da inculturação da fé, por meio da qual a Igreja se enriquece com novas expressões e valores, expressando e celebrando cada vez melhor o mistério de Cristo (n. 479).

Em Santo Domingo, a Igreja manifestou maior consciência da relevância das culturas ameríndia e afro e da religiosi-

dade popular como espaço de evangelização com a consequente opção pela inculturação. Reconheceu a pluralidade das expressões de fé inculturada na realidade urbana e nas culturas afro-ameríndias, assumindo de modo positivo a religião do povo. O documento destaca o papel evangelizador da celebração litúrgica. Reafirma o valor cultural da religiosidade popular. Reconhece que ainda resta muito a ser feito para assimilar a renovação litúrgica proposta pelo Concílio Vaticano II, bem como para ajudar os fiéis a entender e a viver a centralidade do mistério de Cristo, fonte e ápice da vida e da missão da Igreja.

Em sintonia com as conferências anteriores, Aparecida reafirma a centralidade do mistério de Cristo na vida da Igreja, comunidade dos discípulos-missionários. A liturgia é a celebração da Páscoa de Jesus, é Deus mesmo agindo, revelando seu plano de amor e renovando sua aliança com a humanidade. É o memorial da Páscoa de Jesus, passagem das trevas para a luz, da morte para a vida.

De modo particular, Aparecida relaciona a liturgia ao tema central do discipulado-missionário, destacando o papel fundamental e imprescindível da vida litúrgica e eucarística na formação e missão dos discípulos-missionários. Esses aspectos, de alguma forma, estiveram presentes desde a primeira redação do *Documento* e apenas foram sendo mais bem explicitados ao longo das distintas redações.

Eucaristia e identidade do discípulo-missionário

Entre os lugares privilegiados de encontro com Jesus Cristo, o *Documento de Aparecida* destaca a Sagrada Escritura e a Eucaristia, além da oração pessoal e comunitária, da comunidade de fé e do amor fraterno, do próximo, particularmente dos mais pobres e necessitados. A Palavra, dom do Pai, caminho de “autêntica conversão e de renovada comunhão e solidariedade”, é fonte de vida para a Igreja e de sua ação evangelizadora (nn. 247-248). A Eucaristia é, por excelência,

expressão da vida dos discípulos missionários de Jesus. Dela eles se alimentam e nela se fortalecem para o anúncio do Reino aos irmãos e irmãs. Na liturgia, os discípulos de Cristo penetram mais profundamente nos mistérios do Reino, nela vivem e expressam de modo sacramental sua vocação de discípulos-missionários (n. 250).

Na escola do Mestre, o discípulo-missionário aprende sempre de novo a oração pessoal e comunitária, cultiva uma relação de amizade com Jesus e procura assumir a vontade do Pai (n. 255). Jesus prometeu: “Onde dois ou mais estiverem reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles” (Mt 18,20). Ele continua vivo e presente na vida de seus(suas) seguidores(as), em especial nos pobres e excluídos (nn. 256-257).

Em estreita relação com o tema da Conferência e com a conseqüente preocupação de fazer da Igreja uma comunidade missionária, o *Documento* dá ênfase à formação dos discípulos-missionários. Formação que deve abarcar as dimensões humana, espiritual, intelectual, comunitária e pastoral-missionária, integradas harmonicamente em todo o processo formativo.

No processo de renovação da Igreja a partir de Aparecida, a formação litúrgica em todos os níveis e abrangências e a inculturação da liturgia continuam sendo o grande desafio a ser enfrentado com seriedade.

Lugar e função da liturgia no caminho de seguimento de Jesus

No itinerário formativo do discípulo-missionário, a liturgia, celebração da Páscoa de Jesus Cristo, tem um papel fundamental: é lugar da comunhão de vida do discípulo com o Mestre e fonte inesgotável do impulso missionário. Na Eucaristia, o discípulo entra no duplice movimento que caracterizou a vida de Jesus: voltado para o Pai e a serviço dos(as) irmãos(ãs) “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

Em meio às inseguranças e dificuldades próprias do caminho de seguimento de Jesus, o discípulo missionário necessita do alimento que o sustente e lhe dê forças. *Aparecida* insiste no fato de que esse alimento é o pão da Palavra e o pão da Eucaristia (nn. 26, 106, 199, 255).

O *Documento* ressalta que há um estreito vínculo entre crer, celebrar e viver o mistério de Jesus Cristo, de modo tal que a existência cristã adquire uma forma eucarística. A vida cristã se abre a uma dimensão missionária a partir do encontro eucarístico. É na escola eucarística que o Espírito fortalece a identidade do discípulo e o desperta para anunciar aos outros o que escutou e viveu (n. 251).

Eucaristia: fonte de novas relações evangélicas

O *Documento de Aparecida* ressalta a dimensão comunitária do ser discípulo-missionário. A vocação ao discipulado missionário é con-vocação à comunhão na Igreja, Povo de Deus. Assim, a pertença a uma comunidade concreta, lugar em que podemos viver a experiência permanente de discipulado e de comunhão, é elemento constitutivo do ser cristão (n. 156).

Os discípulos-missionários são chamados a viver em comunhão: com o Pai terno e misericordioso, com seu Filho morto e ressuscitado e com o Espírito Santo de amor. A comunhão trinitária fundamenta e torna visível a comunhão dos fiéis e da Igreja particular que constitui o Povo de Deus, peregrino na história.

Nesse peregrinar rumo à plenitude na Pátria Trinitária, a comunhão cresce e se nutre nas duas mesas: do pão da Palavra e do pão do corpo de Cristo. A Eucaristia, fonte e ápice da vida cristã, “alimento da vida em comunhão”. Da Eucaristia nascem e se nutrem as novas relações evangélicas. A Igreja é “casa e escola de comunhão”, onde os discípulos-missionários partilham a mesma fé, esperança e amor a serviço da missão evangelizadora (n. 158).

Aparecida retoma e reafirma a ligação entre liturgia e vida, celebração e compromisso. Participar da Eucaristia, sinal de unidade, que prolonga e torna presente o mistério do Filho de Deus que se fez pobre, traz consigo a exigência de uma evangelização integral. O projeto de Jesus, que veio para que todos tenham vida e a tenham em abundância, se choca com a realidade de várias dimensões da pobreza em nosso continente. A missão, pautada na prática de Jesus, unifica a preocupação da dimensão transcendente do ser humano com suas necessidades concretas, para que todos alcancem a vida em plenitude (n. 176).

Pastoral do Domingo

No Antigo Testamento, o sábado era o dia sagrado, no qual o povo de Israel comemorava o Criador da vida com o repouso restaurador das forças da criação. No Novo Testamento, é o domingo o primeiro dia da nova criação, inaugurada pela vitória de Cristo sobre a morte, celebrada no mistério pascal e, de forma plena, na Eucaristia.

A celebração do domingo, fazendo memória da ressurreição de Jesus, marcou a vida das primeiras comunidades cristãs. Da mesma forma, hoje, é necessário promover a “Pastoral do Domingo” (n. 252). O objetivo é redescobrir a importância do primeiro dia da semana, dia do Senhor, em que a família de Deus se reúne para escutar a Palavra e repartir o pão consagrado, recordando a ressurreição do Senhor na esperança do amanhecer do novo dia, quando a humanidade inteira repousará diante do Pai.

Ao referir-se à Pastoral Urbana, o documento propõe a integração dos elementos próprios da vida cristã: a Palavra, a liturgia, a comunhão fraterna e o serviço, especialmente aos pobres. Dadas as profundas mudanças sociais, particularmente nas grandes cidades, a celebração do domingo à luz da fé cristã constitui um grande desafio. É necessário buscar caminhos novos e alternativos.

Finalizando, convém lembrar que o papa Bento XVI, na carta de aprovação do *Documento de Aparecida* dirigida aos bispos da América Latina e do Caribe, afirma

ter lido com particular apreço as palavras que exortam a dar prioridade à Eucaristia e à santificação do dia do Senhor nos programas pastorais (cf. nn. 251-252), assim como as que expressam o desejo de reforçar a formação dos fiéis em geral, em particular dos agentes de pastoral.

Refletimos sobre algumas realidades que julgamos significativas em relação à liturgia, às celebrações e à Eucaristia, no espírito de Aparecida e à luz do contexto e do texto. Em uma leitura interativa, o leitor poderá complementar esses aspectos e levantar outros. Fica, entretanto, a certeza de que um longo caminho ainda nos resta a fazer para tornar nossas liturgias verdadeiras escolas de discipulado-missionário a serviço da vida em nosso continente. Nesse sentido o *Documento de Aparecida* não é ponto de chegada, mas ponto de partida que nos impulsiona a prosseguir no caminho para fazer da Eucaristia o “centro vital do universo, capaz de saciar a fome de vida e felicidade” (n. 354).

Bibliografia

BUYST, I. *Dia do Senhor*. São Paulo, Paulinas, 2003.

____ & DA SILVA, J. A. *O mistério celebrado: memória e compromisso*. São Paulo-Valencia, Paulinas-Siquem, 2003. Col. LBT, v. I.

Ciberteologia Revista de Teologia e Cultura:
<www.ciberteologia.com.br>.

Documento de Aparecida.

SANTOS COSTA, V. *Celebrar a Eucaristia*. São Paulo, Paulinas, 2006.



Iniciação cristã, catequese e comunicação

Israel Nery
(Brasil)

Introdução

Textos de Aparecida

A V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe é muito mais do que seus textos: *Mensagem final* e *Documento final de Aparecida*, elaborados sob o atropelo do pouco tempo, de uma metodologia não tão bem conduzida e por algumas manipulações que não respeitavam nem o que era aprovado pela assembléia plenária. Posteriormente, o Vaticano introduziu fortes alterações, especialmente no que se refere às comunidades eclesiais de base, ignorando que o *Documento* tem a aprovação da V Conferência. Mas esses textos são, também, poços dos quais podemos tirar água boa para irrigar e fortalecer nosso ideal e nossa luta por uma Igreja renovada e por sentido, inspiração, fé, justiça social, zelo apostólico de discípulos e missionários de Jesus Cristo para que todas as pessoas, e também o planeta Terra, tenhamos vida em abundância.

Preparação de Aparecida

O *Documento de participação* para a V Conferência, frágil histórica, teológica e pastoralmente falando, ignorou

por completo, inexplicavelmente, a catequese. A partir das contribuições enviadas pelas conferências episcopais do continente, elaborou-se, no início de 2007, o *Documento de síntese*, que contemplou, embora timidamente, a catequese. Em 2006, constaram nos planos do CELAM vários seminários preparatórios sobre temas importantes para a V Conferência. Mas se ignorou a catequese. Uma mobilização continental de catequistas e agentes de pastoral conquistou para maio de 2006, em Bogotá, sob a coordenação do Departamento de Catequese do CELAM, um seminário, que passou a constar como a III Semana Latino-Americana de Catequese. Seus dois textos, o documento e algumas propostas, chegaram à Comissão que estava encarregada de preparar a V Conferência.

A catequese no discurso inaugural de Bento XVI

Contradições

O papa, na abertura da V Conferência, em 13 de maio de 2007, afirma que a catequese esteve muito presente na evangelização da América Latina e do Caribe na época da colonização do continente; que “do encontro dessa fé com as etnias originárias nasceu a rica cultura cristã”, “formando uma grande sintonia na diversidade de culturas e de línguas”. Porém, ignorando a realidade histórica, Bento XVI afirma que “o anúncio de Jesus e de seu Evangelho não supôs, em nenhum momento, uma alienação das culturas pré-colombianas, nem foi uma imposição de uma cultura estranha”. Alguns dias depois, já em Roma, o papa se retratou, sob pressão internacional, por aquela sua falha. Mas o mal-estar ficou.

O sumo pontífice não diz em seu *Discurso* que desde aquela época da colonização até meados do século XX, e em alguns lugares até hoje, a Igreja reduziu a compreensão da catequese ao catecismo, como ensino nocional, doutrinal, considerando a vivência da fé como óbvia na família e na sociedade. E não deixa de confirmá-lo ao dizer que “para isso se dispõe de instrumentos muito valiosos, como o *Catecismo*

da Igreja Católica e sua versão mais breve, o *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*”.

Bento XVI tampouco considera os importantes passos e impulsos da renovação da catequese depois do Concílio Vaticano II (1962-1965), que trouxe para toda a Igreja o sopro renovador daquele novo Pentecostes. De fato, procurou-se pôr em prática duas grandes solicitações do mesmo Concílio. Citamos alguns documentos importantes: o *Diretório Geral para a Catequese* (DGC), que foi publicado em 1971; o início do resgate adaptado do catecumenato dos primeiros séculos da Igreja — uma solicitação do Concílio —, que se plasmou em 1972 em uma excelente publicação: o *Ritual de Iniciação Cristã de Adultos* (RICA). Outro passo foi, em 1977, o Sínodo sobre Catequese, do qual resultou, em 1980, a exortação apostólica de João Paulo II *Catechesi tradendae* (*A catequese no nosso tempo*). Em 1997, a Sé Apostólica publicou um de seus mais ricos e completos documentos sobre catequese, o *Diretório Catequético Geral* (DCG), indispensável para a renovação da catequese hoje em dia.

Mas isso não impediu que a V Conferência chegasse a dizer que na Igreja se caminha para um consenso, por exemplo, de que o catecismo de preparação para os sacramentos não é suficiente para o despertar da fé, o assumir da vida cristã e dos valores evangélicos. Também, que a catequese não é só coisa de crianças, devendo priorizar igualmente os adultos. E que a catequese é um processo de educação continuada, permanente, não somente para preparar para os sacramentos.

Podemos dizer que uma importante renovação da catequese se faz necessária porque a realidade revela que, neste mundo de mudança, com um grande pluralismo religioso e até cristão, os fiéis católicos em geral não se sentem convertidos a Jesus, e que aquilo que aprenderam no catecismo tradicional os ajuda pouco. Constatou-se também que, preocupados com a falta de suficiente convicção e compromisso da maioria dos fiéis e com a quantidade de católicos que passam para outras religiões e denominações cristãs, alguns episco-

pados buscam novos caminhos para a renovação da evangelização e da catequese.

A importância central da catequese

Nesse sentido o próprio Bento XVI, e isto é paradoxal no contexto de seu discurso inaugural em Aparecida, fala com ênfase sobre a importância da catequese na missão da Igreja e lembra sua base teológico-pastoral e a necessidade de sua renovação, que podemos, com prazer, apreciar e valorizar.

Conhecer a fundo Jesus e a Palavra de Deus

O papa, na seção 3 de seu discurso, assim introduz o tema da catequese: “[...] antes de falar do que comporta o realismo da fé no Deus feito homem, temos de aprofundar na pergunta: como conhecer realmente Cristo para poder segui-lo e viver com ele, para encontrar a vida nele e para comunicar esta vida aos outros, à sociedade e ao mundo?”.

Ele mesmo apresenta a resposta, que é uma chave fundamental para uma mudança radical na catequese: “Antes de tudo, Cristo se dá a conhecer a nós em sua pessoa, em sua vida e em sua doutrina por meio da Palavra de Deus”. E ele diz que, para a “nova etapa que a Igreja missionária da América Latina e do Caribe” inicia em Aparecida,

é condição indispensável o conhecimento profundo da Palavra de Deus. Por isso, é preciso educar o povo na leitura e meditação da Palavra de Deus: que ela se converta em seu alimento para que, por própria experiência, vejam que as palavras de Jesus são espírito e vida (cf. Jo 6,63). Do contrário, como vão anunciar uma mensagem cujo conteúdo e espírito não conhecem a fundo? Temos de fundamentar nosso compromisso missionário e toda a nossa vida na rocha da Palavra de Deus. Para isso, animo os pastores a esforçar-se em dá-la a conhecer.

Podemos acrescentar a essa reflexão do papa que, nas Sagradas Escrituras, há um sentido específico de conhecer que não é sobretudo de ordem intelectual e racional. O verbo

“conhecer” significa, também, uma experiência tão profunda que gera uma mudança especial na vida e, por sua vez, gera vida. Assim, em Gn 4,1, o texto bíblico diz: “O homem conheceu Eva, sua mulher; ela concebeu”, e, em Mt 1,25, diz-se: “José não conheceu Maria até o dia em que ela deu à luz um filho. E ele o chamou com o nome de Jesus”. Nesse sentido é indispensável que os fiéis tenham “por sua própria experiência” um encontro vivo com Jesus Cristo e tenham experiência de comunidade eclesial e de compromisso com o Reino. O estudo intelectual da doutrina não gera, por si mesmo, a experiência existencial de fé e, portanto, o conhecimento profundo da fé.

Renovar e impulsionar a catequese

Bento XVI motiva a Igreja para que intensifique a catequese e a formação na fé, até mesmo com os adultos. A respeito disso ele diz:

Um grande meio para introduzir o Povo de Deus no mistério de Cristo é a catequese. Nela se transmite de forma simples e substancial a mensagem de Cristo. Convirá, portanto, intensificar a catequese e a formação na fé, tanto das crianças quanto dos jovens e adultos. A reflexão madura da fé é luz para o caminho da vida e força para ser testemunhas de Cristo.

O papa fala de transmissão simples e substancial, pois na catequese não cabe fazer elucubrações teológicas, mas centrar-se nos temas fundamentais da fé. Porém, para que seja substancial, deve ser um alimento rico e fortalecedor do discípulo do Senhor. Nesse sentido a formação do cristão não se faz segundo o modelo escolar de uma sala de aula, onde se estuda uma disciplina do currículo acadêmico. Trata-se de uma comunidade que se congrega para fazer ressoar a Palavra (*kata-echkéo*), que vive um itinerário que leva à experiência pessoal e comunitária com Jesus, que celebra sua presença e ação pela força de seu Espírito e que impulsiona ao compromisso com a comunidade eclesial e com a construção do

Reino, a partir dos pobres, segundo o projeto messiânico de Jesus em Lc 4,14-21.

Catequese e libertação

Para Bento XVI, é imprescindível que a evangelização e, também, a catequese estejam plenamente conectadas com a vida, a promoção e a libertação humana:

Neste esforço por conhecer a mensagem de Cristo e torná-la guia da própria vida, é preciso recordar que a evangelização esteve sempre unida à promoção humana e à autêntica libertação cristã. “Amor a Deus e amor ao próximo se fundem entre si: no mais humilde encontramos o próprio Jesus e em Jesus encontramos Deus” (*Deus caritas est*, n. 15). Por isso, será também necessária uma catequese social e uma adequada formação na doutrina social da Igreja [...]. A vida cristã não se expressa somente nas virtudes pessoais, mas também nas virtudes sociais e políticas.

Catequese e missão

O papa Bento XVI conclui sua reflexão sobre a catequese explicitando o caráter missionário da mesma:

O discípulo, fundamentado assim na rocha da Palavra de Deus, sente-se impulsionado a levar a Boa-Nova da salvação a seus irmãos: Discipulado e missão são como os dois lados de uma mesma moeda: quando o discípulo está enamorado de Cristo, não pode deixar de anunciar ao mundo que só Ele nos salva (cf. At 4,12). Com efeito, o discípulo sabe que sem Cristo não há luz, não há amor, não há futuro.

Podemos avançar um pouco mais e dizer que ser missionário é intrínseco ao discípulo, sobre o qual foi derramado o Espírito de Pentecostes, que o leva a um compromisso com a transformação profética e evangélica da sociedade, segundo os parâmetros dados por Jesus em Mt 25,31-46 e o modo de ser Igreja apresentado por São Lucas na descrição das comunidades cristãs primitivas (At 2 e 4) e concretizado hoje em dia pelas comunidades eclesiais de base, as CEBs.

Documento de Aparecida. Os grandes traços da formação do discípulo e missionário hoje

Exame de consciência

O *Documento de Aparecida*, em sua análise da situação da Igreja na América Latina e no Caribe, é bastante otimista e triunfalista em seus aspectos positivos (nn. 98-99). Sobre os aspectos não tão positivos do *ver*, o *Documento*, apesar de revelar importantes falhas na Igreja (n. 100), cala-se sobre outras, não menos importantes. Só como exemplos citamos algumas:

- a) Leigos e leigas ainda não são sujeitos para a maioria da hierarquia, que continua muito clericalista e se considera a Igreja.
- b) Os fiéis não possuem boa formação bíblica, teológica, espiritual, pastoral e missionária.
- c) Continua-se crendo que a sacramentalização e a devoção, sem a evangelização e a catequese, são suficientes.
- d) O espaço para os ministérios leigos na Igreja é mínimo.
- e) A formação atual dos presbíteros está desconectada do mundo e das necessidades reais dos fiéis.
- f) A hierarquia não busca com liberdade evangélica caminhos para mudar o modelo de presbítero, por esse motivo não dá prioridade ao direito que os fiéis têm de acesso à Eucaristia, à reconciliação e ao pastoreio dos presbíteros.
- g) Uma parte da hierarquia resiste a considerar a Vida Religiosa inserida em meio aos pobres e a valoriza muito mais por sua suplência à falta de clero do que por seu valor profético específico no Povo de Deus.
- h) O mesmo acontece em relação às comunidades eclesiais de base.
- i) Nos últimos vinte anos há uma acelerada diminuição da missão profética da hierarquia, dos religiosos e

dos leigos diante do capitalismo, do neoliberalismo e do mercado e um distanciamento escandaloso em relação à opção pelos pobres e suas iniciativas de solidariedade, libertação e promoção.

Mudanças profundas de enfoque e de estruturas

Mas, em Aparecida, o Espírito suscitou, em um significativo número de bispos, ousados e cheios de coragem, algumas conclusões e propostas para a formação cristã, da qual faz parte a catequese. E a V Conferência as aprovou. Se forem levadas efetivamente à prática, elas produzirão uma mudança significativa em nós, Igreja Católica, e em nossa maneira de exercer nossa missão hoje.

A iniciação cristã

A realidade

Olhando a realidade analisada, dizem os bispos:

Isso constitui um grande desafio que questiona a fundo a maneira como estamos educando na fé e como estamos alimentando a experiência cristã; desafio que devemos encarar com decisão, coragem e criatividade, visto que em muitas partes a iniciação cristã tem sido pobre ou fragmentada (DA, n. 287).

Orientações

Para uma melhor eficácia da missão da Igreja, os pastores resolvem propor uma mudança fundamental no modo de efetivá-la: *assumir a iniciação cristã dos fiéis*. E eles definem que

a iniciação cristã, que inclui o querigma, é a maneira prática de colocar alguém em contato com Jesus Cristo e iniciá-lo no discipulado. Dá-nos, também, a oportunidade de fortalecer a unidade dos três sacramentos da iniciação e aprofundar o rico sentido deles. A iniciação cristã, propriamente falando, refere-se à primeira iniciação nos mistérios da fé, seja na forma do *catecumenato batismal* para os não-batizados, seja na forma do *ca-*

tecumenato pós-batismal para os batizados não suficientemente catequizados. Esse catecumenato está intimamente unidos aos sacramentos da iniciação: Batismo, Confirmação e Eucaristia, celebrados solenemente na Vigília Pascal. Teríamos de distingui-la, portanto, de outros processos catequéticos e formativos que podem ter a iniciação cristã como base.

Eles optam pela *formação cristã*, entendida *como um processo* e não atos isolados ou cursos acadêmicos de religião que priorizam o aspecto intelectual. E discriminam os passos deste processo formativo que constitui a iniciação cristã. Em síntese, isto é o que os bispos propõem:

- a) O *encontro pessoal* com Jesus Cristo, como resultado do querigma.
- b) A *conversão*, como resposta inicial de acolhida da presença e ação do Senhor.
- c) O *discipulado*, com a atitude decidida e permanente de seguir Jesus, e as conseqüentes responsabilidades que o Senhor confia ao(à) discípulo(a).
- d) A *comunhão (koinonía)*, que é viver com Jesus, mas em comunidade, em fraternidade e amor: família, comunidades, comunidade eclesial, serviço.
- e) A *missão*, anunciar o Senhor e sua mensagem, denunciar tudo o que não está conforme a vontade de Deus, comprometer-se na construção do Reino de Deus, que é de justiça, fraternidade, solidariedade, paz. E esse compromisso inclui, necessariamente, a opção pelos pobres.

Sugestões

A leitura do capítulo VI do *Documento de Aparecida*, nn. 286-294, permite deduzir algumas orientações práticas para a iniciação cristã:

- a) Desenvolver nas comunidades um processo de iniciação na vida cristã que leve a pessoa ao encontro pessoal com Jesus Cristo, que a insira cordial, frater-

nal e profeticamente na comunidade eclesial e na sociedade e a torne solidária no amor, sobretudo pelos pobres, e um missionário fervoroso.

- b) Recordar que o itinerário formativo do cristão na tradição mais antiga da Igreja (o catecumenato) teve sempre um caráter de experiência, na qual era determinante o encontro vivo e persuasivo com Cristo, anunciado por testemunhas autênticas. É o que se chama catequese mistagógica. Para isso são necessários o estudo e a assimilação do *Ritual de Iniciação Cristã de Adultos* (RICA), que é uma referência necessária e um apoio seguro para o processo inicial cristão.
- c) Adotar novas atitudes pastorais de parte de bispos, presbíteros, diáconos, pessoas consagradas e agentes de pastoral e, também, realizar toda uma reestruturação da vida pastoral da paróquia. A renovação exige conversão das pessoas e mudança das estruturas da Igreja.

A catequese

A realidade

O *Documento de Aparecida* diz que

os desafios que apresenta a situação da sociedade na América Latina e no Caribe requerem identidade católica mais pessoal e fundamentada. O fortalecimento dessa identidade passa por uma catequese adequada que promova adesão pessoal e comunitária a Cristo, sobretudo nos mais fracos na fé (n. 297).

Para alcançar tal intento, pode-se, com apoio em Aparecida, afirmar que são necessárias e urgentes pelo menos cinco medidas para a superação de alguns problemas graves da catequese:

- a) A formação dos catequistas, que, em geral, não é teológica, pedagógica, culturalmente boa. Falta o caráter

de “processo iniciático” para essa formação. Os cursos que se oferecem são muito acadêmicos, nocionais (n. 296).

- b) A catequese não é permanente, continuada, processual. Está reduzida a momentos, preparação para os sacramentos, sobretudo para as crianças e adolescentes (n. 298).
- c) Os materiais e subsídios da catequese, que não se integram na pastoral de conjunto (n. 296).
- d) Os métodos pedagógicos, que, geralmente, não são atualizados (n. 296).
- e) Os serviços catequísticos, que carecem de boa organização e, com frequência, não têm a colaboração das famílias (n. 296).
- f) Muitos párocos que não assumem sua função de responsáveis primeiros pela catequese e pela formação dos catequistas na paróquia (n. 296).

Sugestões

Diante desses desafios, os pastores se comprometem a incentivar mudanças importantes para a catequese. Em síntese, parece-nos que são estas as principais pautas apresentadas por Aparecida (cf. *DA*, nn. 298-346):

- *Comunidade e pastores.* A catequese e sua renovação são uma tarefa de toda a comunidade de discípulos, mas de maneira especial para quem, como bispo, foi chamado a servir a Igreja, pastoreando-a, conduzindo-a ao encontro com Jesus e ensinando-lhe a viver tudo o que ele nos mandou (cf. Mt 28,19-20).
- *Processo.* A catequese não deve ser somente ocasional, reduzida aos momentos anteriores aos sacramentos, mas “um itinerário catequético permanente”.¹ Compete a cada Igreja particular, com a ajuda

¹ *DI*, n. 3.

das conferências episcopais, estabelecer um processo catequético orgânico e progressivo que se estenda por todo o arco da vida, desde a infância até a ancianidade (nn. 276-280).

- *Adultos.* O *Diretório geral de catequese* considera a catequese de adultos como a forma fundamental da educação na fé.
- *A Palavra de Deus.* O povo, para que, em verdade, conheça a fundo Cristo e o siga fielmente, deve ser conduzido especialmente na leitura e meditação da Palavra de Deus, que é o primeiro fundamento de uma catequese permanente.²
- *Formação integral.* A catequese não pode limitar-se a uma formação meramente doutrinal, mas deve ser uma verdadeira escola de formação integral. Portanto, deve-se cultivar a amizade com Cristo na oração, o apreço pela celebração litúrgica, a vivência comunitária, o compromisso apostólico mediante um serviço permanente aos demais.
- *Família.* A família é a primeira escola da fé (nn. 302-303). Uma maneira concreta para renovar a catequese pode ser oferecer um processo de iniciação cristã em visitas às famílias, onde não somente lhes sejam comunicados os conteúdos da fé, mas onde sejam conduzidas à prática da oração familiar, à leitura orante da Palavra de Deus e ao desenvolvimento das virtudes evangélicas, que as consolidem cada vez mais como Igrejas domésticas.
- *A religiosidade popular.* Deve dar-se uma catequese apropriada, que acompanhe a fé já presente na religiosidade popular. Para tal crescimento na fé também é conveniente aproveitar pedagogicamente o potencial educativo que encerra a piedade popular mariana. Trata-se de um caminho educativo que provoque

² Ibid.

a apropriação progressiva das atitudes de Maria, verdadeira “educadora da fé”,³ que nos leva a assemelhar-nos cada vez mais a Jesus Cristo.

- *A formação catequística na paróquia* (nn. 304-306), nas pequenas comunidades eclesiais (nn. 307-310), nos movimentos e novas comunidades (nn. 311-313), nos seminários e casas de formação religiosa (nn. 314-327), na educação católica (nn. 316, 328-330), nos centros educacionais católicos (nn. 331-345) e nas universidades e centros superiores de educação católica (nn. 341-346).

Fé e comunicação social

A revolução da comunicação

Em Aparecida (nn. 484-490), a hierarquia conseguiu dar um passo significativo na compreensão de que comunicação é uma coisa bem diferente e muito mais rica e ampla do que os meios de comunicação social. Trata-se, hoje, de uma grande cultura midiática e de novas linguagens, que configuram um importante elemento articulador das mudanças na sociedade. A evangelização, a catequese, a piedade popular, a formação continuada dos fiéis já não podem prescindir dos meios de comunicação, sobretudo da cultura da comunicação e de suas linguagens específicas. São milhões de pessoas que podem ser beneficiados com esse serviço. Mas é fundamental e urgente que se introduzam muitas mudanças na Igreja para que ela possa efetivamente atuar, com competência e eficácia, nessa cultura.

Orientações

Para isso, a V Conferência (n. 486) decidiu incentivar todos os pastores e fiéis para:

³ Documento de Puebla, n. 290.

- a) Conhecer e valorizar esta nova cultura da comunicação.
- b) Promover a formação profissional na cultura da comunicação de todos os agentes e crentes.
- c) Apoiar e otimizar a criação de meios de comunicação social próprios, tanto nos setores de televisão e rádio quanto nos *sites* da internet e na mídia impressa.
- d) Estar presente nos meios de comunicação social: imprensa, rádio e TV, *sites* da internet, foros e tantos outros sistemas, para introduzir neles o mistério de Cristo.
- e) Educar na formação crítica no uso dos meios de comunicação desde a infância.
- f) Animar as iniciativas existentes ou por criar neste campo, com espírito de comunhão.
- g) Formar comunicadores profissionais competentes e comprometidos com os valores humano-cristãos na transformação evangélica da sociedade.
- h) Promover leis — para criar uma nova cultura — que protejam as crianças, jovens e mais vulneráveis a fim de a comunicação não desdenhar os valores e, por seu turno, criar critérios válidos de discernimento.
- i) Desenvolver uma política de comunicação capaz de ajudar tanto as pastorais de comunicação quanto os meios de comunicação de inspiração católica a encontrar seu lugar na missão evangelizadora da Igreja.
- j) Resgatar o papel do sacerdote como formador de opinião.
- l) Criar ou dinamizar os grupos de diálogo entre a Igreja e os formadores de opinião dos diversos campos e de diálogo entre fé e razão e do pensamento católico.

Catequese e comunicação

Encontramos no discurso inaugural do papa uma palavra lúcida sobre este importante tema. Ele ensina que é necessá-

rio, para a Igreja, aproveitar todos os meios de comunicação para ajudar na formação dos fiéis e para levar a mensagem de Cristo a muitas pessoas. Diz o papa:

Neste campo não se deve limitar só às homilias, conferências, cursos de Bíblia ou teologia, mas é preciso recorrer também aos meios de comunicação: imprensa, rádio e televisão, *sites da internet*, foros e tantos outros sistemas para comunicar eficazmente a mensagem de Cristo a um grande número de pessoas (seção 3).

É evidente que, para “comunicar eficazmente a mensagem de Cristo”, é necessário um processo comunicativo de fé, esperança e amor que chegue à pessoa inteira (emoção, corporeidade, intelecto, imaginação, situação concreta de vida pessoal, familiar, comunitária, social, política, cultural, afetiva, existencial). O discurso tradicional doutrinário não é aceito na cultura da comunicação moderna. Porém, mais do que o uso dos meios, os pregadores necessitam aprender a linguagem midiática, que envolve uma grande complexidade de linguagens humanas. Alguns dos grandes problemas da transmissão da fé estão na cultura da comunicação, que é algo muito novo para a Igreja, mas que hoje em dia influi decisivamente em tudo.

Aparecida é agora

O *Documento de Aparecida* é profundamente catequético. O próprio tema central da V Conferência assim o exigia. É catequética toda a primeira parte (A vida de nossos povos), toda a segunda parte (A vida de Jesus nos discípulos) e toda a terceira (A vida de Jesus Cristo para a vida dos povos). O mesmo se deve dizer da *Mensagem final* de Aparecida.

Mas documento não é vida. E Aparecida só terá efetivamente valor como marco histórico e como impulsor da renovação da Igreja na América Latina e no Caribe se conseguirmos que passe para a vida de cada membro da Igreja, das dioceses, paróquias, congregações, movimentos, grupos. Portanto, Aparecida é *agora* ou não será mais do que uma Conferência mais que já passou.



A Pastoral Social em Aparecida

Sergio Torres González
(Chile)

Parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37):

Jesus retomou:

“Um homem descia de Jerusalém a Jericó,
e caiu no meio de assaltantes, que,
após havê-lo despojado e espancado,
foram-se, deixando-o semimorto” (v. 30).

Jesus, então, lhe disse:

“Vai e também tu faze o mesmo” (v. 37).

Para que não haja mais assaltantes nem assaltados.

A parábola do bom samaritano é uma luz poderosa e, ao mesmo tempo, uma advertência dramática para refletir sobre a Pastoral Social. São muitos os feridos e assaltados nos caminhos da América. Isso vem de muito longe. Faz 500 anos. Os feridos não caíram por causa de acidente ou doença. Foram vítimas. São deixados “semimortos” ou “semivivos” por outras pessoas, pelos assaltantes, que podem ser pessoas ou instituições. Alguns e algumas melhoram. Muitos ficam com lesões pelo resto da vida. Outros simplesmente desaparecem na obscuridade da morte. Aparentemente, não há responsáveis nem culpados. No entanto, alguém tem de assumir a responsabilidade pelos feridos. Esses responsáveis devem ser

amados, com amor evangélico e, ao mesmo tempo, denunciados, combatidos, castigados e eventualmente perdoados.

Há nas Igrejas uma bela tradição de preocupar-se com os feridos dos caminhos. Em nosso continente essa atenção também existe faz 500 anos. Escolas, hospitais, solidariedade, promoção humana, libertação, atendimento nos desastres etc. Essa bela tarefa se chama Pastoral Social. Propomo-nos, aqui, reunir e resumir o que o *Documento de Aparecida – DA* diz em relação à trágica situação dos pobres e dos feridos.

O tema da Pastoral Social foi tratado com muita atenção e profundidade na Conferência de Aparecida, e essa preocupação ficou refletida adequadamente no *Documento conclusivo*,¹ particularmente no capítulo VIII, intitulado “Reino de Deus e promoção da dignidade humana” (nn. 380-430). Também se pode ler com proveito o capítulo II, sobre a realidade sociocultural, econômica e sociopolítica de nosso continente (DA, nn. 43-97).

Pastoral Social/Caritas

As reflexões do *Documento de Aparecida*, por um lado, refletem a história e a experiência da Pastoral Social no continente e, por outro, proporcionam-lhe um fundamento teológico mais explícito, prioridades e propostas concretas.²

Pouco antes da Conferência de Aparecida, foram realizados no Haiti, de 19 a 24 de março, o XVI Congresso Latino-Americano e Caribenho da *Caritas* e o III Encontro Continental da Pastoral Social/*Caritas* para promover “uma América inclusiva e solidária”. Depois de Aparecida, reuniu-se em Roma, de 3 a 9 de junho de 2007, a XVIII Assembléia Geral da

¹ O *Documento final de Aparecida* tem, na edição em português, o subtítulo “Texto conclusivo”. Neste artigo, ele será citado sempre como *Documento de Aparecida (DA)*.

² Muitas pessoas, e também nós, valorizam esses textos positivos do *Documento conclusivo*. Neste artigo se escolhem aqueles que refletem e atualizam a tradição de Medellín e de Puebla. Mas o *Documento* não está isento de ambigüidade. Há outros textos que não refletem essa tradição e correspondem a outras correntes teológicas presentes na Igreja do continente. Também existe uma grande preocupação com algumas mudanças realizadas, ao que parece por alguma “instância romana”, no *Documento* aprovado pelos bispos em Aparecida. Isso foi especialmente notório e grave no tema das comunidades eclesiais de base, que foi profundamente alterado em relação ao texto original.

Caritas Internacional, com o tema “Testemunhas da caridade para construir a paz”.

Ambos os acontecimentos expressam a força, organização e vitalidade da Pastoral Social e a imagem e ação renovadas da *Caritas*. Esses acontecimentos e a Conferência de Aparecida se complementam e enriquecem mutuamente. A Pastoral Social ou as “pastorais sociais”, dependendo dos países, asseguram eficazmente a presença e o serviço da Igreja ao mundo e à sociedade para “participar ativamente do processo de transformação da realidade sofrida de nossos povos” (*Declaração do Haiti*, n. 5). A *Caritas* passou por uma grande transformação nos últimos anos. Transformou-se de uma organização para distribuir alimentos numa instituição de promoção e desenvolvimento. Atualmente, ela se identifica cada vez mais com a Pastoral Social, conservando características especiais e algumas tarefas próprias. Ambas as instituições têm cumprido abundantemente tarefas de misericórdia e justiça para atender os “feridos” dos caminhos.

Fundamentos teológicos

O capítulo VIII do *Documento de Aparecida* é um dos mais interessantes de todo o *Documento*, pois retoma alguns temas da tradição de Medellín e Puebla, como a opção pelos pobres e os “rostos sofridos”, e propõe orientações muito atualizadas para a Pastoral Social.

No que se segue, apresentamos alguns textos do *Documento* com reflexões teológicas que convidam a ir além da ajuda e do assistencialismo e que constituem um fundamento sólido para a ação social e caritativa. Não é suficiente “curar as feridas”, como fez o bom samaritano. Devem-se buscar o sentido da vida, a vontade de Deus e o projeto de Jesus para a sociedade.

Leitura cristã da realidade

Uma contribuição fundamental do *Documento de Aparecida* consistiu em reincorporar o método teológico e pe-

dagógico do *ver-julgar-agir*. O texto o indica expressamente: “Em continuidade com as conferências gerais anteriores do episcopado latino-americano, este documento faz uso do método ‘ver-julgar-agir’” (n. 19).

Certamente por essa razão, Aparecida recomenda partir da realidade para projetar e planejar a Pastoral Social: “Com ajuda de diferentes instâncias e organizações, a Igreja pode fazer permanente leitura cristã e aproximação pastoral à realidade de nosso continente, aproveitando o rico patrimônio da Doutrina Social da Igreja” (n. 403). Antes de qualquer decisão para fixar prioridades e planejar a ação da Pastoral Social, deve-se realizar, primeiramente, “uma leitura cristã da realidade”. Isso é muito importante, pois até há pouco tempo a ação social era confundida com atividades paternalistas e assistencialistas. É necessário ter, primeiro, uma visão de conjunto, um conhecimento das causas dos problemas, e só depois se pode realizar “uma aproximação pastoral”. É necessário perguntar por que há “assaltantes” nos caminhos da vida dos pobres.

Igreja e Reino de Deus

Como dissemos, o tema da Pastoral Social está incluído dentro do capítulo sobre “Reino de Deus e promoção da dignidade humana”. Este é outro aspecto positivo do *Documento*: recuperar o tema teológico do Reino de Deus, um aspecto central na pregação de Jesus e na tradição teológico-pastoral da América Latina e do Caribe. Citando um texto clássico de são Marcos, o *Documento* nos diz que Jesus “continua a chamar-nos como discípulos missionários e nos desafia a orientar toda a nossa vida a partir da realidade transformadora do Reino de Deus que se faz presente em Jesus” (n. 382).³

³ Infelizmente, em alguns números, o *Documento* não é conseqüente com essa interpretação da expressão “Reino de Deus”, tão central na pregação e prática de Jesus. Por exemplo, não salienta que em Jesus a prioridade do Reino é para os pobres e que há muitos conflitos para conseguir entrar no Reino de Deus.

Também hoje Jesus continua chamando os que trabalham na Pastoral Social.

A eclesiologia do Concílio Vaticano II, incorporada por Medellín, é reinocêntrica, mais do que eclesiocêntrica. Para compreender a missão da Igreja, é preciso situá-la em relação com o Reino de Deus e o mundo. A Igreja não existe para servir a si mesma, mas para ser sinal e instrumento do Reino de Deus em meio ao mundo. A Pastoral Social é uma das maneiras privilegiadas de tornar presente o serviço da Igreja ao mundo, sem diferenças de credo nem de comunidades eclesiais.

A opção pelos pobres

A Pastoral Social sempre esteve relacionada com os que sofrem, com os pobres. O tema da opção pelos pobres é fundamental para apreciar a identidade da Igreja da América Latina e do Caribe. Aparecida, apesar de alguns temores prévios, confirmou essa opção. Diz a Conferência:

Comprometemo-nos a trabalhar para que nossa Igreja latino-americana e caribenha continue sendo, com maior afinco, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio. Hoje, queremos ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres feita nas conferências anteriores (n. 396).

Essa reafirmação foi enriquecida com a contribuição de Bento XVI em seu *Discurso inaugural*, que foi retomada no *Documento*: “Por isso, a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza. Essa opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão (cf. Hb 2,11-12)” (n. 392). Em outro texto muito bonito, o *Documento* diz: “Tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo” (n. 393). O ferido no caminho de Jerusalém

a Jericó e os feridos nos caminhos de hoje são também o rosto do Cristo sofredor.⁴

A Pastoral Social não é uma atividade optativa que se pode realizar ou deixar de realizar. Ela é uma característica distintiva do cristão. “O serviço de caridade da Igreja entre os pobres é um campo de atividade que caracteriza de maneira decisiva a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral” (DA, n. 394).

Prioridades pastorais

No *Documento*, podemos descobrir a mente dos bispos e outros participantes ao proporem suas reflexões e conclusões. Aqui apenas sugerimos uma certa ordem, mas sempre baseada nos textos do *Documento* conclusivo.

Evangelização, libertação e promoção humana

O *Documento de Aparecida* retoma e reafirma a grande tradição de Medellín, *Evangelii nuntiandi* e Puebla. Não se pode separar a evangelização da promoção humana. Elas estão intimamente relacionadas Seguindo Bento XVI, o *Documento* assinala: “Assumindo com nova força essa opção pelos pobres, manifestamos que todo processo evangelizador envolve a promoção humana e a autêntica libertação, sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade” (n. 399). A palavra “libertação”, tão incompreendida e muitas vezes criticada, é reintroduzida com nova força no Magistério episcopal.

A verdadeira promoção humana não pode ser reduzida a aspectos particulares. “Deve ser integral, isto é, promover todos os seres humanos e o ser humano todo, a partir da vida

⁴ Curiosamente, na redação do *Documento* aprovada por Roma incluiu-se um texto que não estava no *Documento* original aprovado pelos bispos ao final da Conferência. O texto, incluído no n. 392, é o seguinte, falando da opção pelos pobres: “Opção, no entanto, não exclusiva, nem excludente”. Esta afirmação foi utilizada muitas vezes nos últimos anos para desvirtuar e diminuir a força e a obrigatoriedade da opção evangélica pelos pobres, que muitas vezes inclui oposição e contradição com os ricos.

nova em Cristo, que transforma a pessoa de tal maneira que a faz sujeito de seu próprio desenvolvimento” (DA, n. 399).

A razão fundamental para defender a dignidade da pessoa humana é sua condição de criatura de Deus. “O olhar cristão sobre o ser humano permite perceber seu valor, que transcende todo o universo: Deus nos mostrou de modo insuperável como ama cada ser humano, e com isso lhe confere uma dignidade infinita” (DA, n. 388).

Globalizar a solidariedade

Aparecida descreve acertadamente que a globalização é o fato maior do mundo neste momento. No capítulo II, faz uma análise adequada desse fenômeno mundial, apesar de não se aprofundar na influência da ideologia individualista neoliberal como seu componente essencial.

Destacam-se alguns aspectos positivos, mas imediatamente se assinalam algumas conseqüências negativas e se faz uma conclamação à solidariedade. Seguindo Bento XVI, o *Documento* salienta que a globalização “comporta o risco dos grandes monopólios e de converter o lucro em valor supremo” (n. 60). Também diz que

a globalização segue uma dinâmica de concentração de poder e de riqueza em mãos de poucos [...] não só dos recursos físicos e monetários, mas sobretudo da informação e dos recursos humanos, o que produz a exclusão de todos aqueles não suficientemente capacitados e informados, aumentando as desigualdades que marcam tristemente nosso continente e que mantêm na pobreza uma multidão de pessoas (n. 62).

Diante desses aspectos negativos, convida os cristãos e, portanto, a Pastoral Social a reagir positivamente:

Por isso, frente a essa forma de globalização, sentimos forte chamado para promover uma globalização diferente, que esteja marcada pela solidariedade, pela justiça e pelo respeito aos direitos humanos, fazendo da América Latina e do Caribe não só o continente da esperança, mas também o continente do amor,

como propôs SS. Bento XVI no *Discurso inaugural* desta Conferência (n. 64).

Vincular a economia com a ética

Há consenso de que uma das causas fundamentais da pobreza e das injustiças reside no desvirtuamento da finalidade da atividade econômica ou da economia em geral. Em lugar de estar a serviço da sociedade e da comunidade, ela se transforma em fonte de lucro e de ganhos para um número cada vez mais reduzido de pessoas e empresas. Há um clamor universal para regular a economia e colocá-la a serviço do bem comum. Esse marco regulatório só pode ser inspirado pelos critérios humanistas éticos e pela ética cristã.

Aparecida não podia deixar de propor “uma justa regulação da economia, das finanças e do comércio mundial” (DA, n. 406, c). Mais concretamente, sugere como tarefa, especialmente para os leigos: “Formar na ética cristã que estabelece como desafio a conquista do bem comum, a criação de oportunidades para todos, a luta contra a corrupção, a vigência dos direitos do trabalho e sindicais [...]” (DA, n. 406, b).

No capítulo II, ao falar da situação econômica do continente e citar de novo Bento XVI, propõe uma grande tarefa: “[...] como em todos os campos da atividade humana, a globalização deve reger-se também pela ética, colocando tudo a serviço da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus” (n. 60).

Propostas concretas

Denunciar as estruturas injustas

A Igreja desenvolveu, ao longo de sua história, um trabalho admirável a serviço dos pobres. Os primeiros hospitais, escolas e orfanatos foram criados e mantidos pela Igreja. Os cristãos sempre tiveram misericórdia das pessoas “feridas e assaltadas” nos caminhos. Muitos santos foram apóstolos da

caridade. Como o bom samaritano, dedicaram-se a socorrer as necessidades dos “feridos”, a levá-los a lugares de refúgio e assistência e a buscar soluções transitórias para curá-los totalmente.

Em geral, porém, a “caridade” foi entendida como compaixão, beneficência, acolhida, esmola. Somente nos séculos XX e XXI surgiu com força o tema da justiça e da busca das causas da pobreza. Entre nós, a Conferência de Puebla destacou essa verdadeira conquista da reflexão teológico-pastoral e da Doutrina Social da Igreja: “Ao analisar mais a fundo tal situação, descobrimos que esta pobreza não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria”.

E acrescenta depois: “Esta realidade [pobreza] exige, portanto, conversão pessoal e transformações profundas das estruturas que correspondam às legítimas aspirações do povo a uma verdadeira justiça social [...]” (*Documento de Puebla*, n. 30).

Aparecida, seguindo mais uma vez Bento XVI, expressou com força essa análise estrutural indicada em seu *Discurso inaugural*: “Neste contexto é inevitável falar do problema das estruturas, sobretudo das que criam injustiça. Na verdade, as estruturas justas são uma condição sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade” (n. 4).

O *Documento* conclusivo convida com insistência:

É urgente criar estruturas que consolidem uma ordem social, econômica e política na qual não haja iniquidade e onde haja possibilidades para todos. Igualmente, requerem-se novas estruturas que promovam uma autêntica convivência humana, que impeçam a prepotência de alguns e que facilitem o diálogo construtivo para os necessários consensos sociais (n. 384).

As pessoas que agora são “assaltadas” e “feridas” nos caminhos são vítimas das estruturas injustas que produzem pobreza, injustiça e marginalização. Na época de Jesus, não

se falava de globalização, mas já havia estruturas injustas e representantes de organizações que oprimiam o povo pobre. Exemplos deles eram os soldados do Império Romano e alguns funcionários do templo que cobravam impostos excessivos.

Identificar os novos rostos sofredores

Um dos textos mais belos de Puebla é o que fala dos “rostos sofredores de Cristo”, em que se propõe uma lista das pessoas afetadas por diversas formas de pobreza (*Documento de Puebla*, nn. 31-39). Esses eram os “feridos” nos caminhos da vida no ano de 1979.

O *Documento de Aparecida* retoma essa expressão impactante e convida os cristãos e, em particular, a Pastoral Social a reconhecer os novos “rostos” dos que foram “assaltados” e estão meio mortos nas encruzilhadas da injustiça, miséria e exclusão no ano de 2007, no início do terceiro milênio.

Se essa opção está implícita na fé cristológica, os cristãos, como discípulos e missionários, são chamados a contemplar, nos rostos sofredores de nossos irmãos, o rosto de Cristo, que nos chama a servi-lo neles: os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo. Eles desafiam o núcleo do trabalho da Igreja, da pastoral e de nossas atitudes cristãs (*DA*, n. 393).

Anteriormente, no capítulo II, o *Documento* havia proposto uma longa lista de novos rostos sofredores:

Isso nos deveria levar a contemplar os rostos daqueles que sofrem. Entre eles, estão as comunidades indígenas e afro-americanas que, em muitas ocasiões, não são tratadas com dignidade e igualdade de condições; muitas mulheres são excluídas, em razão de seu sexo, raça ou situação socioeconômica; jovens que recebem uma educação de baixa qualidade e não têm oportunidades de progredir em seus estudos nem de entrar no mercado de trabalho para se desenvolver e constituir uma família; muitos pobres, desempregados, migrantes, deslocados, agricultores sem terra, aqueles que procuram sobreviver na economia infor-

mal; meninos e meninas submetidos à prostituição infantil, ligada muitas vezes ao turismo sexual; também as crianças vítimas do aborto (n. 65).

No capítulo VIII, sobre a Pastoral Social, dedica-se maior atenção a alguns “rostos sofredores que doem em nós” e se enumeram os seguintes: pessoas que vivem na rua nas grandes cidades, migrantes, enfermos, dependentes de drogas e detidos em prisões (nn. 407-430).

Mas há algo muito inovador nesse sentido. Aparecida não só se condói dos “feridos” dos caminhos e não só se propõe a acompanhá-los e ajudá-los. Convida-os a que eles se ajudem a si mesmos. “De nossa fé em Cristo nasce [...] o permanente acompanhamento em seus esforços por serem sujeitos de mudança e de transformação de sua situação” (DA, n. 394).

Incidência social e política

Na Pastoral Social e na *Caritas* se popularizou um conceito de grande importância: a incidência ou influência entre os responsáveis por ditar leis e implementar políticas públicas a favor dos “assaltados” dos caminhos da América. Aparecida confirma essa tarefa e impulsiona novas propostas. Em primeiro lugar, diz que não basta a caridade privada ou individual. A Pastoral Social deve passar à ação:

Nesta época, costuma acontecer que defendemos de forma demasiada nossos espaços de privacidade e lazer, e nos deixamos contagiar facilmente pelo consumismo individualista. Por isso, nossa opção pelos pobres corre o risco de ficar em plano teórico ou meramente emotivo, sem verdadeira incidência em nossos comportamentos e em nossas decisões. É necessária uma atitude permanente que se manifeste em opções e gestos concretos, e evite toda atitude paternalista (DA, n. 397).

O *Documento* propõe que a Pastoral Social se faça presente, faça contatos, influencie positivamente as instituições

nacionais e internacionais onde estão em jogo a dignidade da pessoa e a situação injusta dos pobres.

Entre essas tarefas, enumeramos:

- “[...] assumir evangelicamente, e a partir da perspectiva do Reino, as tarefas prioritárias que contribuem para a dignificação do ser humano e [...] trabalhar junto com os demais cidadãos e instituições para o bem do ser humano” (n. 384).
- Por um lado, é importante que “socorramos as necessidades urgentes, ao mesmo tempo que colaboremos com outros organismos ou instituições para organizar estruturas mais justas nos âmbitos nacionais e internacionais” (n. 384).
- “Nessa tarefa e com criatividade pastoral, devem-se elaborar ações concretas que tenham incidência nos Estados para a aprovação de políticas sociais e econômicas que atendam às várias necessidades da população e que conduzam para um desenvolvimento sustentável” (n. 403).
- “A Igreja na América Latina e no Caribe sente que tem uma responsabilidade em formar cristãos e sensibilizá-los a respeito das grandes questões da justiça internacional. Por isso, tanto os pastores quanto os construtores da sociedade têm que estar atentos aos debates e normas internacionais sobre a matéria” (n. 406).
- “Apoiar a participação da sociedade civil para a reorientação e conseqüente reabilitação ética da política. Por isso, são muito importantes os espaços de participação da sociedade civil para a vigência da democracia, uma verdadeira economia solidária e um desenvolvimento integral, solidário e sustentável” (n. 406 a).
- “Examinar atentamente os tratados intergovernamentais e outras negociações a respeito do livre co-

mércio. A Igreja do país latino-americano envolvido, à luz de um balanço de todos os fatores que estão em jogo, precisa encontrar os caminhos mais eficazes para alertar os responsáveis políticos e a opinião pública a respeito das eventuais conseqüências negativas que podem afetar os setores mais desprotegidos e vulneráveis da população” (n. 406 d).

- “Chamar todos os homens e mulheres de boa vontade a colocar em prática os princípios fundamentais como o bem comum (a casa é de todos) [...]” (n. 406 e). Aqui, há uma alusão ao tema do cuidado do meio ambiente, que tinha sido expresso com maior força quando o *Documento* analisou o tema da biodiversidade, da Amazônia e da Antártida (nn. 83-87).
- Finalmente, há um chamado ao ecumenismo na Pastoral Social: “Nessa atividade a favor da vida de nossos povos, a Igreja Católica apóia a colaboração mútua com outras comunidades cristãs” (n. 401).

Rumo a uma Pastoral Social renovada

Finalmente, o *Documento de Aparecida* faz um chamado para que a Igreja inteira do continente impulse uma Pastoral Social renovada que, entre outras coisas, inclui o que segue:

- “Portanto, a partir de nossa condição de discípulos e missionários, queremos estimular o Evangelho da vida e da solidariedade em nossos planos pastorais, à luz da Doutrina Social da Igreja” (n. 400).
- Queremos, além disso, “promover caminhos eclesiais mais efetivos, com a preparação e compromisso dos leigos para intervir nos assuntos sociais” (n. 400).
- Como resumo ou síntese, Aparecida destaca as características gerais de uma Pastoral Social capaz de corresponder às necessidades e à urgência dos “feridos” pela economia de nossos países: “As conferências

episcopais e as Igrejas locais têm a missão de promover renovados esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral que, com a assistência e promoção humana, se faça presente nas novas realidades de exclusão e marginalização em que vivem os grupos mais vulneráveis, onde a vida está mais ameaçada" (n. 401).

Vai e também tu fazes o mesmo

Na parábola do bom samaritano, Jesus diz ao doutor da lei, que lhe perguntava a respeito do próximo, que ele mesmo deve tirar suas próprias conclusões. Conclui a conversa dizendo: "Vai e também tu fazes o mesmo". Algo semelhante Jesus nos diz em Aparecida. Ele repete a todos os cristãos, homens e mulheres da América Latina e do Caribe: "Vão e também vocês façam o mesmo". Busquem os "assaltados", curem suas feridas, levem-nos a lugares onde encontrem acolhida. Mas também identifiquem os assaltantes, os responsáveis pelas feridas de nosso tempo. A essas pessoas, amem-nas com o amor de Jesus, denunciem-nas e convidem-nas à conversão.

Repitamos com devoção e coragem: "Amém. Vem, Senhor Jesus" (Ap 22,20).



Ecumenismo e diálogo inter-religioso

Paulo Suess
(Brasil)

Aparecida não criou um novo paradigma ecumênico. Segue as linhas mestras do Concílio Vaticano II e assume o magistério latino-americano sistematizado nas conferências anteriores. Os temas fundamentais do *Documento de Aparecida (DA)*¹ estão dentro de uma tradição e de um contexto. Devem ser interpretados à luz do Concílio Vaticano II e do magistério latino-americano e situados na realidade sociocultural e histórica dos nossos povos, sobretudo dos pobres. A opção pelos pobres, confirmada em Aparecida, tem também um impacto sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

Ecumenismo

O ecumenismo tem suas origens no desejo de unidade de Jesus. Ele pediu ao Pai que seus discípulos missionários “sejam um” (Jo 17,21; [DA, n. 227]. Cf. *Santo Domingo*, n. 132), para que o evangelho do Reino seja proclamado em todo o universo, em toda *oikuméne* (Mt 24,14). O movimento ecumênico está essencialmente ligado à natureza da Igreja, à sua natureza apostólica, missionária, comunitária e universal.

¹ As referências ao *Documento de Aparecida* estão entre parênteses.

Nos últimos quarenta anos, o magistério latino-americano e a prática pastoral da Igreja Católica têm insistido no diálogo ecumênico. O *Documento de Aparecida* não precisava repetir o que *Medellín* (II/26, III/20, IV/19d, V/19, VIII/11, IX/14), *Puebla* (nn. 108, 1008, 1096s, 1107s., 1114s., 1118-1122, 1124, 1127, 1161) e *Santo Domingo* (nn. 132s., 135) sintetizaram. Nos documentos, o ecumenismo está definido e assumido. A relação fraterna entre todos aqueles que adoram Deus como Pai e “que foram regenerados pelo Batismo” (n. 228) não é algo optativo entre especialistas, mas é “irreversível”² e “irrenunciável para o discípulo e missionário”. O contrário seria e é um “escândalo, um pecado e um atraso no cumprimento do desejo de Cristo” (n. 227) (cf. *Unitatis redintegratio*, n. 1. *Santo Domingo*, n. 132).

As grandes rupturas entre os cristãos, entre Oriente e Ocidente, no século XI, sobretudo a ruptura no interior do Ocidente no século XVI, com suas conseqüências de acusações recíprocas e guerras religiosas, não permitiram mais que o cristianismo servisse de base comum à unidade da sociedade e dos impérios. Para restabelecer e manter a paz era necessário excluir, neutralizar e privatizar a questão religiosa e livrar-se das querelas internas do cristianismo. Entre as fraturas do cristianismo e a secularização existe um vínculo causal.

Essa privatização, no entanto, não foi possível em todos os âmbitos sociais (matrimônio, escola, legislação sobre questões éticas). Foi necessário procurar consensos sobrepostos, sem abrir mão da separação entre Igreja e Estado. Novos denominadores comuns secularizados, como a razão, a lei natural, os direitos humanos e a democracia como base de um Estado constitucional, impuseram suas lógicas próprias e seus horizontes autônomos. Pelo Concílio Vaticano II a Igreja fez as pazes com esse mundo secularizado e reconheceu a sua autonomia (*Gaudium et spes*, nn. 36b, 41c, 55, 56f, 59c, 76c).

² *Ut unum sint*, n. 3.

Processos históricos são irreversíveis. As rupturas no interior do cristianismo não só contribuíram para a separação entre Igreja e Estado e para a secularização do mundo. Contribuíram também para uma compreensão melhor da presença eclesial no mundo. Hoje, o movimento ecumênico procura a “reintegração da unidade entre todos os cristãos” (*Unitatis redintegratio*, n. 1), mas não o restabelecimento da confusão entre a esfera pública e a religiosa sob o domínio das Igrejas. O movimento ecumênico não pode ser considerado um movimento para a reconstrução de uma cristandade ecumênica, na qual as diferentes Igrejas e comunidades eclesiais comporiam um novo bloco hegemônico. Portanto, a unidade das Igrejas, que atende à oração de Jesus, que é uma ordem para os cristãos, tem como finalidade a coerência com o Evangelho e a relevância para com a humanidade.

O movimento ecumênico nasceu, no início do século XX, nos antigos territórios missionários.³ A missão, que nega a força salvífica ao cristianismo das outras confissões e denominações, que faz proselitismo e prega de uma maneira fundamentalista o Evangelho, considerando herege ou anticristo o representante da outra denominação, carece de credibilidade.

A unidade dos discípulos missionários pressupõe pluralidade. Sua unidade é unidade e “comunhão no Espírito Santo” (2Cor 13,13), no plural dos dons, das vocações e dos significados históricos (DA, n. 155). O Espírito Santo é não só o protagonista da missão, mas também o promotor da unidade na diversidade das culturas e do diálogo ecumênico a partir de um credo trinitário comum com seus desdobramentos históricos diferenciados. Com o Concílio Vaticano II, também o *Documento de Aparecida* “reconheceu a ação do Espírito Santo no movimento pela unidade dos cristãos” (n. 231).

³ Ver Puebla, n. 1114. Cf. *Unitatis redintegratio*, n. 1. Às vezes, a Conferência Mundial sobre Missão e Evangelização, de Edimburgo (1910), é considerada o início do movimento ecumênico das Igrejas da Reforma. Em Edimburgo, ainda não participaram delegados da Igreja Católica, da Igreja Ortodoxa e das Igrejas evangélicas da América Latina.

Guiado pelo Espírito Santo, o movimento ecumênico produziu muitos frutos: “Favorece a estima recíproca, convida à escuta comum da Palavra de Deus e chama aos que se declaram discípulos e missionários de Jesus Cristo à conversão” (n. 232). Onde existe o diálogo ecumênico, “diminui o proselitismo, cresce o conhecimento recíproco, o respeito, e se abrem possibilidades de testemunho comum” (n. 233). O ecumenismo nos faz “recuperar em nossas comunidades o sentido do compromisso do Batismo” (n. 228), suscita “novas formas de discipulado e missão em comunhão” (n. 233) e inspira a colaboração no campo social (n. 99g).

O credo comum da fé cristã “no Deus uno e trino, no Filho de Deus encarnado, nosso Redentor e Salvador”, nos permite dar “o testemunho da nossa esperança” ao mundo e nossa “cooperação no campo social [...]”. A cooperação de todos os cristãos exprime, de modo vivo, os laços que já os unem entre si e faz resplandecer mais plenamente a face de Cristo Servo” (*Unitatis redintegratio*, n. 12). Aqui, estão ancoradas a responsabilidade e a opção pelos pobres que o papa Bento XVI confirmou em seu *Discurso inaugural* (DI) da V Conferência: “A opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza (cf. 2Cor 8,9)” (n. 3). A articulação cristológica e, em sua consequência, trinitária da opção pelos pobres faz dessa opção e de seus desdobramentos concretos na responsabilidade por eles um imperativo central da pastoral missionária e macroecumênica. Na medida em que aprofundamos a opção pelos pobres, aprofundaremos a unidade ecumênica. Pelo amor de Deus e pelo amor aos pobres devemos avançar no diálogo ecumênico.

Os participantes do diálogo ecumênico só podem avançar em direção à unidade a partir de sua identidade eclesial. Indivíduos poderiam avançar com mais rapidez. Comunidades são mais lentas. Certamente, “a eclesiologia de comunhão” que, segundo o *Documento de Aparecida*, nos “conduz ao diálogo ecumênico” (n. 227) é também “eclesiologia

do Povo de Deus". A unidade dos fiéis e das Igrejas particulares é unidade no interior da diversidade do Povo de Deus, que "se sustenta na comunhão com a Trindade" (n. 155). Um povo ou grupo social é sempre mais dinâmico do que o conceito abstrato que sua comunhão possa retratar.

Aliás, na verdade central da nossa fé trinitária, os cristãos das diferentes denominações já estão bastante unidos. Uma dessas verdades centrais que permitem articular Deus, os pobres e os cristãos é a revelação de Deus nos pobres (Suess, pp. 45-48). Em outras questões — na compreensão dos ministérios e dos sacramentos, por exemplo —, haveremos ainda de caminhar mais longe, caminhar, como o profeta Elias, mais "quarenta dias e quarenta noites até a montanha de Deus, o Horeb" (1Rs 19,8).

O diálogo ecumênico, segundo o *Documento de Aparecida*, não se desenvolveu ainda à altura das exigências pastorais (n. 99g). Um obstáculo pode ser a convivência com grupos fundamentalistas que "atacam a Igreja Católica com insistência" (n. 100g). É importante participar de organismos ecumênicos em todos os níveis da vida eclesial.⁴ Uns fornecem, outros exigem um bom preparo para o diálogo ecumênico (n. 232). Além das "escolas de ecumenismo" já existentes, "necessitamos de mais agentes de diálogo e melhor qualificados" (n. 231), com uma grande sensibilidade pastoral.

O mandato evangélico da unidade dos discípulos e discípulas está fundamentado na estrutura trinitária da nossa fé e da nossa pertença à Igreja de Jesus Cristo, que é mais ampla do que a soma de igrejas ou denominações que surgiram no decorrer da história. Em nome da Santíssima Trindade, através do Batismo, fomos iniciados na comunidade eclesial. Por isso "o magistério", lembra-nos o *Documento de Aparecida*,

⁴ Algumas instituições com longa tradição ecumênica: Cesepe (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular: <www.cesepe.org.br>), Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil: <www.conic.org.br>), Cese (Coordenadoria Ecumênica de Serviços: <www.cese.org.br>), *Koinonia* (Presença Ecumênica e Serviço: <www.koinonia.org.br>), Iams (International Association for Mission Studies/Associação Internacional de Estudos Missiológicos: <www.missionstudies.org>).

“insiste no caráter trinitário e batismal do esforço ecumênico, onde o diálogo emerge como atitude espiritual e prática, num caminho de conversão e reconciliação” (n. 228). A unidade dos cristãos será fruto do amor que historicamente cresce “para que Deus seja tudo em todos” (1Cor 15,28), na plenitude escatológica.

Diálogo inter-religioso

A finalidade do movimento ecumênico não é a solução de todas as questões disputadas, mas a concretização do Evangelho no meio dos pobres. Se a Igreja é a “casa dos pobres” (DA, nn. 8, 224), então a palavra grega *oikuméne* (*οικουμένη*), que o Novo Testamento emprestou do mundo cultural da época e que está na raiz da palavra ecumênico ou ecumenismo, pode ser traduzida como “mundo”, portanto como casa de convivência de todos, e como “universo”. O universo é a casa de Deus e a casa de convivência de toda a humanidade (cf. Mt 24,14; At 17,31; Hb 2,5).

O ecumenismo, classicamente pensado como movimento pela unidade dos cristãos, pode e deve sempre ser pensado como macroecumenismo do diálogo inter-religioso que visa à unidade de toda a humanidade. Unidade significa, aqui, convivência na diversidade das culturas, religiões e visões do mundo. Essa unidade, por ter como base a criação do ser humano segundo a imagem e semelhança de Deus, protege as pessoas contra qualquer discriminação racial, religiosa ou de gênero (cf. DA, nn. 97, 533).

O mundo descontextualizado pela globalização econômica e cultural e os mundos contextualizados das nossas comunidades mostram que antigas fronteiras caíram. Onde existiam muros de identidades fechadas, hoje se observam arbustos que permitem comunicação além do território, que marcam e geram crises de identidade. O olhar macroscópico da cosmologia e a observação microscópica das ciências confirmam esse desaparecimento de fronteiras. Vivemos num

tempo em que todo conhecimento é influenciado pelo conhecimento de uma vizinhança global. Estamos num mundo em “que nenhum conhecimento é completamente autônomo” (DA, n. 124).

Hoje, o diálogo é constitutivo para a compreensão de si mesmo e dos outros. Também o conhecimento religioso não é autônomo. Depende de mediações sociais, históricas, culturais, econômicas e políticas, que condicionam a compreensão da experiência religiosa e a prática da fé. Essas mediações são formas de diálogo interpessoais e interdisciplinares. Nesse diálogo amplo de compreensões incompletas e historicamente situadas dos mistérios divinos e humanos se insere o diálogo inter-religioso. Teologicamente compreendido, o diálogo não é instrumento para construir a verdade, mas para aproximar-se dela com e além de Jesus de Nazaré. A aproximação interdisciplinar e comunitária aos mistérios da vida e da fé é mais profunda e abrangente que uma aproximação solitária e fechada dentro de uma só disciplina. Nenhum grupo humano pode afirmar que tem acesso à totalidade da verdade.

Ao admitir que nenhum conhecimento é completo, Aparecida situa o diálogo inter-religioso num território onde se sobrepõe uma compreensão incompleta de cada participante do diálogo à convicção de uma prática religiosa própria entre cristãos e não-cristãos, que confere aos participantes do diálogo sua identidade religiosa. Deve-se distinguir entre o diálogo inter-religioso, o diálogo com os não-crentes e o diálogo ecumênico, que é um terreno mais familiar aos cristãos (cf. n. 232). Também, segundo Aparecida, deve-se “investir no conhecimento das religiões, no discernimento teológico-pastoral e na formação de agentes competentes para o diálogo inter-religioso” (n. 238), sobretudo para o diálogo com as religiões monoteístas (n. 237).

Na realidade pastoral, podemos partir do pressuposto que, de antemão, ninguém quer trocar a sua religião por outra e ninguém fala com o outro para convertê-lo. Nem o judeu

quer ser cristão, nem o cristão quer ser muçulmano ou judeu. Seguindo as orientações do Concílio (cf. *Lumen gentium*, n. 16), Aparecida reafirma que, “pelo sopro do Espírito Santo e outros meios conhecidos por Deus, a graça de Cristo pode, de modos diferentes, alcançar a todos que ele redimiu, além da comunidade eclesial” (n. 236).

Na convivência cotidiana, todos se respeitam reciprocamente e têm o direito de viver e comunicar as suas convicções uns aos outros. Nesse diálogo está embutida uma confissão da própria fé e seu anúncio. Esse anúncio faz parte da necessidade de falar daquilo que dá sentido à nossa vida e que nos faz crescer.

O diálogo inter-religioso [...] tem um especial significado na construção da nova humanidade: abre caminhos inéditos de testemunho cristão, promove a liberdade e dignidade dos povos, estimula a colaboração para o bem comum, supera a violência motivada por atitudes religiosas fundamentalistas, educa para a paz e para a convivência dos cidadãos [...]. (n. 239).

Puebla já tinha lembrado o caráter testemunhal e respeitoso do diálogo e advertido para “suas exigências de lealdade e integridade da parte de ambos os interlocutores” (n. 1114). Lealdade com as convicções da própria comunidade religiosa e integridade do conteúdo apresentam pressupostos do diálogo. À preocupação com a missão e o anúncio, que sempre acompanha a reflexão sobre o diálogo inter-religioso, Aparecida responde claramente: o diálogo inter-religioso não substitui a missão nem o anúncio (cf. n. 238). A missão exige o diálogo e o diálogo “se fundamenta justamente na missão que Cristo nos confiou”. Exige “a sábia articulação entre o anúncio e o diálogo como elementos constitutivos da evangelização” (n. 237).

O diálogo inter-religioso, como tal, é uma graça para todos os participantes. Ao falar da “graça do diálogo” (n. 238), o *Documento de Aparecida* cita o documento *Diálogo e anúncio*, de 1991, que respalda o espírito da *Ecclesiam suam* e da *Evangelii nuntiandi* de Paulo VI, dos respectivos documentos

do Concílio Vaticano II (1962-1965) e do significado das celebrações inter-religiosas de Assis, onde João Paulo II “acentuou a unidade fundamental do gênero humano, na sua origem e no seu destino, e o papel da Igreja como sinal efetivo desta unidade” (cf. *Diálogo e anúncio*, nn. 5, 89).

“O senso da fé” como bom senso

No caminho da unidade, que é histórico, podemos retroceder, parar ou avançar. Os documentos da Igreja são como cachorrinhos que correm atrás do caminhão da prática. Aparecida invoca um novo Pentecostes, “que nos liberte do cansaço, da desilusão e da acomodação ao ambiente” (n. 362. Cf. nn. 91, 548). Também o ecumenismo e o diálogo inter-religioso esperam um novo Pentecostes. Sabemos que a unidade e o diálogo, em última instância, não são obras humanas. Tampouco acontecem sem o avanço prático das comunidades. Unidade e diálogo se pressupõem reciprocamente. Não há diálogo sem códigos comuns de comunicação nem unidade sem diálogo. Eles são, contudo, um “dom do Espírito Santo” (n. 230), um dom que envolve oração, participação e partilha dos envolvidos. Em sintonia com o Concílio Vaticano II, o *Documento de Aparecida* afirma que uma das bases importantes do movimento ecumênico é a oração e a conversão. Em questões de fé, que permitem tantas divergências, o ecumenismo sociológico do “movimento” necessita desse apoio do “ecumenismo espiritual” (*Unitatis redintegratio*, n. 8. Cf. *DA*, n. 230). O ecumenismo, que nasce da oração de Jesus, só é sustentável através da oração e conversão dos discípulos (n. 234). Conversão e reconciliação dos cristãos são os pressupostos do diálogo com as religiões não-cristãs.

Seguindo o Concílio Vaticano II, Aparecida chama a atenção para um “falso irenismo”, que se esquece do dinamismo histórico (*Unitatis redintegratio*, n. 11a). Precisa-se levar em conta “as normas da Igreja” (n. 234), presentes nos documentos do Concílio Vaticano II e no Diretório Ecumênico (n. 231). Celebrações a-históricas e descontextualizadas

que tentam antecipar a unidade, que de fato não existe, à base de uma língua geral (latim!) ou misturando elementos de cada denominação e/ou religião que participa da respectiva celebração, ferem, muitas vezes, a identidade de pessoas ou grupos envolvidos e aumentam a discórdia que queriam superar. Não devemos transformar o *guiliatún* dos Mapuche (Chile) em missa nem em comício de um partido político. O movimento ecumênico e o diálogo inter-religioso são impulsionados pela energia que corre entre os dois pólos. No ecumenismo, é a desunião de fato existente e a vontade firme de superá-la. No diálogo inter-religioso, trata-se de uma diferença que não aponta para a unidade, mas para a vontade de compreender e respeitá-la no seu valor salvífico.

Ecumenismo e diálogo inter-religioso com base popular convivem e avançam, geralmente, com mais facilidade do que diálogos ecumênicos e inter-religiosos mais acadêmicos, sem dispensar o suporte científico nesses diálogos. “Sustentado pelo Espírito da verdade”, o povo vive em seu conjunto e no corpo a corpo ecumênico e inter-religioso o “senso da fé” (*Lumen gentium*, n. 12a). Esse “senso da fé” é sua bússola, sua infalibilidade no ato da fé, nas situações nas quais se sente desamparado com explicações descontextualizadas. O povo pobre, que é a base constitutiva das nossas Igrejas, sabe que nem todos os cavalos de batalha doutrinária têm a mesma importância. Sem nunca ter ouvido, sabe situar-se na “hierarquia de valores” (*Gaudium et spes*, n. 37a) e na “hierarquia de verdades” (*Unitatis redintegratio*, n. 11c), sem trair o próprio credo e sem desprezar o alheio.

Bibliografia

- BIZON, J.; DARIVA, N.; Drubi, R. (Orgs.). *Ecumenismo. 40 anos do decreto "Unitatis redintegratio": 1964-2004*. São Paulo, Paulinas, 2004.
- BOSCH, J. *Para compreender el ecumenismo*. Estella, Verbo Divino, 1991.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *O que é ecumenismo?* São Paulo, Paulinas, 1997.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *A dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral*. São Paulo, Paulinas, 1998.
- _____. *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*. São Paulo, Paulinas, 1994. [Roma, 1993.]
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Congregação para a Evangelização dos Povos. Diálogo e anúncio*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- JOÃO PAULO II. *Ut unum sint*. São Paulo, Paulinas, 1995. Col. A voz do papa, n.142.
- PAULO VI. *Ecclesiam suam*. São Paulo, Paulinas, 1964. Col. A voz do papa, 28.
- SUESS, P. Da revelação às revelações. *Concilium* 310 (2007/1) 43-51.



Conclusão:

Maria de Guadalupe e de Aparecida (religiosidade popular)

Maria Cecília Domezi
(Brasil)

A pequena cidade brasileira de Aparecida prestou-se eficientemente aos trabalhos em função da V Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe. Seus moradores, na grande maioria economicamente pobres, estão habituados às multidões de peregrinos que, em todos os finais de semana e feriados, sobem e descem os morros e percorrem as ruas estreitas, seguindo cada passo do itinerário da sua devoção. A passarela que liga a basílica ao antigo santuário construído por escravos, como de costume, recebeu um intenso fluxo de pessoas devotas, mesmo aquelas que a percorrem de joelhos. E a importância da Conferência não ofuscou a importância das expressões diversas do catolicismo popular, vivas nessa região do Vale do Rio Paraíba, como as tradições dos devotos de São Benedito e a novena de Santa Rita de Cássia, encerrada com festa.

Pela primeira vez, uma Conferência Geral do Episcopado deste continente realizou-se num santuário de devoção popular. O gigantesco Santuário de Aparecida, que nada seria sem a força simbólica da pequenina imagem de Maria presente no seu interior, chamava a Igreja desta região do mun-

do para colocar-se a serviço do santuário da vida. Desde os primeiros tempos da colonização, os membros da hierarquia da Igreja são interpelados a acolher a Boa-Nova que passa pela experiência de fé de homens e mulheres índios, negros, mestiços e empobrecidos, que se fazem sujeitos da sua libertação integral. A revelação do rosto materno de Deus, através de Maria, chama a Igreja a deslocar-se do centro de poder para os lugares sociais relegados à periferia, onde o Espírito fecunda os dinamismos culturais que alimentam a resistência solidária dos que têm sua vida ameaçada. Na perspectiva de Maria de Guadalupe, a missão da Igreja é colocar-se a serviço da luta pela vida abundante, para todas as pessoas, com toda a dignidade humana e com a plenificação em Cristo.

Aos pés da imagem pequena e negra

O momento final da Eucaristia de encerramento da V Conferência Geral foi especialmente significativo. Em procissão, os representantes das conferências episcopais de cada país, com suas respectivas bandeiras e nos passos do Povo de Deus peregrino, aproximaram-se da imagem de Nossa Senhora Aparecida e pediram a bênção à Mãe de Jesus e nossa Mãe. Era importante colocar-se aos pés da imagem-símbolo, como fazem tantas pessoas das maiorias economicamente pobres que constituem nossos povos. A imagem material é mediação para a esfera simbólica, onde se dá a experiência de Deus.

O gesto manifestou grande abertura, dadas as dificuldades em admitir a realidade das imagens de Maria índia e negra. A expressão “Junto à imagem negra de Nossa Senhora da Conceição Aparecida”, que estava no início do texto proposto para a *Mensagem aos Povos da América Latina e do Caribe*, foi mudada para “Reunidos no Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida no Brasil”. Por outro lado, foram fundamentais os esforços para solidarizar-se efetivamente com os povos indígenas e afro-americanos como “outros” diferentes que exigem respeito e reconhecimento:

os indígenas são a população mais antiga e estão na raiz primeira da identidade latino-americana. Os afro-americanos são “outra raiz que foi arrancada da África e trazida aqui como gente escravizada” (*Documento de Aparecida* – DA, nn. 88-89). Diante da sociedade que, menosprezando a sua diferença, os condena à exclusão, à pobreza e a graves ataques contra sua identidade e sobrevivência (DA, nn. 89-90), a Igreja os reconhece como novos atores que emergem agora em seu seio e também no seio da sociedade; quer acompanhá-los nas lutas por seus direitos; propõe-se à evangelização inculturada, particularmente nas culturas indígenas e afro-americanas, levando em conta a catolicidade da sua cosmovisão, seus valores e identidades particulares, para viver um novo Pentecostes eclesial (DA, nn. 75, 89, 91, 112).

Os gestos podem ir além do texto escrito. Inserir-se na maneira do catolicismo popular, para pedir a bênção a Maria, “Mãe de Deus e Mãe da América Latina e do Caribe, estrela da evangelização renovada, primeira discípula e grande missionária de nossos povos” (DA, n. 26), era também confiar-lhe humildemente os medos de ser Igreja num mundo em mudança de época, com efervescentes mutações, especialmente no campo cultural.

A linguagem entusiasmada do *Documento de Aparecida* traz escondidos esses medos que, embora tenham razão de ser, apóiam-se numa mentalidade de exclusivismo cristão. A concepção integral do ser humano, que inclui sua relação com o mundo e com Deus, está ameaçada de fragmentação, erosão, diluição (DA, nn. 38, 44). Até mesmo a religiosidade popular começa a sofrer erosão, em meio a tendências por práticas de devoção fragmentadas, adesões seletivas e parciais das verdades de fé (DA, nn. 38, 12). A defesa da hegemonia cristã católica faz insistir na busca de um “significado unitário para tudo o que existe”, “uma única vocação de sentido”. Também faz procurar “recomeçar desde Cristo” (DA, nn. 12, 38, 41-42). Ao mesmo tempo, afirma-se uma Igreja sintonizada com o Concílio Vaticano II: servidora da humanidade, promo-

tora da verdadeira liberdade e em diálogo com os diferentes. “A sociedade panamazônica é pluriétnica, pluricultural e plurirreligiosa” (DA, n. 86).

Na mantilha de Cuahutlatóac, o sobrevivente asteca místico que abraçou o evangelho de Jesus com o nome de Juan Diego, a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe estampa-se no dinamismo da recomposição dos destroços da cultura indígena agredida pelo cristianismo colonizador. Desde o seu núcleo mais profundo, que é a experiência religiosa (cf. DA, n. 39), as pessoas oprimidas, no dinamismo de suas culturas, juntam fragmentos de sua cosmovisão e os re-significam, compondo e recompondo o sentido unitário através de um processo vivo e sempre dinâmico. É assim que, através da pequena escultura recolhida aos pedaços por pescadores explorados, enegrecida e aberta a novos significados, Maria se faz Aparecida como resposta de sentido à luta das maiorias que buscam recompor a vida esvaçada pelos agentes e beneficiários do sistema capitalista escravizador. Com base nas tradições de solidariedade dos pobres, buscam-se, hoje, maneiras alternativas de economia, desde as pequenas cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras até a integração regional neste continente, num empenho de globalizar a justiça (DA, n. 82).

O signo de Guadalupe, sempre presente e renovado em Luján, Copacabana, Caacupé, Aparecida e tantos lugares dos pobres, foi reconhecido na Conferência de Puebla e reafirmado na de Aparecida como signo de inculturação (*Puebla*, n. 15. DA, n. 4). Ele faz parte da tradição própria que a Igreja deste continente, com suas ilhas, desenvolveu e mantém. Nessa tradição estão o método que faz mergulhar na realidade histórica, a missão assumida como libertação integral, a opção preferencial pelos pobres e a inculturação do Evangelho. Foi sumamente importante a reafirmação dessa tradição na V Conferência, em meio às incertezas advindas da mudança de época que atravessamos e também nas condições de um complexo pluralismo interno da própria Igreja.

Os peregrinos no santuário, a Conferência no subsolo, a Tenda dos Mártires na periferia

O *Documento de Aparecida* mostra uma grande atenção para com a religiosidade popular. O papa Bento XVI a qualificou de “rica e profunda”, “o precioso tesouro da Igreja Católica na América Latina” que revela a alma dos povos latino-americanos (DI, n. 1. DA, n. 275). A religiosidade popular constituiu-se num dos apelos que chamaram todos os segmentos dessa Igreja marcadamente plural à constante conversão e renovação.

A V Conferência realizou-se no subsolo do grande santuário, conservando o estilo gregoriano na liturgia e um tanto preservada da movimentação dos peregrinos, que, salvo algumas exceções, pouco ou nada sabiam do andamento dos trabalhos. O olhar dirigido ao mundo da religiosidade popular a partir de fora explica a modificação no número 282 do *Documento*. Falava-se da relação afetiva com a qual as pessoas devotas, dentre nossos povos, identificam-se com o Cristo sofredor. Na primeira redação se acrescentava: “Assim os temos percebido no Santuário de Aparecida, sobretudo aos domingos”. Porém, desde a segunda redação, essa frase foi retirada.

Na periferia da cidade de Aparecida, próxima ao porto que está na curva do Rio Paraíba, onde os pescadores encontraram a imagem em 1717, uma grande tenda branca, chamada Tenda dos Mártires, sem portas nem janelas, manteve-se como presença constante e atuante das comunidades eclesiais de base, junto com organizações de pastorais sociais, pastoral da juventude e minorias proféticas. Ali, na união de famílias pobres, moradoras da vizinhança, a Igreja viva se fez evento de salvação no horizonte do Reino, a serviço da vida abundante para todas as pessoas humanas e para a Terra, nossa casa comum. Sob a tenda, ao redor de uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e rodeados pelo testemunho dos mártires da caminhada, muitos

dos participantes da Conferência tiveram a oportunidade de alimentar sua fidelidade à tradição profética da Igreja desta parte do mundo.

Entre o tom marcante dos novos movimentos eclesiais, bastante apoiados durante o longo pontificado de João Paulo II, e o tipo de Igreja das testemunhas martirizadas por causa do seu compromisso junto dos movimentos sociais transformadores, ficou visível um complexo leque de diversidade nas maneiras de ser Igreja, mas era comum a todos e todas a preocupação com o novo *kairos*. Este tempo oportuno da graça libertadora encontra a persistência das estruturas injustas, causadoras do agravamento dos velhos problemas que atingem nossos povos daqui, no campo econômico, social, político, ético. E, com a globalização do mercado neoliberal, surgem novos problemas, não menos assustadores. A Conferência teve a sensibilidade de retomar, de Puebla, os rostos concretíssimos de Jesus, na pessoa das vítimas da desigualdade e do desrespeito à dignidade humana (DA, n. 65).

A reafirmação da opção preferencial pelos pobres é uma reafirmação sempre atualizada: os pobres são sujeitos na caminhada de libertação (Medellín e Puebla), têm suas ricas culturas (Santo Domingo) e têm sua espiritualidade encarnada no mundo em que vivem, que não é inferior às outras formas de espiritualidade, mas é de outra maneira (Aparecida).

Entretanto, no interior desta Igreja há uma diversidade de concepções de missão, que dependem da maneira como a Igreja se situa no mundo. Tal pluralidade de visão provoca alguns conflitos, mas o Espírito atua em meio à conflitividade e a torna fértil. No pólo da compreensão da missão como serviço a uma Igreja hegemônica, fala-se de cultura no singular, entendendo-a como cultura cristã. No pólo da compreensão de uma Igreja servidora, que abraça a missão em favor da vida digna para todas as pessoas e criaturas, na parceria com as organizações que lutam no sentido da justiça, a cultura é

referida no plural e se fala de encarnação do Evangelho nas culturas, ou de inculturação.¹

Na primeira redação do *Documento*, o tema da religiosidade popular, que estava no capítulo 4, trazia como subtítulo “A piedade popular como espaço de comunhão”. Mas, desde a segunda redação, junto com o deslocamento para o capítulo 6, persistiu a mudança do subtítulo para “A piedade popular como espaço de encontro com Cristo”. A ênfase na dimensão vertical e individual acompanha o reconhecimento da religiosidade popular como piedade popular² e como espiritualidade popular, que não depende diretamente da ilustração da mente, mas da ação interna da graça. Trata-se de uma viva experiência espiritual, que é uma espiritualidade cristã popular: encontro com o Senhor, que integra muito as dimensões corpórea, sensível, simbólica e as necessidades mais concretas das pessoas (*DA*, nn. 276, 280).

Longe de admitir os sincretismos em suas complexas e variadas formas, como modo cultural que reclama um olhar posto na alteridade, o *Documento de Aparecida* somente se refere às culturas no plural no sentido de uma “síntese entre as culturas e a fé cristã” (*DI*, n. 1. *DA*, n. 281). Enaltece o realce mariano da religiosidade popular de nossos povos, mas na perspectiva de exclusividade do cristianismo (*DA*, n. 43), e busca a convergência numa “história compartilhada”, à maneira da mestiçagem (*DA*, n. 56).

Por outro lado, *Aparecida* retoma Puebla. Entre as virtudes da piedade popular estão também os “valores de dignidade pessoal e de irmandade solidária”, a sua capacidade de

¹ O conflito entre cultura cristã e inculturação ficou visível na Conferência de Santo Domingo, que se expressa em termos de “cultura cristã” e “identidade católica”, mas também propõe a encarnação do Evangelho nas culturas, especialmente as indígenas e afro-americanas, e se expressa em termos de “evangelização inculturada”. Pode-se ver, por exemplo: *Santo Domingo*, nn. 20-24, 243-244, 299.

² *DA*, nn. 278-281. O termo piedade popular é preferido por Paulo VI, em vez de religiosidade popular, porque esta expressão religiosa é rica de valores e suscita atitudes interiores. Cf. *Evangelii nuntiandi*, n. 48. O *Documento de Medellín* se refere à sua “enorme reserva de virtudes autenticamente cristãs, especialmente no que diz respeito à caridade” (n. 6,2). Puebla utiliza as três expressões: religião do povo, religiosidade popular e piedade popular (cf. nn. 444, 447, 449, 451).

congregar multidões e o potencial de converter-se em “clamor por uma verdadeira libertação” (*Puebla*, nn. 449, 452). Ela também é mística popular, com rico potencial de santidade e justiça social (*DA*, n. 279). Apesar das ambigüidades, a compreensão da piedade popular ganha reafirmações e avanços importantes:

Ela é evangelizadora. É canal de transmissão da fé, do povo cristão que se evangeliza a si mesmo³ e que, no ambiente de secularização, segue na confissão do Deus vivo que atua na história. É “uma maneira legítima de viver a fé, um modo de sentir-se parte da Igreja, uma forma de ser missionários”, capaz de recolher as vibrações mais profundas deste continente (*DA*, n. 281). Enquanto espiritualidade popular, ela não é um modo secundário da vida cristã nem é menos espiritual, mas é um modo de espiritualidade que se encarna na vida dos simples, de outra maneira (*DA*, n. 280). Essa maneira “outra” faz parte da originalidade histórico-cultural dos pobres deste continente (*DA*, n. 281. *Puebla*, n. 446).

Igreja em missão desde Guadalupe e Aparecida

As referências a Maria são abundantes no *Documento de Aparecida*, numa ênfase que às vezes escapa da mariologia do Concílio Vaticano II, discreta, encarnada, bíblica e refontalizada na grande tradição da Igreja.⁴ A referência ao *Magnificat* não apresenta sua dimensão profética (*DA*, n. 288).

Por outro lado, o *Documento* incorpora formulações de uma mariologia latino-americana e caribenha: Maria tornou-se parte do caminhar de cada um dos nossos povos, “entrando profundamente no tecido de sua história e acolhendo

³ No *Documento de Puebla* está a afirmação de que a religiosidade popular, enquanto contém encarnada a Palavra de Deus, “é uma forma ativa com que o povo se evangeliza continuamente e si próprio” (n. 450).

⁴ O capítulo VIII da *Lumen gentium* constitui um documento curto e denso, com avanço qualitativo na mariologia, que volta às fontes e traz uma novidade na perspectiva: insere Maria no arco completo da ação salvífica de Deus na história, especialmente no mistério de Cristo e da Igreja. Assim, a doutrina mariana é posta no horizonte eclesiológico e alargada no horizonte cristológico. Pode-se ler, a respeito: Boff, Clodovis. *Introdução à mariologia*. Petrópolis, Vozes, 2004. pp. 93-121.

os aspectos mais nobres e significativos de sua gente". Nos diversos santuários evidencia-se sua presença próxima ao povo. "Ela lhes pertence e eles a sentem como mãe e irmã" (DA, n. 286). Na América Latina e no Caribe a religiosidade popular, especialmente a devoção mariana, "conseguiu persuadir-nos da nossa comum condição de filhos de Deus e de nossa comum dignidade ante seus olhos, não obstante as diferenças sociais, étnicas ou de qualquer outro tipo" (DA, n. 37). Nossos povos encontram a ternura e o amor de Deus no rosto de Maria. Nela vêem refletida a mensagem essencial do Evangelho (DA, n. 282).

Não faltou um olhar a Maria enquanto mulher: "Do Evangelho emerge sua figura de mulher livre e forte, conscientemente orientada ao verdadeiro seguimento de Cristo..." (DA, n. 283). Este olhar é particularmente significativo, considerando-se as dificuldades desta Conferência ao tratar do tema das relações entre mulheres e homens na Igreja e na sociedade.⁵ É claro que houve passos importantes nesse sentido, como uma linguagem mais inclusiva e a atenção à realidade da exclusão que atinge mais as mulheres pobres, de etnias indígenas e afro-descendentes.

Uma Conferência que culmina no gesto de colocar-se aos pés da imagem de Nossa Senhora Aparecida mostra uma Igreja local que, apesar de seus dilemas, tem vontade sincera de aderir ao paradigma de abertura à alteridade e à encarnação no mundo dos pobres com seus dinamismos culturais diferentes. Ainda há um longo caminho a percorrer nessa direção. Os condicionamentos da visão colonialista e de exclusivismo cristão dificultam a percepção da indianidade e da negritude em Maria, que os olhos dos oprimidos deste continente e do Caribe vêem e prezam como o sentido religioso da sua luta por dignidade.

⁵ A categoria "gênero", utilizada pelas ciências para tratar das relações sociais entre os sexos, é refutada como ideologia negativa, que tem provocado modificações legais gravemente prejudiciais à dignidade do matrimônio, ao direito à vida e à identidade da família (DA, n. 40).

A Igreja da América Latina e do Caribe quer lançar-se com novo ardor em sua missão permanente, nesta mudança de época. Por isso olha para Maria. Em Guadalupe, ela faz seus filhos, que pertencem ao povo dos pequenos, sentirem-se no abrigo do seu manto (DA, n. 282), mas também os trata como sujeitos da missão. Em Aparecida, ela convoca esses filhos pequenos, como discípulos e discípulas, a “deixar as redes” (DA, 282) para tornarem-se missionários e missionárias no mutirão⁶ que recolhe destroços, reconstrói a vida com sua dignidade, tece redes solidárias, forma o povo na justiça e na fraternidade.

⁶ A tradicional prática do “mutirão”, que também tem outros nomes nas diferentes regiões do Brasil, vem dos camponeses pobres que se unem e, de surpresa, vão ajudar um vizinho, parente ou amigo, em seu trabalho na terra. Mulheres e homens distribuem-se na divisão de tarefas, que inclui alimento abundante, compartilhado entre todos. O dia de mutirão culmina numa festa de confraternização. As CEBs, a partir desta tradição, fomentam um espírito de mutirão em sua prática de permanente ajuda mútua.

Anexo



As mudanças no *Documento de Aparecida*

Ronaldo Muñoz
(Chile)

A versão “oficial” do *Documento de Aparecida* contém um grande número de mudanças em comparação com o *Documento conclusivo* aprovado pela V Conferência.

Dessas mudanças, a grande maioria são MENORES, de caráter redacional ou gramatical, e contribuem para a fluidez da leitura e para a compreensão do texto. São alterações que eram necessárias e pelas quais se deve agradecer. Há também mudanças de lugar (e, portanto, de numeração) de vários parágrafos, o que altera a numeração do conjunto.

Mas também há mudanças MAIORES, que afetam o conteúdo do texto da Conferência, enfraquecendo-o ou distorcendo-o. Essas mudanças afetam pelo menos quarenta dos parágrafos numerados do *Documento* original. Às vezes, a mudança consiste numa censura (elimina-se uma palavra ou uma frase, ou um trecho mais longo do parágrafo em questão). Outras vezes, trata-se de uma interpolação (intercala-se algo estranho ao original). Ou, então, a mudança consiste das duas coisas de uma só vez (substitui-se uma coisa por outra).

Apresento, aqui, 34 dessas MUDANÇAS MAIORES, ordenadas de acordo com um elenco dos temas que me parecem ser os nove TEMAS MAIS AFETADOS. Em cada tema, depois

de colocar os textos em paralelo, destaco esquematicamente a TENDÊNCIA (ou preocupação) que orienta essas alterações. São tendências, aliás, bastante fáceis de descobrir.

Paralelamente, o texto original aparece na coluna do lado esquerdo, salientando em **negrito** a parte afetada pela mudança. E na coluna da direita, já com a nova numeração, aparece em *itálico* a parte interpolada na versão “oficial”.

Os temas mais afetados

A visão da realidade social

Documento original	Documento “oficial”
69. [...] No entanto, segundo a Doutrina Social da Igreja, a Economia Social de Mercado continua sendo uma forma idônea de organizar o trabalho, o conhecimento e o capital para satisfazer as autênticas necessidades humanas. A empresa é chamada a prestar uma contribuição maior na sociedade...	69. [...] No entanto, segundo a Doutrina Social da Igreja, <i>o objeto da economia é a formação da riqueza e seu incremento progressivo, em termos não só quantitativos, mas qualitativos: tudo é moralmente correto se está orientado para o desenvolvimento global e solidário do ser humano e da sociedade na qual vive e trabalha. O desenvolvimento, na verdade, não se pode reduzir a mero processo de acumulação de bens e serviços. Ao contrário, a pura acumulação, ainda que para o bem comum, não é condição suficiente para a realização de uma autêntica felicidade humana (CDSI, n. 334).</i> A empresa é chamada...

Tanto os interpoladores oficiais quanto a própria Conferência perderam a oportunidade de fazer, aqui, um juízo profético (ou ético) claro do capitalismo neoliberal de mercado (como funciona de fato no mundo globalizado atual) na perspectiva evangélica das maiorias empobrecidas, ou seja, das vítimas.

74. Constatamos como fato positivo o fortalecimento dos regimes democráticos em muitos países da América Latina e do Caribe segundo demonstram os últimos processos eleitorais. No entanto, vemos com preocupação...	74. Constatamos <i>um certo progresso democrático que se demonstra em diversos</i> processos eleitorais. No entanto, vemos com preocupação...
--	--

A mudança parece refletir a preocupação dos setores tradicionalmente dominantes diante do poder que vai sendo conquistado democraticamente pelos setores pobres (muitas vezes, indígenas) em países como a Bolívia, o Equador, a Venezuela e o sul do México.

96. [...] cultura e expressões religiosas. Permanecem, mesmo nos imaginários coletivos, uma mentalidade e um olhar colonial em relação aos povos originários e afro-americanos. Desse modo, descolonizar as mentes...	96. [...] cultura e expressões religiosas. Permanece, <i>em alguns casos, uma mentalidade e um certo olhar de menor respeito em relação aos indígenas e afro-americanos.</i> Desse modo, descolonizar as mentes...
---	---

Em consonância com a anterior, essa mudança minimiza o etnocentrismo “ocidental” de nossos setores abastados, secularmente habituados ao “colonialismo interno”, (Medelín) que, de formas novas, continua vigente em nosso continente.

435. É muito dolorosa a situação de tantas pessoas, e em sua maioria jovens, que são vítimas da voragem insaciável de interesses econômicos de quem faz comércio com a droga.

422. O problema da droga é como mancha de óleo que invade tudo. Não reconhece fronteiras, nem geográficas, nem humanas. Ataca igualmente a países ricos e pobres, a crianças, jovens, adultos e idosos, a homens e mulheres. A Igreja não pode permanecer indiferente diante desse flagelo que está destruindo a humanidade, especialmente as novas gerações. Sua tarefa se dirige em três direções: prevenção, acompanhamento e apoio das políticas governamentais para reprimir essa pandemia. Na prevenção, insiste na educação nos valores que devem conduzir as novas gerações, especialmente o valor da vida e do amor, a própria responsabilidade e a dignidade humana dos filhos de Deus. No acompanhamento, a Igreja está ao lado do dependente para ajudá-lo a recuperar sua dignidade e vencer essa enfermidade. No apoio à erradicação da droga, não deixa de denunciar a criminalidade sem nome dos narcotraficantes que comercializam com tantas vidas humanas, tendo como objetivo o lucro e a força em suas mais baixas expressões.

O Documento “oficial” traz aqui uma análise e propostas que serão úteis. Mas não aponta para as raízes do proble-

ma no sistema socioeconômico e cultural de massas dominante, do qual são vítimas também os pequenos traficantes dos bairros. Por isso omite a responsabilidade da Igreja e dos cristãos de todos os níveis em sua dimensão testemunhal e profética.

490. [...] e não um planeta com ar contaminado, com águas envenenadas e com recursos naturais esgotados.	471. [...] e não um planeta com ar contaminado. <i>Felizmente, em algumas escolas católicas começou-se a introduzir entre as disciplinas uma educação para a responsabilidade ecológica.</i>
---	--

Não há por que eliminar, aqui, a referência às águas e aos recursos naturais. A educação ecológica nas escolas não é tão nova, nem é mérito especial de algumas escolas católicas.

A TENDÊNCIA deste grupo de mudanças parece ser a de suprimir o caráter incisivo da análise do sistema (injusto e corruptor da vida), tomando distância da perspectiva dos empobrecidos.

A visão de Jesus Cristo, da comunhão trinitária, de Maria

191. A Eucaristia, sinal da unidade [...] mistério do Filho de Deus feito pobre , nos propõe...	176. A Eucaristia, sinal da unidade [...] mistério do Filho de Deus feito <i>homem</i> (cf. Fl 2,6-8), nos propõe...
256. [...] fundamento da Trindade-Amor. Somos filhos da comunhão e não da solidão. A experiência de um Deus...	240. [...] fundamento da Trindade-Amor. A experiência de um Deus...

284. [...] A Virgem de Nazaré teve um papel único na história da salvação [...] como família, a família de Deus.	267. [...] A Virgem de Nazaré teve uma <i>missão</i> única na história da salvação [...] como família, a família de Deus. <i>Em Maria, encontramos-nos com Cristo, com o Pai e com o Espírito Santo, e da mesma forma com os irmãos.</i>
304. [...] que, guiado pela Palavra de Deus, permita um encontro pessoal, cada vez maior, com Jesus Cristo, experimentado como plenitude...	289. [...] que, guiado pela Palavra de Deus, <i>conduza</i> a um encontro pessoal, cada vez maior, com Jesus Cristo, <i>perfeito Deus e perfeito homem [165]</i>, experimentado como plenitude...
350. Portanto, a meta que a escola católica se propõe com relação às crianças e jovens é a de colaborar na construção de sua personalidade, tendo Cristo como referência no plano da mentalidade e da vida. Tal referência...	336. Portanto, a meta que a escola católica se propõe com relação às crianças e jovens é a de <i>conduzir ao encontro com Jesus Cristo vivo, Filho do Pai, irmão e amigo, Mestre e Pastor misericordioso, esperança, caminho, verdade e vida, e dessa forma à vivência da aliança com Deus e com os seres humanos. A escola o faz colaborando na construção da personalidade dos alunos, tendo Cristo como referência no plano da mentalidade e da vida. Tal referência...</i>
362. [...] para que participemos de sua própria vida. É a vida que ele compartilha com o Pai e o Espírito Santo, a vida eterna. Sua missão...	348. [...] para que participemos de sua própria vida. É a vida <i>trinitária do Pai, do Filho e do Espírito Santo</i>, a vida eterna. Sua missão...

Veja também o n. 109 citado abaixo para o tema “A Igreja: comunidade e ministérios”.	100 b.
--	--------

Mais do que avançar numa visão bíblica, evangélica, para um discipulado mais fiel e digno de crédito nas atuais circunstâncias, o que se parece buscar com essas mudanças e acréscimos é acentuar uma visão mais dogmática, para uma espiritualidade menos encarnada, para uma ortodoxia e uma moral “mais seguras”.

A relação entre Igreja e mundo

19. Este documento dá continuidade à prática do método “ver, julgar e agir”, utilizado em conferências gerais anteriores do episcopado latino-americano. Muitas vozes, vindas de todo o continente,...	19. Em <i>continuidade</i> com as conferências gerais anteriores do episcopado latino-americano, <i>este documento faz uso do método “ver, julgar e agir”. Esse método implica contemplar a Deus com os olhos da fé através de sua Palavra revelada e o contato vivificador dos sacramentos, a fim de que, na vida cotidiana, vejamos a realidade que nos circunda à luz de sua providência e a julgemos segundo Jesus Cristo, caminho, verdade e vida, e atuemos a partir da Igreja, corpo místico de Cristo e sacramento universal de salvação, na propagação do Reino de Deus, que se semeia nesta terra e que frutifica plenamente no céu. Muitas vozes, vindas de todo o continente,...</i>
---	--

235. [...] tendências de secularização, a vida consagrada é chamada a dar testemunho...	219. [...] tendências de secularização, também na vida consagrada, <i>os religiosos são chamados a dar testemunho...</i>
240. [...] Seu desejo de escuta, acolhida e serviço, e seu testemunho dos valores alternativos do Reino, transformado em Cristo, o Senhor , é possível [106].	224. [...] Seu desejo de escuta, acolhida e serviço, e seu testemunho dos valores alternativos do Reino, <i>mostram que uma nova sociedade latino-americana e caribenha, fundada em Cristo</i> , é possível [121].
274. Se o impulso do Espírito [...] criativas, felizes no serviço. Torna-nos...	285. <i>Quando</i> o impulso do Espírito [...] criativas, felizes <i>no anúncio e no serviço missionário</i> . Torna-nos...

Aqui parece assomar uma grande dificuldade dos censores para reconhecer uma densidade teológica na vida cotidiana e na história da humanidade fora da Igreja, vida e história “profanas” que não teriam, portanto, nada importante a ensinar à própria Igreja. Talvez tenham a ver com isso as recriminações de “secularização” dirigidas à Vida Consagrada (às “comunidades inseridas”?) e o sonho recorrente de “uma sociedade nova, fundada em Cristo” (segundo os critérios e as normas da hierarquia católica?) (cf. a *Gaudium et spes*).

A Igreja e o pecado

98. A Igreja Católica na América Latina e no Caribe, apesar de suas deficiências e ambigüidades, tem dado testemunho de Cristo...	98. A Igreja Católica na América Latina e no Caribe, apesar <i>das</i> deficiências e ambigüidades <i>de alguns de seus membros</i> , tem dado testemunho de Cristo...
--	--

115. Reconhecemos que, mu- tas vezes, os católicos temos nos afastado do Evangelho, o qual requer um estilo de vida mais simples, austero e soli- dário, mais fiel à verdade e à caridade, como também nos tem faltado valentia, persis- tência e docilidade à graça de prosseguir a renovação inicia- da pelo Concílio Vaticano II...	100 h. Reconhecemos que, <i>ocasionalmente, alguns</i> cató- licos <i>se têm</i> afastado do Evan- gelho, o qual requer um estilo de vida mais simples, austero e solidário, mais fiel à verdade e à caridade, como também nos tem faltado valentia, persi- stência e docilidade à graça de prosseguir, <i>fiel à Igreja de sempre</i>, a renovação iniciada pelo Concílio Vaticano II...
Veja também o n. 109 citado abaixo para o tema “A Igreja: comunidade e ministérios”.	100 b.

É habitual que a hierarquia católica reconheça a infidelidade e o pecado de “alguns filhos” da Igreja, desde a primeira conquista e também na atualidade, chamando-os, nesse caso, à conversão pessoal. Outra coisa é reconhecer a evidência histórica ou sociológica (às vezes incômoda) de que na Igreja houve e há também pecado social (coletivo ou maciço) e estrutural (institucionalizado). Aqui não basta a conversão de pessoas e comunidades, mas se faz necessária também a reforma estrutural da própria Igreja, “na cabeça e nos membros” (cf. João Paulo II, *Ut unum sint* e *Tertio millenio adveniente*).

A Igreja: comunidade e ministérios

109. Lamentamos certo clericalismo, algumas tentativas de voltar a uma eclesiologia e espiritualidade anteriores à renovação do Concílio Vaticano II, algumas leituras e aplicações reducionistas da renovação conciliar; a ausência de um sentido de autocrítica, de uma autêntica obediência e do exercício evangélico da autoridade, os moralismos que debilitam a centralidade de Jesus Cristo, as infidelidades à doutrina, à moral e à comunhão, nossas débeis vivências da opção preferencial pelos pobres, não poucas recaídas secularizantes na vida consagrada, a discriminação da mulher e sua ausência freqüente nos organismos pastorais. Tal como manifestou o santo Padre...	100 b. Lamentamos, <i>seja</i> algumas tentativas de voltar a <i>um certo tipo</i> de eclesiologia e espiritualidade <i>contrárias</i> à renovação do Concílio Vaticano II [41], <i>seja</i> algumas leituras e aplicações reducionistas da renovação conciliar; <i>lamentamos</i> a ausência de uma autêntica obediência e do exercício evangélico da autoridade, as infidelidades à doutrina, à moral e à comunhão, nossas débeis vivências da opção preferencial pelos pobres, não poucas recaídas secularizantes na vida consagrada <i>influenciada por uma antropologia meramente sociológica e não evangélica</i>. Tal como manifestou o santo Padre...
190 f. [...] Ordem: a opção de alguns cristãos de se colocar definitivamente ao serviço pastoral de seus irmãos, uma vez chamados pelo bispo.	175 f. [...] Ordem: <i>o dom do ministério apostólico que continua sendo exercido na Igreja para o serviço pastoral a todos os fiéis.</i>

209. O primeiro tem relação com a identidade teológica do ministério presbiteral. O Concílio Vaticano II estabelece o sacerdócio ministerial a serviço do sacerdócio comum dos fiéis, e cada um à sua maneira participa do único sacerdócio de Cristo [84]. Cristo, sumo e eterno sacerdote, nos remiu e nos partilhou sua vida divina. Nele, somos todos filhos do mesmo Pai e irmãos entre nós, também os presbíteros. Antes de ser pai, o presbítero é um irmão. Esta dimensão fraterna deve transparecer no exercício pastoral e superar a tentação do autoritarismo que o isola da comunidade e da colaboração com os demais membros da Igreja. Não pode tampouco cair na tentação de se considerar somente delegado ou representante da comunidade, mas sim um dom para ela, pela unção do espírito em sua ordenação e por sua especial união com Cristo.	193. O primeiro <i>desafio</i> tem relação com a identidade teológica do ministério presbiteral. O Concílio Vaticano II estabelece o sacerdócio ministerial a serviço do sacerdócio comum dos fiéis, e cada um, <i>ainda que de maneira qualitativamente diferente</i>, participa do único sacerdócio de Cristo [98]. Cristo, sumo e eterno sacerdote, nos remiu e nos partilhou sua vida divina. Nele, somos todos filhos do mesmo Pai e irmãos entre nós. O sacerdote não pode cair na tentação de se considerar somente <i>mero</i> delegado ou <i>apenas</i> representante da comunidade, mas sim um dom para ela, pela unção do Espírito e por sua especial união com Cristo. “<i>Todo sumo sacerdote é tomado dentre os seres humanos e colocado para intervir a favor dos seres humanos em tudo o que se refere ao serviço de Deus</i>” (Hb 5,1).
239. [...] que, em mútua relação com os Pastores, em diálogo fecundo e amistoso [105], estão convocados a estimular [...] Reino de Deus.	223. [...]. que, <i>em autêntica comunhão</i> com os Pastores e <i>sob sua orientação</i>, em diálogo fecundo e amistoso [119], estão convocados a estimular [...] Reino de Deus [120].

363. [...] O Batismo [...] e o faz irmão dos filhos do mesmo Pai, reconhecendo a Cristo como Primogênito...	349. [...] O Batismo [...] e o faz <i>filho de Deus, e lhe permite reconhecer</i> a Cristo como Primogênito...
Veja também o parágrafo 224.	208.

Esses parágrafos da V Conferência, por fidelidade no discipulado de Jesus e talvez buscando uma maior credibilidade da organização de nossa Igreja, acentuam (ainda que timidamente) a irmandade cristã mais do que a hierarquia eclesiástica.

Os censores, por sua vez, parecem preocupados em salvaguardar a “distância e categoria” das “ordens” clericais superiores sobre as inferiores e, sobretudo, do clero sobre os fiéis. É curiosa, nesse contexto, a aplicação que se faz a um ministério eclesial cristão (nenhum dos quais é nomeado nem descrito como “sacerdotal” no Novo Testamento) da qual a Epístola aos Hebreus (5,1) afirma a respeito do sumo sacerdote do culto judaico.

As comunidades eclesiais de base (CEBs) e as “pequenas comunidades”

193. Na experiência eclesial da América Latina e do Caribe, as comunidades eclesiais de base **com frequência** têm sido **verdadeiras** escolas que **formam** discípulos e missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros. Elas abraçam a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47). Medellín reconheceu nelas uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de fé e evangelização. **Arraigadas no coração do mundo, são espaços privilegiados para a vivência comunitária da fé, mananciais de fraternidade e solidariedade, alternativa à sociedade atual fundada no egoísmo e na concorrência impiedosa.**

178. Na experiência eclesial *de algumas Igrejas da América Latina e do Caribe*, as comunidades eclesiais de base têm sido escolas *que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé*, discípulos e missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros. Elas abraçam a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47). Medellín reconheceu nelas uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de fé e evangelização [88]. *Puebla constatou que as pequenas comunidades, sobretudo as comunidades eclesiais de base, permitiram ao povo chegar a um conhecimento maior da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho, ao surgimento de novos serviços leigos e à educação da fé dos adultos [89]; no entanto, também constatou “que não têm faltado membros de comunidade ou comunidades inteiras que, atraídas por instituições puramente leigas ou radicalizadas ideologicamente, foram perdendo o sentido eclesial” [90].*

194. Queremos decididamente reafirmar e dar novo impulso à vida e missão profética e santificadora das CEBs, no seguimento missionário de Jesus. **Elas têm sido uma das grandes manifestações do Espírito na Igreja da América Latina e do Caribe depois do Vaticano II.** Têm a Palavra de Deus como fonte de sua espiritualidade e a orientação de seus pastores como guia que assegura a comunhão eclesial. Demonstram seu compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres. São fonte e semente de variados serviços e ministérios a favor da vida na sociedade e na Igreja.

195. As comunidades eclesiais de base, em comunhão com seu bispo e o projeto de pastoral diocesana, **são** sinal de vitalidade na Igreja, **instrumento de formação e de evangelização e um ponto de partida válido para a Missão Continental permanente.** **Elas poderão revitalizar as paróquias a partir de seu interior** fazendo delas uma comunidade de comunidades. **Depois do caminho percorrido até agora, com conquistas e dificuldades, é hora de uma profunda renovação**

179. As comunidades eclesiais de base, no seguimento missionário de Jesus, têm a Palavra de Deus como fonte de sua espiritualidade e a orientação de seus pastores como guia que assegura a comunhão eclesial. Demonstram seu compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres. São fonte e semente de variados serviços e ministérios a favor da vida na sociedade e na Igreja. Mantendo-se em comunhão com seu bispo e inserindo-se no projeto de pastoral diocesana, as CEBs se convertem em sinal de vitalidade na Igreja particular. Atuando dessa forma, juntamente com os grupos paroquiais, associações e movimentos eclesiais, podem contribuir para revitalizar as paróquias, fazendo delas uma comunidade de comunidades. Em seu esforço de responder aos desafios dos tempos atuais, as comunidades eclesiais de base terão o cuidado de não alterar o tesouro precioso da Tradição e do Magistério da Igreja.

dessa rica experiência eclesial em nosso continente, para que elas não percam sua eficácia missionária, mas a aperfeiçoem e desenvolvam de acordo com as exigências sempre novas dos tempos.	
196. Junto às CEBs, existem outras formas variadas de pequenas comunidades eclesiais, inclusive redes de comunidades. O Espírito vai fazendo com que elas floresçam como resposta aos novos desafios da evangelização. A experiência positiva dessas comunidades torna necessária uma atenção especial para que tenham a Eucaristia como centro de sua vida e cresçam em solidariedade e integração eclesial e social.	180. <i>Como resposta às exigências da evangelização, junto com as comunidades eclesiais de base existem outras formas válidas de pequenas comunidades, inclusive redes de comunidades, de movimentos, grupos de vida, de oração e de reflexão da Palavra de Deus. Todas as comunidades e grupos eclesiais darão fruto na medida em que a Eucaristia for o centro de sua vida e a Palavra de Deus for o farol de seu caminho e de sua atuação na única Igreja de Cristo.</i>
Veja também 104 e 334.	99 e e 319.

Nesta seção, a intervenção foi profunda: na censura, na incorporação de frases e desdobramentos novos, na reestruturação do conjunto. Conservam-se elementos importantes, mas enfraquecidos ou contrabalançados por uma insistência obsessiva na inserção paroquial e na fidelidade ao “tesouro precioso da Tradição e do Magistério da Igreja”. Renova-se, mesmo, a suspeita, retomada por Puebla num contexto histórico muito diferente, da secularização e “radicalização ideológica” de “membros de comunidade e comunidades inteiras”. Tudo isso parece justificar que se deixem de lado a “decidida reafirmação” e o “novo impulso” que a V

Conferência quis dar às CEBs no novo contexto da América Latina e do Caribe.

Pode-se perguntar qual é o motivo real de tal rejeição. Será que se temem as CEBs como ameaça ou concorrência? Mas para quem? Para as paróquias como estrutura clerical? Para os movimentos que se multiplicam nos setores médios ou altos? É para essas paróquias e movimentos que os discípulos missionários pobres têm de convocar seus vizinhos e companheiros, os que buscam acolhida fraterna, participação ativa e, sobretudo, um Jesus Cristo como eles, com uma mensagem de vida nova em sua realidade concreta? Se não há mais e melhores CEBs e “comunidades pequenas” (CCBs?), como podemos nos queixar de que tantas pessoas de nosso povo simples busquem tudo isso em congregações pentecostais que têm a poucos passos de sua casa, integradas (e, muitas vezes, pastoreadas) por homens e mulheres de seu cotidiano? Ou o que teme certa hierarquia católica é simplesmente que os pobres venham a atingir sua “maioridade” na Igreja e passem a ser sujeitos ativos na própria Igreja?

A leitura bíblica

187. A renovação [...] uma rede de comunidades e grupos, capaz de se articular conseguindo que **os participantes** se sintam [...] Toda paróquia é chamada a ser o espaço onde **a escuta da Palavra seja** a fonte do discipulado missionário. Sua própria renovação exige que se deixe iluminar sempre de novo pela Palavra viva e eficaz.

172. A renovação [...] uma rede de comunidades e grupos, capazes de se articular conseguindo que *seus membros* se sintam [...] Toda paróquia é chamada a ser o espaço onde *se recebe e se acolhe* a Palavra, *onde se celebra e se expressa na adoração do corpo de Cristo*, e assim é a fonte *dinâmica* do discipulado missionário. Sua própria renovação exige que se deixe iluminar sempre de novo pela Palavra viva e eficaz.

(Entre o parágrafo 269 e o 270).	254 (novo). <i>O sacramento da reconciliação é o lugar onde o pecador experimenta de maneira singular o encontro com Jesus Cristo, que se compadece de nós e nos dá o dom de seu perdão misericordioso, nos faz sentir que o amor é mais forte que o pecado cometido, nos liberta de tudo o que nos impede de permanecer em seu amor e nos devolve a alegria e o entusiasmo de anunciá-lo aos demais de coração aberto e generoso.</i>
Veja também os parágrafos 19 (citado no tema “A relação entre Igreja e mundo”) e 110.	19 e 100 c.

O *Documento* original promove insistentemente a leitura bíblica, como alma do discipulado missionário e da convivência comunitária (cf. a *Dei Verbum*). Os censores “oficiais” parecem preocupados em equilibrar as coisas, insistindo na prática sacramental e desvirtuando (no parágrafo 100 c) a recriação de “sacramentalismo”.

O ecumenismo e o diálogo inter-religioso

106. Não com a mesma intensidade em todas as Igrejas, tem-se desenvolvido o diálogo ecumênico e inter-religioso, enriquecendo todos os participantes. Em outros lugares, têm-se criado escolas...	99 g. Não com a mesma intensidade em todas as Igrejas, tem-se desenvolvido o diálogo ecumênico. <i>Também o diálogo inter-religioso, quando segue as normas do Magistério, pode enriquecer os participantes em diversos encontros.</i> Em outros lugares, têm-se criado escolas...
--	--

114. [...] não é adequado englobar a todos em uma só categoria de análise nem chamá-los simplesmente de “seitas”. Muitas vezes não é fácil o diálogo ecumênico com grupos cristãos que atacam a Igreja Católica com insistência.	100 g. [...] não é adequado englobar a todos em uma só categoria de análise. Muitas vezes não é fácil o diálogo ecumênico com grupos cristãos que atacam a Igreja Católica com insistência.
241. [...] metodológicos de nossa Igreja. Na verdade, muitas pessoas que passam para outros grupos religiosos não estão procurando sair de nossa Igreja, mas buscando sinceramente a Deus.	225. [...] metodológicos de nossa Igreja. <i>Esperam encontrar respostas a suas inquietações. Procuram, não sem sérios perigos, responder a algumas aspirações que, quem sabe, não têm encontrado, como deveria ser, na Igreja.</i>

A V Conferência, como fruto do debate entre os próprios bispos e de uma escuta sincera dos “observadores” evangélicos, promove com esperança o ecumenismo e (com menos força) o diálogo inter-religioso, avaliando positivamente os “diferentes”. A tendência dos censores denota, antes, medo, preocupação em que a participação católica seja muito controlada, até pelo Vaticano. Parece que se pressupõe que só na Igreja Católica romana poderíamos encontrar Jesus Cristo “caminho, verdade e vida”.

A família

301. [...] ativamente na comunidade eclesial. Isto nos desafia profundamente...	286. [...] ativamente na comunidade eclesial. <i>Sem esquecer a importância da família na iniciação cristã, esse fenômeno nos desafia profundamente...</i>
---	---

460 a. [...] atendendo à sua formação integral.	441 a. [...] atendendo à sua formação integral. <i>De importância para toda a sua vida é o exemplo de oração de seus pais e avós, que têm a missão de ensinar a seus filhos e netos as primeiras orações.</i>
467. A Palavra de Deus nos desafia de muitas maneiras a respeitar e valorizar os mais idosos e anciãos. Convida-nos, inclusive, a aprender deles com gratidão e acompanhá-los em sua solidão ou condição débil . A frase de Jesus...	448. <i>O respeito e gratidão dos anciãos deve ser testemunhado em primeiro lugar na família.</i> A Palavra de Deus nos desafia de muitas maneiras a respeitar e valorizar os mais idosos e anciãos. Convida-nos, inclusive, a aprender deles com gratidão e acompanhá-los em sua solidão <i>e fragilidade</i> . A frase de Jesus...

A preocupação com a família, presente com insistência no *Documento* original, é reforçada ainda mais aqui. Aparentemente, pressupõe-se que entre nós, em geral, a família continua em condições de transmitir a fé cristã e os valores básicos da vida humana.

Outros temas...

... em que aparece uma preocupação de tirar força do *Documento* original são:

- OPÇÃO PELOS POBRES (406 → 392, em que acrescenta: “Opção, no entanto, não exclusiva nem excludente”) e
- A MULHER (109 → 100, citados acima no tema “A Igreja: comunidade e ministérios”, em que censura a denúncia da discriminação da mulher na Igreja).

Impresso na gráfica da
Pia Sociedade Filhas de São Paulo
Via Raposo Tavares, km 19,145
05577-300 - São Paulo, SP - Brasil - 2008